

COORDENAÇÃO

Rosana Baeninger | Rafael de Araújo Gomes | Natália Belmonte Demétrio



POPULAÇÃO E CIDADES

Espaços Regionais da Agricultura Globalizada: Trabalhadores Rurais
e Imigrantes Internacionais no Agronegócio em São Paulo



POPULAÇÃO E CIDADES

**Espaços Regionais da Agricultura Globalizada: Trabalhadores Rurais
e Imigrantes Internacionais no Agronegócio em São Paulo**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO) - UNICAMP
Av. Albert Einstein, 1300 – CEP: 13081-970 – Campinas – SP – Brasil
Fone: (19) 35215913 - www.nepo.unicamp.br

REITOR

Marcelo Knobel

COORDENADORA GERAL DA UNIVERSIDADE

Teresa Dib Zambon Atvars

COORDENADORA DE CENTROS E NÚCLEOS INTERDISCIPLINARES DE PESQUISA

Ana Carolina de Moura Delfim Maciel

COORDENADOR NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO ELZA BERQUÓ

Alberto Augusto Eichman Jakob

REALIZAÇÃO

Observatório das Migrações em São Paulo
Ministério Público do Trabalho

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

APOIO

Ministério Público do Trabalho – MPT

Coordenação de Formação de Pessoal de Nível Superior – CAPES

COMITÊ DE PUBLICAÇÃO

Rosana Baeninger, Natália Demétrio, Joice Domeniconi, Adriana Fernandes

FOTOS DA CAPA E OUTRAS

Espaços rurais em cidades do Oeste Paulista – **Natália Demétrio** e **Salvador Lou Vega**
Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP

SÉRIE POPULAÇÃO E CIDADES

Observatório das Migrações em São Paulo –NEPO/UNICAMP

PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE

Chico Max

Ficha Catalográfica. Elaborada pela bibliotecária Adriana Fernandes

819 População e Cidades - Espaços Regionais da Agricultura Globalizada: Trabalhadores Rurais e Imigrantes Internacionais no Agronegócio em São Paulo / Rosana Baeninger; Rafael de Araújo Gomes, Natália Demétrio (Coordenadores) – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020. 200p.

ISBN 978-65-87447-02-5

1. Agronegócio. 2. Migrações Internacionais. 3. Trabalhadores rurais. I. Baeninger, Rosana. II. Gomes, Rafael de Araújo; III. Natália Belmonte Demétrio; IV. Título.

CRB 6332

CDD301.32

Esta publicação conta com o apoio de diferentes instituições e parcerias.

As opiniões expressas nos textos são de única responsabilidade de seus autores.

COORDENAÇÃO

Rosana Baeninger | Rafael de Araújo Gomes | Natália Belmonte Demétrio



POPULAÇÃO E CIDADES

**Espaços Regionais da Agricultura Globalizada: Trabalhadores Rurais
e Imigrantes Internacionais no Agronegócio em São Paulo**

2020





Sumário

Apresentação	7
--------------------	---

Espaços Regionais da Agricultura Globalizada e as Novas Migrações do Agronegócio no Brasil

<i>Natália Belmonte Demétrio</i>	13
Reestruturação das atividades agropecuárias: o que mudou	15
As configurações socioespaciais e os estudos sobre redistribuição espacial da população ..	17
Globalização da agricultura e as migrações Sul-Sul: primeiras aproximações	19
Agronegócio, migração internacional e mercado de trabalho no Brasil	23
Arranjo produtivo da soja	24
Arranjo produtivo do café	32
Arranjo produtivo da celulose	39
Arranjo produtivo da cana-de-açúcar	44
Arranjo produtivo da carne de frango	51
Arranjo produtivo da carne bovina	58
Arranjo produtivo da laranja	65

Espaços regionais da Agricultura Globalizada em São Paulo

<i>Natália Belmonte Demétrio e Rosana Baeninger</i>	77
Origens do agronegócio em São Paulo: breve síntese	78
Migrações Internas, Internacionais e Trabalho na Atividade agropecuária paulista: raízes históricas	82
Agronegócio, Migrações Internacionais e Mercado de Trabalho em São Paulo	91
Arranjo urbano-rural regional da cana-de-açúcar	91
Arranjo urbano-rural regional da laranja	102
Arranjo urbano-rural regional da carne bovina	115
Arranjo urbano-rural regional do café	127

População, Trabalho e Dinâmicas Regionais do Agronegócio no Noroeste Paulista

<i>Natália Belmonte Demétrio e Salvador Lou Vega</i>	139
Dinâmicas Regionais do Agronegócio no Noroeste Paulista	140
Reestruturação Produtiva do Setor Sucroenergético	154
Arranjo Produtivo dos Frigoríficos	161
O Noroeste Paulista no Mercado Global da Tilápia	168

Considerações Finais	179
----------------------------	-----

Referências Bibliográficas	189
----------------------------------	-----



Apresentação

Esse livro reúne os avanços teóricos e metodológicos obtidos no âmbito do projeto “Espaços regionais da agricultura globalizada em São Paulo: trabalhadores rurais e migrantes” - uma parceria entre o Observatório das Migrações em São Paulo (Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”/Universidade Estadual de Campinas) e o Ministério Público do Trabalho/Procuradoria do Trabalho do município de Araraquara. A pesquisa buscou identificar as reconfigurações dos principais arranjos produtivos ligados ao agronegócio no país, com ênfase no território paulista. A emergência de uma geografia econômica (ELIAS, 2018) comandada pelo modelo agribusiness de produção (GRÁS; HERNÁNDEZ, 2013) redesenha o mapa do Brasil (LIMONAD, 2018), alterando os rumos e as características das migrações internas e internacionais no país (BAENINGER, 2014).

Apesar da inserção brasileira na divisão internacional do trabalho estar historicamente vinculada à produção agropecuária, o século XXI encerra particularidades fundamentais. Em primeiro lugar, as

reformas neoliberais da década de 1990 e o fim dos planos nacionais de desenvolvimento marcam o protagonismo das corporações transnacionais na regulamentação do setor, com redefinição do papel do Estado. De “mobilizador de recursos, transferidor de fundos e, acima de tudo, socializador de perdas” (BRANDÃO, 2007, p.153), o poder público assume novas e mais difusas funções, relacionadas principalmente a incentivos fiscais, políticas de câmbio, regulação trabalhista e renegociação de dívidas dos grandes agropecuaristas, cada vez mais subordinados ao crédito e à especulação dos agentes financeiros hegemônicos (HERÉDIA et al, 2010; GRÁS; HERNÁNDEZ, 2013; ELIAS, 2017).

Em segundo lugar, é preciso considerar a virada agroexportadora na América Latina (CANALES; CANALES, 2013) como fenômeno mais amplo que conjuga tanto a crise do nacional-desenvolvimentismo (BRANDÃO, 2007; CANO, 2011), quanto um contexto internacional de supervalorização de diversas commodities (PRA- TES; MARÇAL, 2008; BREDOW;

LÉLIS; CUNHA, 2016; SESSA; SIMONATO; DOMINGUES, 2015). Além das questões associadas às mudanças climáticas e perdas de safras, esses autores reforçam a influência do crescimento econômico da China e de vários outros países emergentes no aumento da demanda global por alimentos e matérias-primas: parte importante dessas mercadorias produzidas no Brasil (BRANDÃO, 2007; CANO, 2011). Na interpretação de Prates e Marçal (2008, p.173), o chamado efeito-China altera não apenas a pauta exportadora brasileira, crescentemente dependente da produção de commodities, como também os principais parceiros comerciais do Brasil, fortalecendo a constituição de um espaço transnacional Sul-Sul de intensa circulação de capital e trabalho (SASSEN, 1998; MANRIQUE, 2012; VISENTINI, 2010).

Em terceiro lugar, o final do século XX também se distingue pelo reestabelecimento das liberdades democráticas. Sob a proteção da Constituição de 1988, a luta por melhoria das condições de trabalho e em prol da “integridade socioambiental dos territórios submetidos à acumulação capitalista” ganha novos atores e formas de resistência (SILVA; MARTINS, 2010, p.219). Nesse cenário, o século XXI, “era da modernidade e da reflexividade, tempos de garantias cidadãs, dos direitos humanos e sociais”, diferencia-se por mobilizar “mecanismos capazes de redi-

recionar antagonismos históricos” (SILVA; MARTINS, 2010, p.235). Essas conquistas são combinadas e se contrastam com a influência crescente das transnacionais no país. Por um lado, as garantias constitucionais fortalecem os instrumentos de controle e regulação das questões trabalhistas e ambientais (SILVA; MARTINS, 2010). Por outro, a função que o Brasil ocupa na divisão internacional do trabalho – ligada aos setores “tecnologicamente mais precários e intensivos em mão-de-obra” (SANTOS; GIMENEZ, 2018, p.41) – pressiona pela “adequação das políticas nacionais ao movimento de expansão da economia global” (SANTOS; GIMENEZ, 2018, p.39).

À luz desse embate, o encarecimento dos custos de produção é contrabalanceado com os investimentos em automação. Segundo Silva e Martins (2010), a grande capacidade de inversão financeira das transnacionais, somado à maior fiscalização do trabalho, impulsionou a mecanização e a inovação tecnológica nos mais diferentes setores do agronegócio. Ao mesmo tempo, proliferam-se as modificações legislativas que expressam a inserção passiva e subordinada do Brasil na economia globalizada. Já em 2012, tem-se a reformulação do Código Florestal. Em 2014, muda-se a lei de acesso ao seguro desemprego, inviabilizando esse benefício aos trabalhadores rurais com emprego condicionado à safra. Em 2017,



os retrocessos são agravados com a aprovação da reforma trabalhista: a “mais ampla modificação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), desde a sua criação, em 1943” (VALADARES; GALIZA; OLIVEIRA, 2017, p.96). Para Krein e Gimenez (2018, p.13), essa reforma “amplia o poder e a liberdade do capital para determinar as condições de contratação, uso e remuneração do trabalho”, com enfraquecimento dos sindicatos e negociações coletivas: atores

fundamentais nas novas formas de resistência à degradação social e ambiental discutidas por Silva e Martins (2010).

A terceira década do século XXI torna ainda mais aguda essas contradições. Junto ao esgotamento do superciclo de valorização das commodities, evidente desde 2014 (BREDOW; LELIS; CUNHA, 2016), o Covid 19 escancarou os desequilíbrios inerentes à globalização dos negócios (SAMPAIO JÚNIOR, 2007). Embora o agribu-

ness tenha sido um dos setores menos afetado pela pandemia (NEVES, 2020), ao apresentar-se como um modelo de produção inserido em uma matriz transnacional de fabricação de insumos e voltado para a exportação (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013), o choque foi grande. Em um país que produz “álcool de sobra”, faltou o espessante para fazer o “indispensável álcool em gel” (GIELOW, 2020). Representamos uma das maiores fábricas de comida do mundo



ao mesmo tempo em que convivemos com problemas crônicos de segurança alimentar (SILVA, 2020). Entre 2017-2018, a Pesquisa de Orçamentos Familiares estimou quase 70 milhões de domicílios no Brasil (36,7% do total) com algum grau de insegurança alimentar (IBGE, 2020a). O ano de 2020 reúne todas as condições para que esse indicador seja ainda mais dramático. Alimentos da cesta básica como arroz, feijão, leite e óleo de soja estão entre os itens que mais contribuíram com a inflação, segundo os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgados pelo IBGE (2020b) em setembro.

A crise social soma-se às crises urbana, ecológica e epidemiológica alavancadas pelo agronegócio (SILVA; MARTINS, 2010; LIMONAD, 2018; WALLACE, 2020), compondo um cenário de “inclusão ainda mais marginal de contingentes expressivos de trabalhadores”, com profundos “rearranjos territoriais” em suas principais regiões produtivas (THOMAZ JUNIOR, 2020). Esse contexto traz novas questões para a dinâmica da migração e da urbanização no Brasil, abrindo uma ampla agenda de pesquisa a respeito das “novas regionalizações” e “recortes espaciais hoje existentes no Brasil”, resultantes da difusão do agronegócio globalizado (ELIAS, 2018, p.10). Nesses enclaves produtivos (BRANDÃO,

2019), também denominados de ilhas de prosperidade (ARAÚJO, 2000; PACHECO, 1998) especializadas no atendimento das demandas internacionais (SASSEN, 1998), a produção de riqueza ocorre pari passu à expansão da pobreza e degradação ambiental (ELIAS, 2003; SILVA; MARTINS, 2010). No tocante à migração, Baeninger (2012) associa a redefinição das hierarquias socioespaciais que tradicionalmente acomodaram os processos de redistribuição espacial da população no país à emergência de novas modalidades migratórias representativas dos mecanismos de desençaixe (GIDDENS, 1992) propagados pela globalização da produção.

Orientado por essas preocupações de pesquisa, o livro divide-se em três partes principais. Levando-se em consideração as principais commodities de exportação do país, esse trabalho inicia-se pelo debate em torno do conceito de agronegócio, suas configurações espaciais, seus vínculos com os processos de redistribuição de população e de transformação na estrutura do emprego. Especial atenção é dedicada à explicação da migração internacional como fenômeno que reflete e compõe a reestruturação da atividade agropecuária, sobretudo em sua dimensão Sul-Sul (BAENINGER, 2014 e 2017). Em seguida, a reflexão volta-se para as especifi-

idades do agronegócio paulista, suas raízes históricas e os principais fluxos migratórios internos e internacionais que garantiram a força-de-trabalho demandada pelo setor. Como exemplo das mudanças na hierarquia do emprego e na cartografia migratória (SILVA; MENEZES, 2006) de uma região concreta, a última parte do livro apresenta as desigualdades socioespaciais forjadas pela difusão do agronegócio no noroeste paulista, tendo como preocupação central três segmentos: cana-de-açúcar, carne bovina e piscicultura.

Em termos metodológicos, a pesquisa conjuga dados secundários de diferentes fontes de informação (Censo Agropecuário, Pesquisas Agropecuárias Municipais, Relação Anual de Informações Sociais, estimativas de comércio exterior) com visitas exploratórias a quatro municípios do noroeste paulista (Santa Fé do Sul, Suzanápolis, Sud Menucci e Três Fronteiras). Nessas localidades, a realização de entrevistas semiestruturadas com agentes institucionais e trabalhadores dos setores de interesse permitiu identificar a emergência de novas centralidades no tecido urbano-rural regional (ELIAS, 2018), bem como visualizar trajetórias migratórias (SÁNCHEZ, 2012) elucidativas das novas conexões estabelecidas entre o noroeste paulista, o resto do país e do mundo. ■



ESPAÇOS REGIONAIS DA AGRICULTURA GLOBALIZADA E AS NOVAS MIGRAÇÕES DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

Natália Belmonte Demétrio



Reestruturação da atividade agropecuária: o que mudou?

São muitos os conceitos voltados à análise das mudanças no setor agroindustrial em tempos de globalização (SASSEN, 1998; HARVEY, 1992; SANTOS, 2013). A proposição teórica da agricultura científica e globalizada (ELIAS, 2003 e 2017), por exemplo, associa o fim do crédito público subsidiado à abertura econômica dos anos 1980 e à emergência de uma nova fase da modernização agropecuária, subordinada desde então aos interesses do capital financeiro.

Na mesma linha, Gras e Hernández (2013) identificam o agribusiness a partir de dois pilares fundamentais: a revolução tecnológica e as limitações das funções reguladoras dos Estados nacionais. No processo histórico de formação desse modelo de produção, as autoras ressaltam dois pontos de convergência principais: um, em meados do século XX, quando se

popularizaram o uso de insumos industriais na agricultura; e outro, já nos anos 1980, quando a crise da dívida externa na América Latina inseriu a atividade agropecuária desses países dentro de uma matriz transnacional de produção de insumos, impulsionando os sistemas de crédito oferecidos pelas multinacionais e uma nova divisão global do trabalho agrícola (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013).

Também o conceito de organização em rede do agronegócio (MAZZALI, 2000) destaca o relativo desmonte dos Complexos Agroindustriais (CAI) da década de 1970 (DELGADO, 1985), com suas estruturas de integração intersetorial reconfiguradas diante da liberalização econômica e desadensamento de diversas linhas de produção nacionais, seguindo uma tendência de “substituição de fornecedores locais por importados” (BRANDÃO, 2007, p.157). Em contraposição à maior coesão do CAI, costurado pelo financiamento público dentro de um projeto nacional de desenvolvimento, a organi-

zação em rede do agronegócio caracteriza-se pelo caráter mais frouxo da relação entre seus agentes econômicos, seja em função das mudanças na forma de pagamento entre produtores rurais e agroindústria – atrelando o preço do produto à cotação da commodity na bolsa de valores –, seja por conta da multiplicação das terceirizações como estratégia de redução de custos fixos no setor (MAZZALI, 2000).

De forma semelhante, a bibliografia sobre complexos agroindustriais transnacionais, ou macro-CAI (SILVA, 1994), chama atenção para a reformulação do equilíbrio de forças decorrente da globalização. Na interpretação deste autor, a emergência de novos grupos de poder e as redefinições do papel do Estado alteraram a 'orquestração de interesses' característica do CAI dos anos 1970. As corporações multinacionais, agências de investimento, de inovação tecnológica, de publicidade e propaganda compõem novos atores que, juntamente com os tradicionais (agricultores e industriais) se enfrentam e se cooperam. Sem capacidade de crédito para financiamento da produção, o Estado passa a se destacar como árbitro do conflito entre tais agentes (SILVA, 1994).

Em comum, esses diferentes aportes teóricos evidenciam as mudanças no papel do Estado (HARVEY, 1992; HERÉDIA et al, 2010), o alto ritmo de inovação tecnológica (ELIAS, 2003; GRÁS; HERNANDEZ, 2013) e a centralidade das reformas neoliberais na garantia à maior circulação do dinheiro, alavancando o processo de fusão e aquisição entre diferentes

capitais e a formação das corporações transnacionais (HARVEY, 1992). Dentre os principais grupos que comandam o agronegócio no Brasil, Corrêa (2012) distingue tanto empresas de origem nacional (como JBS, Brasil Foods, Fisher), quanto de origem estrangeira (Bunge, ADM, Louis Dreyfus, Cargil), com atuação privilegiada nos segmentos de carne, grãos e sucroenergético. Sob intervenção dessas organizações, estrutura-se uma atividade agropecuária regida por parâmetros globalizados de preços, formas de organização do trabalho e da produção, com rompimento das solidariedades orgânicas construídas em nível local e regional (SANTOS, 2013).

Impulsionada por uma especialização produtiva mais potente, o comportamento desses capitais induz a formação de regiões competitivas agroindustriais (CASTILLO; FREDERICO, 2010), regiões produtivas do agronegócio (ELIAS, 2017), plataformas transnacionais de commodities (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013) ou arranjos urbanos-rurais regionais (DEMÉTRIO, 2017), onde se concentram a redefinição da dinâmica da população trazida pelo agronegócio (CANALES; CANALES, 2013), as transformações na hierarquia do emprego (ELIAS, 2003b; GRAS; HERNÁNDEZ, 2013), na estrutura produtiva e fundiária de diferentes regiões. Sem a pretensão de esgotar as múltiplas faces da reestruturação produtiva desencadeada pela ação dessas empresas, nos diversos segmentos em que atuam (CASTILLO; FREDERICO, 2010; CORRÊA, 2012; MAZZALI, 2000),

esse trabalho ilumina – ainda que de modo preliminar – apenas uma dimensão dessas mudanças: a presença de imigrantes internacionais em diferentes setores produtivos (soja, cana-de-açúcar, carne de frango, celulose, carne bovina e café) e em diferentes estratos ocupacionais, desde as ocupações de maior qualificação – os trabalhadores do conhecimento (FLORIDA, 2014) – até os cargos para os quais são exigidas menor escolaridade: os assalariados rurais do agronegócio (RIELLA; MASCHERONI, 2015).

As configurações socioespaciais do agronegócio e os estudos sobre redistribuição espacial da população

A consolidação do Brasil na divisão internacional do trabalho como um dos principais produtores de commodities do mundo (CANO, 2011) cimeta novas articulações entre cidades e regiões do país (BRANDÃO, 2007). Canales e Canales (2013), ao analisarem as inter-relações entre urbanização, globalização da agricultura e divisão internacional do trabalho, discutem a emergência de um novo modelo de desenvolvimento na América Latina, no qual são fortalecidas espacialidades rurais que rompem com os tradicionais fluxos campo-cidade e a chamada transição urbana. Diferente do modelo vigente entre os latino-americanos até meados do século XX, a atual dinâmica de produção de commodities diferencia-se por apresentar um

padrão de residência urbano e por refletir um contexto mais amplo de crise da industrialização por substituição das exportações (CANALES; CANALES, 2013). No conjunto, esses processos reforçam o fenômeno denominado pelos autores de agropolização: a combinação de um padrão de residência urbano à dinâmica de acumulação agrário-exportadora, com emergência de uma ampla variedade de cidades agrárias, onde são adensados os vínculos globais através da produção e processamento de commodities (CANALES; CANALES, 2013).

Outras pesquisas no Brasil (ELIAS, 2017; BERNARDES, 2007) e na América Latina (RIELLA; MASCHERONI, 2015; GRAS; HERNÁNDEZ, 2013) também associam o agronegócio à formação de novas frentes de crescimento econômico e populacional. Desde essa perspectiva, impõe-se como agenda de pesquisa avançar no entendimento da relação entre reestruturação da atividade agropecuária e a constituição de “outras áreas de recepção, absorção e retenção” de população, que passam a “dividir com as antigas regiões metropolitanas os destinos migratórios” em território nacional (BAENINGER; OJIMA, 2008, p.132).

É nesse sentido que a proposição teórica dos arranjos urbanos-rurais regionais (DEMÉTRIO, 2017) pode contribuir. Construídos à luz de circuitos espaciais da produção (CASTILLO; FREDERICO, 2010) de diferentes commodities, esses arranjos concentram a ampla gama de processos de redistribuição de população associados à agricultura científica e globalizada

(ELIAS, 2003). Esses processos não se reduzem ao esvaziamento demográfico do campo (SINGER, 1980), nem se limitam aos pressupostos da agricultura científica e globalizada (ELIAS, 2003). São híbridos. Sobressaem-se pela heterogeneidade dos múltiplos lugares que abarcam, onde a produção de commodities disputa e convive com outras formas de organização social historicamente construídas no território (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013).

Distantes do tradicional conceito de região – um espaço contíguo, organizado segundo redes funcionais hierárquicas (SANTOS, 1993) – os arranjos urbanos-rurais regionais (DEMÉTRIO, 2017) sobressaem-se por seus limites cambiantes, não contíguos, entremeados por áreas que ora inserem-se nos mercados globais, ora são excluídas (REBORATTI, 2003), conformando espacialidades multiescalares e em constante recomposição (MOURA, 2009). Tampouco conformam territórios no sentido clássico, já que são dinamizados por interesses políticos e financeiros alheios ao lugar (REBORATTI, 2003).

A constituição de diferentes arranjos urbanos-rurais regionais também não deve ser interpretada à luz da desconcentração produtiva preconizada pelos planos antigos nacionais de desenvolvimento (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988), onde a constituição de complexos agroindustriais (DELGADO, 1985) alavancou atividades industriais centradas na transformação de commodities específicas (TARTAGLIA; OLIVEIRA, 1988), reforçando uma

hierarquia regional desde os princípios do nacional-desenvolvimentismo (BRANDÃO, 2007). Por comporem uma teia de valorização financeira de dimensões globais (SASSEN, 1998), os arranjos urbanos-rurais regionais materializam outras escalas de poder (BRANDÃO, 2007), novos espaços da migração (BAENINGER, 1999). Refletem, assim, os eixos de crescimento econômico associados à fragmentação da nação (PACHECO, 1998) e às metamorfoses do processo de urbanização alavancadas pelo agronegócio (CANALES; CANALES, 2013).

Em termos metodológicos, a delimitação dessas áreas privilegiadas de reprodução do agronegócio constitui o calcanhar de Aquiles para os estudos de desenvolvimento regional (REBORATTI, 2003). Por um lado, é preciso fixar limites, de modo a avançar em suas dimensões descritivas a partir das estatísticas oficiais. Por outro, não se pode esquecer que a espacialidade das dinâmicas globais “não delimita ‘regiões, mas sobretudo ‘desfaz fronteiras territoriais, transborda limites” (BRANDÃO, 2007, p.71). Através do mapeamento das estimativas de produção agropecuária dos Censos Agropecuários 2006 e 2017, esse trabalho constitui um primeiro esforço de construção dos arranjos urbanos-rurais regionais (DEMÉTRIO, 2017) da soja, do café, da celulose, da cana-de-açúcar, da carne de frango, da carne bovina e da laranja.

A emergência desses distintos arranjos urbanos-rurais regionais reforça a especialização produtiva em diferentes espaços do terri-

tório nacional, trazendo à tona novas questões para os estudos sobre redistribuição espacial da população. Sobretudo no período intercensitário, analisar as recomposições dessas espacialidades apresenta-se como um exercício fundamental no estudo sobre os rumos da migração interna e internacional em território nacional (BAENINGER, 2014).

Globalização da agricultura e migrações Sul-Sul: primeiras aproximações

Paralelamente ao fortalecimento de determinados espaços produtivos do interior, a globalização da agricultura incide em alterações na dinâmica das relações exteriores do Brasil (MANRIQUE, 2012). As raízes dessa nova inserção global remontam às mudanças geopolíticas em curso desde finais do século XX (HARVEY, 1992; SASSEN, 1998). A emergência de um novo regime de acumulação – denominado por Harvey (1992)¹ de acumulação flexível e por Sassen (1998) de globalização – vem como resposta a uma secular crise de

superprodução, subconsumo, desemprego e concentração de capitais que, originada nos países centrais na década de 1970, espalhou-se para os países periféricos nos anos 1980 e 1990. Nesse contexto, as antigas fábricas assumem a forma de empresas transnacionais, cujas inovações na dinâmica de gestão, fabricação e distribuição de mercadorias reconfiguram a divisão internacional do trabalho (SASSEN, 1998; HARVEY, 1992).

Ao reposicionar a inserção dos países na hierarquia transnacional de poder (GLICK SCHILLER, 2007), essa nova forma de organização da produção tanto reitera antigas centralidades, alçando os principais centros de acumulação do mundo à condição de cidades globais especializadas na coordenação dos investimentos (SASSEN, 1998), como criam novas frentes de crescimento econômico a partir do gradativo deslocamento das atividades produtivas para o Sul Global, onde os salários mais baixos e a existência de leis trabalhistas e ambientais mais flexíveis barateiam os custos de produção (MANRIQUE, 2012). No escopo dessas transformações, o relativo processo de desindustrialização dos EUA e Europa – resultado de uma economia pautada crescentemente nos serviços – articula-se à consolidação da China como principal fábrica do mundo e numa voraz consumidora de matérias-primas, historicamente produzidas nos países da América Latina, da África e Ásia (MANRIQUE, 2012). Por essa razão, o chamado efeito China tem relações diretas no aumento das relações

¹ Harvey (2013) questiona o termo globalização devido à origem empresarial do conceito, que mascara as condições de classe das transformações que explica, de modo a apresentar um mundo sem fronteiras. De fato, as reformas neoliberais derrubaram várias barreiras ao comércio exterior e permitiram “o fluxo relativamente livre do capital no mundo todo” (HARVEY, 2013, p.30). No entanto, as fronteiras à movimentação de determinados grupos permanecem. Nas palavras de Vainer (2001, p.183): “o mundo desterritorializado e sem fronteiras de uns é o mesmo mundo territorializado e quetificado de outros”.

comerciais Sul-Sul (MANRIQUE, 2012) e na emergência da chamada 'agroinflação' (HAGE; PEIXOTO; VIEIRA FILHO, 2012).

Segundo Prates e Marçal (2008), a partir de 2002, os preços de diversas commodities começaram a subir, depois de quase vinte anos de estagnação (PRATES; MARÇAL, 2008). Inicialmente, tal recuperação foi associada às perdas de safras decorrentes das mudanças climáticas, em especial ao fenômeno El Niño. No entanto, mesmo equacionados os problemas de oferta, a retomada do crescimento da economia global – influenciada sobretudo pela China e vários outros países emergentes – alavancou tanto o preço dos alimentos quanto das commodities metálicas e energéticas (PRATES; MARÇAL, 2008). Bredow, Lélis e Cunha (2016, p.701) destacam, ainda, as consequências da chamada "financeirização dos mercados de commodities". Na mesma linha,

Sessa, Simonato e Domingues (2015, p.5) discutem como a queda na taxa básica de juros dos EUA "estimulou investimentos alternativos aos títulos do tesouro norte-americano, notadamente em derivativos relacionados a commodities", cuja demanda encontrava-se em plena expansão.

Na interpretação dos autores, a desregulamentação dos mercados e as inovações financeiras reforçaram a criação de uma bolha especulativa em torno da produção de bens primários, o que possibilitou melhora nos termos de troca da economia brasileira e demais países exportadores de matérias-primas (PRATES; MARÇAL, 2008; BREDOW; LÉLIS; CUNHA, 2016). Dentre os efeitos positivos desse fenômeno, a bibliografia citada destaca a aceleração do crescimento da renda no Brasil, a elevação dos investimentos produtivos, a melhoria nas condições de solvência e liqui-

dez da economia, ampliação de reservas internacionais e de geração de receitas em moedas conversíveis, expansão do emprego, aumento da arrecadação de impostos e melhoria das contas públicas (PRATES; MARÇAL, 2008; BREDOW; LÉLIS; CUNHA, 2016). Por outro lado, a elevação da taxa básica de juros americana, evidente desde 2015, induziu uma “desova de estoques de commodities, com efeitos depressivos sobre seus preços” (PRATES; MARÇAL, 2008, p.188), encerrando o chamado superciclo de valorização desses produtos (BREDOW; LÉLIS; CUNHA, 2016). Nas palavras dos autores, “toda bolha especulativa contém sementes de sua própria destruição” (PRATES; MARÇAL, 2008, p.188).

O engate do país no ciclo de expansão da economia e do comércio mundiais foi favorecido pela “diversificação geográfica das exportações brasileiras em direção aos mercados

não tradicionais”, como a China e “demais países da região Ásia-Pacífico” (PRATES; MARÇAL, 2008, p.173). Nesse contexto, altera-se não apenas a composição da pauta exportadora brasileira – crescentemente dependente da produção de commodities – como também os principais parceiros comerciais do Brasil (PRATES; MARÇAL, 2008, p.173).

Com base nas estimativas divulgadas pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviço², nove dos dez principais produtos de exportação do país são commodities agromineiras. À exceção dos automóveis de passageiros – vendidos majoritariamente para outros países da América Latina – as demais mercadorias dis-

2 Disponível em <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/base-de-dados-do-comercio-exterior-brasileiro-arquivos-para-download>, acesso em 9/8/2018.

criminadas (soja, minério de ferro, óleos brutos de petróleo, açúcar, carne de frango, celulose, carne bovina e café) respondem por nada menos que 45% das exportações de 2017: quase U\$100 bilhões (MDIC, 2018).

Levando-se em consideração a soja, principal produto brasileiro de exportação (11,81% do valor total das exportações), quase 79% das vendas foram para a China (MDIC, 2018). O açúcar, outro produto de importância significativa no comércio internacional brasileiro, também é majoritariamente comercializado entre países do Sul Global: Bangladesh, Índia, Argélia, Malásia, Egito, Iraque, Emirados Árabes Unidos, Nigéria, Marrocos e Arábia Saudita estão entre os principais. No comércio exterior de carne de frango, destacam-se Arábia Saudita, Japão e China; de celulose, China, EUA e Holanda; de carne bovina, Hong Kong, China, Irã e Egito. Apenas nas exportações de café sobressaem os velhos parceiros comerciais: EUA, Alemanha, Itália, Japão e Bélgica estão entre os principais compradores (MDIC, 2018).

Segundo Baeninger (2017), a inserção brasileira nessa nova divisão internacional do trabalho altera a composição de seus imigrantes internacionais, com fortalecimento dos fluxos Sul-Sul sem raízes históricas no país. Para a autora, além das questões geopolíticas e comerciais, deve-se considerar também o fechamento das fronteiras do Norte Global (PHELPS, 2014), os avanços da legislação brasileira no tocante ao acesso à documentação (ASSIS, 2018), as redes de imigrantes historicamente existentes em território nacional (TRUZZI, 2008) e o acelerado ritmo da transição demográfica no país, fenômeno que – embora bastante desigual social e espacialmente (CGEE, 2008) – demandará, cada vez mais, a combinação da migração interna e internacional na produção de uma população excedente necessária à acumulação de capital (BAENINGER, 2014).

O conjunto dessas transformações contribui para a participação crescente de imigrantes internacionais em diferentes setores e estratos ocupacionais do agronegócio (ELIAS, 2003;

GRAS; HERNÁNDEZ, 2013). Seja por pressupor uma dinâmica produtiva altamente dependente dos mercados externos (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013) – fortalecendo a constituição de espaços transnacionais de intensa circulação de capital, trabalho e mercadoria (SASSEN, 1998), em especial no âmbito das relações Sul-Sul (MANRIQUE, 2012) – seja por marcar inovações radicais nos processos produtivos e de gestão – com mobilização de novas identidades profissionais que reconfiguram a hierarquia ocupacional do setor (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013) – a relação entre migração internacional e agronegócio é atravessada por mudanças associadas à maior mobilidade do capital e do trabalho (SASSEN, 1998) e à uma hierarquia ocupacional mais desigual (ELIAS, 2003; GRAS; HERNÁNDEZ, 2013). Desde esse enfoque, o item a seguir recupera um debate sobre transformações na estrutura do emprego agropecuário e migração internacional, apontando os caminhos metodológicos utilizados na pesquisa para a análise desse fenômeno.

Agronegócio, migração internacional e mercado de trabalho no Brasil

Na interpretação de Sassen (1998, p.132 e 137), a globalização criou um “mix das características do emprego”, que “vão do altamente sofisticado ao muito primitivo”, com profundas alterações na hierarquia sócio ocupacional dos mais diferentes setores. Para a autora, a economia globalizada combina a complexidade da estrutura produtiva intensiva em ciência e tecnologia com formas brutais e primitivas de superexploração do trabalho, aprofundando a exclusão e a desigualdade social (SASSEN, 2014).

De modo semelhante, Elias (2003) aponta para a reformulação da estrutura de comando da atividade agropecuária moderna, cuja gerência cada vez mais cabe a um grupo de técnicos administradores, planejadores da produção desde um escritório em uma cidade a centenas de quilômetros. No entanto, junto à criação de novas ocupações de comando e

controle, tem-se também a expansão do trabalho precário, instável e mal remunerado, fazendo da agricultura científica e globalizada uma atividade demasiadamente estratificada, que “tem numa ponta o proletário agrícola e na outra uma gama de trabalhadores especializados” (ELIAS, 2003b, p.330).

Segundo Bernardes (2007), mesmo diante da automação crescente dos processos produtivos na agropecuária, suas áreas de expansão concentram a criação de empregos no Brasil. Riella e Mascheroni (2015) também identificam situação semelhante em diversos outros países latino-americanos. Segundo os autores, são nas áreas de reprodução privilegiada do agronegócio onde mais e mais empregos são criados, embora com pouca estabilidade, maior intensificação da exploração do trabalho e baixa qualidade quanto às garantias trabalhistas (RIELLA; MASCHERONI, 2015).

Para uma análise panorâmica do acirramento das desigualdades sócio ocupacionais no agronegócio brasileiro, para os setores com maior participação na pauta exportadora do país (soja, cana-de-açúcar, café, celulose, carne de frango e carne bovina, além da laranja), a pesquisa recorre às estimativas de vínculos empregatícios no mercado de trabalho formal (Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/Ministério da Economia)³. Através do quesito “subclasse de

atividade” foram construídos os segmentos de interesse (Quadro 1).

Selecionados os setores, as partes seguintes desse capítulo analisam a evolução dos vínculos de emprego formal por município, escolaridade, ocupação e nacionalidade em cada um dos setes ramos de atividades considerados. Às informações da RAIS, somam-se as estimativas de evolução da produção de soja, café, laranja, eucalipto, cana-de-açúcar e do rebanho de bovinos e aves, entre 1974 a 2017, oferecidas pelas Pesquisas Agropecuárias Municipais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, além dos dados produzidos no âmbito do Censo Agropecuário de 2006 e 2017.

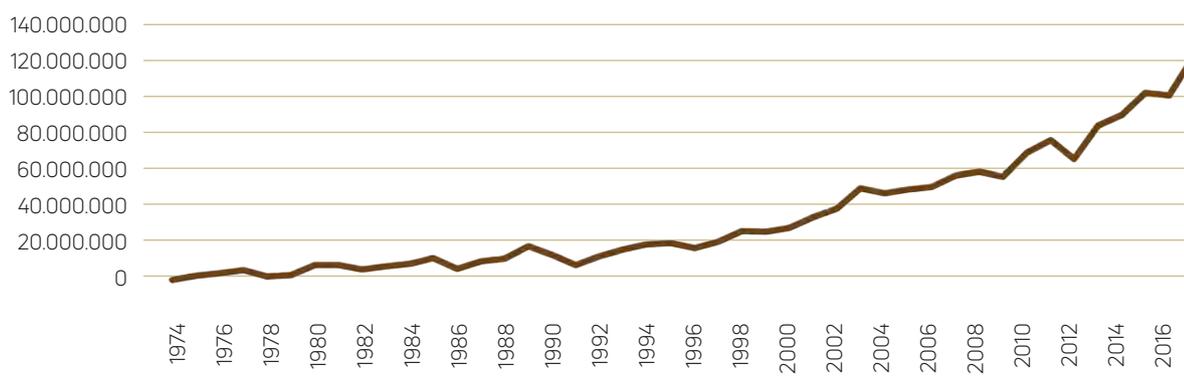
Arranjo produtivo da soja

Eleita como carro-chefe das mudanças na base técnica da produção agrícola brasileira, o complexo produtivo da soja foi amplamente favorecido pela Revolução Verde da década de 1960/70, momento no qual o protagonismo das políticas públicas favoreceu a ampliação das áreas de cultivo nas fronteiras agrícolas

³ As informações da RAIS derivam das declarações obrigatórias que empresas registradas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) fazem anualmente junto ao sistema eletrônico do Ministério do Trabalho brasileiro. A base contempla todos os registros de trabalho no mercado

formal em 31 de dezembro do ano de referência. As informações disponíveis, segundo nacionalidade presente no registro, apresentam periodicidade anual e abrangência nacional, sendo possível desagregá-las até o nível municipal. Por sua compatibilização com a Classificação Brasileira de Ocupação e periodicidade, tais fontes se destacam como principal fonte de informação sobre dinâmica do mercado de trabalho formal brasileiro. Dentre as limitações observadas nota-se que: há possibilidade de dupla-contagem do trabalhador que apresente mais de um registro de trabalho ativo; a não abrangência do mercado de trabalho autônomo e informal e possíveis erros de preenchimento do formulário online (BAENINGER et al, 2017).

GRÁFICO 1. Quantidade produzida (em toneladas) de soja em grão. Brasil, 1974 a 2017.



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

do Centro-Oeste, seja por garantirem subsídios abundantes na compra de máquinas e insumos, preços mínimos, seja pelos investimentos em ciência e tecnologia e criação de sementes transgênicas adaptadas às condições ambientais do cerrado (ESPÍNDOLA; CUNHA, 2015).

Nas décadas de 1980 e 1990, a depressão nos preços das commodities agrícolas, aliado à crise do Estado, alteram a dinâmica desse segmento (MAZZALI, 2000). A reestruturação produtiva engendrada pelos principais grupos que comandavam o setor (Sadia, Perdigão, Ceval) intensificaram o entrelaçamento da cadeia grãos-carne, por meio de um intenso processo de fusão de capitais (MAZZALI, 2000). As condições adversas do mercado externo (sobretudo às políticas protecionistas dos EUA e Europa), somada à importância

do mercado interno de consumo de carnes, fortaleceu a produção de soja voltada para o abastecimento doméstico (MAZZALI, 2000).

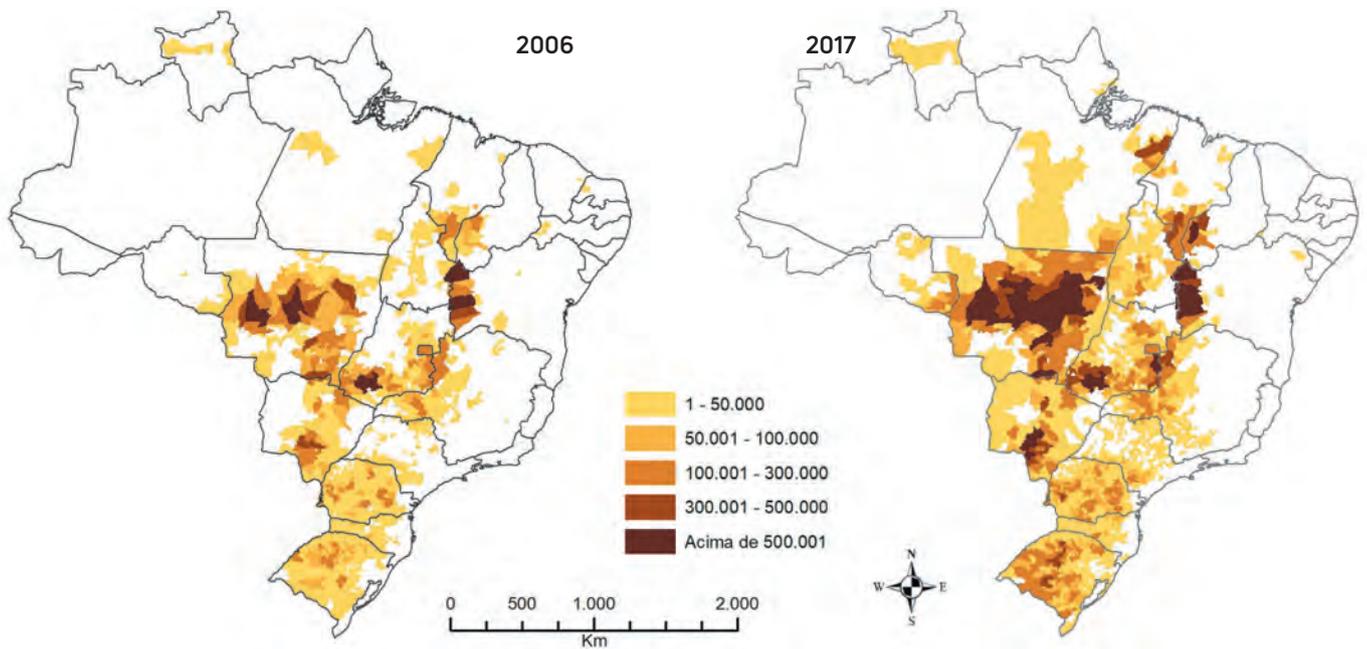
Esse fenômeno altera-se a partir dos anos 2000, quando o aumento da demanda internacional (sobretudo entre os países emergentes) e a recuperação dos preços levaram ao crescimento das exportações (ESPÍNDOLA; CUNHA, 2015). Todavia, diante da importância da soja na economia nacional, a produção para exportação foi possível graças à significativa expansão das áreas de cultivo (ESPÍNDOLA; CUNHA, 2015). Nesse contexto, a produção de soja tem crescido a ritmos impressionantes (Gráfico 1), alcançando a casa dos quase 120 milhões de toneladas em 2017: doze vezes a produção de 1974, próxima aos 10 milhões de toneladas, e o triplo da produção estimada no começo dos anos 2000

QUADRO 1. Classes de atividade consideradas no setor da celulose, sucroenergético, da soja, café, carne bovina e de frango, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) versão 2.0

SETORES	CÓDIGO CNAE	SUBCLASSE DE ATIVIDADE
Sucroenergético	113000	Cultivo de cana-de-açúcar
	1071600	Fabricação de açúcar bruto
	1072401	Fabricação de açúcar refinado
	1931400	Fabricação de álcool
Soja	115600	Cultivo de soja
	1041400	Fabricação de óleos vegetais bruto, exceto óleo de milho
	1042200	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho
	1066000	Fabricação de alimentos para animais
Café	134200	Cultivo de café
	1081301	Beneficiamento de café
	1081302	Torrefação e moagem de café
	1082100	Fabricação de produtos a base de café
Celulose	1710900	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel
	210101	Cultivo de eucalipto
Carne bovina	151201	Criação de bovinos para corte
	1011201	Frigorífico abate de bovinos
Carne de frango	155501	Criação de frangos para corte
	101201	Abate de aves
Laranja	131800	Cultivo de laranja
	1033301	Fabricação de suco concentrado de frutas, hortaliças e legumes

Fonte: Extraído de Fundação IBGE, Comissão Nacional de Classificação (CONCLA). Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/estrutura/atividades-economicas-estrutura/cnae>. Acesso 31/8/2018.
 Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

FIGURA 1. Quantidade produzida (em toneladas) da soja em grão. Brasil, segundo municípios, 2006 e 2017



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, Tabela 822; Censo Agropecuário 2017, Tabela 6957. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

(cerca de 40 milhões de toneladas) (Gráfico 1).

Nesse contexto, as tradicionais áreas de cultivo do Sul do Brasil deslocam-se cada vez mais para o norte do país, atravessando o Centro-Oeste até alcançar o extremo oeste da Região Nordeste (Figura 1). Dentre as regiões com grande potencial de crescimento no setor, Espíndola e Cunha (2015) identificam as pastagens do Mato Grosso e na região do MATOPIBA⁴, na divisa en-

tre Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia (Figura 1).

O aumento da produção associa-se ao crescimento paulatino e sustentado dos vínculos empregatícios no setor, que passou de 123.142 registros em 2006, para 213.867 em 2017 (Tabela 1). Entre os imigrantes internacionais, esse crescimento foi de 104 para 531, desta-

ca proposta pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica – GITE da EMBRAPA [...], reunindo um total de 337 municípios nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia” (ESPÍN-DOLA; CUNHA, p.233-234, 2015).

4 “A região do Matopiba é uma delimitação geográfi-

cando-se os paraguaios (presentes desde o começo do período analisado) e, desde 2012, os haitianos (Tabela 1).

Ainda que a principal região produtora seja o Mato Grosso, a região do MATOPIBA, Goiás e Mato Grosso do Sul (Figura 1) – áreas que concentram a maioria dos vínculos de trabalho de brasileiros (Figura 2) – os imigrantes internacionais estão majoritariamente no Sul do país, sobretudo os haitianos (Figura 2). Acompanhando os caminhos da soja em território nacional (ESPÍNDOLA; CUNHA, 2015), os paraguaios distribuem-se do oeste paranaen-

se, sul do Mato Grosso do Sul, alcançando os estados do Mato Grosso, Bahia, Piauí e Maranhão (Figura 2).

A despeito do aumento considerável dos vínculos empregatícios, entre os brasileiros, para o período 2010 e 2017, verifica-se diminuição dos contratos de trabalho de analfabetos (de 2.001 para 1.872) e com o ensino fundamental incompleto ⁵ (de 63.353 para 60.370) (Tabela

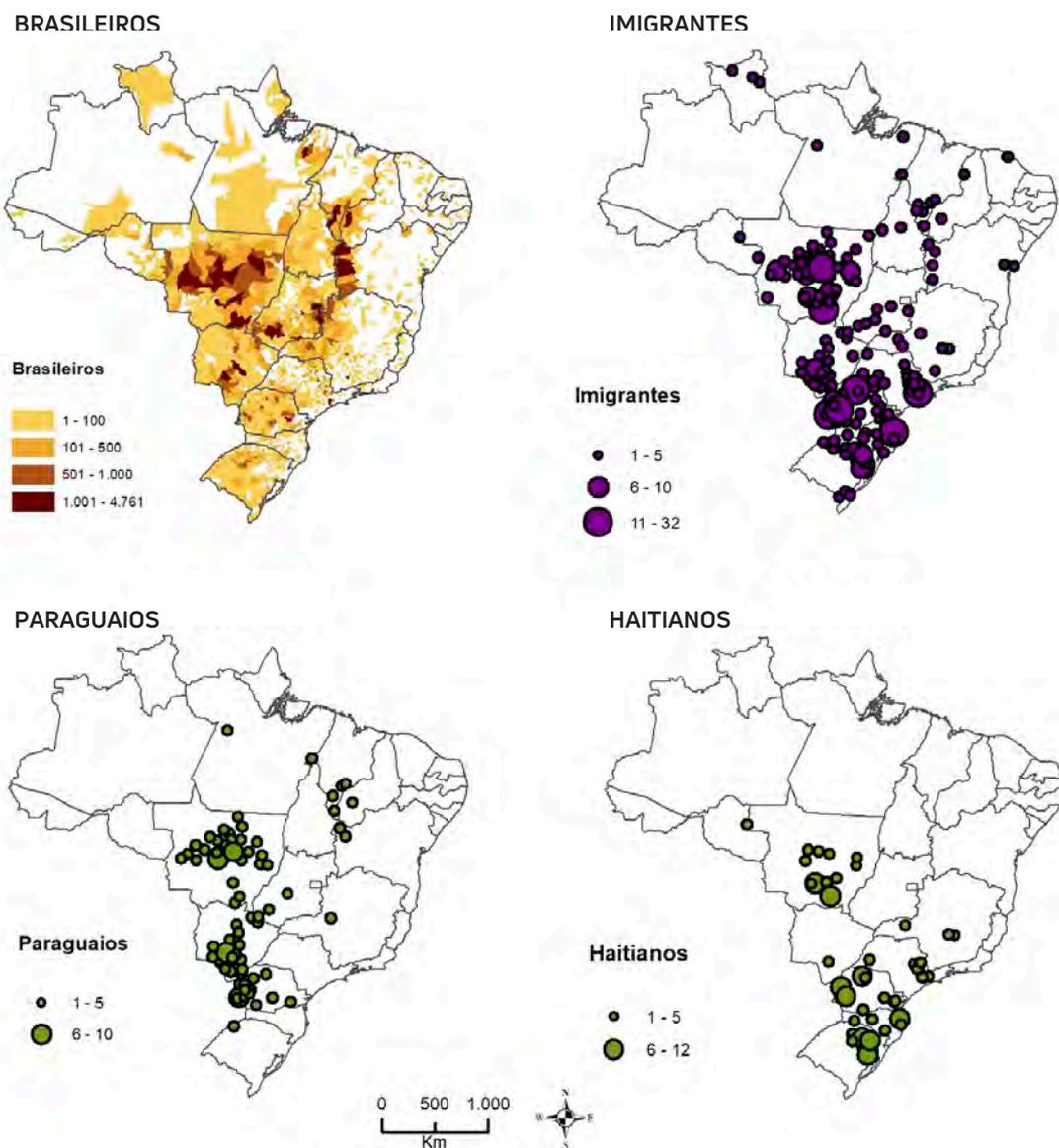
⁵ Considera-se como ensino fundamental incompleto a somatória das faixas de escolaridade “até 5ª incompleto”, “5ª completo fundamental” e “6ª a 9ª fundamental”.

TABELA 1. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no segmento da soja, segundo principais nacionalidades. Brasil, 2006 a 2017

ANO	BRASILEIRA	IMIGRANTES	PARAGUAIA	HAITIANO	TOTAL
2006	123.038	104	10	0	123.142
2007	133.707	107	8	0	133.814
2008	144.658	114	14	0	144.772
2009	149.601	134	19	0	149.735
2010	160.228	137	21	0	160.365
2011	167.368	147	38	0	167.515
2012	178.184	178	71	7	178.362
2013	185.198	264	90	33	185.462
2014	196.829	391	115	92	197.220
2015	204.992	524	147	187	205.516
2016	207.224	491	169	132	207.715
2017	213.336	531	171	156	213.867

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo/NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

FIGURA 2. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12/2017, no segmento da soja, segundo principais nacionalidades. Brasil, por município do vínculo de trabalho.



Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

1). Ao mesmo tempo, tem-se aumento importante dos registros com maior escolaridade, em especial os com ensino médio e superior completos, cujos totais passaram de 40.841 para 76.712 e 10.516 para 19.429, respectivamente, nesse mesmo período (Tabela 2).

Considerando o mesmo período, entre os imigrantes internacionais, o aumento dos vínculos com médio e superior completos também foi expressivo (de 21 para 182 e 74 para 97). No entanto, verifica-se também crescimento dos registros de analfabetos e com fundamental incompleto (Tabela 2).

Quanto à ocupação, para todos os grupos houve aumento de registros: dos trabalhado-

res de bens e serviços industriais, aos trabalhadores agropecuários, técnicos de nível médio, profissionais das ciências e das artes, até os dirigentes de empresas, tanto entre brasileiros, como entre imigrantes internacionais (Tabela 3). Contudo, entre imigrantes, o crescimento foi mais expressivo nos trabalhadores agropecuários (de 14, em 2006, para 170, em 2017) e de produção de bens e serviços industriais (Grupo 7) (de 5, em 2006, para 101, em 2017) (Tabela 3). Tal fato reforça a tendência já anunciada pela análise da escolaridade, segunda a qual se acentua a inserção de imigrantes internacionais sobretudo na base da pirâmide sócio ocupacional.

TABELA 2. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no segmento da soja, segundo escolaridade. Brasil, 2006, 2010 e 2017

ESCOLARIDADE AGREGADA APÓS 2005	BRASILEIROS			IMIGRANTES INTERNACIONAIS		
	2006	2010	2017	2006	2010	2017
Analfabeto	1.688	2.001	1.872	0	0	8
Até 5a Incompleto	14.674	16.758	16.322	4	5	41
5a Completo Fundamental	18.360	17.046	14.338	4	4	15
6a a 9a Fundamental	25.901	29.549	29.710	4	6	64
Fundamental Completo	19.208	24.799	28.333	8	9	63
Médio Incompleto	10.141	14.289	21.119	5	8	53
Médio Completo	23.731	40.841	76.712	23	21	182
Superior incompleto	3.170	4.429	5.501	3	10	8
Superior Completo	6.165	10.516	19.429	53	74	97
Total	123.038	160.228	213.336	104	137	531

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo/NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

TABELA 3. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no segmento da soja, segundo grandes grupos ocupacionais. Brasil, 2006, 2010 e 2017

GRANDES GRUPOS OCUPACIONAIS	BRASILEIROS			IMIGRANTES INTERNACIONAIS		
	2006	2010	2017	2006	2010	2017
1 - Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	3.750	5.230	7.818	38	51	59
2 - Profissionais das ciências e das artes	2.345	3.521	5.240	9	17	18
3 - Técnicos de nível médio	5.781	7.815	10.678	9	5	16
4 - Trabalhadores de serviços administrativos	10.739	15.288	21.434	16	16	39
5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	9.577	12.103	17.272	4	5	35
6 - Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	55.306	67.050	86.599	14	27	170
7 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	16.886	26.579	36.436	5	8	101
8 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	14.085	17.054	19.599	5	4	82
9 - Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	4.556	5.576	8.245	4	4	11
Não classificado	13	12	15	0	0	0
Total - Segmento da Soja	123.038	160.228	213.336	104	137	531

Nota: O Grupo 7 concentra os trabalhadores de produção extrativa, da construção civil e da produção industrial de processos discretos, que mobilizam habilidades psicomotoras e mentais voltadas primordialmente à forma dos produtos, enquanto no Grupo 8 concentram-se os trabalhadores que operam processos industriais contínuos, que demandam habilidades mentais de controle de variáveis físico-químicas de processos. Informação disponível em: www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/informacoesGerais.jsf;jsessionid=YBWZopZ01DCTYLr25ZNLnOGy.slave19.

Acesso 5/10/2019.

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

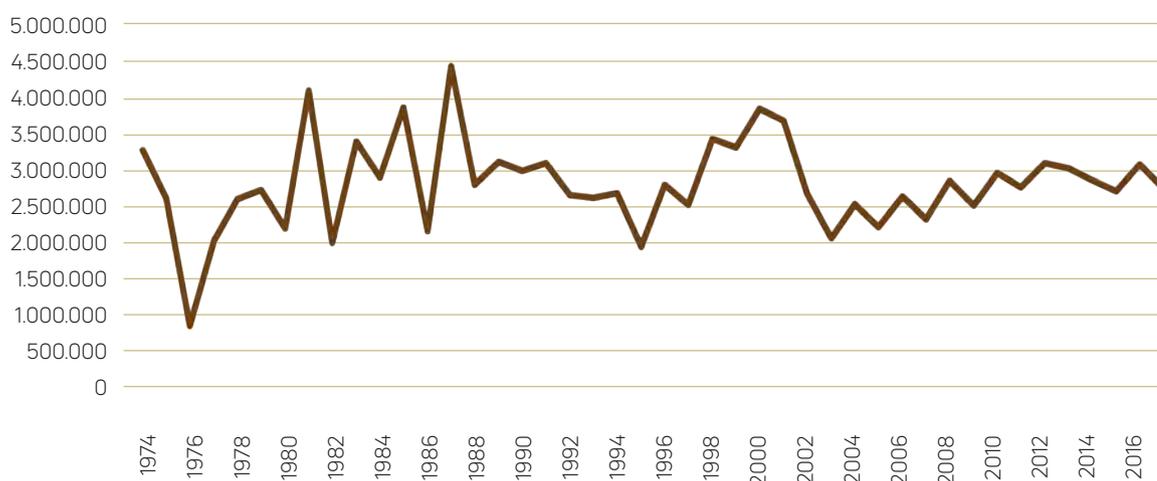
Arranjo produtivo do café

Dentre todos os produtos selecionados, o café destoa-se por apresentar uma produção bastante oscilante desde os anos 1970 (Gráfico 2). Segundo Frederico (2014), a intensa variação da produção reflete as flutuações de preço dessa commodity no mercado internacional e os custos relativamente altos de sua produção, seja pelo encarecimento considerável dos insumos, seja pela quantidade de força-de-trabalho empregada: a maioria das regiões produtoras apresentam relevo acidentado, dificultando a mecanização dos processos produtivos (FREDERICO, 2014; CASTILLO; FREDERICO, 2010).

Ademais, vale ressaltar que os principais compradores do café brasileiro (EUA, Alemanha, Itália, Japão e Bélgica), por sua própria dinâmica da população, apresentam tendência de crescimento da demanda estagnada.

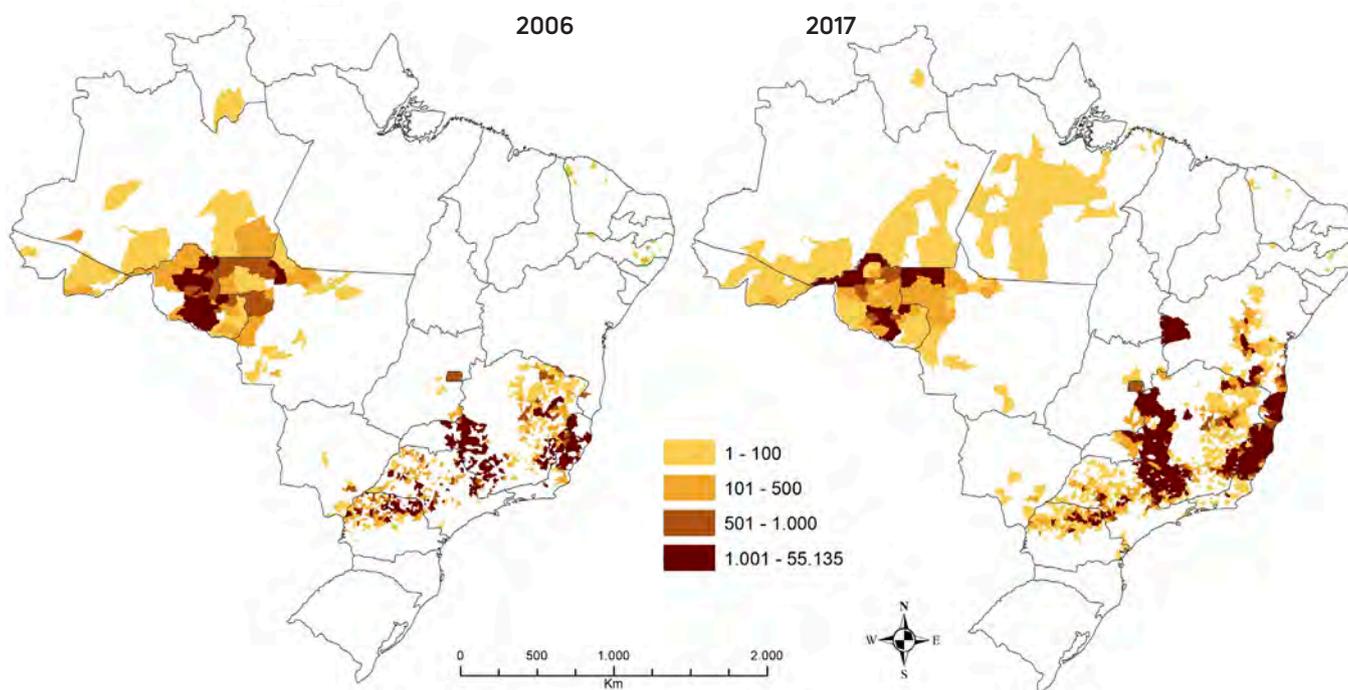
Na interpretação de Frederico (2014), as características específicas do circuito espacial produtivo do café, entremeado por variadas esferas intermediárias de acumulação (do cafeicultor, ao corretor de café, às empresas de torra e moagem e, por fim, às comercializadoras), acaba reforçando os baixos preços desse produto a nível do produtor. Também a crescente “desregulamentação” desse mercado (fim dos Acordos Internacionais e dos institu-

GRÁFICO 2. Quantidade produzida (em toneladas) de café em grão. Brasil, 1974 a 2017



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

FIGURA 3. Quantidade produzida (em toneladas) de café arábica e canephora (em grão verde), considerando apenas os estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés. Brasil, segundo municípios, 2006 e 2017



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, Tabela 1179; Censo Agropecuário 2017, Tabela 6955.

Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

tos nacionais responsáveis pelo planejamento e execução de políticas cafeeiras) e a ação oligopólica das empresas que comandam o comércio de café no Brasil e no mundo concorreram para a estagnação do preço (CASTILLO; FREDERICO, 2010).

Dentre os principais grupos que comandam o

setor, Frederico (2014) destaca a transnacional americana Sara Lee, proprietária das marcas Café do Ponto, Caboclo, Pilão, União, Seletto e Moka. Em 2010, o grupo concentrava "cerca de 20% do café torrado e moído no Brasil (FREDERICO, 2014). Para esse mesmo ano, as dez principais empresas torrefadoras de café no

país respondiam por 75% do total da produção no país, enquanto que a cinco maiores tradings de café do mundo comercializavam metade da produção global. Subordinados a esses grupos, o poder de barganha na negociação do preço, a nível do produtor, é praticamente nulo. Nas palavras do autor: “Apesar da significativa participação dos cafeicultores em associações formais e cooperativas, ainda é grande o número daqueles que não fazem parte de nenhuma organização e que negociam o café diretamente com atravessadores locais” (FREDERICO, 2014, p.43).

As intensas variações da produção nas dé-

cadas de 1970/1980, e sua subsequente estabilização, a partir dos anos 2000, em patamares relativamente baixos (na casa dos 2 a 3 milhões de toneladas), refletem todas essas transformações (Gráfico 2). Dentre as principais regiões produtoras, sobressaem o Oeste Paulista, Norte do Paraná e Rondônia (Mapa 2), cuja produção de café atrela-se às características da colonização dessas áreas (SANTOS; SILVA, 2017), e as tradicionais regiões produtoras de café arábica para exportação de Minas Gerais e Espírito Santo (FREDERICO, 2014).

Considerando as transformações no arranjo

TABELA 4. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no segmento do café, segundo principais nacionalidades. Brasil, 2006 a 2017

ANO	BRASILEIRA	IMIGRANTES	HAITIANO	ITALIANA	TOTAL
2006	120.107	35	0	2	120.142
2007	115.796	34	0	1	115.830
2008	114.213	28	0	1	114.241
2009	110.113	23	0	0	110.136
2010	108.392	33	0	0	108.425
2011	110.579	31	0	0	110.610
2012	109.608	26	0	0	109.634
2013	105.652	22	0	0	105.674
2014	104.019	33	0	1	104.052
2015	105.220	27	0	2	105.247
2016	106.120	30	3	3	106.150
2017	104.223	40	9	5	104.263

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

do café, entre 2006 e 2017, verifica-se expansão da produção na região Norte (Pará, Amazonas e Acre) e na Bahia (Figura 3). A comparação entre o Censo Agropecuário 2006 e 2017 revela, ainda, adensamento da produção em Minas Gerais, sobretudo no cordão que vai de Brasília ao extremo Sul do estado, e Espírito Santo (Figura 3). Ao mesmo tempo, o Oeste Paulista e Norte do Paraná perderam importância no contexto nacional (Figura 3).

No cenário dessa forte reestruturação da produção cafeeira no país, o total de vínculos empregatícios no setor vem diminuindo, com redução

e quase 16 mil postos de trabalho entre 2006 e 2017 (Tabela 4). Ao longo desses onze anos, apenas o período de 2015 e 2016 registrou aumento dos vínculos de trabalho, passando de 104.052, em 2014, para 105.247 e 106.150 nos dois anos subsequentes (Tabela 4). Essa tendência, contudo, é interrompida já em 2017, quando os registros de emprego voltam a declinar, alcançando a casa de 104.263 vínculos (Tabela 4).

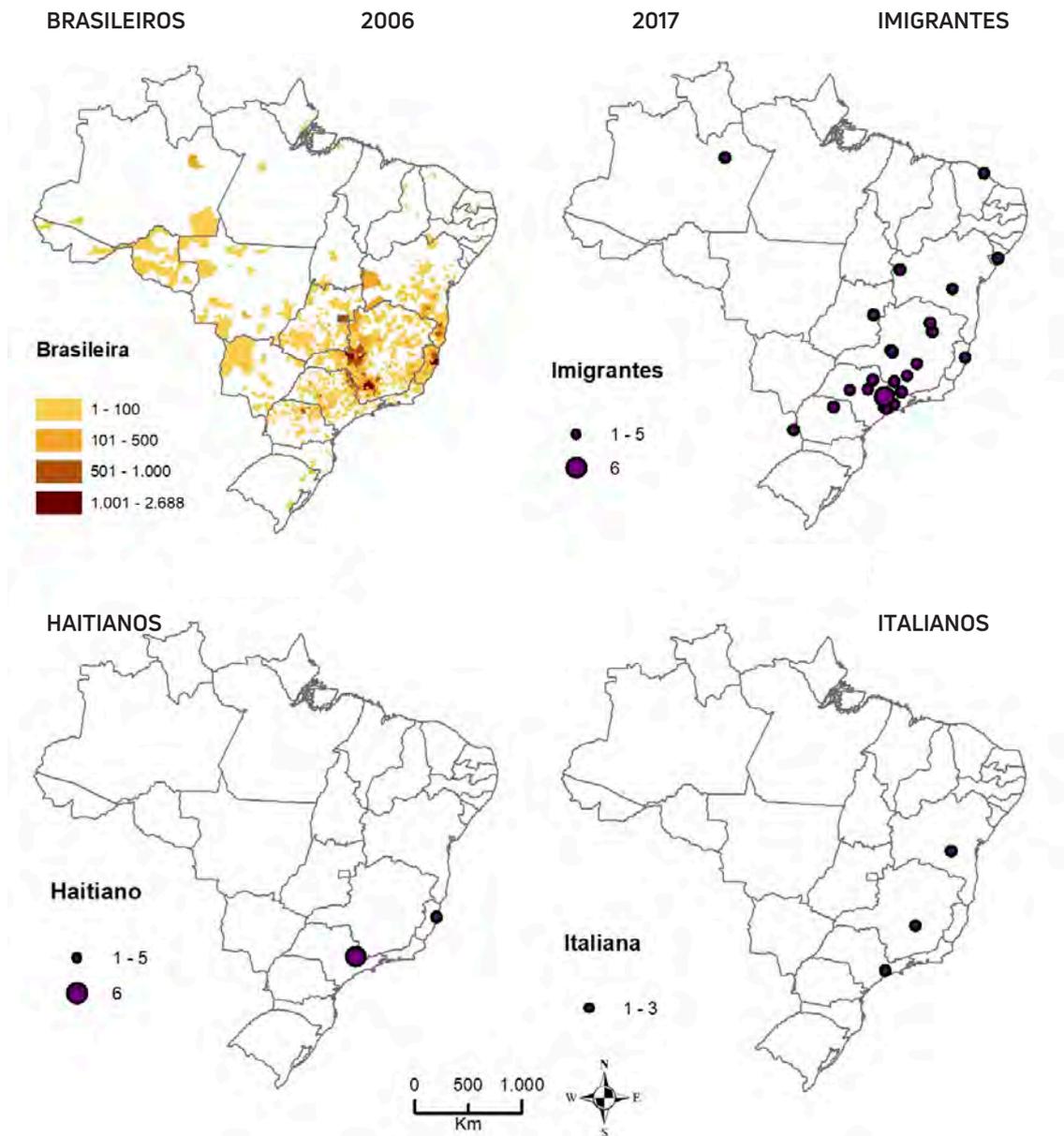
A participação de imigrantes internacionais, embora crescente é pequena e concentrada nos estratos mais altos de escolaridade (médio e superior completos) (Tabela 5) e nas ocu-

TABELA 5. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no segmento do café, segundo escolaridade. Brasil, 2006, 2010 e 2017

GRANDES GRUPOS OCUPACIONAIS	BRASILEIROS			IMIGRANTES INTERNACIONAIS		
	2006	2010	2017	2006	2010	2017
Analfabeto	4.268	3.252	2.273	0	0	0
Até 5a Incompleto	30.654	22.315	15.016	1	0	3
5a Completo Fundamental	33.710	27.444	17.939	2	0	2
6a a 9a Fundamental	17.803	16.514	14.749	4	0	0
Fundamental Completo	12.022	13.033	15.353	1	0	2
Médio Incompleto	5.095	5.617	6.913	1	0	1
Médio Completo	13.039	16.331	26.405	8	10	15
Superior incompleto	1.184	1.124	1.359	1	0	2
Superior Completo	2.332	2.762	4.216	17	23	15
Total	120.107	108.392	104.223	35	33	40

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

FIGURA 4. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12/2017, no segmento do café, segundo principais nacionalidades. Brasil, segundo municípios



Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

TABELA 6. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no segmento do café, segundo grandes grupos ocupacionais. Brasil, 2006, 2010 e 2017

GRANDES GRUPOS OCUPACIONAIS	BRASILEIROS			IMIGRANTES		
	2006	2010	2017	2006	2010	2017
1 - Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	1.850	1.927	2.493	13	11	8
2 - Profissionais das ciências e das artes	1.003	1.078	1.532	3	6	6
3 - Técnicos de nível médio						
4 - Trabalhadores de serviços administrativos	2.677 4.823	2.564 4.671	2.472 5.815	3 4	1 8	2 4
5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	7.267	6.426	6.655	0	0	4
6 - Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	89.894	78.965	73.185	7	4	13
7 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	7.569	8.156	8.309	1	0	0
8 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	3.419	3.506	2.537	2	3	3
9 - Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	1.595	1.096	1.214	2	0	0
Não Classificado	10	3	11	0	0	0
Total - Segmento Café	120.107	108.392	104.223	35	33	40

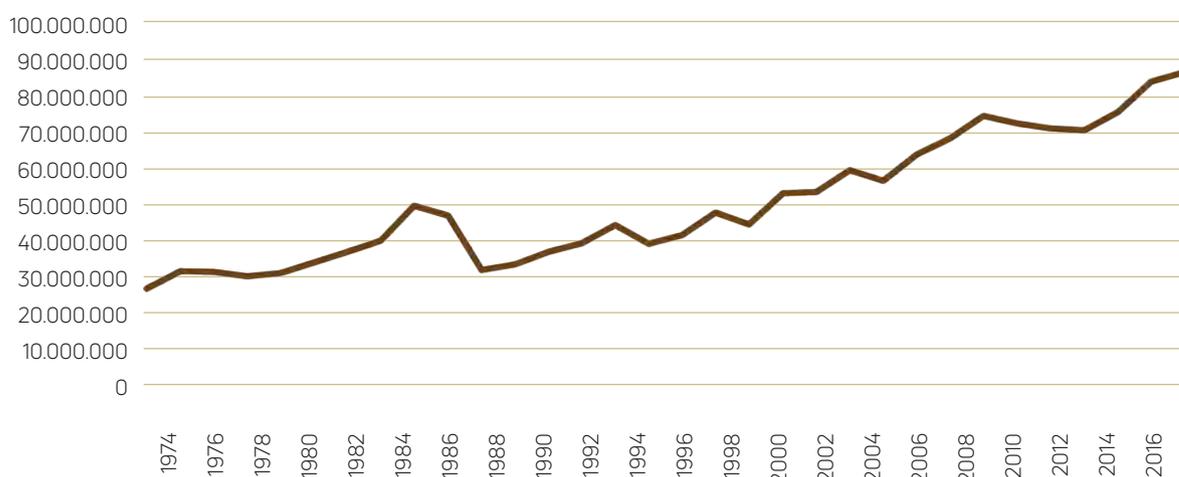
Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

pações de administração e gerência (Tabela 6). Esses profissionais são majoritariamente italianos (um dos principais países compradores do café brasileiro). Outra nacionalidade que se destaca em anos recentes é a haitiana, empregada principalmente na colheita do café em São Paulo (Tabelas 4 e 6; Figura 4).

Em contraposição à diminuição absoluta no total de empregos no setor – resultado associado principalmente à redução dos postos de trabalhos de menor escolaridade (Tabela 5),

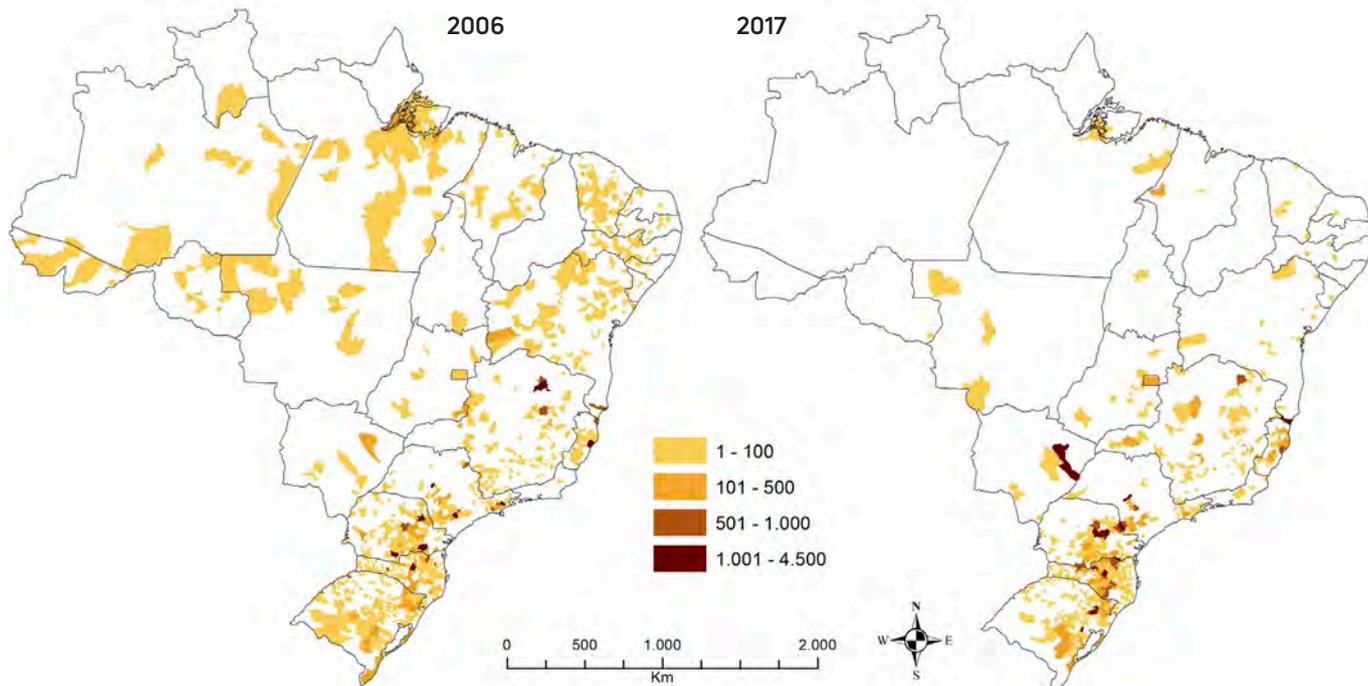
relativos às ocupações nos serviços agropecuários e de reparo e manutenção (Tabela 6) –, os vínculos de profissionais com ensino médio e superior completos quase dobraram no período considerado, passando de 13.039 para 26.405 e de 2.332 para 4.216, respectivamente (Tabela 5). Acompanhando essa tendência, aumenta o volume de dirigentes e profissionais das ciências e das artes, indicando profundas alterações na hierarquia ocupacional da cafeicultura no país (Tabela 6).

GRÁFICO 3. Quantidade produzida (em metros cúbicos) de madeira em tora para papel e celulose. Brasil, 1974 a 2017



Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

FIGURA 5. Produção de madeira em tora para papel e outras finalidades (em metros cúbicos). Brasil, segundo municípios, 2006 e 2017



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, Tabela 815; Censo Agropecuário 2017, Tabela 6947. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

Arranjo produtivo da celulose

A despeito das oscilações apontadas no Gráfico 3, a produção de madeira para papel e celulose triplicou ao longo das últimas três décadas, passando de 30 milhões de metros cúbicos em 1986, para 90 milhões em 2017 (Gráfico 3). Contrapondo-se à estagnação da cafeicultura, esse segmento encontra-se em plena expansão, devido ao aumento da demanda de papel para o mercado interno e de celulose para o mercado internacional (PERPETUA; THOMAZ JUNIOR, 2013).

De acordo com Sperotto (2012), a expansão do consumo coincide com uma intensa reconfiguração do setor, com deslocamento de seu

centro produtivo dos países centrais (Canadá, EUA, Finlândia, Suécia e Japão) para países emergentes: China (a principal consumidora de papel e celulose do mundo), Brasil, Chile, Uruguai, África do Sul, Indonésia e Índia. Dentre as motivações dessas mudanças locais, a autora cita questões ambientais (esse complexo produtivo, de elevado potencial poluidor, encontra nos países em desenvolvimento uma legislação ambiental mais branda, se comparada aos tradicionais produtores) e a excelente adaptação do eucalipto nos países do Cone Sul da América Latina, “possibilitando uma notável produtividade a um menor custo” (SPEROTTO, 2012, p.129).

Para a autora, os altos custos de produção e o longo prazo de maturação dos investimen-

tos contribuem para a estruturação de uma cadeia produtiva controlada por um pequeno número de empresas intensivas em capital, desde o seu plantio até o seu processamento agroindustrial (SPEROTTO, 2012). No âmbito global, os principais grupos são americanos (International Paper, Kinberly-Clark, Rock-Tenn,), suecos (Svenska Cellulosa, Billerud, Sodra), japoneses (Oji Paper, Nippon Paper Group, Sumitomo Forestry) e finlandeses (Stora Enso, UPM – Kymmene, Metsalitto). Entre os capitais brasileiros, sobressaem a Suzano, Fibria e Eldorado Brasil (do grupo JBS) (FALCÃO, 2017).

Levando-se em consideração a distribuição da produção no território nacional, Mato Grosso do Sul – mais especificamente a região de Três Lagoas, já próxima à divisa com o estado de São Paulo – desponta-se como o principal centro produtor do país, em anos recentes (FALCÃO, 2017; PERPETUA; THOMAZ JUNIOR, 2013). Os bilionários investimentos feitos nessa localidade, tanto de grupo nacionais (Votorantim, Fíbria, Suzano, Eldorado), como de internacionais (International Paper), expressam a importância das políticas públicas (sobretudo as isenções fiscais), das vantagens em termo de infra-estrutura de transporte⁶, das condições do relevo e abundância de recursos hídricos (PERPETUA; THOMAZ JUNIOR, 2013). Além desse centro dinâmico, destaca-se as tradicionais áreas produtoras do Sul e Sude-

te e outras novas áreas do Norte e Nordeste, denotando “um significativo movimento de interiorização” da silvicultura brasileira (PERPETUA; THOMAS JUNIOR, 2013, p.62), apontado sobretudo pelo Censo Agropecuário de 2006 (Figura 5). Em 2017, esse processo assume outras conotações, com adensamento da produção no Sul e Sudeste, além do Mato Grosso do Sul (Figura 5).

Seguindo a evolução da produção de madeira, os vínculos empregatícios no segmento da celulose cresceram expressivamente entre 2006 e 2016, intervalo no qual foram criados quase 15 mil novos postos de trabalho no setor (Tabela 7). Entre 2016 e 2017, no entanto, houve uma redução de cerca de 5.000 vínculos, passando de 40.686 para 35.322, a maioria de dirigentes, trabalhadores agropecuários e da produção de bens industriais (Tabela 7 e 9).

Tal como na cafeicultura, a participação de imigrantes internacionais é relativamente pequena e concentrada nos estratos de alta escolaridade: dos 58 vínculos de imigrantes em 2017, 25 tinham médio completo e outros 24 com superior completo (Tabela 8). Os japoneses, todos trabalhadores de alta qualificação, nas ocupações de comando, estão no Mato Grosso do Sul e em Minas Gerais (Figura 6). Já os haitianos, trabalhadores agropecuários em sua maioria, concentram-se no Mato Grosso do Sul e em Santa Catarina (Figura 6).

Junto ao crescimento dos postos de trabalho no conjunto do setor, especialmente entre 2006 e 2016 (Tabela 7), tem-se uma drástica diminuição dos registros de brasileiros com baixa escolaridade (Tabela 8), paralelamente à

6 Três Lagoas trata-se de um entroncamento ferroviário (Eixo Novoeste), rodoviário (BR262, BR158, BR395) e hidroviário (Hidrovia Tietê-Paraná) (PERPETUA; THOMAZ JUNIOR, 2013, p.2013).

TABELA 7. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no segmento da celulose, segundo principais nacionalidades. Brasil, 2006 a 2017

ANO	BRASILEIRA	IMIGRANTES	HAITIANO	JAPONESA	TOTAL
2006	25.169	50	0	10	25.219
2007	26.563	57	0	10	26.620
2008	30.703	53	0	10	30.756
2009	30.226	41	0	11	30.267
2010	35.041	53	0	10	35.094
2011	36.766	45	0	10	36.811
2012	35.277	56	3	10	35.333
2013	38.701	52	0	10	38.753
2014	38.094	65	0	10	38.159
2015	39.799	65	0	10	39.864
2016	40.620	66	4	12	40.686
2017	35.264	58	19	12	35.322

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

TABELA 8. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no segmento da celulose, segundo escolaridade. Brasil, 2006, 2010 e 2017

ESCOLARIDADE AGREGADA APÓS 2005	BRASILEIROS			IMIGRANTES INTERNACIONAIS		
	2006	2010	2017	2006	2010	2017
Analfabeto	416	534	341	0	0	0
Até 5a Incompleto	2.923	3.999	4.522	0	2	2
5a Completo Fundamental	2.973	3.437	2.033	0	1	2
6a a 9a Fundamental	3.179	4.536	3.181	0	2	0
Fundamental Completo	3.129	4.648	4.038	3	3	4
Médio Incompleto	1.582	2.284	2.045	1	2	1
Médio Completo	7.002	10.677	13.521	9	6	25
Superior incompleto	972	1.181	974	2	1	0
Superior Completo	2.993	3.745	4.609	35	36	24
Total	25.169	35.041	35.264	50	53	58

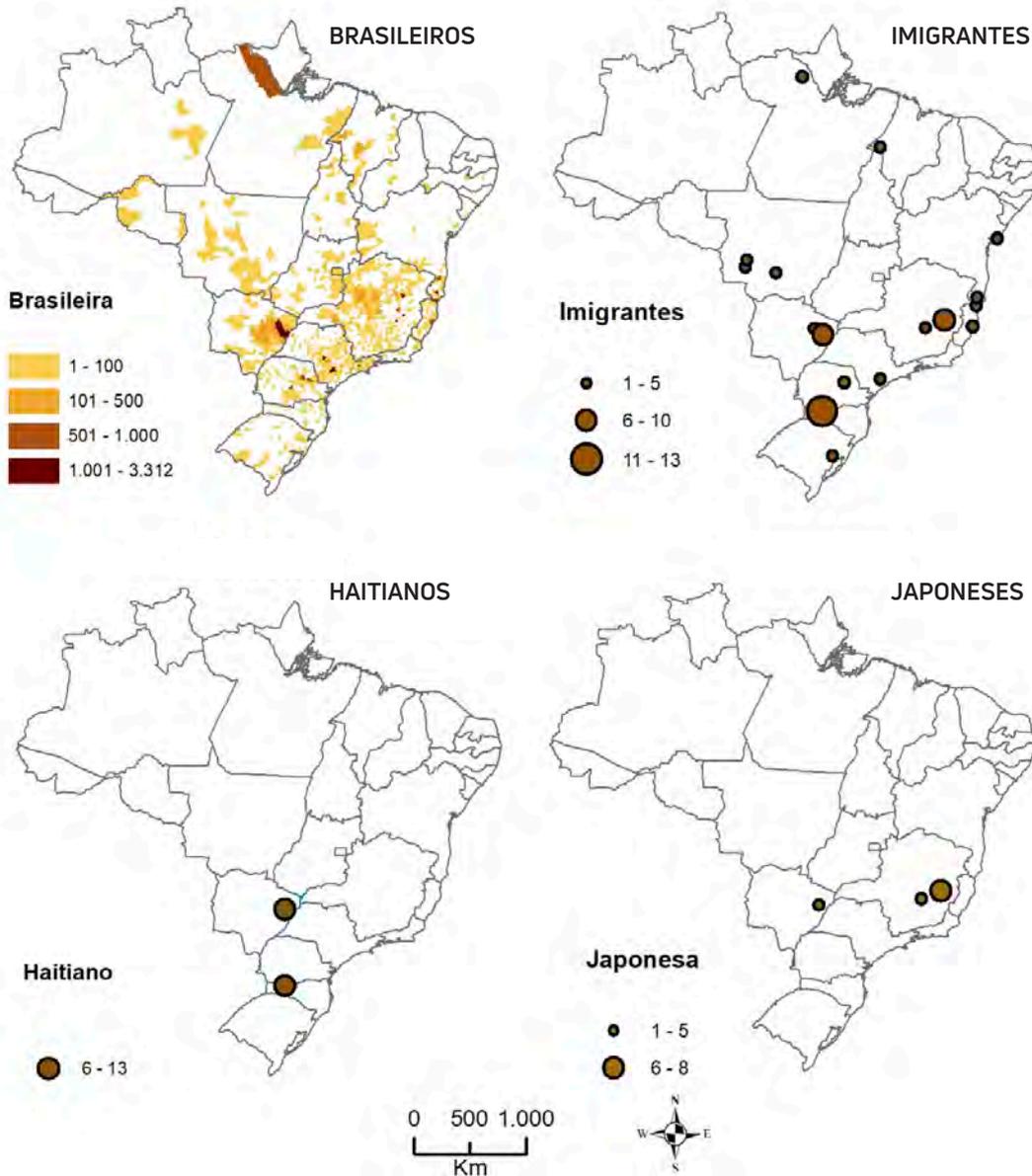
Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

TABELA 9. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no segmento da celulose, segundo grandes grupos ocupacionais.

GRANDES GRUPOS OCUPACIONAIS	BRASILEIROS			IMIGRANTES		
	2006	2010	2017	2006	2010	2017
1 - Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	645	808	735	17	17	8
2 - Profissionais das ciências e das artes	1.257	1.455	1.536	16	16	11
3 - Técnicos de nível médio	2.968	3.115	4.205	5	5	3
4 - Trabalhadores de serviços administrativos	1.612	2.063	2.154	1	1	6
5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	789	1.195	1.121	0	0	1
6 - Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	10.177	17.301	16.451	11	11	13
7 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	2.456	3.597	3.700	1	1	1
8 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	4.269	4.106	3.538	1	1	13
9 - Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	973	1.361	1.772	1	1	2
Não classificado	23	40	52	0	0	0
Total - Segmento Celulose	25.169	35.041	35.264	53	53	58

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

FIGURA 6. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12/2017, no segmento da celulose, segundo principais nacionalidades. Brasil, por municípios



Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

expansão das ocupações referentes aos profissionais das ciências e das artes e dos técnicos de nível médio, os quais passaram de 2.968, em 2006, para 4.205, em 2017 (Tabela 9).

De modo contrário, entre imigrantes internacionais, a presença de profissionais altamente qualificados – apesar de majoritária – diminuiu entre 2010 e 2017: o número de dirigentes caiu de 17 para 8 (tendência comum também aos brasileiros), enquanto o de profissionais das ciências e das artes de 16 para 11 (Tabela 9). Por outro lado, a participação de imigrantes na base da pirâmide ocupacional (trabalhadores agropecuários e da produção de bens industriais) aumentou (Tabela 9).

Arranjo produtivo da cana-de-açúcar

A produção de cana-de-açúcar correspondeu ao primeiro esforço sistemático de ocupação do território nacional, constituindo o produto por meio do qual o Brasil é definitivamente inserido na dinâmica internacional produção, circulação e consumo de mercadorias (GONÇALVES, 1998, p.66). Por quase trezentos anos, a Zona da Mata nordestina deteve “as maiores lavouras canavieiras do país, em sistema de plantation para exportação” que remonta ao século XVI. Desde o litoral do Nordeste, as plantações espalharam-se por diversos pontos da costa brasileira, adentrando em território paulista na virada do século XVII (GONÇALVES, 1998). No conhecido Quadrilátero do Açúcar em São Paulo (Piracicaba, Sorocaba,

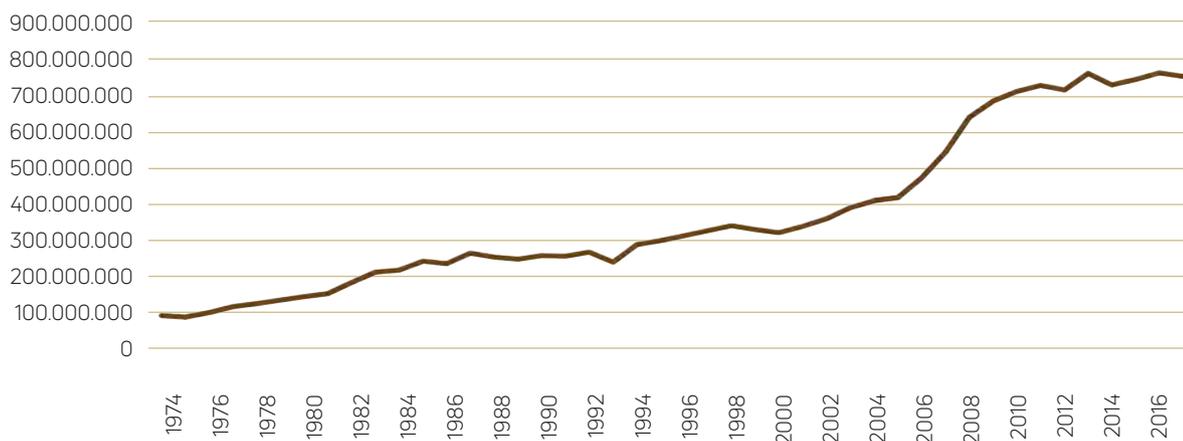
Mogi-Guaçu, Jundiaí), surgiram os primeiros engenhos produtores de aguardente e rapadura do estado, em regime de trabalho escravo (SILVA; BUENO; MELO, 2015).

Entre os séculos XVIII e XIX, o setor enfrentou inúmeras crises devido à competição com as áreas de cultivo da América Central (CORRÊA, 2012). A criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1930, é fundamental na reversão dessa tendência, processo que encontrou nos planos nacionais de desenvolvimento das décadas de 1950 e 1970 um importante ponto de convergência (CASTILLO, 2015; CORRÊA, 2012; SILVA; BUENO; MELLO, 2015). É desse momento histórico a criação do Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool) que, somado aos efeitos do embargo comercial à Cuba (um dos principais produtores mundiais, à época), garantiu elevado crescimento do setor (CORRÊA, 2012).

À luz desses incentivos, os canaviais expandiram-se por toda porção nordeste do Estado de São Paulo (ELIAS, 2003), alcançando até mesmo áreas selecionadas do Oeste Paulista (BINI, 2010; OLIVEIRA, 2012). Segundo Corrêa (2012), em 1970, a produção de cana em São Paulo já respondia por um terço da produção brasileira. Servido por uma rede de comunicação mais eficiente (GONÇALVES, 1998), com vantagens naturais (grande potencial hídrico e manchas de terra roxa) e locais (próximo das indústrias químicas e de maquinários agrícolas), esse Estado contou com vantagens competitivas não partilhadas pelo setor no Nordeste (CORRÊA, 2012).

As décadas de 1980 e 1990 interromperam

GRÁFICO 4. Quantidade produzida (em toneladas) de cana-de-açúcar. Brasil, 1974 a 2017



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

essa trajetória de expansão (CORRÊA, 2012), conforme mostra o Gráfico 4. O fim dos subsídios públicos, das polícias protecionistas e de controle dos preços, somado à abrupta abertura comercial, promoveram “forte retração do setor sucroalcooleiro” nacional (CORRÊA, 2012, p.177), sobretudo a partir de 1991, quando extingue-se o Instituto do Açúcar e do Alcool: uma “decisão política de cunho neoliberal que afastou o Estado do controle direto do setor” (CASTILLO, 2015, p.96).

Contrapondo à tendência de estagnação da década de 1990, os anos 2000 são de recuperação do setor, “motivado pelo crescimento exponencial do consumo de etanol” (CASTILLO, 2015, p.95). Os fatores que contribuíram com

esse processo estão associados à alta do preço do petróleo, criação dos veículos flex-fuel, políticas de incentivo à aquisição de veículos novos (CASTILLO, 2015), fortalecimento da questão ambiental, com maior pressão dos organismos internacionais para redução de gases altamente poluentes e uso de fontes alternativas de “energia limpa e renovável” (SANTOS, 2013b, p.223). Na condição de maior produtor de etanol do mundo, o Brasil foi alçado a uma posição de destaque no cenário econômico internacional, em paralelo à consolidação do setor sucroenergético como modelo sustentável de desenvolvimento (SANTOS, 2013b).

Nesse cenário, o século XXI marca a vertiginosa expansão da cana-de-açúcar no país, em

especial o período 2005/2009, momento no qual a produção passa de 400 milhões para 700 milhões de toneladas em apenas quatro anos (Gráfico 4). De acordo com Castillo (2015, p.104), essa expansão ocorreu junto à entrada maciça das corporações multinacionais no Brasil, muitas delas “tradicionalmente vinculadas à produção de combustíveis fósseis, como a Bunge, ADM, LDC e Shell”. Corrêa (2012) cita outros grupos com atuação de destaque no setor, tanto de origem estrangeira (como a Renuka, Abengoa Bioenergia e a Tereos), como de origem nacional (Copersucar, Aralco e Cosan).

A partir de 2009, verifica-se desaceleração na tendência de crescimento da produção canavieira (Gráfico 4). Segundo Castillo (2015), a recente crise do setor reflete não apenas a acentuada diminuição do preço do açúcar no mercado internacional, como também a extrema concentração de capitais na dinamização desse segmento. Sob ação desses grupos, o uso mais eficiente das agroindústrias instaladas levou ao fechamento de inúmeras usinas/destilarias no país (CASTILLO, 2015), a despeito da produção nacional de cana-de-açúcar manter-se relativamente constante, entre os 700 e 800 milhões de toneladas, tal como demonstrado no Gráfico 4.

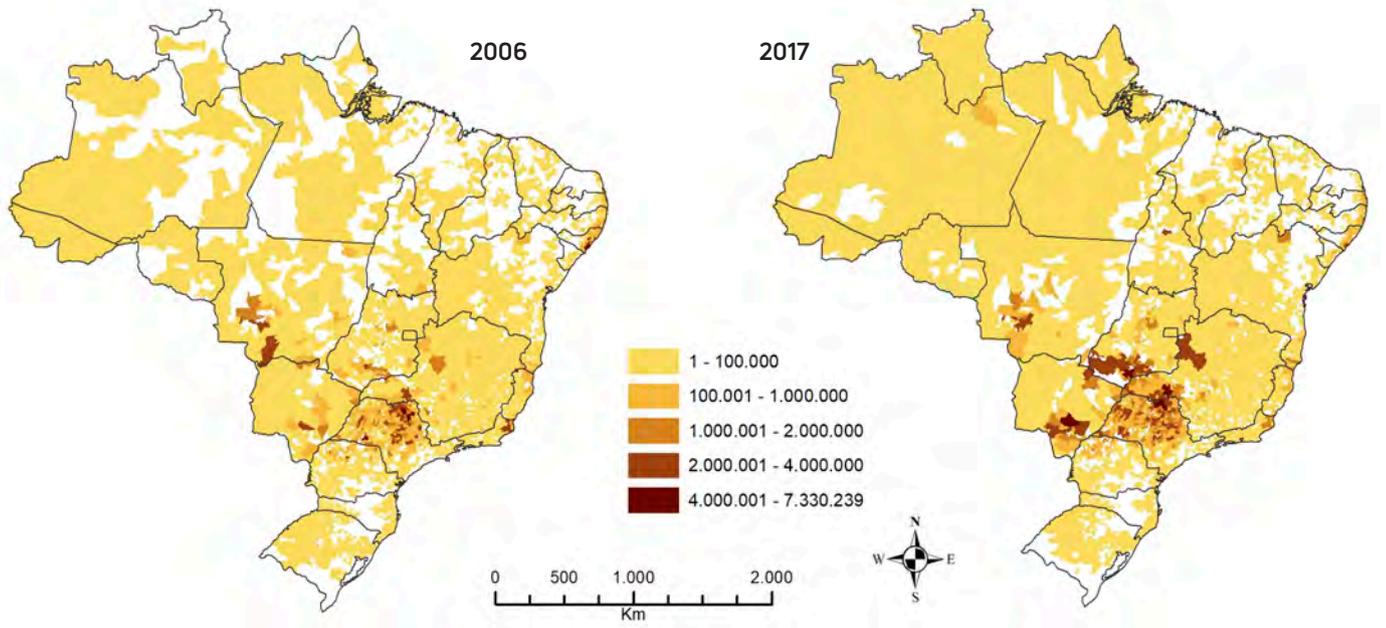
O estado de São Paulo desponta-se como o principal produtor nacional, sobretudo em sua porção nordeste (Figura 7). Também se destacam o Oeste Paulista, regiões do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, o Triângulo Mineiro, norte do Rio de Janeiro e o litoral do Nordes-

te, em especial o estado de Alagoas (Figura 7). Desse modo, o Censo Agropecuário 2017 reforça a constituição de uma grande região canavieira no país, envolvendo São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul (Figura 7).

Dos segmentos analisados, o setor sucroenergético distingue-se pela maior quantidade de trabalho mobilizada: mais de 500 mil contratos formais de trabalho em 2017: 141 mil com ensino médio e quase metade apenas nos trabalhos agropecuários (Tabelas 10, 11 e 12). Comparando-se a evolução total de vínculos entre 2006 e 2017, verifica-se intensas oscilações. Até 2009, o crescimento é acentuado, com a criação de mais de 100 mil novos postos de trabalho (Tabela 10). Desde então, a tendência é de diminuição dos registros, exceção feita ao ano de 2011, no qual observa-se um pequeno salto: de 613.600 em 2010, para 635.133 em 2011, voltando a cair para 623.147 em 2017 (Tabela 10).

A distribuição dos vínculos empregatícios no setor, em território nacional, para o ano de 2017, aponta importantes reconfigurações desse circuito espacial produtivo, com a conformação de uma grande região canavieira composta por São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Triângulo Mineiro (Figura 7). É sobretudo nessa localidade que o fenômeno da mecanização tem desencadeado uma profunda transformação na estrutura do emprego desse segmento, com a diminuição de mais de 100 mil postos de trabalho, entre 2013 e 2017, e concentração dos imigrantes internacionais empregados no setor (Tabela 10; Figura 8).

FIGURA 7. Quantidade produzida (em toneladas) de cana-de-açúcar. Brasil, segundo municípios, 2006 e 2017



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, Tabela 822; Censo Agropecuário 2017, Tabela 6957.

Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

TABELA 10. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no segmento da cana-de-açúcar, segundo principais nacionalidades. Brasil, 2006 a 2017.

ANO	BRASILEIRA	IMIGRANTES	HAITIANO	ARGENTINA	TOTAL
2006	520.395	54	0	3	520.449
2007	564.851	50	0	1	564.901
2008	598.369	64	0	2	598.433
2009	629.115	85	0	6	629.200
2010	613.479	121	0	7	613.600
2011	634.975	158	0	8	635.133
2012	623.052	95	2	9	623.147
2013	609.761	125	1	11	609.886
2014	567.568	120	2	13	567.688
2015	536.088	161	4	12	536.249
2016	517.920	139	13	13	518.059
2017	508.998	154	23	14	509.152

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

Para esse último ano, embora a produção de cana-de-açúcar seja o dobro do estimado em 2006, os vínculos de emprego diminuíram em quase 10 mil registros (Gráfico 4 e Tabela 10).

Na interpretação de Silva, Bueno e Melo (2015), a ideologia da maquinaria constitui a solução encontrada para mascarar a realidade social e ambiental das principais regiões produtoras de cana-de-açúcar no país. Segundo as autoras, a mecanização reforçou a invisibilidade dos trabalhadores, consolidando uma forma mais refinada de dominação. Sem eliminar o trabalho precário nas plantações, os in-

vestimentos em automação aprofundaram as contradições do setor, com a combinação de novas e velhas relações de trabalho (SILVA; BUENO; MELO, 2015).

No âmbito dessas transformações, os vínculos de emprego com baixa escolaridade (analfabetos e fundamental incompleto) reduzem drasticamente entre os brasileiros, ao passo em que os registros com médio e superior completos duplicam (Tabela 11). Seguindo essa tendência, os trabalhadores agropecuários diminuem de 341.399 em 2006, para 251.127 em 2017, enquanto o volume de dirigentes cresce

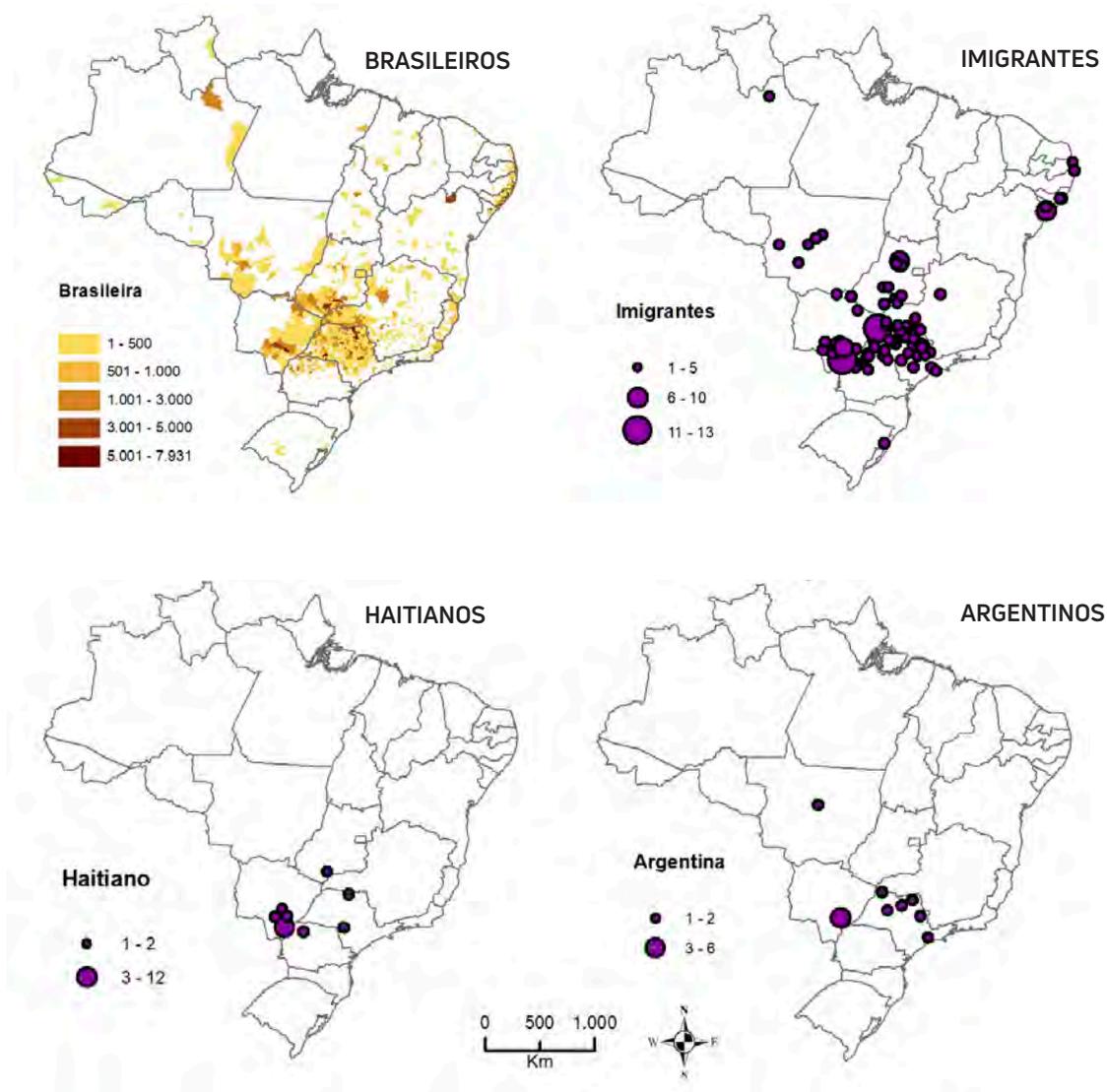
TABELA 11. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no segmento da cana-de-açúcar, segundo escolaridade. Brasil, 2006, 2010 e 2017

ESCOLARIDADE AGREGADA APÓS 2005	BRASILEIROS			IMIGRANTES INTERNACIONAIS		
	2006	2010	2017	2006	2010	2017
Analfabeto	53.857	43.422	22.149	0	6	1
Até 5a Incompleto	154.385	152.734	89.268	1	5	14
5a Completo Fundamental	83.289	84.260	49.618	0	1	5
6a a 9a Fundamental	77.817	94.960	76.028	4	5	10
Fundamental Completo	43.902	63.724	55.829	2	5	13
Médio Incompleto	27.384	38.004	38.929	0	2	14
Médio Completo	62.849	109.460	141.077	10	43	47
Superior incompleto	5.281	7.919	8.371	1	5	3
Superior Completo	11.631	18.996	27.729	36	49	47
Total	520.395	613.479	508.998	54	121	154

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

FIGURA 8. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12/2017, no segmento da cana-de-açúcar, segundo principais nacionalidades. Brasil, por municípios.



Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

TABELA 12. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no segmento da cana-de-açúcar, segundo grandes grupos ocupacionais.

GRANDES GRUPOS OCUPACIONAIS	BRASILEIROS			IMIGRANTES		
	2006	2010	2017	2006	2010	2017
1 - Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	3.788	4.492	4.368	14	22	22
2 - Profissionais das ciências e das artes	5.947	9.218	10.866	14	22	20
3 - Técnicos de nível médio	13.847	20.626	22.979	5	15	7
4 - Trabalhadores de serviços administrativos	21.883	29.860	28.562	6	10	13
5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	16.813	20.516	17.972	1	4	8
6 - Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	341.399	360.918	251.127	5	13	47
7 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	64.987	96.914	98.723	2	25	16
8 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	28.935	37.454	32.535	4	3	7
9 - Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	22.779	33.471	41.839	3	7	14
Não classificado	17	10	27	0	0	0
Total - Segmento Cana-de-Açúcar	520.395	613.479	508.998	54	121	154

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

de 3.788 para 4.368, o de profissionais das ciências e das artes de 5.947 para 10.866 e os técnicos de nível médio de 13.847 para 22.979, considerando o mesmo período (Tabela 12).

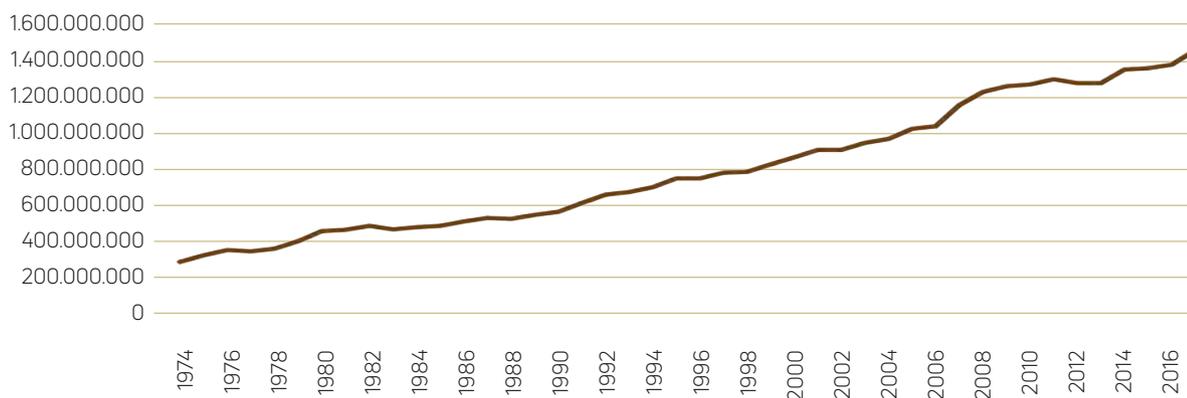
Em linhas gerais, a participação de imigrantes internacionais é pequena, com tendência de crescimento, a despeito de oscilante (Tabela 10). Se em 2006 havia apenas 54 registros de imigrantes, em 2011, esse número sobe para 161, em 2012 cai para 95, em 2015 volta a subir para 161, fechando a série com 154 vínculos (Tabela 10). Enquanto os imigrantes restringiam-se, no início do período, nos estratos de maior escolaridade e às ocupações de gerência e de profissionais das ciências e das artes, em 2017, esse grupo passa a conviver também com uma parcela importante de

imigrantes de baixa escolaridade, ocupados nos trabalhos agropecuários e na produção de bens e serviços industriais (Tabelas 11 e 12). Entre o grupo de maior qualificação, destacam-se argentinos. Entre os de menor qualificação, os haitianos são protagonistas (Tabela 11 e Figura 8).

Arranjo produtivo da carne de frango

Nos últimos 20 anos, a produção de carne de frango no Brasil cresceu 4,5 vezes, saindo de 2.358 toneladas em 1990, para 10.980 toneladas em 2010” (ESPÍNDOLA, 2012, p.89). Acompanhando essa tendência, o rebanho de galináceos quintuplicou entre os anos de 1974 e 2017, pas-

GRÁFICO 5. Efetivo dos rebanhos (em cabeças) de galináceos. Brasil, 1974 a 2017



*Nota: A pesquisa considerada não separa aves de outros galináceos.

Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo
- NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

sando de 200 milhões para quase 1,4 bilhões de cabeças (Gráfico 5). Em especial no período entre 2007 e 2013, verifica-se um salto surpreendente no efetivo de galináceos no país (Gráfico 5).

Segundo Espíndola (2012), tamanho crescimento refletiu não apenas o aumento do consumo interno e internacional de carne de frango, como também a revolução tecnológica que alavancou a produtividade do setor. Na visão do autor, os programas de melhoramento genético implantados por empresas e órgãos estatais de pesquisa reduziram bruscamente as taxas de mortalidade animal, permitiram a drástica redução da idade de abate, acelerando o processo produtivo e a circulação de capitais no setor (ESPÍNDOLA, 2012).

Ao analisar as diferentes fases da mudança tecnológica na cadeia de carne de frango no país, Espíndola (2012) distingue três principais momentos no programa de melhoramento avícola brasileiro. O primeiro, entre os anos 1940 e 1960, corresponde a um intenso processo de substituição de tecnologias tradicionais por importadas, sobretudo dos EUA, visando ao aumento da produtividade para abastecimento do mercado doméstico e a redução da dependência externa. Desse período, datam inúmeras políticas protecionistas de estímulo à produção nacional (ESPÍNDOLA, 2012).

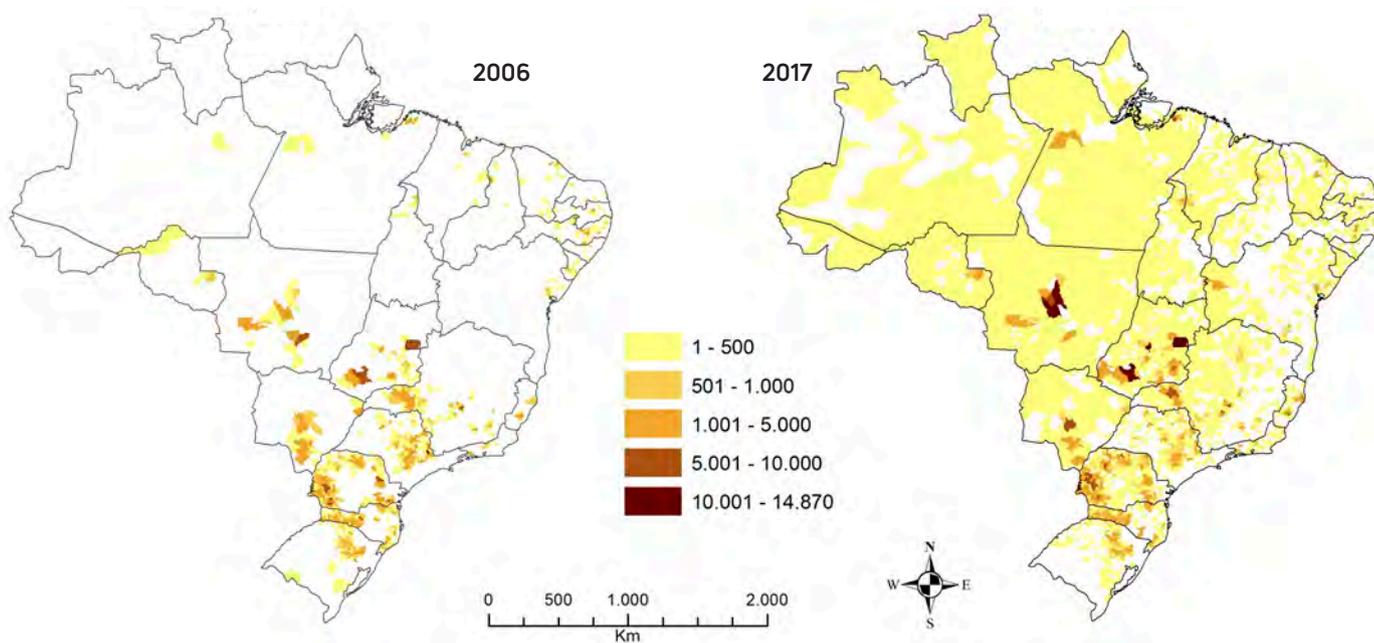
“A segunda fase, entre 1970-1990, configura-se como uma nova etapa do processo substituidor de importações” (ESPÍNDOLA, 2012, p.95). Com o fortalecimento de um sistema nacional de pesquisa, o Estado passou a fi-

nanciar inúmeros “projetos nas universidades de Viçosa (MG), Santa Maria (RS), São Carlos e ESALQ-SP, bem como órgãos federais (EMBRAPA)” (ESPÍNDOLA, 2012, p.96). A criação de uma “competência nacional na formação e desenvolvimento de linhas geneticamente superiores e comercialmente competitivas para a produção de carne e ovos” fez com que o país saísse de uma “condição de imitador retardatário” das principais tecnologias que dinamizavam o setor, para consolidar-se em uma posição de “imitador com grande capacidade de inovação” (ESPÍNDOLA, 2012, p.96).

Por fim, a década de 1990 inaugura um novo ciclo de inovações, marcado “pelo intenso processo de entrada de grandes empresas multinacionais, o desaparecimento de outras e a redução dos investimentos por parte de instituições públicas e de empresas privadas nos programas de melhoramento genético no Brasil” (ESPÍNDOLA, 2012, p.97). Sob atuação dos grandes grupos que comandam o setor, o intenso movimento de concentração de capitais coincide com a alteração dos rumos do desenvolvimento tecnológico, cada vez mais influenciado pela aquisição de pacotes fechados advindos do exterior (ESPÍNDOLA, 2012).

Esse novo contexto traz, também, importantes alterações no circuito espacial produtivo da carne de frango. Tradicionalmente concentrado nos estados do Sul e do Sudeste, o período atual marca a instalação de grandes unidades agroindustriais no Centro-Oeste (ESPÍNDOLA, 2012), acompanhando a expansão da produção

FIGURA 9. Efetivo de aves (apenas frangas, frangos e pintos, para engorda) (mil cabeças). Brasil, segundo municípios, 2006 e 2017



Nota: No Censo Agropecuário 2006, considerou apenas os estabelecimentos agropecuários com mais de 2.000 cabeças na data da pesquisa. Já no Censo Agropecuário 2017, esse número reduziu-se para 200 cabeças.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, Tabela 942; Censo Agropecuário 2017, Tabela 6943.

Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

de grãos nessa região (CARMO et al, 2018). Nesse contexto, o Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás destacam-se pela concentração de aves para engorda, ao lado das tradicionais regiões produtoras de carne de frango: São Paulo e o Sul do país, em especial o Oeste de Santa Catarina e do Paraná (Figura 9; ESPÍNDOLA, 2012).

O crescimento do rebanho de galináceos (Gráfico 5) e da produção de carne de frango no país (ESPÍNDOLA, 2012) reflete-se no significativo aumento dos vínculos empregatícios: de 155.578 contratos, em 2006, para 239.615, em 2017 (Tabela 13). Ou seja, em onze anos, esse segmento gerou 84.037 novos postos

de trabalhos, a despeito de todo o processo de automação das granjas e frigoríficos (ESPÍNDOLA, 2012; Tabela 13). Com tendência de crescimento sustentado até 2011, os anos de 2012 e 2015 marcaram diminuições bruscas no total de vínculos, o que pode espelhar os efeitos da crise no mercado interno e internacional (ESPÍNDOLA, 2012; Tabela 13).

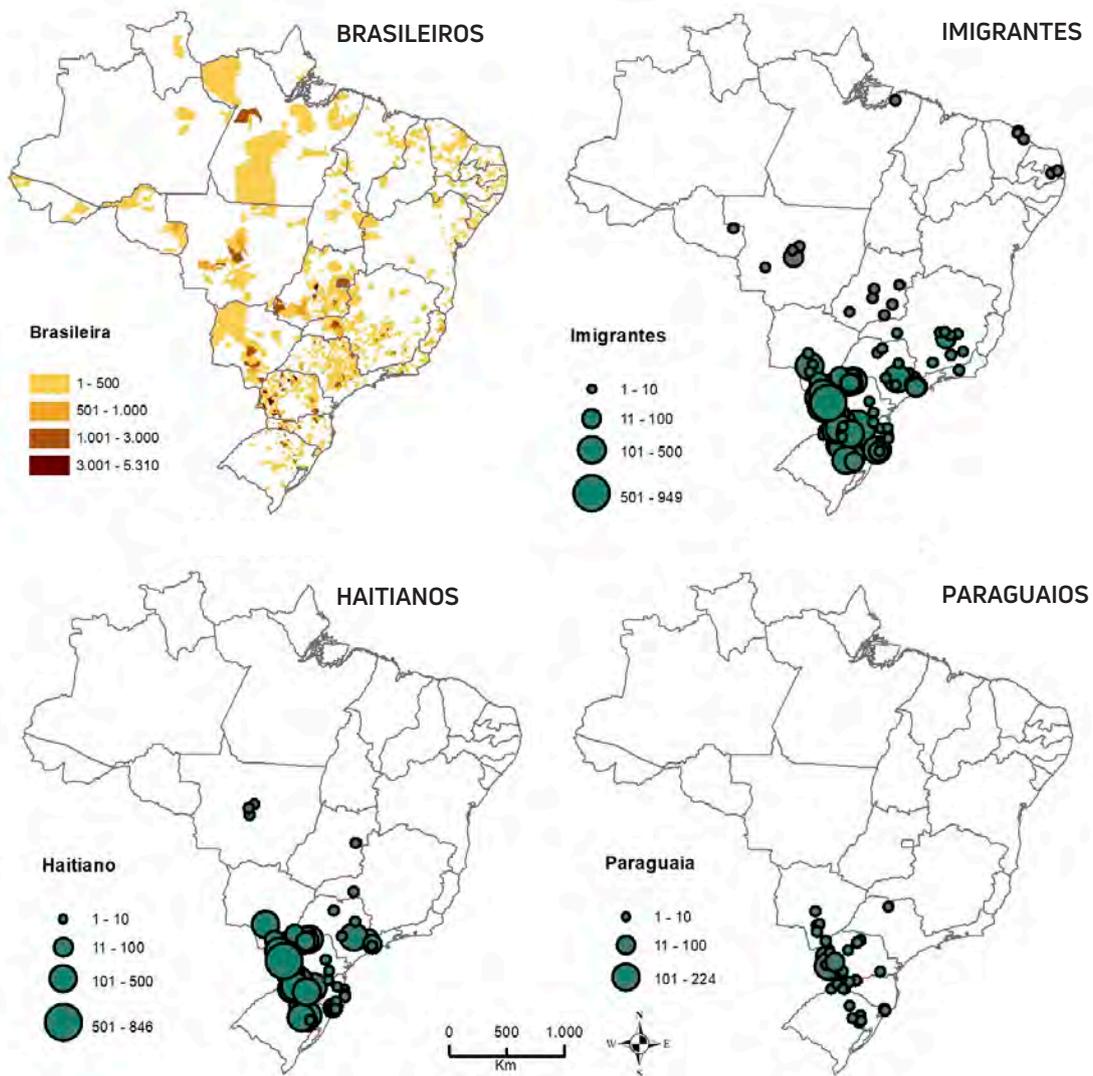
Dentre os segmentos analisados, o da carne de frango destaca-se pela maior participação de imigrantes internacionais (haitianos e paraguaios, em sua maioria), sobretudo a partir de 2013. Nesse contexto, enquanto o ano de 2006 registrou apenas 46 imigrantes no setor,

TABELA 13. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no segmento da carne de frango, segundo principais nacionalidades. Brasil, 2006 a 2017.

ANO	BRASILEIRA	IMIGRANTES	HAITIANO	PARAGUAIA	TOTAL
2006	155.532	46	0	12	155.578
2007	173.446	57	0	21	173.503
2008	172.751	61	0	20	172.812
2009	175.657	120	0	32	175.777
2010	180.215	194	0	29	180.409
2011	198.551	234	0	33	198.785
2012	178.752	445	204	45	179.197
2013	209.201	2.509	1.336	113	211.710
2014	217.894	5.402	3.021	254	223.296
2015	224.139	7.437	4.335	297	231.576
2016	206.715	5.705	3.196	329	212.420
2017	232.187	7.428	4.889	374	239.615

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

FIGURA 10. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12/2017, no segmento da carne de frango, segundo principais nacionalidades. Brasil, por municípios



Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

em 2017, esse valor é de 7.428, 4.889 (65,81%) dos quais de haitianos (Tabela 13).

Se os vínculos de brasileiros empregados no setor estão relativamente dispersos em todo o território nacional (ainda que mais concentrados no Centro-Oeste e Sul do Brasil), os contratos de imigrantes, em especial de paraguaios, estão majoritariamente no eixo entre o sul do Mato Grosso do Sul, oeste do Paraná e de Santa Catarina e o norte do Rio Grande do Sul. Além dessa espacialidade, a distribuição de haitianos também se sobressai no estado de São Paulo (Figura 10). Esse fato remete a importância de se pensar a espacialidade desse setor conjuntamente à dinâmica da transição demográfica no país e, mais especificamente, as especificidades das regiões Sudeste e Sul nesse processo (CGEE, 2008).

Diferente de todos os setores até aqui analisados, o agronegócio da carne de frango

apresenta aumento considerável de vínculos empregatícios de baixa escolaridade, particularmente de analfabetos (Tabela 14). Entre os brasileiros, os contratos nessa faixa de ensino aumentaram de 1.376, em 2006, para 2.362, em 2017. Entre imigrantes, esse valor passou de 1 para 943 (Tabela 14). Ao mesmo tempo, o volume de contratos na faixa de escolaridade extrema também aumentou significativamente para nacionais e não nacionais (Tabela 13). Entre os brasileiros, os empregados com superior completo passaram de 2.857 para 12.755, entre 2006 e 2017: um aumento de quase dez vezes (Tabela 14).

Em linhas gerais, a baixa participação relativa de imigrantes nos grupos ocupacionais 1 e 2 (cargos de gerência, direção e de profissionais das ciências e das artes) contrasta com sua importância na produção de bens e serviços industriais, grupo no qual estão 6.229 dos 7.428 imigrantes empregados no setor (Tabela 15).

TABELA 14. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no segmento da carne de frango, segundo escolaridade. Brasil, 2006, 2010 e 2017

ESCOLARIDADE AGREGADA APÓS 2005	BRASILEIROS			IMIGRANTES INTERNACIONAIS		
	2006	2010	2017	2006	2010	2017
Analfabeto	1.376	1.600	2.362	1	2	943
Até 5a Incompleto	10.588	14.756	14.213	2	59	768
5a Completo Fundamental	23.736	20.502	11.689	1	37	197
6a a 9a Fundamental	36.447	40.755	33.750	7	33	1.529
Fundamental Completo	26.931	27.620	26.723	6	10	1.291
Médio Incompleto	16.736	20.368	24.274	5	12	869
Médio Completo	34.266	44.719	102.471	10	31	1.711
Superior incompleto	2.595	5.001	3.950	0	2	61
Superior Completo	2.857	4.894	12.755	14	8	59
Total	155.532	180.215	232.187	46	194	7.428

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

TABELA 15. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no segmento da carne de frango, segundo grandes grupos ocupacionais. Brasil, 2006, 2010 e 2017

GRANDES GRUPOS OCUPACIONAIS	BRASILEIROS			IMIGRANTES		
	2006	2010	2017	2006	2010	2017
1 - Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	1.166	1.739	2.573	6	3	2
2 - Profissionais das ciências e das artes	1.131	2.002	3.168	4	2	6
3 - Técnicos de nível médio	5.828	8.892	14.104	3	7	56
4 - Trabalhadores de serviços administrativos	7.205	9.710	15.195	5	14	216
5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	5.711	7.462	11.564	0	2	131
6 - Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	23.059	26.387	24.557	7	4	48
7 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	28.444	39.507	55.888	8	18	728
8 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	79.079	80.940	99.796	12	141	6.229
9 - Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	3.908	3.575	5.333	1	3	12
Não classificada	1	1	9	0	0	0
Total - Segmento Carne de Frango	155.532	180.215	232.187	46	194	7.428

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

Arranjo produtivo da carne bovina

No Brasil, a criação de bovinos está historicamente associada a “uma espécie de patamar mínimo de presença do homem e da atividade econômica”, sendo uma prática recorrente nas áreas de fronteira agrícola, com a expansão das pastagens acompanhando a permanente itinerância do processo de ocupação de terras no país (BRANDÃO, 2007, p.95). Dentro dessa lógica, até o começo do século XX, o rebanho de bovinos espalhava-se em vastas porções do Nordeste (do Maranhão à Bahia) e do Rio Grande do Sul, assentado em uma divisão socioespacial do trabalho embrionária (MAMIGONIAN, 1976).

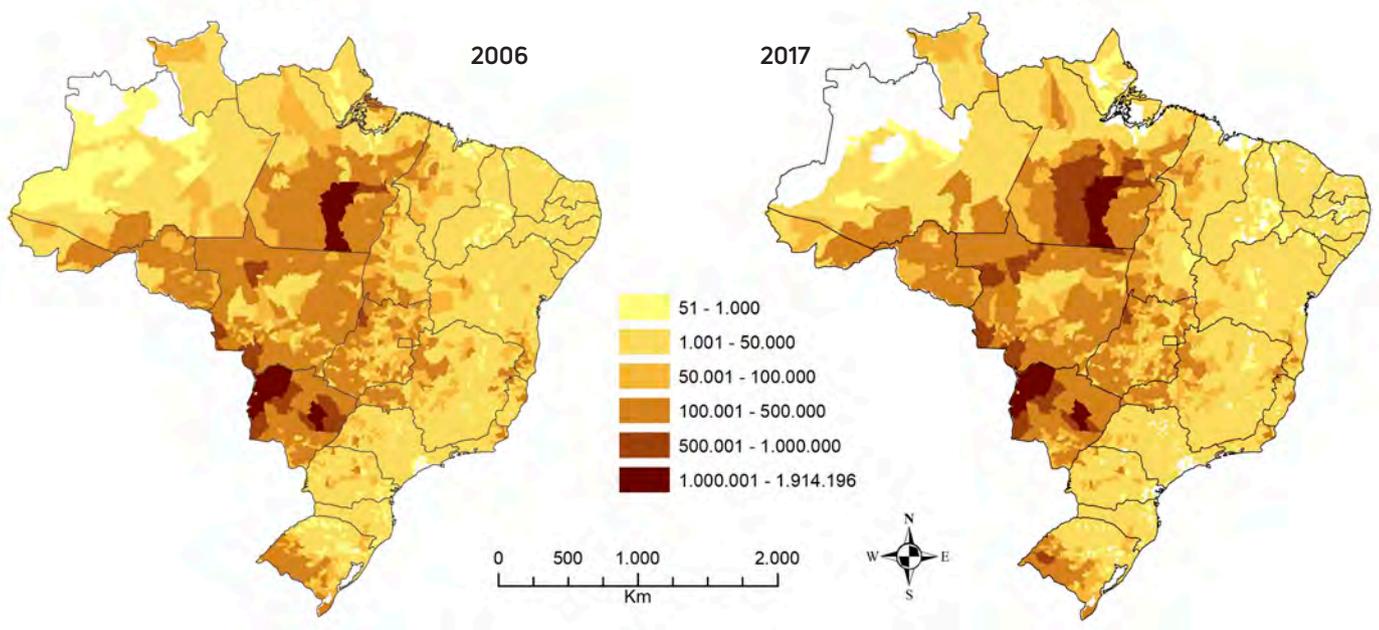
Tal cenário é radicalmente alterado com o crescimento econômico e populacional trazido pelo café, no estado de São Paulo, cuja expansão foi paulatinamente conformando o que Mamigonian (1976) denominou de Brasil Central Pecuário: a primeira grande área de pecuária alicerçada em uma ocupação sistemática, desigual e combinada do território brasileiro. Enquanto a pecuária leiteira prosperou nas mediações das duas grandes metrópoles nacionais da época – São Paulo e Rio de Janeiro –, as invernadas estenderam-se por todo norte e Oeste Paulista, atreladas à emergência de áreas especializadas na criação de bovinos no Mato Grosso, Goiás, norte e oeste de Minas Gerais (MAMIGONIAN, 1976). No âmbito dessa bem estruturada divisão socioespacial do tra-

balho, os frigoríficos proliferaram-se nas regiões de engorda, como mutação do complexo cafeeiro, voltados majoritariamente para o consumo interno (GONÇALVES, 1998).

No período entre as duas grandes guerras mundiais, a intensa desnacionalização do setor alterou radicalmente sua dinâmica (BINI, 2010; MAMIGONIAN, 1976). Segundo Bini (2010), tal fenômeno expressou não apenas o aumento do consumo de carnes nos EUA e Europa, como também inovações que facilitaram o transporte e armazenamento de carnes a longas distâncias (BINI, 2010). De acordo com Mamigonian (1976), o processo de desnacionalização dos frigoríficos nacionais foi interrompido no governo de Getúlio Vargas (1930/1945), período no qual a exportação desse produto chegou a ser proibida.

Nas décadas de 1960 e 1970, a oferta de inúmeras linhas de crédito para a construção de frigoríficos no país foi combinada com a emergência de uma pecuária mais intensiva em ciência e tecnologia (MAMIGONIAN, 1976; BINI, 2010). Ao mesmo tempo, verifica-se profundas alterações no circuito espacial da produção de carne bovina (BINI, 2010). No extremo norte paulista, as invernadas deram lugar à cana-de-açúcar, com os rebanhos sendo empurrados cada vez mais para o Oeste Paulista e Mato Grosso do Sul (BINI, 2010; Figura 11). Acompanhando a fronteira agrícola, a pecuária de corte concentra-se, hoje, no Centro-Oeste e Norte do país, adentrando fortemente nos estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia. Destaca-se, ainda, o extremo sul do Rio Grande do Sul (Figura 11).

FIGURA 11. Efetivo de bovinos (em cabeças) nos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 cabeças. Brasil, segundo municípios, 2006 e 2017.

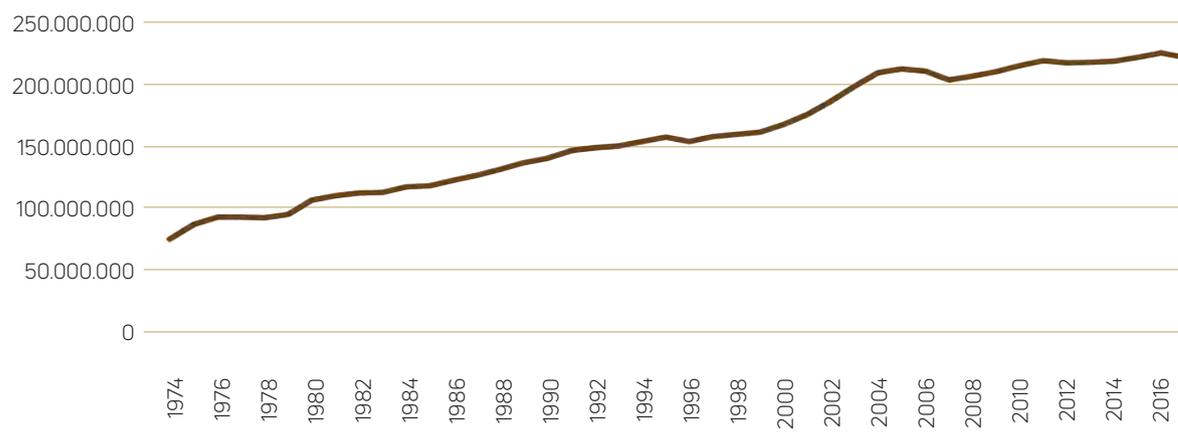


Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, Tabela 925; Censo Agropecuário 2017, Tabela 6911. Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

A intensa reconfiguração espacial desse circuito produtivo é acompanhada por grande expansão do rebanho de bovinos no país que, entre 1974 e 2017, mais que dobrou de volume, passando de 100 milhões para 200 milhões de cabeças (Gráfico 6). Esse fato reflete tanto o crescimento do consumo interno, alavancado sobretudo pelo aumento da renda nacional, como a dinâmica do mercado global atrelada à abertura de novos mercados no exterior, em particular entre os países asiáticos (PIGATTO; SANTINI, 2009). Na interpretação desses autores, entre os mercados tradicionais (EUA e Europa), a compra de carne brasileira é cada vez menor, seja por questões sanitárias, barreiras comerciais ou mesmo por estagnação da demanda diante das baixas taxas de crescimento populacional (PIGATTO; SANTINI, 2009).

A evolução dos vínculos empregatícios no setor apresenta tendência de crescimento, porém com algumas discontinuidades (Tabela 16). Nos anos 2008, 2009 e 2016, por exemplo, verifica-se diminuição no total de contratos, os quais fecharam seus respectivos anos com 349.230, 348.392 e 380.564 vínculos ativos (Tabela 16). Ainda assim, considerando o início e o final da série histórica, foram criados 61.471 novos postos de trabalho (Tabela 16). Tal como no setor de carne de frango, registros de paraguaios remontam ao começo do período analisado, enquanto haitianos entram nesse segmento particularmente em 2013, quando o número de contratos ativos alcança a marca de 270 vínculos, contrastando-se com os 25 do ano anterior (Tabela 16).

GRÁFICO 6. Efetivo dos rebanhos (em cabeças) de bovinos. Brasil, 1974 a 2017



Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal. Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

TABELA 16. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no segmento da carne bovina, segundo principais nacionalidades. Brasil, 2006 a 2017.

ANO	BRASILEIRA	IMIGRANTES	HAITIANO	PARAGUAIA	TOTAL
2006	333.964	157	0	48	334.121
2007	354.287	187	0	46	354.474
2008	349.066	164	0	28	349.230
2009	348.216	176	0	45	348.392
2010	352.764	195	0	57	352.959
2011	359.135	195	1	60	359.330
2012	366.539	281	25	84	366.820
2013	379.161	795	270	117	379.956
2014	384.086	890	172	163	384.976
2015	384.324	1.112	307	189	385.436
2016	379.533	1.032	250	205	380.565
2017	394.164	1.428	481	228	395.592

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

A Figura 12 aponta para especificidades na distribuição espacial dos vínculos de trabalho entre brasileiros e imigrantes internacionais, haitianos e paraguaios. Brasileiros concentram-se no Centro-Oeste, Rondônia, Pará e extremo sul do Rio Grande do Sul. Imigrantes internacionais, por sua vez, quase não aparecem no Pará, embora estejam presentes em Santa Catarina e na região central do Rio Grande do Sul, onde o volume de vínculos de brasileiro é relativamente pequeno (Figura 12). Já os paraguaios concentram-se no Mato Grosso do Sul, enquanto os haitianos estão dispersos na faixa entre Rondônia, Mato Grosso, Goiás e o Triângulo Mineiro (Figura 12).

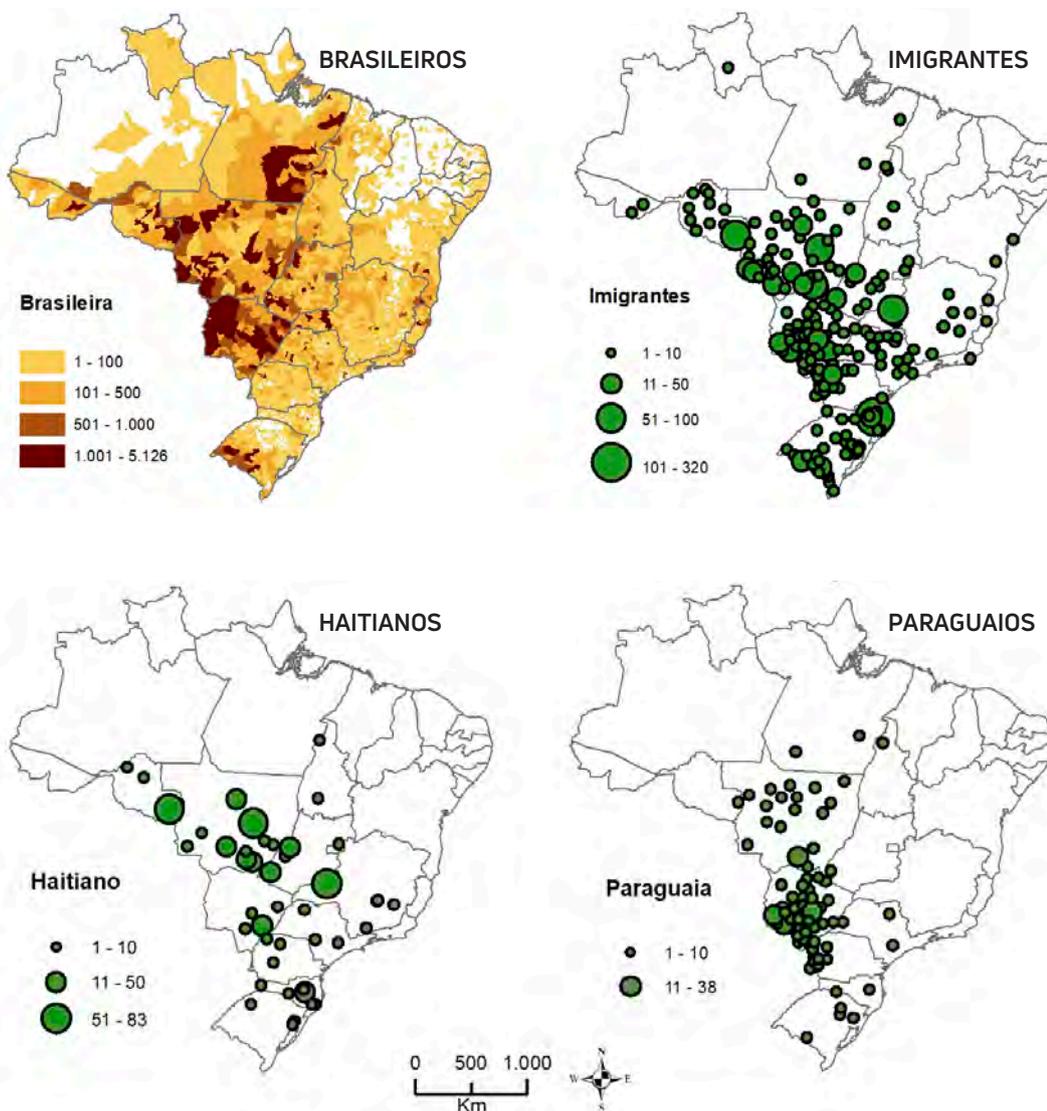
Diferente do verificado no setor de carne de frango, o segmento da pecuária de corte bovina tem registrado redução significativa de vínculos de brasileiros analfabetos (de 12.676, em 2006, para 9.072, em 2017) e com o ensino fundamental de nove anos incompleto (de 200.073 para 141.420), embora entre imigrantes internacionais esse número tem aumentado (Tabela 17). Também se destaca o crescimento de profissionais com médio e superior completos, os quais, entre brasileiros, passou de 35.931 para 131.627 e 6.145 para 15.188, respectivamente, no período 2006 e 2017 (Tabela 17).

TABELA 17. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no segmento da carne bovina, segundo escolaridade. Brasil, 2006, 2010 e 2017

ESCOLARIDADE AGREGADA APÓS 2005	BRASILEIROS			IMIGRANTES INTERNACIONAIS		
	2006	2010	2017	2006	2010	2017
Analfabeto	12.676	11.498	9.072	5	2	36
Até 5a Incompleto	65.397	62.372	48.874	23	26	130
5a Completo Fundamental	64.811	54.596	37.156	14	31	154
6a a 9a Fundamental	69.865	65.598	55.385	29	31	229
Fundamental Completo	51.379	52.023	56.091	31	19	325
Médio Incompleto	24.800	29.383	36.860	5	6	148
Médio Completo	35.931	60.727	131.627	18	43	367
Superior incompleto	2.960	7.248	3.911	1	5	3
Superior Completo	6.145	9.319	15.188	31	32	36
Total	333.964	352.764	394.164	157	195	1.428

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

FIGURA 12. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12/2017, no segmento da carne bovina, segundo principais nacionalidades. Brasil, por municípios.

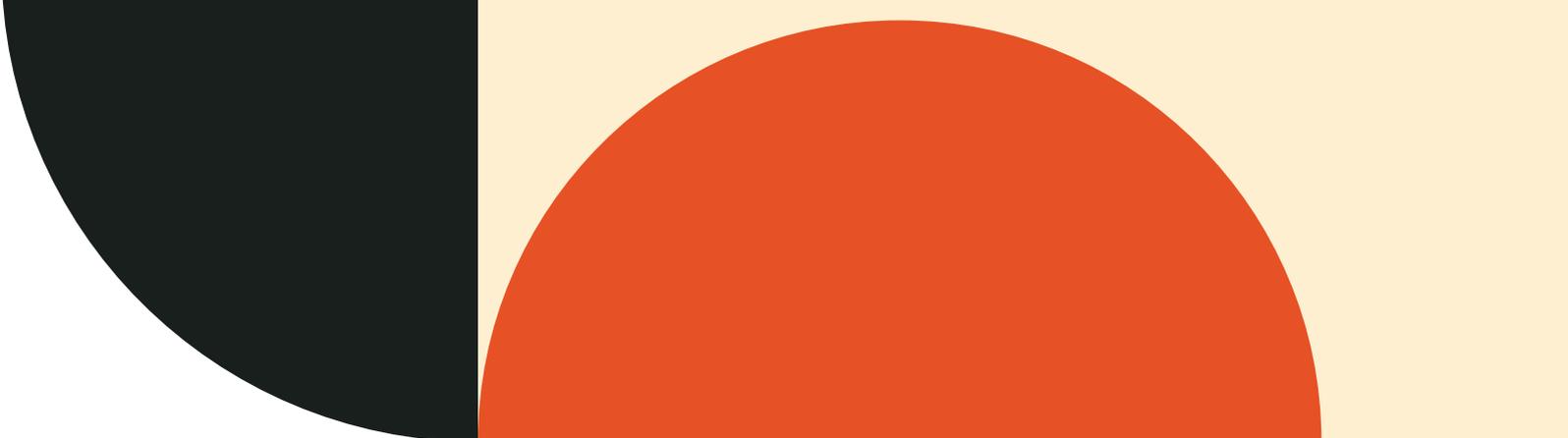


Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

TABELA 18. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no segmento da carne bovina, segundo grandes grupos ocupacionais. Brasil, 2006, 2010 e 2017

GRANDES GRUPOS OCUPACIONAIS	BRASILEIROS			IMIGRANTES		
	2006	2010	2017	2006	2010	2017
1 - Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	5.988	7.869	8.757	20	27	14
2 - Profissionais das ciências e das artes	3.457	4.906	5.353	8	9	6
3 - Técnicos de nível médio	6.973	8.511	9.203	7	6	12
4 - Trabalhadores de serviços administrativos	14.271	21.213	21.178	11	12	47
5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	16.697	16.491	23.041	8	11	74
6 - Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	191.586	201.647	214.996	79	101	326
7 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	36.068	40.275	50.407	6	20	594
8 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	52.749	47.679	56.356	13	8	352
9 - Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	6.143	4.139	4.763	5	1	3
Não classificado	32	34	110	0	0	0
Total - Segmento Carne Bovina	333.964	352.764	394.164	157	195	1.428

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT



Em se tratando da ocupação, enquanto imigrantes internacionais estão majoritariamente empregados na produção de bens e serviços industriais (cerca de 66% dos 1.428 vínculos de imigrantes estão nos grupos 7 e 8, em 2017), brasileiros concentram-se nos trabalhos agropecuários (214.996, ou 54%, dos 394.164 contratos ativos em 31/12/2017) (Tabela 18). Ademais, para as ocupações de dirigentes e de profissionais das ciências e das artes, os vínculos de brasileiros têm aumentado, ao passo que de imigrantes internacionais têm diminuindo (Tabela 18).

Arranjo produtivo da laranja

A citricultura brasileira já nasce concentrada no estado de São Paulo e atrelada às demandas do mercado internacional (MAZZALI, 2000). O crescimento dessa atividade associa-se à crise da cafeicultura e à procura de outros produtos em expansão do consumo. Com fazendas já consolidadas e toda uma rede de transporte e comunicação herdado do café, as primeiras fazendas especializadas no cultivo de laranja surgiram ainda nos anos 1920, nas proximidades de Limeira. Os custos de produção competitivos da região logo atraíram as primeiras firmas exportadoras da fruta in natura (MAZZALI, 2000).

Mazzali (2000) pontua os anos 1940 e 1950 como a primeira grande crise do setor. De um lado, a Segunda Guerra Mundial provocou o declínio das vendas para a Europa. De outro,

a incidência de doenças levou a perdas significativas de safra. Para o autor, na recuperação dessa crise, a intervenção do Estado foi central, oferecendo tanto subsídios e isenções fiscais aos produtores e empresas comercializadoras, como assistência técnica.

Com o fim da guerra e o reestabelecimento do comércio internacional, as décadas de 1950 e 1960 foram “de renovação e expansão da citricultura paulista” (MAZZALI, 2000, p.114). No âmbito dos Planos Nacionais de Desenvolvimento da ditadura militar, o setor recebeu grandes incentivos públicos, fundamentais na difusão das inovações químicas e mecânicas que marcaram a revolução agrícola de meados do século XX (MÜLLER, 1985; DELGADO, 1985). Nesse cenário, surgem as primeiras indústrias processadoras de suco de laranja em Limeira, Matão, Araraquara e Bebedouro, alavancando também fábricas de embalagens, de maquinários e equipamentos diversos (MAZZALI, 2000; ELIAS, 2003).

Desse modo, a consolidação do complexo agroindustrial (DELGADO, 1985) citrícola, ao longo dos anos 1960 e 1970, “marcou uma nova etapa no desenvolvimento da citricultura” brasileira, com transformação da matéria-prima (fruta in natura) em produto industrial (suco concentrado de laranja) (MAZZALI, 2000). Já nesse período despontavam duas grandes empresas no setor – a Citrosuco, com sede em Matão, e a Cutrale, em Araraquara – ambas de origem nacional (MAZZALI, 2000; PEREIRA, 2015; ELIAS, 2003). Juntos, esses



dois grupos controlavam 65% da produção, entre fins de 1970 e início de 1980, seguidas da Cargil (de origem americana) e da Sanderson (italiana), as quais respondiam por outros 26% (MAZZALI, 2000).

Segundo Mazzali (2000), o crescimento da produção atrelada às unidades de processamento demandou formas mais articuladas de relação entre produtores e industriais. Consolida-se, então, o chamado “contrato a preço fixo”, por meio do qual as partes negociavam, antecipadamente, ano a ano, “o preço da caixa de laranja de 40,8 kg ‘no pé’” (MAZZALI, 2000, p.126). De acordo com Müller (1985, p.42), acordos como este constituíram verdadeiros “bloqueios” de inserção produtiva para a grande maioria dos agricultores. Ao mesmo tempo, os produtores inseridos tornaram-se cada vez mais dependentes do dinamismo gerado por esses grandes grupos que, paulatinamente, foram assumindo o controle de toda a cadeia de produção (MAZZALI, 2000).

Com a colheita sob responsabilidade da indústria, Silva (1999b) e Silva e Menezes (2006) reforçam o papel conferido aos arregimentares: profissionais contratados unicamente para recrutar trabalhadores temporários tanto dentro do Estado de São Paulo, como em outras unidades da federação. As transformações estruturais em curso em regiões como o norte de Minas Gerais e do Paraná, além do sertão nordestino (avanço da agricultura de commodities, expropriações e demarcação de terras), somada às mudanças nas formas

de gestão do emprego em São Paulo, intensificaram a divisão socioespacial do trabalho entre Nordeste e Sudeste. No bojo desse processo, são criados verdadeiros corredores da migração temporária de trabalhadores rurais assalariados que, todos os anos, inserem-se na colheita não apenas da laranja, mas também do amendoim, algodão, cana-de-açúcar e mesmo construção civil (SILVA, 1999b; SILVA; MENEZES, 2006).

As constantes idas e vindas desses migrantes, articulando sempre os mesmos destinos e tempo de residência, estruturam o que as autoras conceituam como migração permanentemente temporária (SILVA, 1999b; SILVA; MENEZES, 2006). Esses processos migratórios redesenham espacialidades tanto na origem (MACIEL, 2016), como no destino (PEREIRA, 2015). É desde essa perspectiva que a emergência das chamadas cidades do agronegócio paulista (ELIAS, 2003) devem ser entendidas no âmbito das reestruturações de seus espaços da migração (BAENINGER, 1999), conjuntamente ao aparecimento de periferias migrantes (PEREIRA; BAENINGER, 2014).

O conjunto desses processos foram amplamente afetados pela crise de superprodução que abateu a citricultura brasileira, entre os anos de 1974 e 1976 (MAZZALI, 2000). Mais uma vez, Mazzali (2000) reafirma a atuação do Estado como fundamental no reestabelecimento do equilíbrio e retomada do crescimento do setor. Ao estabelecer preços mínimos e cotas de exportação, as políticas públicas alte-

raram a disputa concorrencial entre as empresas, contrapondo à tendência de concentração de capital. Também via restituição de impostos e outorga de subsídios, o Estado assumiu boa parte dos prejuízos acumulados. Conforme aponta Mazzali (2000, p.123), o governo do São Paulo chegou inclusive a comprar uma fábrica “para resolver a crise criada pela falência da Sanderson”. Nasce, assim, a Frutesp, empresa pública gerida pela Cooperativa dos Citricultores da Região de Bebedouro (MAZZALI, 2000).

Essas medidas permitiram a rápida recuperação do complexo agroindustrial citrícola. Em poucos anos, os pomares já se expandiam por novas áreas (Oeste Paulista e parte de Minas Gerais), levando novamente a uma crise de superprodução em fins de 1980 (MAZZALI, 2000). Diferente das outras crises, o endividamento do Estado impediu sua atuação como instituição socializadora das perdas (BRANDÃO, 2007). Ademais, a conjuntura internacional era outra: a superprodução de laranja adquiriu caráter global, com a formação de novas e mais complexas formas de proteção comercial. Como discutido por Mazzali (2000), a década de 1990 assistiu à formação de blocos de cooperação econômica – como o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (entre México, EUA e Canadá) e o Mercado Comum Europeu (futuramente, a União Europeia) – no âmbito dos quais a compra de laranja brasileira ficou limitada por pesados impostos. Segundo o autor, nas vendas para os EUA (maior consumidor do mundo), o México passou a

ter vantagens tributárias desproporcionais. Na Europa, Israel, Marrocos e Grécia tinham tarifas preferenciais, enquanto “Itália e Grécia (membros da CEE) concorriam com tarifa zero” (MAZZALI, 2000, p.121).

Sob os efeitos desse cenário, a busca por novos mercados voltou-se ao Japão, Coréia do Sul, Europa Oriental e aos países da antiga União Soviética. No entanto, a entrada nesses países dependia de maciços investimentos em propaganda e reorganização da produção em concordância aos critérios fitossanitários desses novos mercados (MAZZALI, 2000). Na perspectiva de Mazzali (2000), a inserção privilegiada de determinados grupos contribuiu com o movimento de fusão e aquisição, fazendo desse segmento um dos setores mais oligopolizados do país.

A reestruturação da produção empreendida por esses grupos associa-se a alterações na relação entre indústria processadora e citricultores (MAZZALI, 2000). O tradicional “contrato a preço fixo”, comum entre 1960 e 1980, sucumbiu ao chamado “contrato por participação”, majoritário a partir dos anos 1990 (MAZZALI, 2000, p.124). Conforme argumenta Mazzali (2000, p.27), a principal mudança incorporada por essa nova regulação foi a vinculação do preço da laranja vendida pelo citricultor “à cotação do suco na Bolsa de Nova York, viabilizando a participação do produtor nos ganhos (ou perdas) auferidos pela indústria no mercado externo” (MAZZALI, 2000, p.127). Ao valor comercializado na bolsa, eram

descontados os custos de processamento e comercialização, incluindo “colheita, transporte, administração e compras, frete para Santos, armazenagem e seguros, imposto e adicional de exportação, [...] frete e seguro marítimo” até o destino (MAZZALI, 2000, p.127).

Na visão do autor, o contrato por participação aumentou consideravelmente o poder de barganha e negociação das empresas processadoras, seja por funcionarem como um cartel, “seja pela menor capacidade de aglutinação de forças das associações dos citricultores” (MAZZALI, 2000, p.127). Além disso, “não se observou, por parte da indústria, a referida ‘transparência’ nas condições contratuais”, por vezes adulteradas em função da “elevação excessiva dos custos de industrialização e de comercialização” (MAZZALI, 2000, p.128). Levando em consideração esses fatos, Mazzali (2000, p.129) conclui: “na busca pela manutenção de sua fatia [...], a indústria transferiu os impactos desfavoráveis da ‘crise’ para o segmento agrícola”.

Durante a década de 1990, o contrato por participação passou por inúmeras alterações, com revisão no modelo de remuneração e maior diferenciação no tratamento dos citricultores (MAZZALI, 2000). Em primeiro lugar, o critério de pagamento ao produtor, antes auferido pela “quantidade média de frutas”, foi substituído pelo “teor sólido solúvel” (MAZZALI, 2000, p.130). No que tange os custos de frete e colheita, os novos contratos deixaram de tratar os produtores integrados de forma

igualitária, sobretaxando aqueles cujo pomar localizava-se mais distante da indústria processadora e que tinham menor produtividade. Como resultado, se os anos 1980 marcaram a expansão da citricultura para regiões cada vez mais afastadas do centro processador, como o Oeste Paulista e parte de Minas Gerais, a década de 1990 consolida uma tendência contrária: a concentração da produção no entorno das cidades com unidades industriais (MAZZALI, 2000).

Mazzali (2000) ressalta ainda o encarecimento dos custos de produção e as limitações orçamentárias e técnicas da maior parte dos citricultores. Os requisitos relacionados aos tratamentos culturais e fitossanitários exigidos na comercialização com inúmeros países ampliaram os pomares próprios, isto é, em terras arrendadas ou compradas pela indústria processadora. Nessas plantações, a produção “passou a representar uma espécie de ‘laboratório’ a céu aberto, que propiciava a experimentação e a incorporação de novas tecnologias” (MAZZALI, 2000, p.141).

A virada do século 20 para o 21 marca novas alterações no circuito espacial produtivo da laranja (MAZZALI, 2000; NEVES et al, 2010). Junto à intensificação do processo de fusão e aquisição, que reforçou o monopólio dos tradicionais grupos que desde a década de 1960 atuam no setor (Cutrale e Citrosuco), os maciços investimentos em automação e informatização da produção aumentaram tanto o controle do trabalho, como o enxugamento do quadro de

funcionários. Multiplicam-se as terceirizações, em especial na área de serviços de vigilância, jardinagem, refeitório e transporte das frutas do pomar à fábrica (MAZZALI, 2000).

O estabelecimento de parâmetros globalizados de produtividade levou à maior pressão por rendimento do trabalho, principalmente na fase da colheita, ainda hoje manual (MACIEL; 2016; PEREIRA, 2015). Apesar da maior fiscalização por parte do Estado, via Ministério Público do Trabalho, e de instituições da sociedade civil (Igreja Católica, universidade, sindicato dos trabalhadores), Maciel (2016) destaca a insalubridade dessa ocupação. As “colheitas em dias de chuva, exposição a pesticidas e animais venenosos na lavoura, falta de saneamento básico nos locais de moradia” marcam o dia-a-dia dos colhedores de laranja, de acordo com a autora (MACIEL, 2016, p.143). Dentre os acidentes mais comuns estão “queda da escada; furo nos olhos, provocados por galhos ou espinhos; e, sobretudo, casos de alergias, coceiras, doenças respiratórias e câncer de pele, em virtude do uso indiscriminado de venenos nos pomares” (MACIEL, 2016, p.144).

Vale destacar as mudanças na lei de acesso ao seguro desemprego e os impactos entre os trabalhadores rurais migrantes (MACIEL, 2016; PEREIRA, 2015). Em fins de 2014, a legislação que regula esse benefício alterou o tempo mínimo necessário à concessão do direito de seis meses para dezoito meses. Por meio dessa nova regra, os trabalhadores rurais com emprego condicionado à safra não poderão mais

acessar o seguro-desemprego ao término da colheita. Conforme discutem Maciel (2016) e Pereira (2015), a obtenção desse benefício é fundamental na dinâmica de reprodução social dessa força-de-trabalho, influenciando as estratégias desses trabalhadores quanto ao tempo de permanência nos locais de origem e de destino.

O Gráfico 7 apresenta a evolução da produção de laranja no Brasil, entre 1974 e 2017. Apesar das oscilações intensas, a produção manteve uma tendência de crescimento até os anos 2000. Nos últimos trinta anos do século 20, a quantidade de laranja produzida no país cresceu quase quatro vezes, passando de 30 milhões de toneladas em 1974, para quase 120 milhões de toneladas em 2000. A partir de 2001, observa-se uma brusca queda na produ-

ção, a qual é reduzida a menos de 20 milhões de toneladas: patamar inferior ao estimado no início da série histórica considerada (Gráfico 7).

Neves et al (2010) identifica as restrições à venda para os EUA como uma das razões para a drástica redução da produção de laranja no Brasil. Mesmo com uma produção sensivelmente menor, São Paulo permanece como o principal produtor do país, respondendo por quase 70% da produção nacional ao longo de todo o século XXI (DEMÉTRIO, 2017). Em seguida, destaca-se a região do Triângulo Mineiro (Figura 13).

Nesse contexto de crise da citricultura e expansão do setor sucroenergético, o arranjo da laranja, estruturado no entorno de Limeira, Matão/Araraquara e Bebedouro, em 2006, toma formas mais dilatadas em 2017, espalhando-se para Minas Gerais e Sudoeste

GRÁFICO 7. Quantidade produzida de laranja (em toneladas). Brasil, 1974 a 2017



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

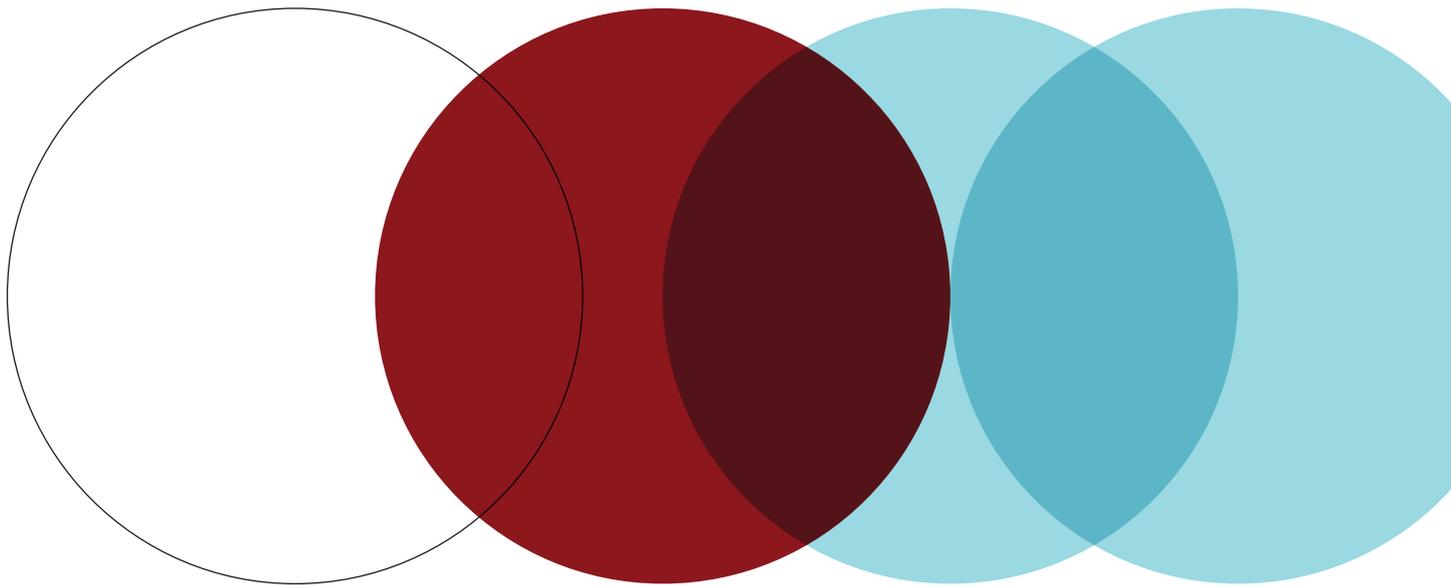
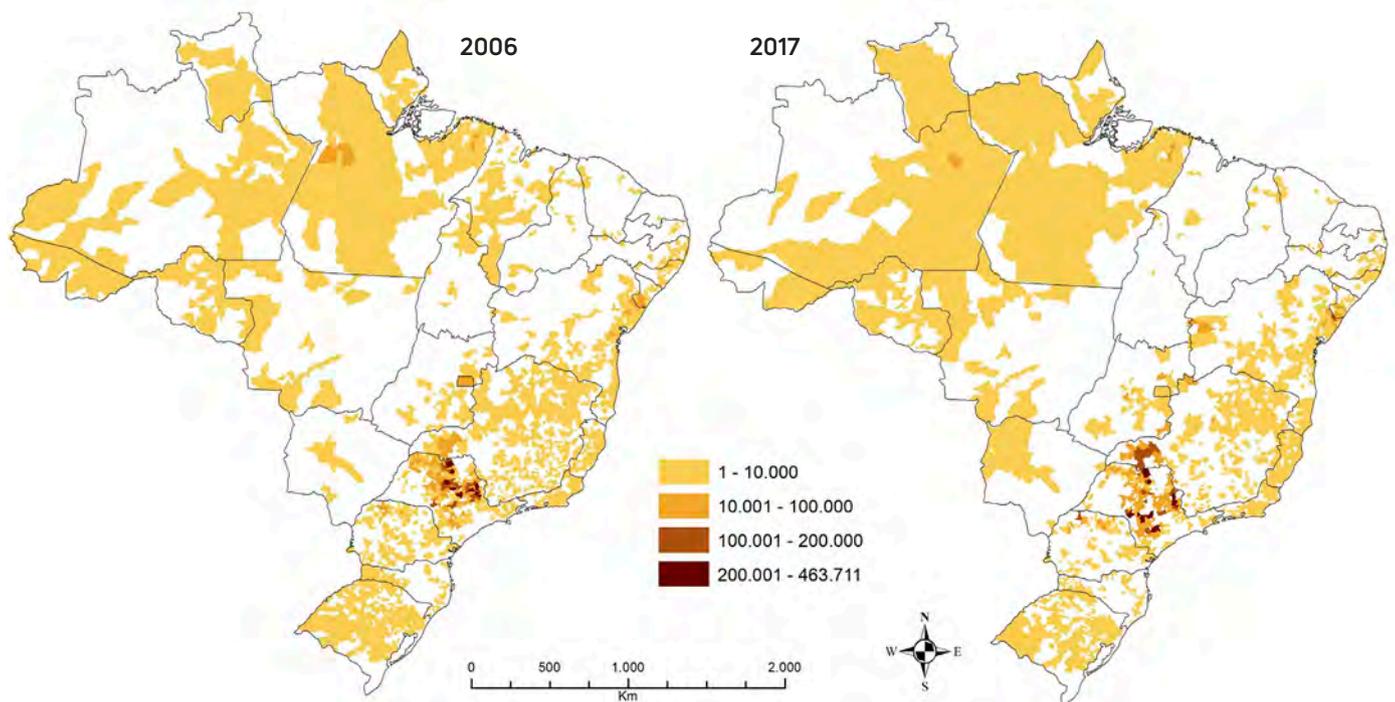


FIGURA 13. Quantidade produzida (em toneladas) de laranja, nos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés. Brasil, segundo municípios, 2006 e 2017



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, Tabela 1177; Censo Agropecuário 2017, Tabela 6955.
Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

de São Paulo (Figura 13). Para Mazzali, a reconfiguração desse circuito produtivo está associada à expansão canavieira. Segundo o autor, principalmente o citricultor menos capitalizado deixou de investir nesse segmento e passou a arrendar suas terras para cana, cuja produção toma conta das principais áreas agricultáveis do estado (MAZZALI, 2000).

As oscilações na produção refletem-se nas oscilações de vínculos empregatícios no setor, os quais somavam 66.202 contratos em 2006,

chegaram a 84.970 em 2011, e finalizaram 2017 com pouco mais de 73 mil vínculos (Tabela 19). A participação de imigrantes internacionais é pequena, porém crescente, sobretudo a partir de 2015, com a entrada de haitianos. Ainda assim, em 2017, registrou-se apenas 54 contratos de trabalhos de estrangeiros, 32 dos quais do Haiti (Tabela 19).

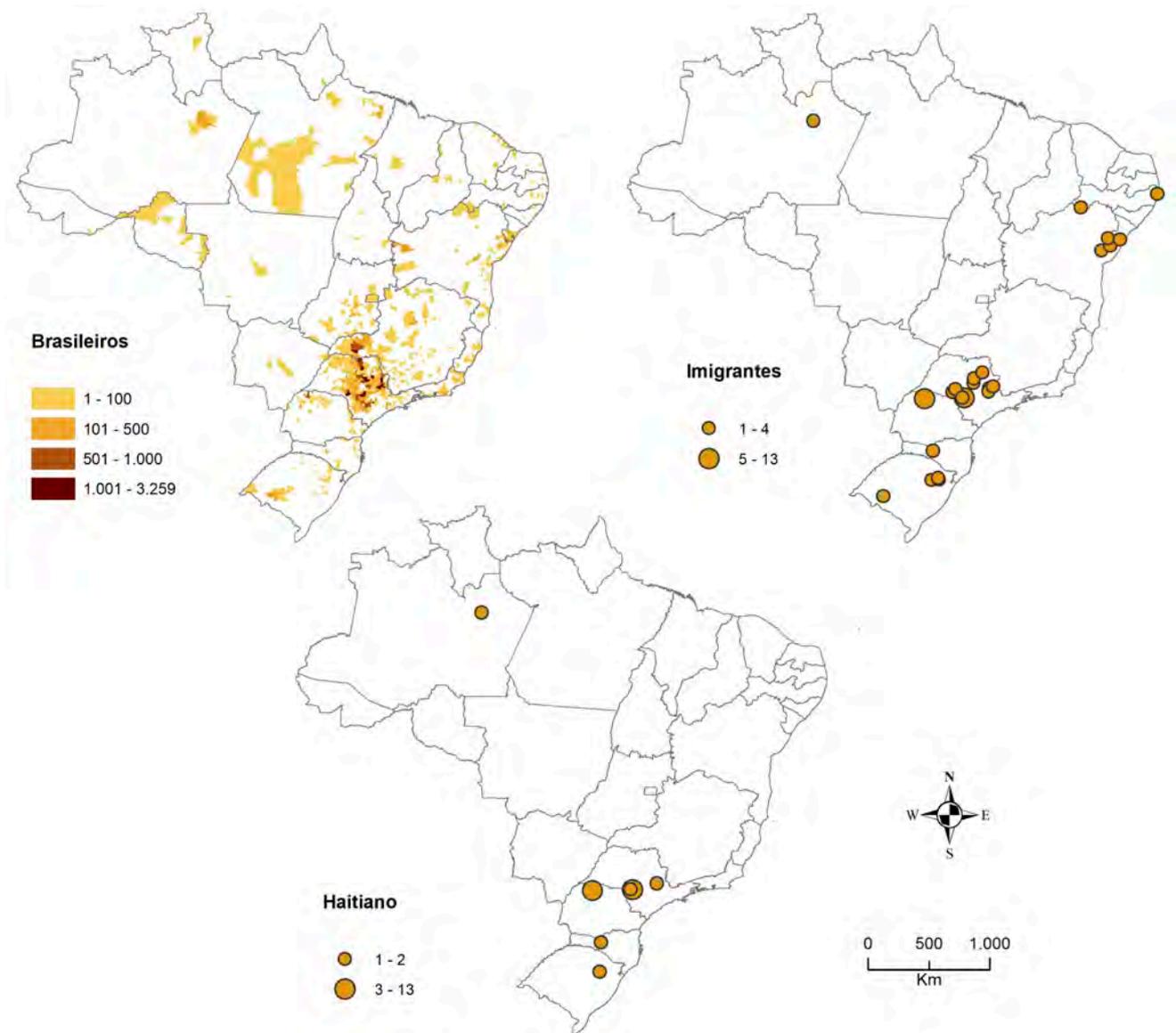
Na condição de principal produtor da fruta, São Paulo concentra a maior parte dos vínculos empregatícios, seguido da região referente

TABELA 19. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no segmento da laranja, segundo principais nacionalidades. Brasil, 2006 a 2017.

ANO	BRASILEIRA	IMIGRANTES	HAITIANO	PORTUGUESA	TOTAL
2006	66.188	14	0	2	66.202
2007	73.786	12	0	4	73.798
2008	79.574	10	0	2	79.584
2009	83.517	8	0	2	83.525
2010	58.468	9	0	3	58.477
2011	84.952	18	5	4	84.970
2012	70.440	9	1	1	70.449
2013	62.988	20	7	2	63.008
2014	63.435	15	5	0	63.450
2015	67.379	68	29	2	67.447
2016	57.602	35	16	2	57.637
2017	73.140	54	32	1	73.194

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

FIGURA 14. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12/2017, no segmento laranja, segundo principais nacionalidades. Brasil, por municípios.



Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

ao Triângulo Mineiro (Figura 14). Imigrantes internacionais, sobretudo os haitianos, concentram-se nos municípios de Cerqueira Cesar (SP) e Atalaia (PR) (Figura 14).

Dentre os 73.140 vínculos de trabalho de brasileiros no setor, em 2017, 36.477 (ou 50,23%) não tinha ensino fundamental completo (Tabela 20). No entanto, o volume de contratos de trabalho de analfabetos diminuiu em relação a 2006, passando de 3.464 para 2.947. Em direção contrária, o total de vínculos com superior completo mais que dobrou: de 1.274, em 2006, para 2.758, em 2017 (Tabela 20). Considerando somente imigrantes internacionais, contratação de pessoas com baixa qualificação, aumentou. Nesse grupo, em 2017, 17 vínculos (31,4%)

referiam-se a pessoas sem ensino fundamental completo, 21 (38%) com médio completo e 6 (11,11%) com superior completo (Tabela 20).

Os processos de mecanização truncados nesse segmento, com colheita manual ainda hoje, fazem com que mais de 70% dos vínculos empregatícios de brasileiros refira-se ao trabalho agropecuário: isto é, 51.6535 dos 73.140 contratos vigentes em 2017 (Tabela 21). Entre imigrantes internacionais, 34 contratos (62,96% do total) compõem esse grupo ocupacional. Destaca-se, também, a participação crescente de dirigentes e de profissionais das ciências e das artes, grupo no qual o volume de vínculos de trabalho dobrou entre os brasileiros, no período 2006/2017, passando de 517, para 1.007 (Tabela 21). ■

TABELA 20. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no segmento da laranja, segundo nacionalidade e escolaridade. Brasil, 2006 a 2017.

ESCOLARIDADE AGREGADA APÓS 2005	BRASILEIROS			IMIGRANTES INTERNACIONAIS		
	2006	2010	2017	2006	2010	2017
Analfabeto	3.464	2.527	2.947	1	0	1
Até 5a Incompleto	11.659	8.976	9.946	0	0	2
5a Completo Fundamental	21.266	12.861	15.073	1	0	9
6a a 9a Fundamental	9.479	7.751	8.778	1	0	5
Fundamental Completo	8.715	9.158	9.892	1	0	7
Médio Incompleto	2.874	3.986	5.140	1	1	2
Médio Completo	7.036	10.697	17.793	1	1	21
Superior incompleto	421	669	813	0	0	1
Superior Completo	1.274	1.843	2.758	8	7	6
Total	66.188	58.468	73.140	14	9	54

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

TABELA 21. Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no segmento da laranja, segundo nacionalidade e ocupação. Brasil, 2006 a 2017.

GRANDES GRUPOS OCUPACIONAIS	BRASILEIROS			IMIGRANTES		
	2006	2010	2017	2006	2010	2017
1 - Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	636	762	824	3	1	1
2 - Profissionais das ciências e das artes	517	772	1.007	2	3	2
3 - Técnicos de nível médio	1.089	1.734	1.976	0	1	4
4 - Trabalhadores de serviços administrativos	2.671	2.824	3.594	2	2	1
5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	2.552	3.363	3.162	1	0	3
6 - Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	52.044	40.179	51.653	4	2	34
7 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	4.078	5.646	6.096	0	0	7
8 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	1.534	2.138	3.263	1	0	2
9 - Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	1.061	1.050	1.564	1	0	0
Não classificado	6		1	0	0	0
Total - Segmento Laranja	66.188	58.468	73.140	14	9	54

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT





ESPAÇOS REGIÕES DA AGRICULTURA GLOBALIZADA EM SÃO PAULO

*Natália Belmonte Demétrio
Rosana Baeninger*

Origens do agronegócio em São Paulo ¹: breve síntese

As raízes do processo de urbanização paulista (GONÇALVES, 1998) garante a esse estado posição hegemônica na dinâmica do agronegócio no Brasil (ELIAS, 2003). Segundo Mesquita et al (2019, p.342), a “combinação entre técnica e ciência na agricultura brasileira tem suas origens em São Paulo, no final do século XIX, quando é inaugurado o Instituto Agrônomo de Campinas”, em 1892. Essa instituição de pesquisa foi pioneira no desenvolvimento de variedades e formas de cultivos adaptadas às características de cada cultura, para os mais diferentes lugares (MESQUITA et al, 2019). A constituição da rede de inovação tecnológica para a agricultura paulista ganha força com a fundação da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em 1899, no município de Piracicaba: consagrado “polo formador de profissionais para o trabalho agrônomo nas unidades produtivas e nos centros de pesquisa” (MESQUITA et al, 2019). Ou seja, “antes mesmo de o Brasil conhecer o vigoroso investimento na pesquisa agrícola nos anos 1970, quando se funda a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária”, São Paulo já dispunha de considerável capacidade de inovação tecnológica, dimensão fundamental na reprodução do modelo agribusiness de produção (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013; MESQUITA et al, 2019).

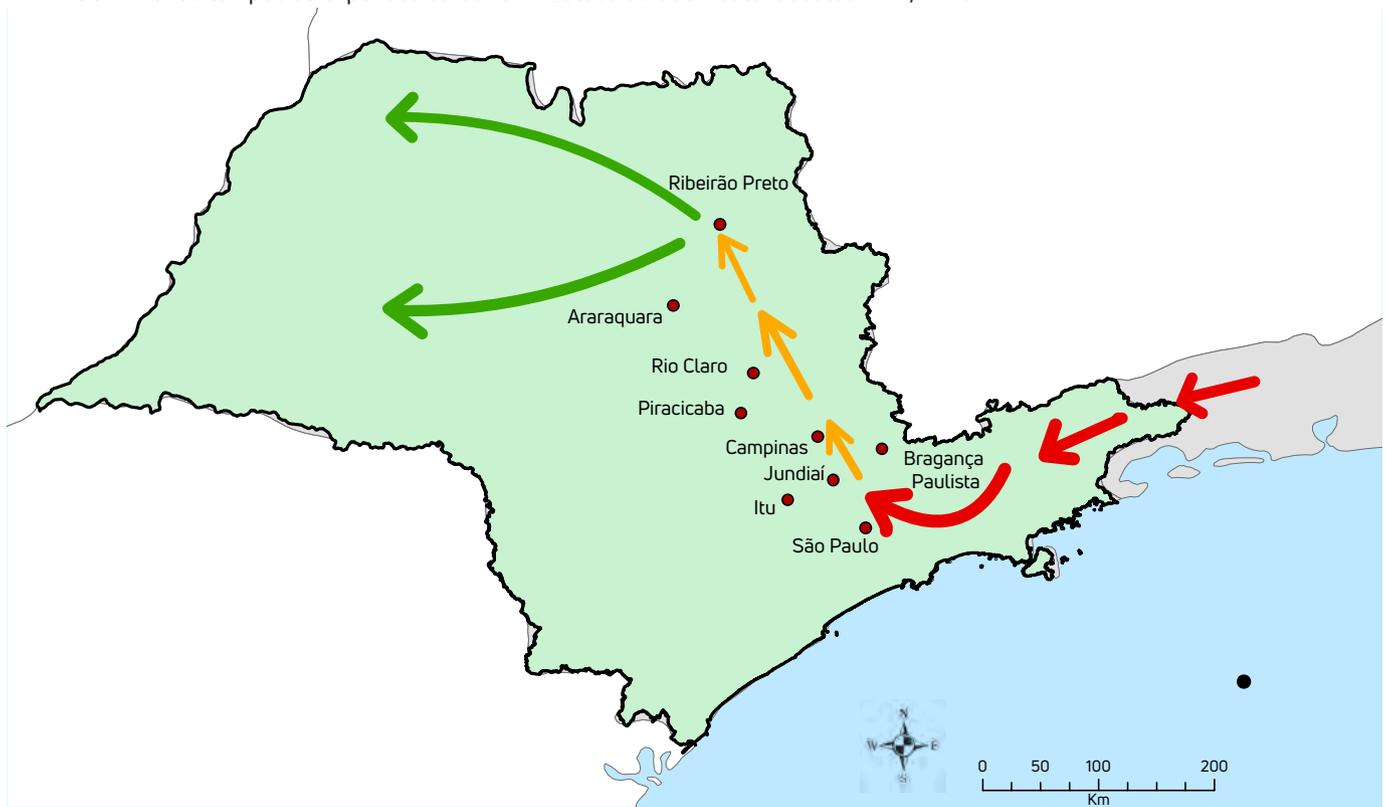
A centralidade paulista no comando do agro-

negócio brasileiro (MESQUITA et al, 2019) associa-se à história de ocupação desse território (GONÇALVES, 1998). Segundo a autora, até o século XVIII, as expedições bandeirantes constituíam a principal atividade de colonização da região. Seguindo os caminhos abertos pelas bandeiras, o cultivo de cana-de-açúcar floresceu no chamado Quadrilátero do Açúcar em São Paulo (Piracicaba, Sorocaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí), por volta de 1750 (GONÇALVES, 1998). O empreendimento canavieiro, pautado no trabalho escravo e na produção de aguardente e rapadura (SILVA; BUENO; MELO, 2015), “correspondeu ao primeiro esforço sistemático de ocupação do território”, representando o produto por meio do qual a antiga capitania de São Vicente é integrada ao comércio internacional de bens primários (GONÇALVES, 1998, p.66).

Esse fenômeno é intensificado no século XIX com o café (GONÇALVES, 1998). A transformação dessa mercadoria na principal commodity agrícola mundial (FREDERICO, 2013) levou à substituição dos canaviais pelos cafezais que, adentrando em terras paulistas pelo Vale do Paraíba, espalharam-se por Campinas, Bragança Paulista e Itu, municípios considerados como berço do complexo cafeeiro em São Paulo (GONÇALVES, 1998). Por volta de 1850, a frente de expansão do café avança rumo à Ribeirão Preto, onde as sucessivas crises de superprodução do café estacionaram a fronteira agrícola a nordeste do Estado (GONÇALVES, 1998). Desde essa localidade, a dinâmica cafeeira de incorporação de terras prossegue para o Oeste paulista já no século XX (Figura 15), em um processo no qual vale destacar a

¹ Esse texto corresponde a uma revisão das ponderações contidas em Demétrio (2017).

FIGURA 15. Os tempos da expansão cafeeira no Estado de São Paulo. Séculos XVIII, XIX e XX



-  Primeiro surto expansionista do complexa cafeeiro (virada do século XVIII para o XIX)
-  Segundo surto expansionista do complexa cafeeiro (meados do século XIX)
-  Terceiro surto expansionista do complexa cafeeiro (primeira metade do século XX)

Fonte: Elaborado a partir das informações contidas em Gonçalves (1998) e Negri, Gonçalves e Cano (1988).

ação das companhias imobiliárias e a proliferação de culturas alternativas ao café (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988).

O terceiro e último surto expansionista do complexo cafeeiro completou a ocupação do Estado de São Paulo, estruturando uma divisão socioespacial do trabalho que situa as diferentes regiões paulistas do agronegócio. Nas áreas de ocupação mais antiga (Vale do Paraíba, Baixada Santista e Grande São Paulo), o histórico de capitais gerados pelo café, a concentração de população e de infraestrutura respaldaram a construção do parque industrial de maior intensidade em ciência e tecnologia do país (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988). Do ponto de vista agropecuário, os altos níveis de urbanização da região, somado à baixa fertilidade do solo, fortaleceram a produção de frutas, hortaliças e laticínios para abastecimento local e regional (TARTAGLIA; OLIVEIRA, 1988; Figura 16).

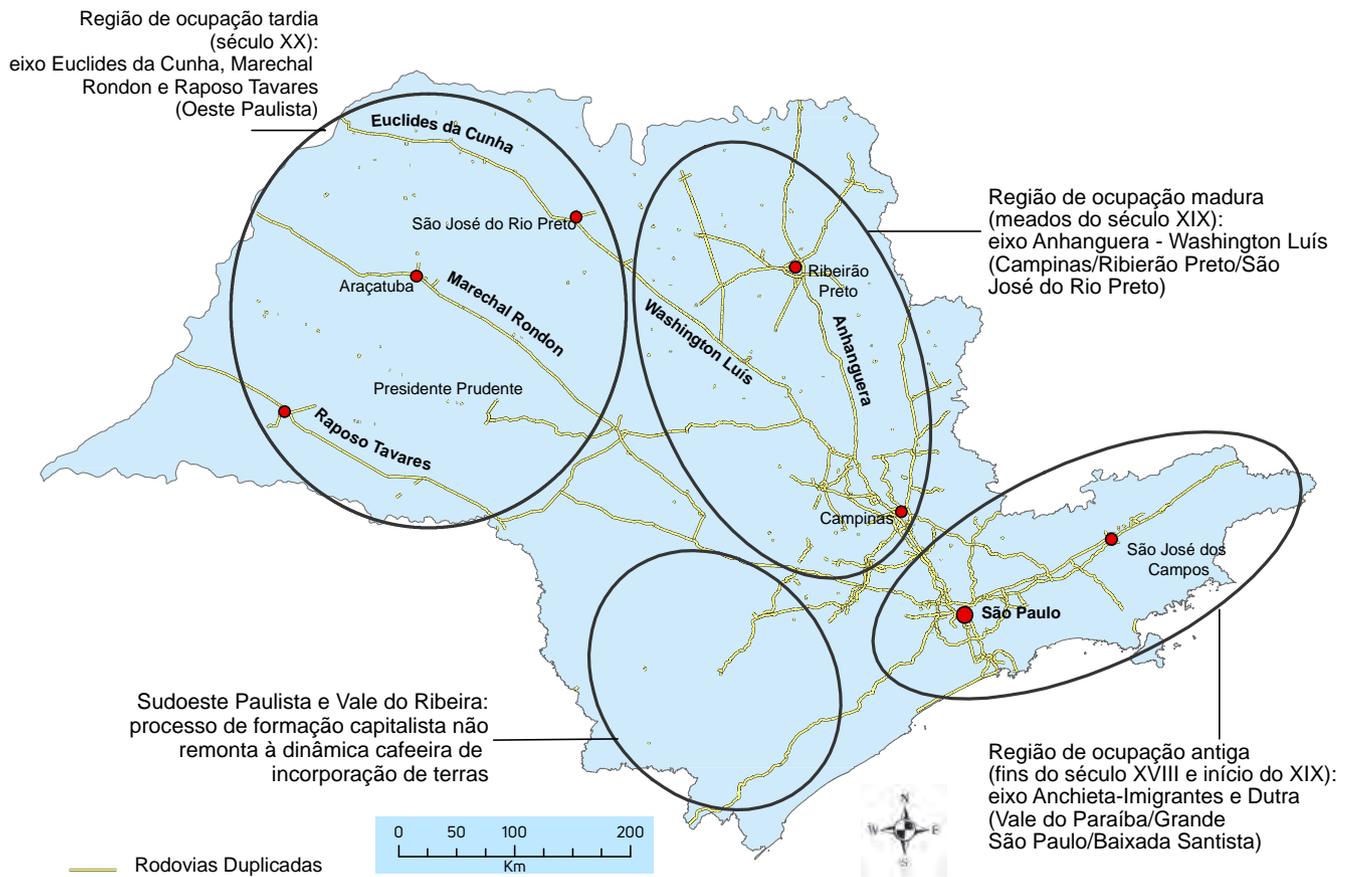
Nas zonas de ocupação madura (região de Campinas/Ribeirão Preto/São José do Rio Preto), onde a fronteira agrícola também contou com expressivos níveis de capitalização, o processo de urbanização atingiu amplo grau de diversificação das forças produtivas, alavancado pela indústria manufatureira, principalmente via complexos agroindustriais (TARTAGLIA; OLIVEIRA, 1988; Figura 16). Em especial a partir da década de 1970, com o movimento de desconcentração econômico-populacional à luz dos planos nacionais de desenvolvimento, a dinâmica regional desse eixo passa ser reconfigurado pela formação de importantes

aglomerações urbanas (BAENINGER, 1997). Nesse contexto, Campinas consolida-se como polo tecnológico (BAENINGER, 1996), enquanto outros municípios reforçam suas atividades industriais centradas na transformação de commodities específicas: algodão em Americana; laranja em Limeira, Matão e São Carlos; cana-de-açúcar em Ribeirão Preto e Sertãozinho (TARTAGLIA; OLIVEIRA, 1988).

Já nas últimas áreas de expansão do complexo cafeeiro, o processo de ocupação ocorreu de forma subordinada aos interesses do capital imobiliário e às demandas decorrentes dos primeiros surtos de industrialização por substituição das importações (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988). Nessa zona, ainda que o café permaneça como importante elemento articulador da fronteira agrícola, ele não o faz sozinho, mas em conjunto com a produção de alimentos em pequenas propriedades familiares (com destaque ao arroz, feijão, mandioca, batata e cebola), de matérias-primas para o emergente processo de industrialização (a exemplo do algodão) e da pecuária de corte bovina (TARTAGLIA; OLIVEIRA, 1988).

Sobretudo na década de 1960, quando as transformações da Revolução Verde começaram a desestruturar as condições de reprodução da agricultura familiar (MULLER, 1985), as companhias colonizadoras começaram a enfrentar dificuldades na revenda de seus terrenos (CHAIA, 1980). Em especial nas localidades de mais difícil acesso, formaram-se extensas áreas de pastagens, revelando a

FIGURA 16. Regionalização do Estado de São Paulo com base na dinâmica de incorporação de terras do complexo cafeeiro



Fonte: Construído a partir das informações contidas em Negri, Gonçalves e Cano (1988).



face mais conservadora do capitalismo brasileiro, avesso à reforma agrária (WANDERLEY, 2011). Esses espaços constituíram a porta de entrada da cana-de-açúcar no Oeste Paulista, com o circuito espacial produtivo da pecuária em pleno processo de recomposição diante do avanço do setor sucroenergético (BINI, 2010), cujas franjas chegam a alcançar tradicionais territórios de agricultura familiar a noroeste do estado (MELO, 2013).

À luz dessas hierarquias, as regiões do agronegócio (ELIAS, 2013) em São Paulo espalham-se desigualmente no território estadual. Concentram-se em espaços selecionados (SASSEN, 1998) do Oeste Paulista e, fundamentalmente, no eixo formado pelas rodovias Anhanguera e Washington Luís (Figura 16). Nessa zona, as heranças deixadas por uma história complexa conferem capacidade de comando sob vastas áreas de expansão da agricultura científica e globalizada (ELIAS, 2003), atravessando inclusive as fronteiras estaduais (MESQUITA et al, 2019). Nesse contexto, mesmo que São Paulo venha perdendo participação relativa na produção de seus principais produtos agropecuários de exportação (carne bovina, laranja e cana-de-açúcar, vide figuras 7, 11 e 13), seu sistema de inovação tecnológica lhe confere posição hegemônica no controle desses segmentos (MESQUITA et al, 2019; BINI, 2010; ELIAS, 2003). Tal particularidade tem rebatimentos no modo como se transforma a estrutura do emprego no agronegó-

cio paulista, bem como as formas de inserção de imigrantes internacionais, nos mais diversos setores.

Migrações internas, internacionais e trabalho na atividade agropecuária paulista: raízes históricas

A história da atividade agropecuária no Brasil – dos complexos agroexportadores (BALÁN, 1973), aos complexos agroindustriais (DELGADO, 1985) e transnacionais (SILVA, 1994) – é marcada por distintos movimentos migratórios internos e internacionais (BAENINGER, 2012). Entre 1550 e 1850, a necessidade de braços para a lavoura canavieira trouxe ao país mais de quatro milhões de africanos escravizados², metade dos quais concentrados no Nordeste, berço do complexo agroexportador do açúcar (BALÁN, 1973; BAENINGER, 2012). Na virada dos séculos XIX e XX, com a emergência do complexo cafeeiro e o deslocamento do eixo dinâmico da econômica brasileira para o Sudeste, outros quatro milhões de imigrantes europeus chegaram no país, direcionados majoritariamente para as fazendas de café em São Paulo (BALÁN, 1973; BAENINGER, 2012; BASSANEZI, 1995).

² Vale pontuar que, segundo Vainer (2001, p.178), justamente porque lhe falta a condição mais primordial no exercício da mobilidade – a liberdade – um escravo não é um trabalhador, “e muito menos um trabalhador migrante” (VAINER, 2001, p.178).

De acordo com Hall (2003), Balán (1973) e Seyferth (2002), dois aspectos condicionam a imigração europeia de massa desse período: a transição para o trabalho livre e a construção do Estado-Nação pautada na miscigenação seletiva da população. Essa perspectiva teórica desmonta o senso comum em torno do qual a escassez de mão-de-obra nacional impunha a necessidade de importação de trabalhadores. Para Balán (1973), o apelo à imigração internacional manifestou uma estratégia de rebaixamento dos salários que a migração interna, por si só, não daria conta de proporcionar. Nesse sentido, é preciso reconhecer que o assalariamento mobiliza tanto uma força-de-trabalho empregada, como também uma reserva, um excedente relativo de população que, embora excluído do processo produtivo, contribui para a dinâmica de acumulação na medida em que funciona como mecanismo de rebaixamento de salário (RENNER; PATARRA, 1980).

Ao recuperar discurso de vários políticos proeminentes da época, todos eles defensores da imigração subsidiada pelo Estado, Hall (2003, p.159) relatada: "Alfredo de Taunay [então presidente da província do Paraná], já em 1884, especificou bem o problema: 'É impossível ter salários baixos, sem violência, havendo poucos braços e muitos que queiram empregá-los'". O deputado do império, Christiano da Luz, em 1888, "falou com objetividade [...]: 'É evidente que precisamos de braços [...] no intuito de aumentar a concorrência de trabalhadores e, mediante a lei da oferta e da pro-

cura, diminuir o salário'" (HALL, 2003, p.160). As pesquisas de Hall (2003) apontam que, no ano de 1884, 11% do orçamento da província de São Paulo foi utilizada para financiar os custos da importação de europeus. Em 1888, o autor discute a contratação de um grande empréstimo com a Inglaterra – estimado em sete mil contos: o dobro da receita anual de São Paulo – para cobrir os gastos com a imigração. Esse recurso "absorveu aproximadamente três quartos do orçamento da província durante os dois últimos anos do Império" e financiou a chegada de 220 mil europeus (HALL, 2003, p.156). Os trabalhos de Gonçalves (1998, p.130) colocam que, "entre 1887 e 1900, período de alta do preço do café e de grande expansão da produção, entraram em São Paulo cerca de 863 mil imigrantes". Em 1889, políticos paulistas já falavam de "uma certa dificuldade para colocação dos imigrantes que chegavam à província" (HALL, 2003, p.159). Em 1897, o secretário paulista de agricultura e imigração admitiu que os grandes fazendeiros tinham "braços de sobra" (HALL, 2003, p.159-160).

Priorizou-se a vinda de famílias, para diminuir a incidência da reemigração, de trabalhadores agrícolas, "de modo a evitar a introdução de elementos cosmopolitas e perigosos", e população de baixa renda: pobres que não pudessem comprar suas próprias terras, nem abrir pequenos negócios, sendo obrigados a trabalhar nas fazendas (HALL, 2003, p.157). Ao final do século XIX, São Paulo estava tão

abastecida de imigrantes que foi possível “a abolição da escravidão de forma relativamente pacífica” (HALL, 2003, p.153). Diferente do afirmado pela bibliografia conservadora, para a qual o fim da escravidão no Brasil viabilizou a imigração em massa, “a relação seria melhor compreendida ao contrário: a imigração em grande escala tornou possível a abolição” (HALL, 2003, p.153).

Além da questão da transição para o trabalho livre, é fundamental pontuar que a opção pela mão-de-obra europeia respondeu a um projeto de branqueamento da população (SEYFERTH, 2002). A autora denuncia as cargas ideológicas e as conotações racistas explícitas na retórica de superioridade dos europeus e de seu caráter civilizatório como parte das “reformas necessárias para transformar o Brasil num país de imigração distanciada do escravismo” (SEYFERTH, 2002, p.120). Na mesma linha, Balán (1973) também interpreta a imigração internacional de massa como reflexo do preconceito contra a mão-de-obra nacional, vista como indisciplinada, ociosa, violenta e não afeita ao trabalho livre.

Se a imigração internacional potencializou a acumulação estruturada no bojo do complexo agroexportador do café (GONÇALVES, 1998; BALÁN, 1973), a migração interna foi a grande protagonista na geração de riqueza no âmbito dos complexos agroindustriais de meados do século XX (SILVA, 1999). Cessado os massivos subsídios públicos à imigração internacional, a partir de 1930 as trocas de população entre

as próprias regiões do país são alçadas como processo essencial ao desenvolvimento da indústria e da agricultura³.

A formação do CAI representou tanto a diminuição drástica dos postos de trabalho no setor primário, quanto reforçou sua sazonalidade (MULLER, 1985). Na constituição da força-de-trabalho empregada nesse segmento, Silva (1999) e Wanderley (2011) refletem a importância cumprida pelo Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, que regulamenta “dentro da lei e da ordem” a superexploração do trabalho temporário (SILVA, 1999, p.66). Ao definir trabalhador rural pelo seu vínculo empregatício, essa norma marginalizou o grosso do trabalho rural paulista. Surge, assim, o “bóia-fria, trabalhador agrícola volante, de residência urbana, banido da legislação”, um sujeito duplamente negado: enquanto trabalhador permanente e enquanto possuidor de direitos” (SILVA, 1999, p.66).

De acordo com a autora, esse estatuto também marcou, em definitivo, a dissolução da estrutura social constituída nas fazendas outrora de café, pautadas na mão-de-obra familiar re-

3 Embora a produção acadêmica destaque a importância da imigração internacional no começo do século XX, Gonçalves (1998) também discute a migração interna, sobretudo de mineiros e de negros recém-libertos. De mesmo modo, o enfoque para a migração de nacionais no período seguinte não significa que não tenha havido a chegada de novos estrangeiros. Ao discutir as especificidades desse fenômeno no pós-Segunda Guerra Mundial, Salles, Paiva e Bastos (2013) ressaltam a vinda de mão de obra técnica - principalmente de portugueses, espanhóis, franceses, italianos e japoneses - para o trabalho na indústria e na agricultura que se mecanizava em São Paulo.

sidente dentro das unidades agropecuárias. Ao incidir em pesados impostos, correspondentes a 27,1% sobre a jornada de trabalho de trabalhadores permanentes, essa legislação levou a expulsão de milhares de colonos e de outros tipos de empregados, sobretudo nos estabelecimentos menores, cujos proprietários não tinham condições de mantê-los (SILVA, 1999; WANDERLEY, 2011). Nesse contexto, a sazonalidade do trabalho agrícola “favoreceu a substituição do morador pelo trabalhador volante”, não apenas porque a modernização do processo produtivo na agricultura é incompleta, “mantendo o trabalho manual, especialmente durante a fase de colheita”, mas também porque o “Estatuto do Trabalhador Rural, tal como foi promulgado, não se aplica ao trabalhador sazonal, que se torna, assim, a solução menos onerosa” (WANDERLEY, 2011, p.49).

O projeto nacional-desenvolvimentista que patrocina a constituição dos complexos agroindustriais (DELGADO, 1985; LEITE, 2005), consolidou-se como um modelo de atuação do Estado altamente seletivo, seja porque apenas determinados segmentos econômicos receberam os subsídios públicos, seja porque excluiu a maior parte do território nacional do pacto modernizante (MULLER, 1985). Em consequência, as desigualdades socioespaciais cresceram, as iniciativas locais de industrialização foram todas subordinadas aos interesses dos industriais paulistas e a Região Nordeste é alçada à condição de principal área de concentração de força-de-trabalho do Sudeste

(ARAÚJO, 2000). Esse fato, somado à precariedade do trabalho rural, produziu verdadeiros corredores de migração, ligando São Paulo ao norte de Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, etc., em um movimento no qual se sobressai sempre os mesmos destinos e tempo de permanência (SILVA, 1999; MENEZES; SILVA, 2006). Nas palavras de Silva e Martins (2010, p.215), esse fenômeno cria “um elo de complementaridade bastante estreito entre essas realidades, que, apesar de opostas, se servem mutuamente”. Por um lado, “economia capitalista avançada necessita desta mão de obra em seu espaço por algum tempo”. Por outro, “a economia miserável necessita do pouco dinheiro auferido por alguns de seus membros para continuar existindo” (SILVA; MARTINS, 2010, p.215).

Nesse novo contexto, migrar deixa de ser apenas consequência da inviabilidade das condições de existência dessa população, para se consolidar como “parte integrante de suas próprias práticas de reprodução” (MENEZES; SILVA, 2006, p.4). Além de revisar aportes teóricos clássicos, pautados na dicotomia origem/destino e nos fatores de atração/expulsão (SINGER, 1980), essa nova dinâmica também redefine as dimensões étnicas que perpassam o fenômeno (SILVA, 1999). Segundo Silva e Martins (2010), os critérios de regionalidade escondem relações raciais fundamentais para o entendimento da migração recente para o trabalho rural em São Paulo. A “separação entre migrantes e não migrantes, entre trabalhadores

de fora e os locais, encobre a divisão étnica do trabalho” (SILVA; MARTINS, 2010, p.213). Diferente da mão de obra empregada pelo complexo agroexportador do café, os diversos complexos agroindustriais que se formaram no estado de São Paulo mobilizaram uma migração permanentemente temporária, composta majoritariamente por homens, jovens, negros e pardos oriundos das regiões excluídas pelos planos nacionais de desenvolvimento da ditadura militar (norte de Minas Gerais e do Paraná e Região Nordeste) (SILVA, 1999).

Avirada do século XX e XXI marca importantes transformações na estrutura dos complexos agroindustriais, das relações de trabalho que permeiam o setor em São Paulo, bem como de seus processos migratórios (MAZZALI, 2000; ELIAS, 2003; SILVA, 1994; SILVA; MARTINS, 2010). Por um lado, o endividamento público colocou o modelo de ação estatal que sustentou o projeto nacional-desenvolvimentista na berlinda (LEITE, 2005; BRANDÃO, 2007). Ao mesmo tempo, o processo de redemocratização – impulsionado pela Constituição de 1988 – fortaleceu formas de mobilização social “em busca da integridade socioambiental dos territórios submetidos à acumulação capitalista” (SILVA; MARTINS, 2010, p.219).

Nesse contexto, a luta por melhorias das condições de trabalho no setor ganha “novos atores e novas formas de resistência” (SILVA; MARTINS, 2010, p.220). Exemplo concreto disso são as audiências públicas realizadas em Ribeirão Preto, no começo dos anos 2000, “a

fim de apurar as mortes dos trabalhadores rurais, ocorridas em função do excesso de esforço exigido durante o corte da cana” (SILVA; MARTINS, 2010, p.220). Para os autores, essa mobilização representa um fato inédito “no contexto dessas relações de trabalho” (SILVA; MARTINS, 2010, p.220-221). O diálogo estabelecido entre o Ministério Público, o Ministério do Trabalho, organizações não governamentais, universidade, categorias representativas dos trabalhadores e representantes da Assembleia Legislativa estadual não apenas “demonstra a maior amplitude dos atores envolvidos”, como também cria “um novo campo de lutas” (SILVA; MARTINS, 2010, p.228 e 232).

Assim, o século XXI, “era da modernidade e da reflexividade, tempos de garantias cidadãs, dos direitos humanos e sociais”, diferencia-se por mobilizar “mecanismos capazes de redirecionar antagonismos históricos” (SILVA; MARTINS, 2010, p.235). Dentre as principais conquistas alcançadas por esses instrumentos, os autores destacam aumento das fiscalizações no eito, nas moradias dos migrantes e nos ônibus utilizados para o transporte dos trabalhadores; elaboração de centenas de “notificações recomendatórias às usinas acerca das questões ambientais (queimadas) e da terceirização de mão-de-obra; abertura de inúmeros inquéritos para apuração de irregularidades trabalhistas e ambientais” (SILVA; MARTINS, 2010, p.229-330).

Todos esses avanços são combinados e se contrastam com a influência crescente das



transnacionais no país e, em especial, no estado de São Paulo (SANTOS, 2013). A grande capacidade de investimento desses grupos, somado à maior fiscalização das condições de trabalho e das questões ambientais, impulsionou processos de mecanização e inovação tecnológica nos mais diferentes segmentos. Tal fato não apenas alterou o perfil dos assalariados rurais em São Paulo (PIÑEROS, 2017; SILVA; BUENO; MELO, 2015), alavancou transformações em sua hierarquia ocupacional (ELIAS, 2003; GRAS; HERNÁNDEZ, 2013), como também foi acompanhado por mudanças na dinâmica de suas migrações internas e internacionais (PIÑEROS, 2017; DEMÉTRIO, 2018).

Em se tratando da composição por idade e sexo dessa população, os trabalhos de Piñeros (2017), Silva, Bueno e Melo (2015) atestam maior participação de mulheres e pessoas mais velhas. No tocante à estrutura do emprego, a inovação radical dos processos de gestão e produção mobilizaram novas identidades profissionais (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013), sobretudo entre as ocupações que envolvem alto nível de reflexividade e conhecimento, próprias da economia da informação (CASTELLS, 2006). Já com relação à reconfiguração da migração, cabe ressaltar três aspectos. Em primeiro, reconfigura-se a cartografia migratória (SILVA, MENEZES, 2006) engendrada pelo agronegócio, seja pela emergência de novos locais de origem desses fluxos (integrando espaços cada vez mais setentrionais do Nordeste brasileiro, como Piauí e Maranhão), seja pela

incorporação de novos destinos no território paulista, haja vista a expansão da agricultura de commodities para o extremo oeste (MELO, 2013; PIÑEROS, 2017; DEMÉTRIO, 2013). Em segundo lugar, é fundamental considerar que a enorme diminuição dos postos de trabalhos gerados, resultado da intensa automação dos processos, articulada às transformações na estrutura produtiva e fundiária do Oeste Paulista, reforçaram a contratação da força-de-trabalho local e regional (PIÑEROS, 2017).

Em terceiro lugar, vale pontuar que a emergência do modelo agribusiness de produção (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013) ocorre paralelamente à consolidação do Brasil na rota das migrações transnacionais (BAENINGER, 2016) e ao fortalecimento das redes de recrutamento de mão-de-obra que se apoiam no mercado de trabalho global imigrantes (GUARNIZO; SMITH, 1998), especialmente no âmbito das relações Sul-Sul (MANRIQUE, 2012; BAENINGER, 2017). Nesse cenário, as migrações internacionais não apenas refletem e compõem a reestruturação produtiva da atividade agropecuária, como também se reconfiguram diante das especificidades dos fluxos Sul-Sul, que mesclam a migração de maior e menor qualificação, trazem movimentos migratórios sem raízes históricas com o Brasil e delimitam novas formas de entrada e permanência documentada no país (BAENINGER, 2017).

Por fim, vale ressaltar que os caminhos trilhados ao longo das duas primeiras décadas do século XXI podem assumir outros contornos



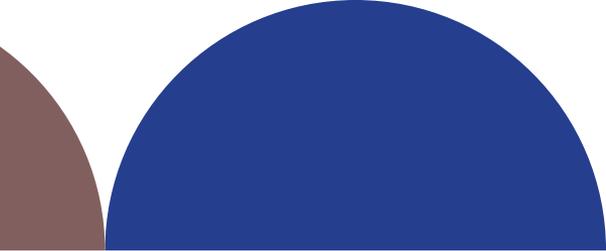
nos anos 2020. Passados quase quinze anos de aumento sustentado dos preços das commodities no mercado internacional, o momento atual põe fim ao superciclo de valorização dos produtos agrominerais (PRATES; MARÇAL, 2008; BREDOW; LELIS; CUNHA, 2016) e de aguda depressão econômica. Sobretudo a partir de meados de 2014, o Brasil vem registrando quedas em suas taxas de crescimento e aumento do desemprego, agravadas em 2015 com a reconfiguração do bloco de poder no comando do país (VALADARES; GALIZA; OLIVEIRA, 2017). Na visão dos autores, esse cenário favoreceu a disseminação de ideias reformistas, pautadas na flexibilização da legislação trabalhista e previdenciária, propagadas como a fórmula para se alcançar maiores níveis de competitividade e investimentos (VALADARES; GALIZA; OLIVEIRA, 2017; SANTOS; GIMENEZ, 2018).

Diante dessa inflexão, já em 2014 muda-se a lei de acesso ao seguro desemprego, alterando o tempo mínimo necessário para a concessão do benefício de seis para dezoito meses ⁴. Devido à nova regra, os trabalhadores rurais com emprego condicionado à safra não têm mais esse direito reconhecido, o que pode influenciar nas estratégias de mobilidade e reprodução social dessa população (MACIEL, 2016; PEREIRA, 2019). Em 2017, os retrocessos são agravados com a aprovação da reforma tra-

balhista: a “mais ampla modificação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) desde a sua criação, em 1943” (VALADARES; GALIZA; OLIVEIRA, 2017, p.96). Embora não aborde especificamente o trabalho agrícola, os autores evidenciam as consequências das mudanças introduzidas pela lei nesse universo, “com destaque para as dimensões relacionadas à terceirização, à jornada de trabalho e às novas formas de contratação” permitidas (VALADARES; GALIZA; OLIVEIRA, 2017, p.97).

Na interpretação de Fleury (2018, p.11), a Lei 13.467/17 “imprime um instantâneo retrocesso social, inédito na lenta história de afirmação dos direitos sociais em solo pátrio”. Aprovada por um processo legislativo que durou menos de um ano, “com déficit de debate democrático”, esse marco regulatório alterou “profundamente o sistema jurídico de proteção ao trabalho no Brasil” (FLEURY, 2018, p.11). Para Krein e Gimenez (2018, p.13), a reforma “amplia o poder e a liberdade do capital para determinar as condições de contratação, uso e remuneração do trabalho”, com enfraquecimento dos sindicatos e negociações coletivas. Os autores reforçam a centralidade de entender essa lei como expressão da inserção passiva do país na divisão internacional do trabalho forjada pelas grandes transnacionais e como estratégia de “competitividade espúria” decorrente da função que o Brasil ocupa nas cadeias globais de valor, ligada aos setores “tecnologicamente mais precários e intensivos em mão-de-obra” (SANTOS; GIMENEZ, 2018, p.41).

4 Informação extraída de: www.g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/03/tempo-minimo-de-trabalho-para-pedir-seguro-desemprego-e-maior.html. Acesso: 26/01/2017.



A reforma trabalhista, assim como outras alterações normativas (a exemplo da Reforma da Previdência, aprovada em 2019), expressa o que Santos e Gimenez (2018, p.39) denominaram de “adequação das políticas nacionais ao movimento de expansão da economia global”, colocando em cheque as conquistas descritas por Silva e Martins (2010). Marca o aprofundamento das dinâmicas neoliberais, em marcha desde a década de 1990, cujo propósito fundamental é desmontar as capacidades estatais de intervenção e coordenação (BRANDÃO, 2019).

Do ponto de vista espacial, enfoque desse trabalho, Vainer (2007), Pacheco (1999) e Brandão (2019) associam a privatização dos processos de planejamento territorial à emergência da guerra fiscal como política de alocação de recursos, fomentando novas relações entre atores locais e globais e a constituição de ilhas de prosperidade ou polos de competitividade que, na ausência de uma postura articuladora e proativa do Estado Nacional, retratam iniciativas regionais de desenvolvimento promotoras de fragmentação. Levando-se em consideração esses referenciais teóricos, o item a seguir volta-se às transformações na estrutura do emprego e a presença de imigrantes internacionais nos três principais segmentos do agronegócio paulista: sucroenergético, laranja e pecuária de corte bovina. Essa análise revela não apenas novos espaços da migração no estado (BAENINGER, 1999), como também ilumina

frentes de expansão econômica e populacional que rompem com as hierarquias criadas no seio dos planos nacionais de desenvolvimento (BRANDÃO, 2007) e redefinem o processo de urbanização no estado (CANALES; CANALES, 2013).

O estado de São Paulo entra no século XXI com uma das atividades agropecuárias mais tecnificada e globalizada do país, apoiada por uma densa rede de infraestrutura logística (rodovias, ferrovias, hidrovias e portos), um parque industrial dos mais integrados e com instituições de referência na área de pesquisa e inovação (ELIAS, 2003; MESQUITA et al, 2019). A diversificação alcançada por suas forças produtivas (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988) repercute na constituição de uma pauta exportadora heterogênea, com participação importante de bens industrializados, intensivos em ciência e tecnologia, como aeronaves, automóveis e medicamentos (Tabela 23).

No tocante aos produtos agropecuários, destaca-se os derivados do processamento da cana-de-açúcar (açúcar, melão e álcool) os quais, juntos, responderam por 8,5% do valor total das exportações paulistas de 2019, estimada em U\$48,9 bilhões (Tabela 23). Sucos de frutas ou de vegetais, como o de laranja, corresponderam por 3,8% das exportações (U\$1,8 bilhões), enquanto que carne bovina fresca, refrigerada ou congelada, e despojos comestíveis de carnes (miúdos) representaram outros 3,7% (Tabela 23). Embora cana, laranja e carne bovina sejam as principais

TABELA 23. Principais produtos de exportação do Estado de São Paulo, em bilhões de dólares correntes (US\$ FOB), em 2019.

PRINCIPAIS PRODUTOS	US\$ (BI)	%
Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, cru	3,8	7,8
Aeronaves e outros equipamentos, incluindo suas partes	3,7	7,5
Açúcares e melaços	3,1	6,4
Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos)	2,5	5,1
Instalações e equipamentos de engenharia civil	2,2	4,4
Sucos de frutas ou de vegetais	1,8	3,8
Partes e acessórios dos veículos automotivos	1,5	3,1
Veículos automóveis de passageiros	1,5	3,1
Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada	1,4	2,8
Soja	1,3	2,7
Motores de pistão e suas partes	1,1	2,2
Álcoois, fenóis, fenóis-álcoois e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados	1,0	2,1
Papel e cartão	0,9	1,9
Veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais	0,6	1,3
Ouro, não monetário (excluindo minérios de ouro e seus concentrados)	0,5	1,1
Celulose	0,5	1,1
Pneus de borracha, bandas de rodagem intercambiáveis, flaps e câmaras de ar	0,5	1,0
Medicamentos, incluindo veterinários	0,5	1,0
Matérias plásticas em formas primárias	0,5	1,0
Torneiras, válvulas e dispositivos semelhantes para canalizações, caldeiras, reservatórios, cubas e outros recipientes	0,5	1,0
OUTROS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS		
Despojos comestíveis de carnes, preparados ou preservados	0,5	0,9
Farelos de soja e outros alimentos para animais (excluídos cereais não moídos, farinhas de carnes e de outros animais)	0,4	0,8
Café não torrado	0,4	0,8
Total pauta exportadora paulista	48,9	100,0

Nota: O critério para as exportações por UF consideram o estado PRODUTOR da mercadoria, e não a sede da empresa exportadora. Ou seja, este critério não deve ser confundido com o critério UF Domicílio Fiscal da empresa exportadora. Informação disponível em: http://www.mdic.gov.br/balanca/metodologia/UF_MUN.txt. Acesso 11/05/2020.

Fonte: Ministério da Economia, Secretaria da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo/comex-vis>. Acesso 11/05/2020). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

commodities de exportação de São Paulo, as informações disponibilizadas pela Secretaria da Indústria, Comércio Exterior e Serviços também mostram a importância da soja, da celulose e do café no estado (Tabela 23).

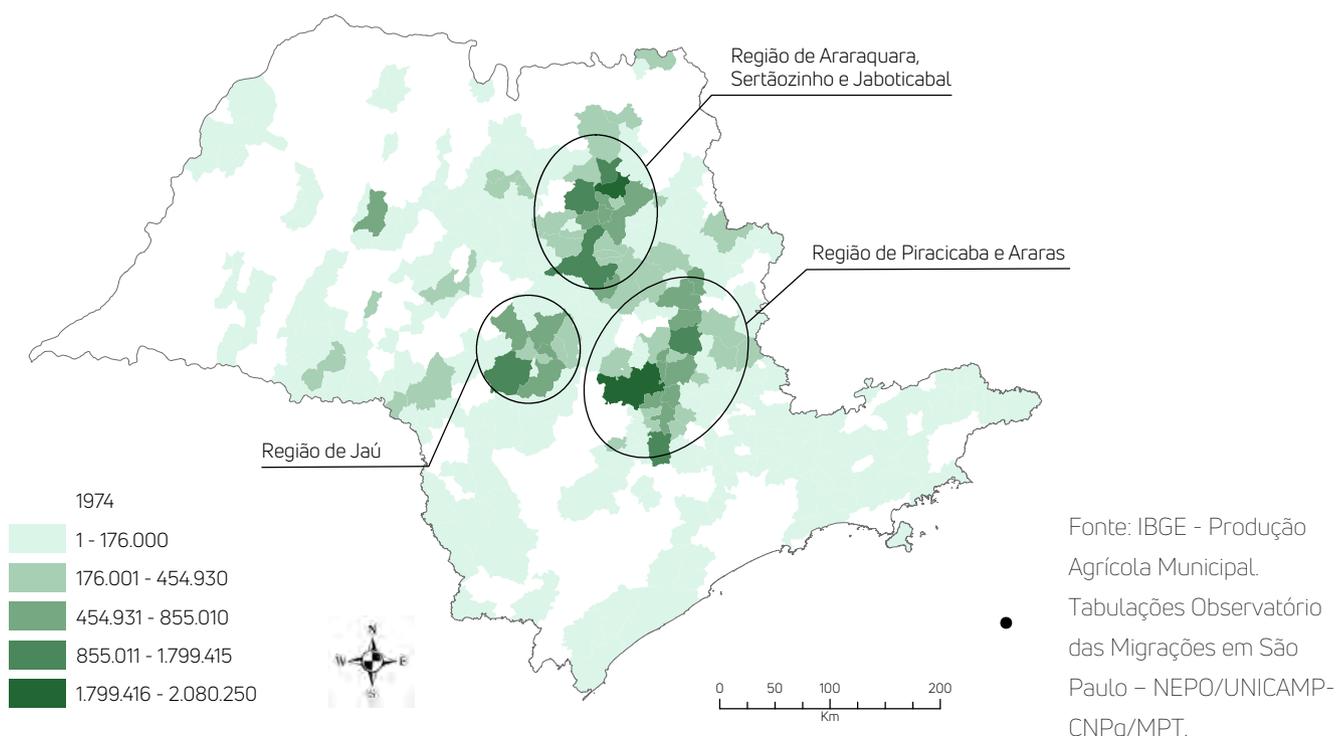
Considerando apenas as três principais commodities citadas, referentes ao processamento da cana-de-açúcar, laranja e carne bovina, os subitens a seguir evidenciam as transformações espaciais e ocupacionais que marcam a dinâmica desses segmentos em São Paulo e a constituição de distintos arranjos urbanos-rurais regionais (DEMÉTRIO, 2017). Destaque será dado à participação de imigrantes internacionais nesses três setores, como fenômeno que expressa não apenas a reestruturação da atividade agropecuária (ELIAS, 2003; GRÁS; HERNÁNDEZ, 2013) como também as especificidades das migrações Sul-Sul (BAENINGER, 2017).

Agronegócio, Migrações Internacionais e Mercado de Trabalho em São Paulo

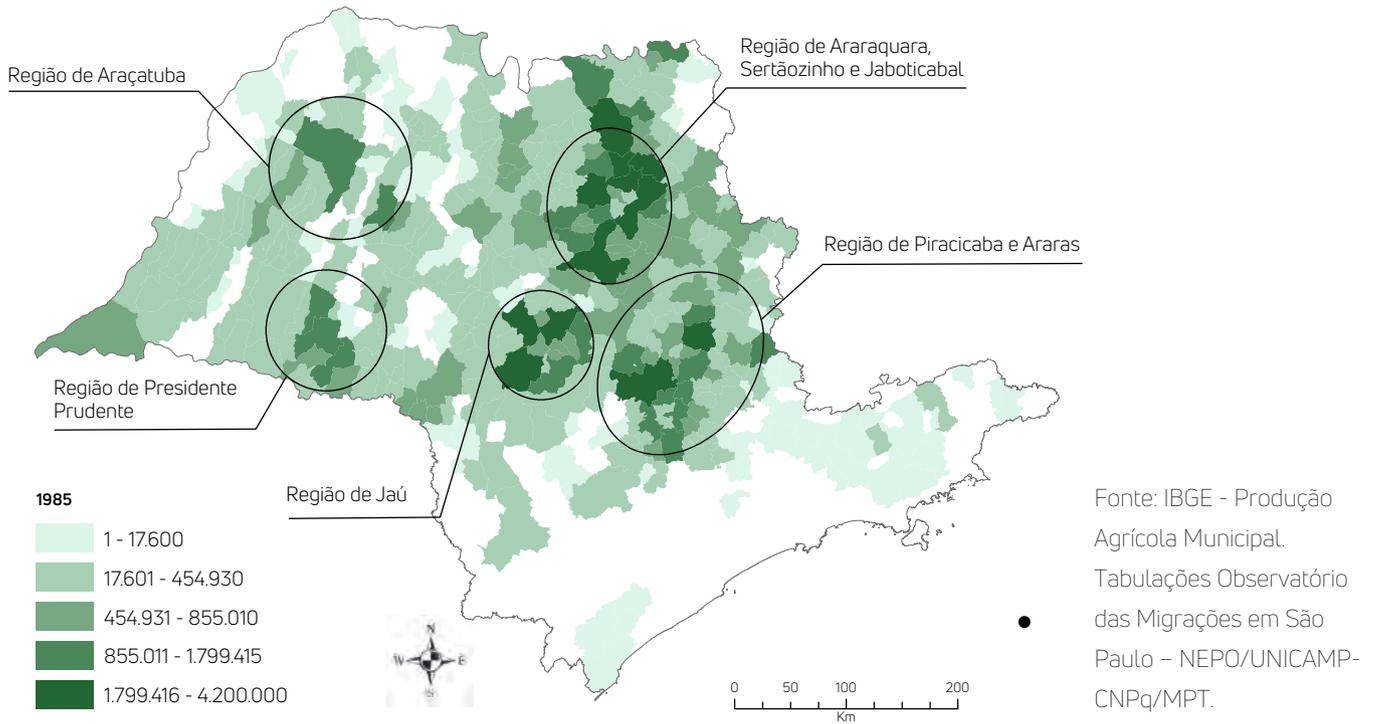
Arranjo urbano-rural regional da cana-de-açúcar em São Paulo

Amplamente beneficiada pela modernização agrícola de 1970, o segmento da cana-de-açúcar consolidou-se como um dos complexos agroindustriais com maior densidade de vínculos entre agricultura e indústria (DELAGADO, 1987; ELIAS, 2003). Até meados dessa década, os canaviais paulistas concentravam-se nas regiões de Jaú, Piracicaba/Araras e Araraquara/Sertãozinho/Jaboticabal (Mapa 1). Em meados dos anos 1980, inicia-se a expansão para o Oeste Paulista, projetando os eixos de influência das rodovias Marechal

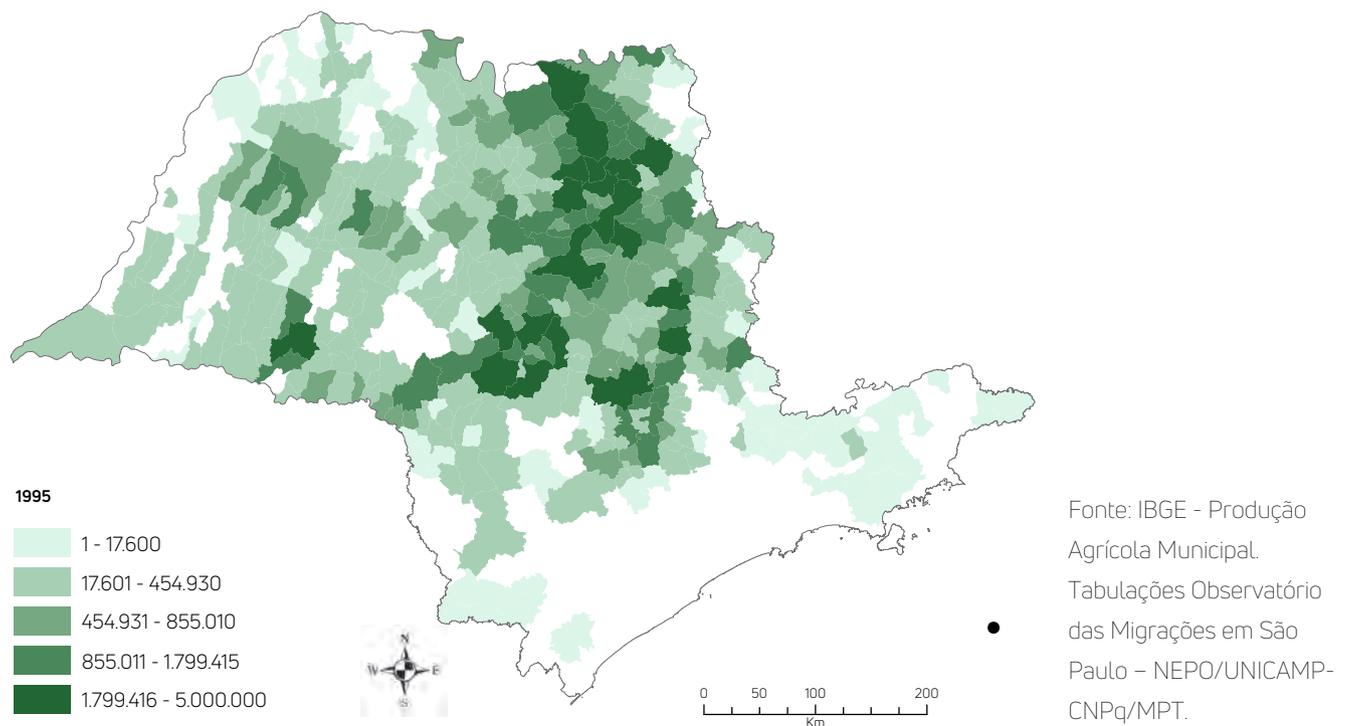
MAPA 1. Produção (em toneladas) de cana-de-açúcar. Estado de São Paulo, segundo municípios, 1974



MAPA 2. Produção (em toneladas) de cana-de-açúcar. Estado de São Paulo, segundo municípios, 1985



MAPA 3. Produção (em toneladas) de cana-de-açúcar. Estado de São Paulo, segundo municípios, 1995



Rondon e Raposo Tavares e as regiões de Araçatuba e Presidente Prudente (Mapa 2).

A década de 1990 caracteriza-se “como uma etapa de transição rumo ao mercado livre de açúcar e álcool no país”, desencadeada pela extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em 1996, instituição que por mais de sessenta anos tabelou preços e controlou a expansão da produção (SAMPAIO, 2015, p.686). Nesse cenário, são fortalecidas as tradicionais zonas canavieiras do estado, sobretudo as localizadas no eixo da rodovia Anhanguera próximo à Ribeirão Preto (Mapa 3).

Nos anos 2000, as vantagens competitivas (CASTILLO; FREDERICO, 2010) dessa região a transformaram em uma extensão área contínua de canaviais (Mapa 4), reiterando a centralidade dos processos históricos na dinâmica recente de expansão do setor (GONÇALVES,

1998). Quanto ao Oeste Paulista, foram reforçadas as centralidades de Araçatuba e Presidente Prudente, com evidente marginalização da área de influência formada pela rodovia Euclides da Cunha, no extremo norte do estado (Mapa 4).

O século XXI marca a “ampla internacionalização das empresas atuantes no setor, exaltando-se o fenômeno da globalização” (SAMPAIO, 2015, p.686), com um crescimento exponencial da produção (Gráfico 8). Por um lado, o surgimento dos veículos total flex alçou o etanol como um importante biocombustível no Brasil e no mundo (SAMPAIO, 2015; CASTILLO, 2005). Apoiado em um discurso antipoluição, os canaviais alastraram-se por todo o Oeste Paulista (Mapas 5 e 6), levando consigo a especialização produtiva, a concentração fundiária e inúmeros desequilíbrios ambientais (SAMPAIO, 2015; CASTILLO, 2005; SILVA; MARTINS, 2010).

MAPA 4. Produção (em toneladas) de cana-de-açúcar. Estado de São Paulo, segundo municípios, 2005

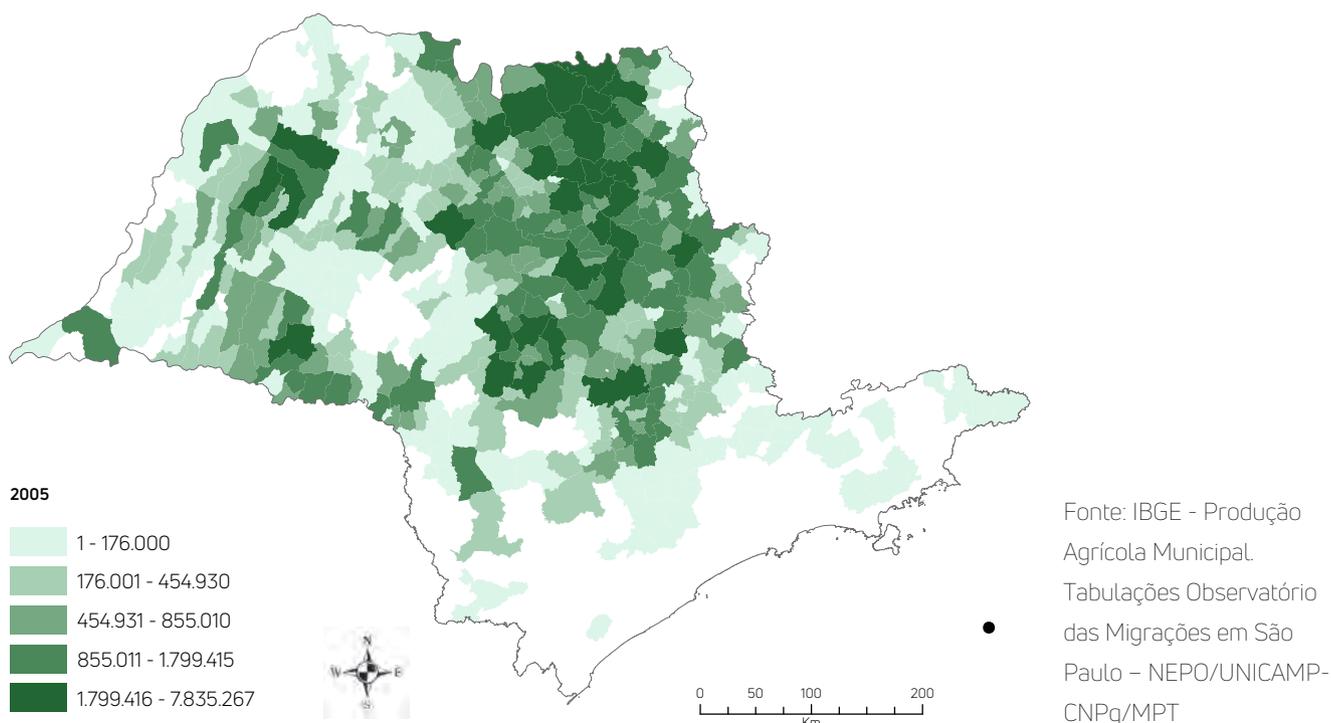
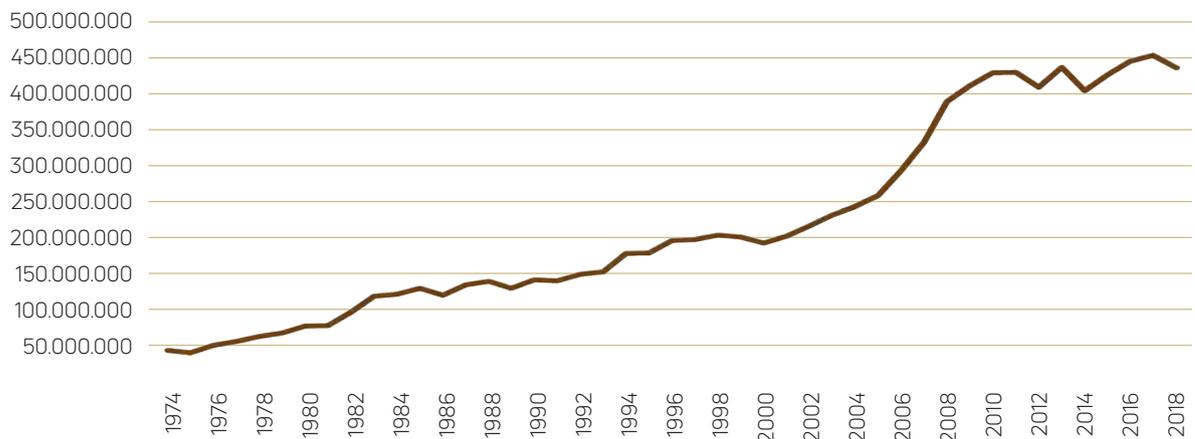
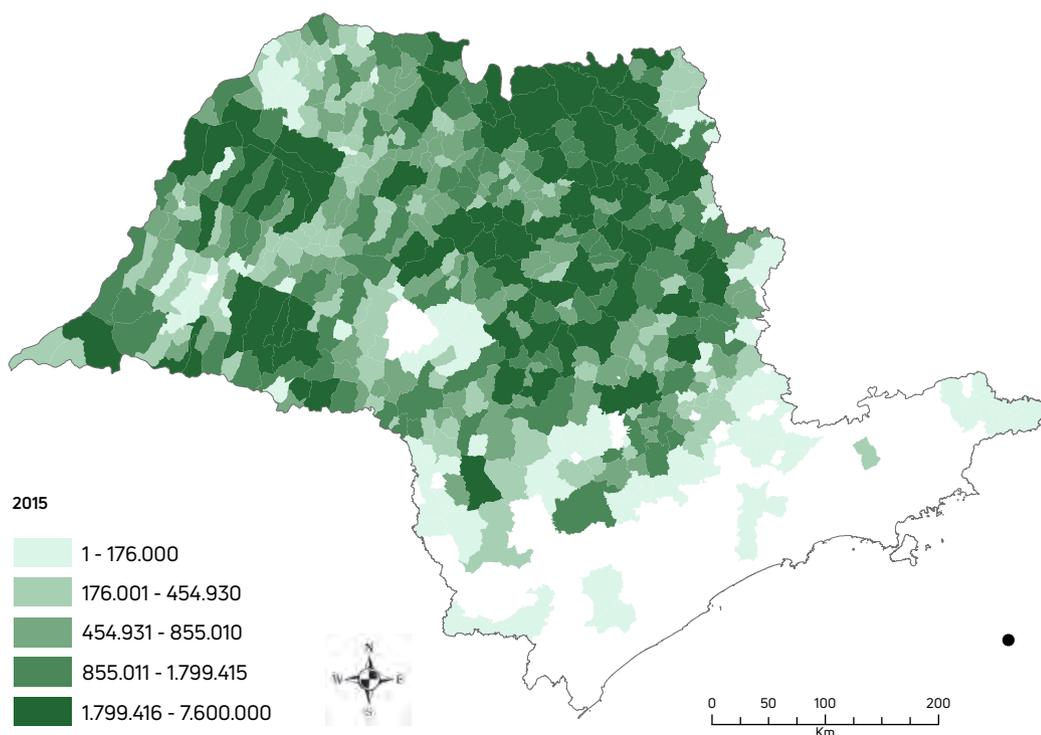


GRÁFICO 8. Evolução da produção (em toneladas) de cana-de-açúcar. Estado de São Paulo, 1974 a 2018



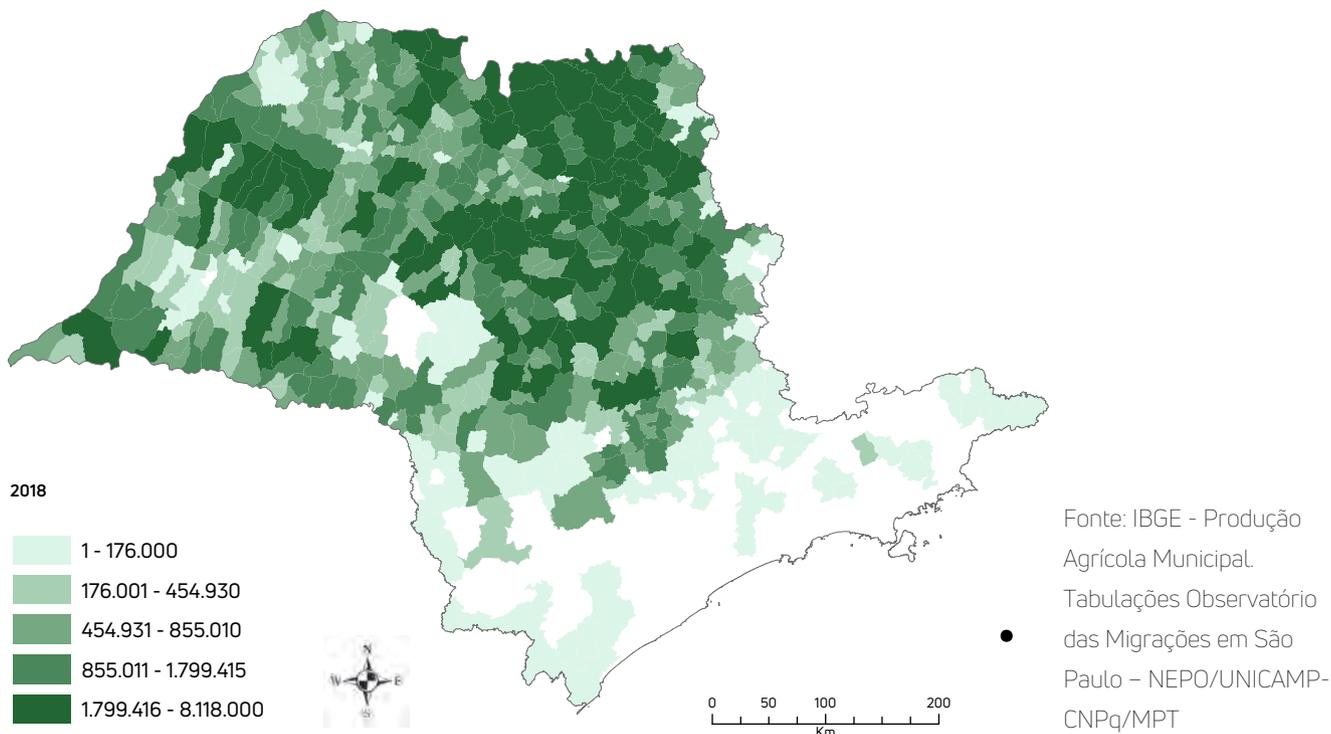
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

MAPA 5. Produção (em toneladas) de cana-de-açúcar. Estado de São Paulo, segundo municípios, 2015



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

MAPA 6. Produção (em toneladas) de cana-de-açúcar. Estado de São Paulo, segundo municípios, 2018



Por outro lado, a elevação dos preços internacionais do açúcar potencializou o crescimento do setor, corroborando a formação de um surto expansionista que “conjuga amplas vendas de combustível no mercado doméstico com quantidades ainda mais impressionantes de açúcar exportadas (SAMPAIO, 2015, p.708). Nesse contexto, a produção canavieira paulista mais que duplicou em menos de vinte anos, passando de 200 milhões de toneladas em 2000, para 450 milhões de toneladas em 2017 (Gráfico 8): um crescimento inédito da história do setor (CASTILLO, 2005). Nas palavras de Sampaio (2015, p.727), “em menos de uma década, a produção canavieira do país aumentou na mesma proporção que o fizera anteriormente em quase meio milênio de colonização”.

Na interpretação do autor, essa expansão contou com pesado financiamento público e privado,

de origem nacional ou estrangeira, subsidiando a formação de “uma nova geração de usinas no país”, como as pertencentes aos grupos Odebrecht Agroindustrial, Raízen, Renuka, Bunge, Louis Dreyfus e British Petroleum (SAMPAIO, 2015, p.727). Essas transnacionais, algumas com tradicional atuação no ramo de combustíveis fósseis, ampliaram suas atividades sobretudo através da compra de empresas nacionais menores, otimizando a capacidade agroindustrial já instalada no estado (CASTILLO, 2005). Desse modo, a expansão dos canaviais para o Oeste Paulista consolida-se como um processo marcado por intensa desnacionalização/concentração de capitais, a partir da desativação crescente de usinas mais antigas, muitas das quais de propriedade familiar (PIÑEROS, 2017).

A grande capacidade de investimento desses grupos, somado a emergência de um “novo

campo de lutas” no enfrentamento das contradições que historicamente caracterizam o segmento canavieiro no país, alavancou os processos de mecanização, seja em função da proibição de queimadas, seja por conta do relativo encarecimento da força-de-trabalho que o maior respeito às leis trabalhistas proporcionou (SILVA; MARTINS, 2010, p.232). Nesse cenário, a evolução dos vínculos empregatícios formais no setor sucroenergético ⁵, em São Paulo, passou de 207.138 contratos, em 2006, para 201.561, em 2018 (Gráfico 9), contrastando com o crescimen-

to exponencial da produção, nesse mesmo período (Gráfico 8).

Seguindo a tendência nacional, a evolução dos vínculos empregatícios, expressa no Gráfico 9, esconde uma intensa reconfiguração da estrutura do emprego nesse setor. De acordo com as estimativas organizadas na Tabela 24, verifica-se acelerada taxa de crescimento dos vínculos empregatícios entre os profissionais das ciências e das artes, técnicos de nível médio e trabalhadores em serviços de reparação e manutenção, em ritmos superiores a 4% a.a, entre 2006 e 2018. Para esse último grupo ocupacional, o volume de contratos formais de trabalho dobrou nesses doze anos, passando de 10.897 para 20.793, o que representa uma taxa de crescimento de 5,53% a.a. (Tabela 24).

Ao mesmo tempo, observa-se uma redução

5 Foi considerado como setor sucroenergético as subclasses de atividade cultivo de cana-de-açúcar (código CNAE, versão 2.0, 113000), fabricação de açúcar bruto (1071600), fabricação de açúcar refinado (1072401) e fabricação de álcool (1931400), tal como já expresso no Quadro 1 apresentado na primeira parte desse trabalho.

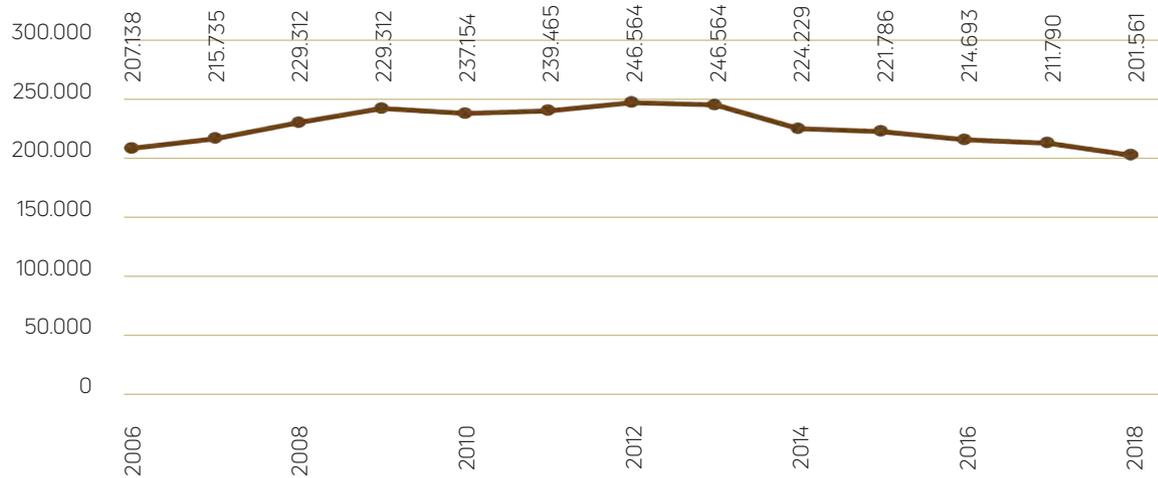
TABELA 24. Vínculos empregatícios formais, em 31 de dezembro, no setor sucroenergético, segundo grandes grupos ocupacionais.

	2006	2007	2008	2009	2010
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	2.224	2.235	2.447	2.428	2.427
Profissionais das ciências e das artes	3.283	3.676	4.194	4.523	4.955
Técnicos de nível médio	7.423	8.169	9.193	9.621	9.853
Trabalhadores de serviços administrativos	9.975	10.268	10.910	11.778	12.300
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	7.393	8.921	9.923	9.418	8.536
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	120.376	120.363	123.102	127.511	121.023
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	30.166	34.272	38.464	43.954	43.634
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (operadores de máquinas)	15.401	15.730	18.142	17.932	18.108
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	10.897	12.101	12.937	14.331	16.318
Ocupação não classificada	0	0	0	0	0
Total	207.138	215.735	229.312	241.496	237.154

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo

GRÁFICO 9. Vínculos empregatícios formais, em 31 de dezembro, no setor sucroenergético.

Estado de São Paulo, 2006 a 2018



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo
- NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

Estado de São Paulo, 2006 a 2018.

2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Taxa geométrica de crescimento anual (em % a.a.)
2.619	2.253	2.320	2.214	2.170	2.301	2.323	2.443	0,79
5.755	6.193	6.234	6.101	6.060	6.420	6.554	5.258	4,00
10.515	10.791	11.204	10.586	10.650	10.928	11.533	11.905	4,01
12.342	12.809	13.273	12.910	12.574	11.887	12.704	11.849	1,45
8.954	9.013	8.892	8.933	8.847	8.032	7.842	7.556	0,18
115.031	116.106	109.222	94.653	91.592	87.541	85.437	83.067	-3,04
47.707	51.378	53.672	51.806	52.469	50.488	48.268	44.245	3,24
18.081	18.187	18.230	15.955	16.289	15.887	15.858	14.395	-0,56
18.461	19.830	21.289	21.049	21.113	21.199	21.257	20.793	5,53
0	4	11	22	22	10	14	50	..
239.465	246.564	244.347	224.229	221.786	214.693	211.790	201.561	-0,23

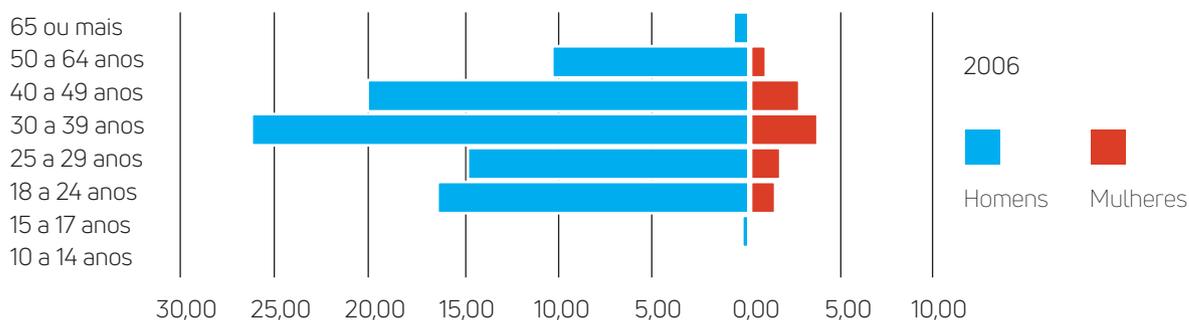
- NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

de quase 40 mil postos de trabalhos agropecuários, cujo total de vínculos passou de 120.376, em 2006, para 83.067, em 2018, perfazendo uma taxa geométrica de crescimento negativa de -3% a.a. (Tabela 24). É por conta da evolução do emprego nesse grupo – e também entre os trabalhadores industriais de sistemas de produção, compostos por operadores de máquinas, no qual se tem uma diminuição de quase mil vagas de trabalho no período considerado – que, no cômputo geral, o setor sucroenergético registrou uma taxa

negativa no crescimento de seus vínculos empregatícios (-0,23% a.a.), com queima de quase 5 mil contratos, entre 2006 e 2018 (Tabela 24).

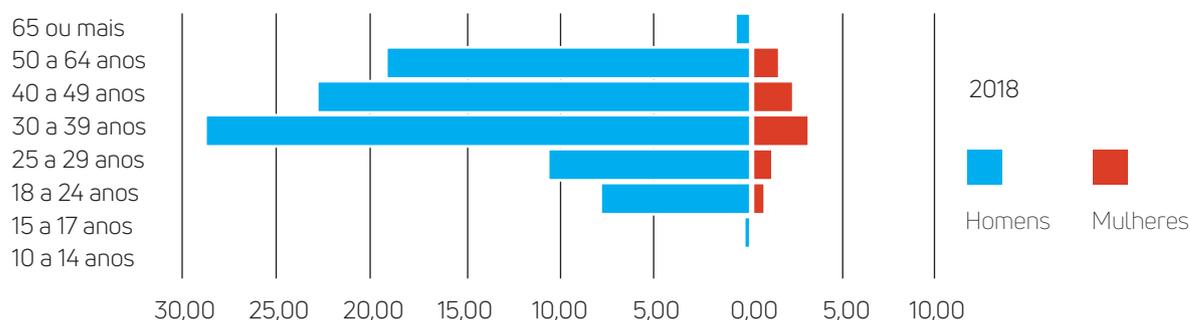
As transformações na hierarquia do emprego do complexo canavieiro trazem mudanças significativas na estrutura por idade e sexo dos empregados no setor, seja em função do processo de feminização de uma parcela do trabalho rural, seja por conta da diminuição dos contratos no cultivo da cana-de-açúcar, compostos majoritariamente por jovens (SILVA; BUENO; MELO, 2015; PIÑERO, 2017). Os

GRÁFICO 10. Vínculos empregatícios formais, em 31 de dezembro de 2006, no setor sucroenergético, segundo idade e sexo, no Estado de São Paulo.



Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

GRÁFICO 10. Vínculos empregatícios formais, em 31 de dezembro de 2018, no setor sucroenergético, segundo idade e sexo, no Estado de São Paulo.



Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

TABELA 25. Vínculos empregatícios formais, em 31 de dezembro, no setor sucroenergético, segundo ocupação e sexo. Estado de São Paulo, 2006 a 2018.

ANO	TOTAL DE VÍNCULOS NO SETOR				VÍNCULOS DE TRABALHADORES NO CULTIVO DA CANA-DE-AÇÚCAR (CÓDIGO CBO 622110)			
	HOMENS	MULHERES	TOTAL	PROPORÇÃO DE MULHERES	HOMENS	MULHERES	TOTAL	PROPORÇÃO DE MULHERES
2006	185.468	21.670	207.138	10,46	61.683	11.361	73.044	15,6
2007	193.440	22.295	215.735	10,33	59.153	11.260	70.413	16,0
2008	204.319	24.993	229.312	10,90	59.837	12.616	72.453	17,4
2009	215.400	26.096	241.496	10,81	60.227	12.597	72.824	17,3
2010	211.479	25.675	237.154	10,83	52.735	11.823	64.558	18,3
2011	212.698	26.767	239.465	11,18	43.790	10.916	54.706	20,0
2012	219.634	26.930	246.564	10,92	39.614	9.661	49.275	19,6
2013	218.402	25.945	244.347	10,62	34.451	8.323	42.774	19,5
2014	200.756	23.473	224.229	10,47	28.536	6.662	35.198	18,9
2015	199.814	21.972	221.786	9,91	27.090	5.832	32.922	17,7
2016	193.884	20.809	214.693	9,69	22.953	4.674	27.627	16,9
2017	191.804	19.986	211.790	9,44	20.640	3.978	24.618	16,2
2018	182.966	18.595	201.561	9,23	18.994	3.568	22.562	15,8

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

Gráficos 10 e 11 corroboram o envelhecimento dessa população, com a proporção de vínculos empregatícios de homens e mulheres, entre 10 e 24 anos, passando de 15% em 2006, para 7% em 2018. Ao mesmo tempo, o percentual de pessoas com mais de 40 anos saltou de 28% para quase 40% (Gráficos 10 e 11).

No tocante à distribuição por sexo, a Tabela 25 reitera o pequeno volume de vínculos empregatícios de mulheres: 9% do total de contratos de 2018. Todavia, se considerarmos apenas a ocupação de trabalhadores agropecuários no cultivo da cana, esse índice chega a ultrapassar os 15%, com tendência inclusive de aumento da participação de mulheres até 2011, ano em que 20% dos contratos de trabalho com essa função eram ocupados por esse grupo (Tabela 25).

Com relação à dispersão desses vínculos no território paulista, para o ano de 2018, a porção nordeste do estado concentra os municípios com maior volume de contratos de trabalho no setor (Mapa 7). Guaíra, já na divisa com Minas Gerais, destaca-se como a cidade que mais concentra esses postos de trabalho, estimados em 7.828. Vale ressaltar que, de acordo com último Censo Demográfico, realizado em 2010, esse município contava com uma população de 37.404 habitantes (IBGE, 2010). Sobressaem, ainda, Pontal e Sertãozinho, na região de Ribeirão Preto, e Paraguaçu Paulista, próximo à Presidente Prudente (Mapa 7).

Em se tratando da migração internacional, a Tabela 26 mostra o pequeno volume de vínculos, mas com tendência de crescimento. Em 2006, contabilizou-se somente 18 contratos

de imigrantes internacionais: 5 de dirigentes, 3 de profissionais das ciências e das artes, 3 de técnicos de nível médio, 3 nos serviços administrativos, 1 na área de vendas e 3 nos trabalhos agropecuários. Já em 2018, foram 67 vínculos computados: 12 nos cargos de direção, 10 entre profissionais das ciências e das artes, 7 como técnicos de nível médio, 5 entre os serviços administrativos, 12 na produção de bens e serviços industriais e 4 nos serviços de reparação e manutenção (Tabela 26). Ou seja, inicialmente concentrada nos postos de maior qualificação, a migração internacional passa a compor todos os grupos ocupacionais no momento atual.

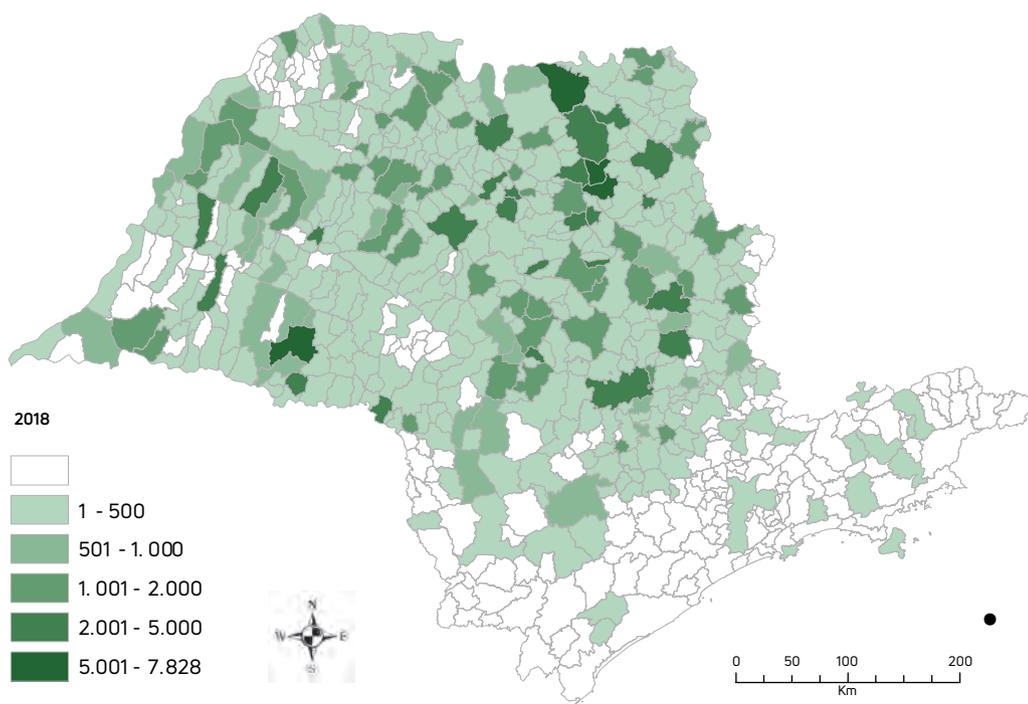
Dos 67 registros de imigrantes no segmento canavieiro paulista, em 2018, 35 são de latino-americanos: argentinos, bolivianos, colombianos e haitianos, em sua maioria (Tabela 27). O vínculo de europeus, crescente entre 2006

e 2009, quando passou de 12 para 22 contratos, começa a declinar a partir de 2010, alcançando o ano de 2016 com apenas 2 casos. Nos dois anos subsequente, esse grupo volta a subir, fechando 2018 com 10 registros. Verifica-se também a participação de norte-americanos e canadenses, africanos (angolanos e sul-africanos), além de asiáticos (japoneses, chineses e bengaleses) (Tabela 27).

Suzanápolis, no noroeste paulista, trata-se do município com maior volume de imigrantes internacionais com contrato de trabalho formal no setor: 13 registros, segundo as estimativas de 2018 (Mapa 8). Em seguida, aparece o município de São Paulo, com 7 vínculos. Guarujá, Itapetininga, Piracicaba, Cerqueira César, Cosmópolis, Itapira, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Rita do Passa Quatro, Araraquara, Pradópolis, Sertãozinho, Pontal, São Joaquim da Barra, Guaíra, Colômbia, Olímpia,

MAPA 7. Vínculos empregatícios formais, no setor sucroenergético, ativos em 31/12/2018

Estado de São Paulo, segundo municípios



Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

TABELA 26. Vínculos empregatícios formais de imigrantes internacionais, em 31 de dezembro, no setor sucroenergético, segundo ocupação. Estado de São Paulo, 2006 a 2018.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	5	4	10	19	14	10	8	9	12	16	11	7	12
Profissionais das ciências e das artes	3	4	4	6	9	8	8	12	7	6	6	12	10
Técnicos de nível médio	3	2	4	5	2	2	2	2	2	2	3	3	7
Trabalhadores de serviços administrativos	3	0	1	2	4	4	2	2	4	4	5	7	5
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	1	1	1	1	3	2	3	4	3	2	1	2	4
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	3	6	0	2	1	3	3	6	8	9	8	10	13
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	0	1	1	1	0	3	2	3	3	4	4	6	7
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (operadores de máquinas)	0	1	1	0	1	1	2	2	1	2	2	4	5
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	0	1	2	1	3	2	1	5	4	10	8	5	4
Total de vínculos	18	20	24	37	37	35	31	45	44	55	48	56	67

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

Paraíso, Ariranha, Catanduva, São José do Rio Preto, Onda Verde, Orindiúva, Cardoso, Fernandópolis, Ouroeste, Santa Albertina, Monções, Penápolis, Avanhandava, Cafelândia, Clementina, Borá, Presidente Prudente e Junqueirópolis também estão entre os municípios do Estado de São Paulo com imigrantes internacionais empregados no complexo da cana (Mapa 8).

A importância crescente de latino-americanos entre os vínculos de imigrantes internacionais expressa a centralidade das empresas transnacionais da América Latina com atuação

no setor (GORESTEIN; ORTIZ, 2016). Tradicional fornecedor de commodities para o resto do mundo, o crescimento econômico desse continente, nas duas primeiras décadas do século XXI, foi amplamente favorecido pelo processo de agroinflação vigente entre 2002 e 2014 (HAGE; PEIXOTO; VEIRA FILHO, 2012; PRATES, MARÇAL, 2008), impulsionando o processo de fusão e aquisição entre capitais locais com grupos de outras partes do mundo. É nesse contexto que são constituídas as translatinas: empresas que, por exercerem liderança nos países latino-americanos, conseguem as-

censão no mercado global, seja por meio de alianças entre si, seja em associação com as empresas hegemônicas do Norte Global (GORRESTEIN; ORTIZ, 2016).

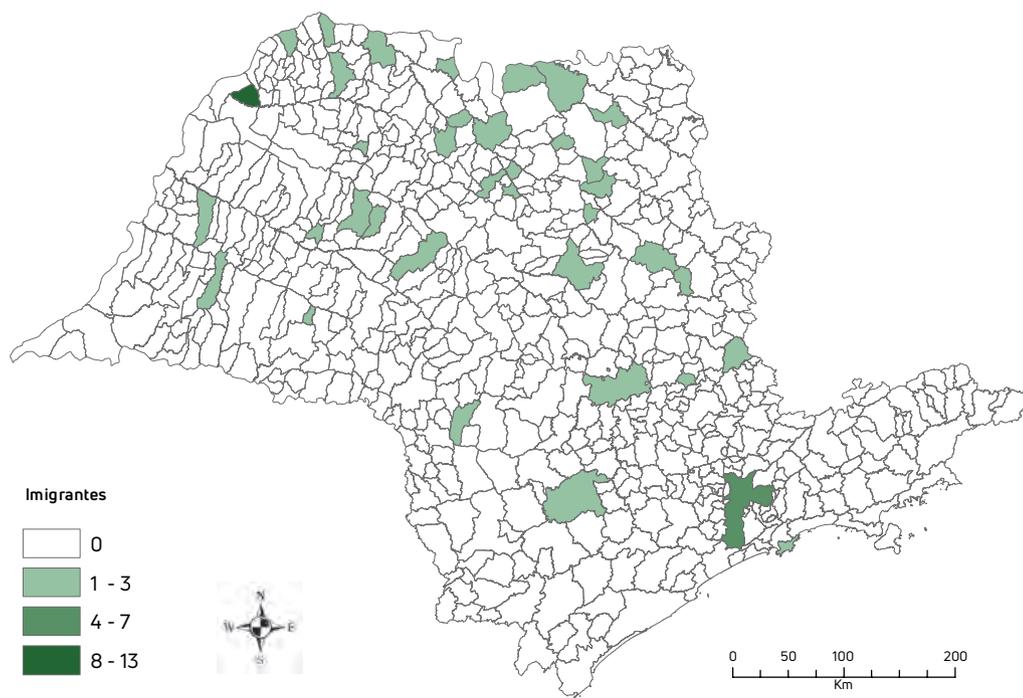
Entre as translatinas atuantes no setor sucroenergético em São Paulo está a Pantaleon, da Guatemala, e a Manuelita, da Colômbia. Em 2006, essas duas empresas, de origem familiar, fundaram a Usina Vale do Paraná, em Suzanápolis, em parceria com a brasileira Unialco. Com a falência desse último grupo, a Vale do Paraná tem funcionado como estabelecimento 100% estrangeiro, inserindo a região em uma nova teia de relações globalizadas, dentro da qual são mobilizados fluxos migratórios inéditos. Por essa razão, tal localidade foi eleita como um dos destinos do trabalho de campo realizado no âmbito desse projeto, retomado na última parte do livro.

Arranjo urbano-rural regional da laranja em São Paulo

A implantação da citricultura em São Paulo, em bases efetivamente comerciais, apresenta-se profundamente atrelada à crise da cafeicultura e à procura de outros produtos que pudessem substituir o café, cujos preços estava em queda desde o começo do século XX (MAZZALI, 2000). Nesse contexto, já em 1920, herdando toda a infraestrutura construída pelo complexo cafeeiro, as plantações de laranjas proliferaram-se no entorno de Limeira, com a produção da fruta in natura voltada exclusivamente para exportação (MAZZALI, 2000). Desde então, o setor já enfrentou várias crises e “momentos de esplendor” (KALAKI, 2017, p.346).

A primeira grande revolução do segmento citrícola ocorreu nas décadas de 1960 e 1970,

MAPA 8. Vínculos empregatícios formais, em 31 de dezembro de 2018, no setor sucroenergético, de imigrantes internacionais. Estado de São Paulo, segundo municípios



Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

TABELA 27. Vínculos empregatícios formais de imigrantes internacionais, em 31 de dezembro, no setor sucroenergético, segundo nacionalidade. Estado de São Paulo.

NACIONALIDADE	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasileira	207.110	215.712	229.283	241.453	237.113	239.419	246.520	244.288	224.177	221.722	214.639	211.728	201.491
Naturalidade Brasileira	10	3	5	6	4	11	13	14	8	9	6	6	3
Total de vínculos de nacionais do Brasil	207.120	215.715	229.288	241.459	237.117	239.430	246.533	244.302	224.185	221.731	214.645	211.734	201.494
Total de vínculos de nacionais de outros países	18	20	24	37	37	35	31	45	44	55	48	56	67
Argentina	0	0	1	5	5	4	4	5	6	5	5	7	9
Boliviana	1	2	0	3	3	1	0	1	0	1	2	3	5
Colombiano	0	0	0	0	0	0	0	3	5	5	6	2	5
Haitiano	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	3	4	4
Chilena	2	2	3	2	2	2	2	1	3	3	1	3	3
Paraguaia	1	2	0	0	0	1	1	1	1	2	1	2	3
Peruano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	4	2
Uruguaia	1	2	2	2	1	3	3	5	1	2	1	1	1
Venezuelano	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Outras Latino-Americanas	0	0	1	0	1	2	2	3	1	6	8	2	3
Total América Latina	5	8	7	12	12	13	13	19	18	26	28	28	35
Canadense	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Norte-Americana	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	1
Total América do Norte	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	2
Alemã	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Belga	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Britânica	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0
Espanhola	0	0	4	8	7	4	0	0	2	4	0	1	0
Francesa	1	1	3	3	4	6	7	4	3	2	0	3	2
Italiana	5	2	1	3	2	4	3	2	1	1	1	1	0
Portuguesa	4	5	6	8	7	5	3	3	1	1	1	1	3
Outros Europeus	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Total Europa	12	9	15	22	20	19	13	10	7	9	2	8	10
Japonesa	0	0	0	0	1	1	1	2	3	3	1	2	2
Chinesa	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3	0	1
Coreana	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Indiano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	2	1	0
Bengalesa	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	2	1	2
Total Ásia	0	1	0	0	1	1	2	2	4	8	8	4	5
Angolano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Sul-Africano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Outros Africanos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
Total África	0	3	2										
Outras nacionalidades (país não identificado)	1	2	2	3	3	1	2	13	14	11	10	13	13
Total de vínculos	207.138	215.735	229.312	241.496	237.154	239.465	246.564	244.347	224.229	221.786	214.693	211.790	201.561

Fonte: Ministério da Economia, Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

quando os Planos Nacionais de Desenvolvimento da ditadura militar subsidiaram a instalação do complexo agroindustrial da laranja (DELGADO, 1985; TARTAGLIA, 1988), com a exportação da fruta in natura dando lugar à exportação de suco de laranja concentrado congelado (MAZZALI, 2000; TOLEDO; CASTILLO, 2008). No eixo das rodovias Anhangueira e Washington Luís, surgem as primeiras indústrias processadoras, como a Citrosuco, em Limeira, a Citrovita, em Matão, e a Cutrale, em Araraquara (TOLEDO; CASTILLO, 2008). Sob ação desses grupos, em 1974, a produção concentrava-se no entorno dessas localidades, expandindo-se até as proximidades de Olímpia e Bebedouro (Mapa 9).

Nos anos 1980, ao estabelecer preços mínimos e cotas de exportação, as políticas públicas foram fundamentais para o crescimento

da produção, subsidiando o surgimento de novas frente de expansão do setor: a noroeste, acompanhando o traçado da rodovia Euclides da Cunha; e a sudoeste, mais especificamente a região de Itapetininga, onde a Citrovita abriu uma nova unidade de processamento da fruta (Mapa 10; TOLEDO; CASTILLO, 2008).

A última década do século XX marca profundas alterações na dinâmica de reprodução desse segmento. Em primeiro lugar, a abertura econômica e a reformas neoliberais da década de 1990 alavancaram o movimento de fusão e aquisição de empresas menores, com o fortalecimento do poder hegemônico das multinacionais, seja na negociação dos preços, seja nas formas de pagamento que vinculam produtores e indústria processadora (MAZZALI, 2000). Ao mesmo tempo, a inserção privilegiada desses grupos no mercado global criou

MAPA 9. Produção (em toneladas) de laranja. Estado de São Paulo, segundo municípios, 1974

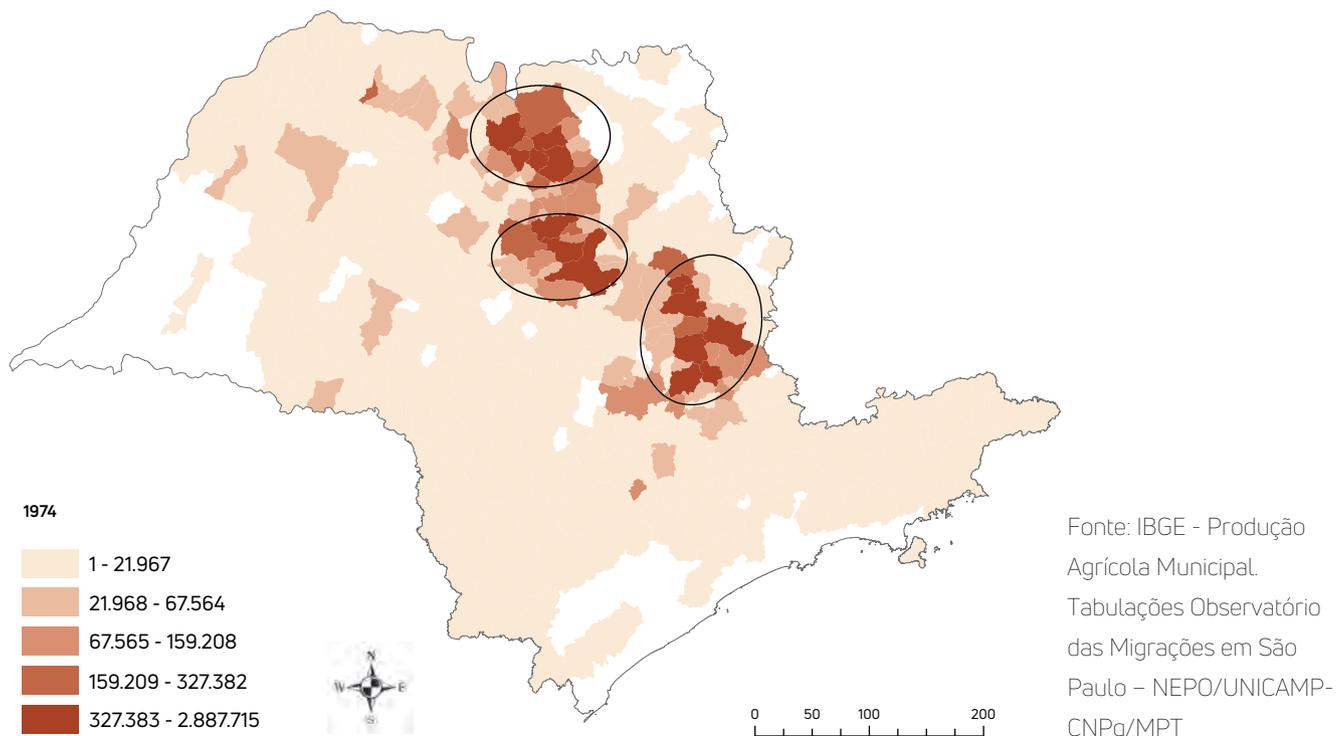
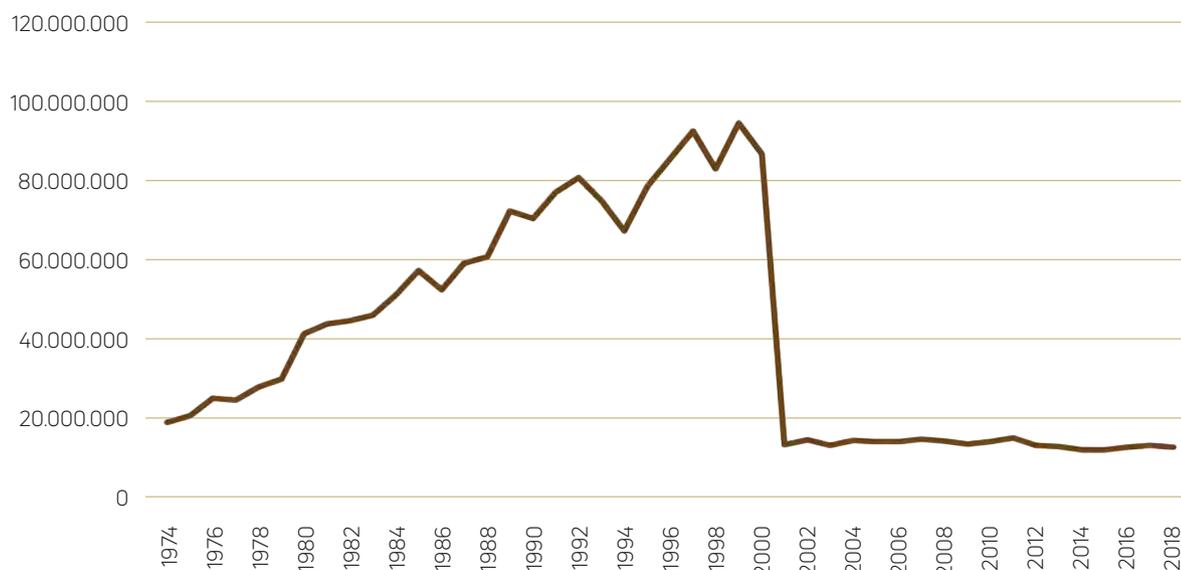
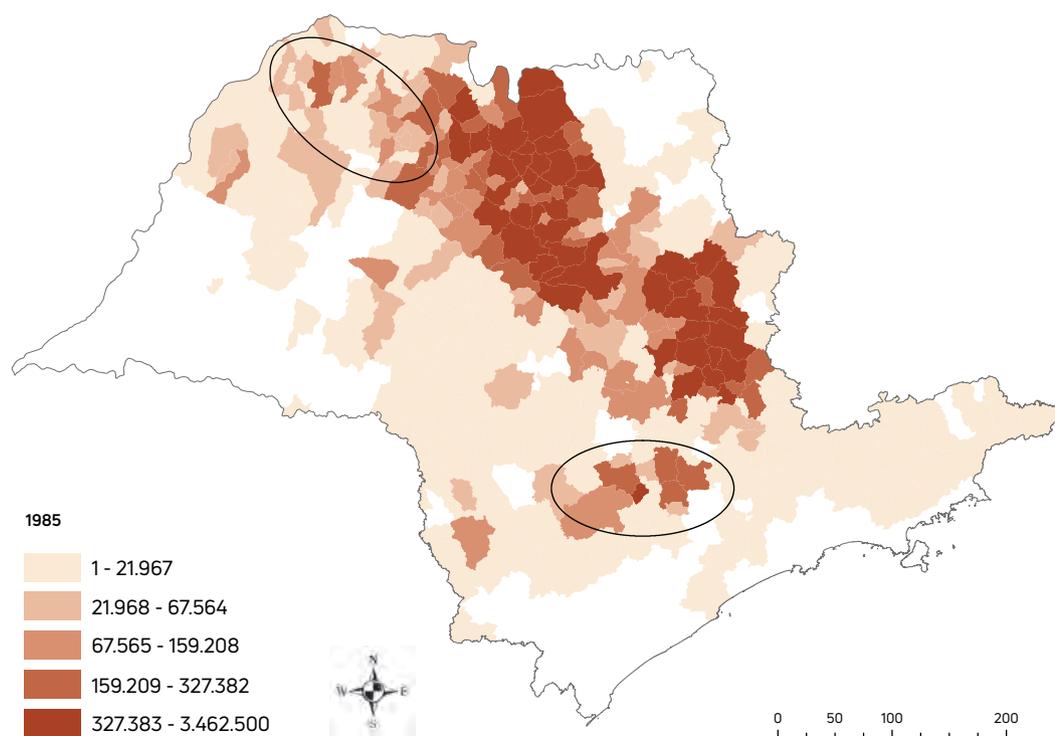


GRÁFICO 13. Quantidade produzida de laranja (em toneladas). Estado de São Paulo, 1974 a 2017



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

MAPA 10. Produção (em toneladas) de laranja. Estado de São Paulo, segundo municípios, 1985



novos consumidores da laranja brasileira, até então muito restrita aos Estados Unidos.

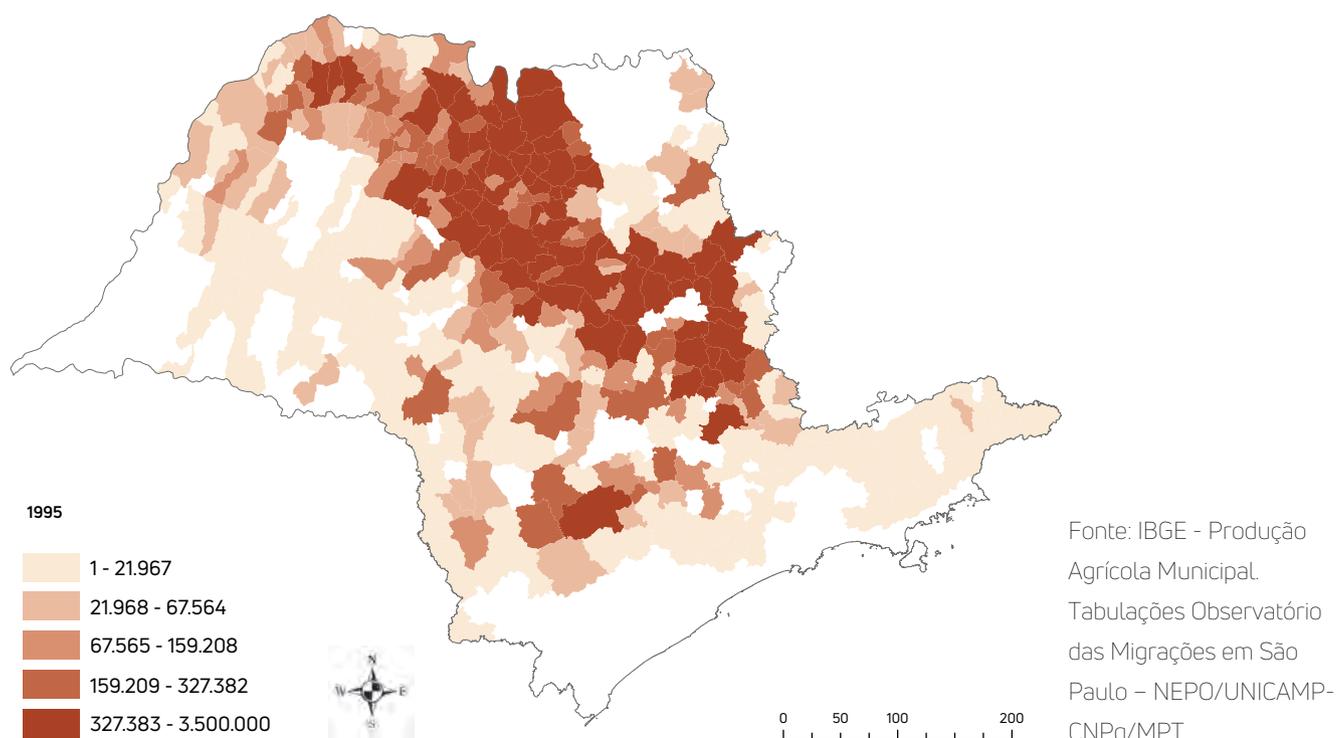
De acordo com as pesquisas de Toledo e Castillo (2008, p.82), ao longo dos anos 1990, "volume de citrus duplicou" no país. Esse processo foi contemporâneo à mudança da "rota de exportação do suco, destinando-o principalmente ao mercado europeu" (TOLEDO; CASTILLO, 2008, p.82). À luz dessas transformações, a produção paulista de laranja passou de 72 milhões de toneladas, em 1990, para quase 97 milhões, em 1999 (Gráfico 13), o que corresponde a 85% da produção nacional. Em termos espaciais, são adensadas as tradicionais regiões produtoras de Barretos/Bebedouro/Olímpia, Araraquara/Matão, além das localidades selecionadas do noroeste e sudoeste paulista (Mapa 11).

O século XXI reconfigura completamente o setor. Por um lado, a expansão da produção

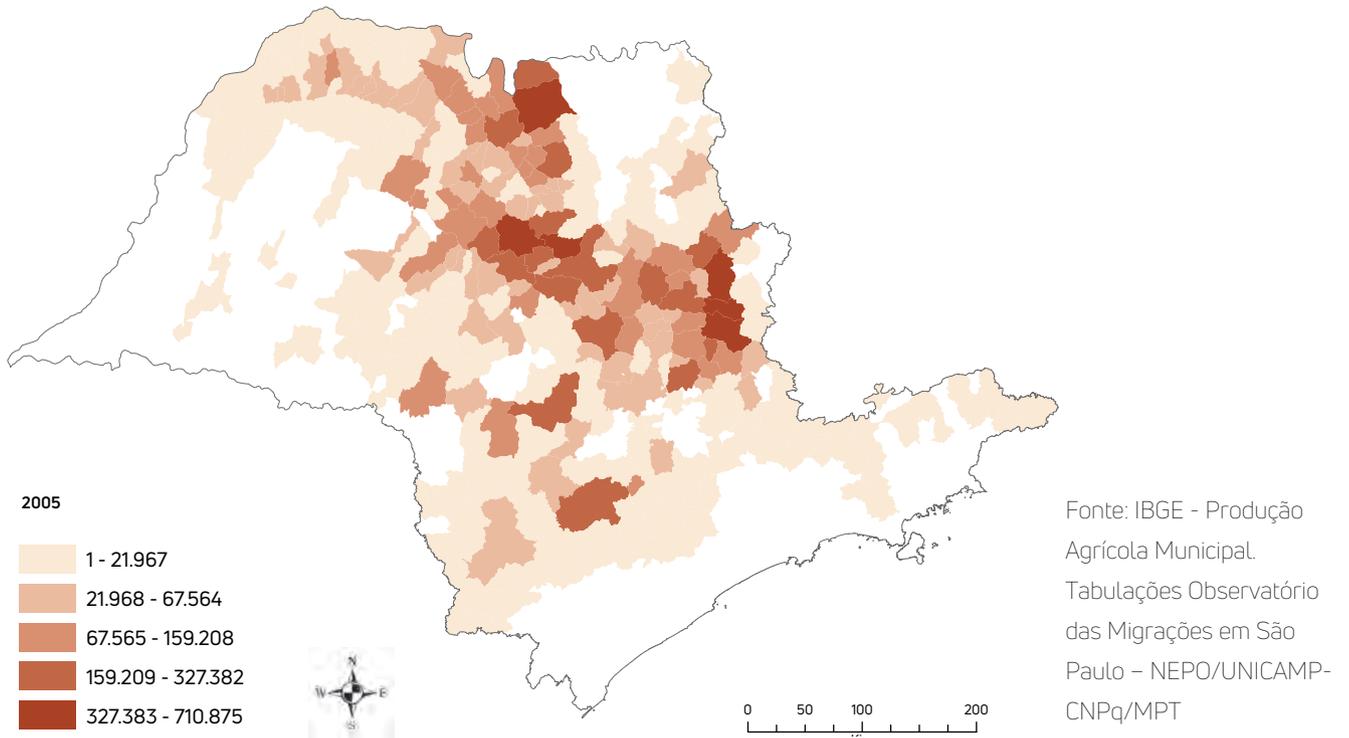
brasileira, na Flórida, nos países do sul da Europa e do norte da África levaram a uma crise de superprodução global de laranja, com efeitos diretos no Brasil, o principal produtor mundial da fruta (MAZZALI, 2000; TOLEDO; CASTILLO, 2008). Esse cenário de recessão conduziu a formas mais complexas de proteção e disputas por mercados, cada vez mais associadas às barreiras fitossanitárias e alfandegárias (MAZZALI, 2000; TOLEDO; CASTILLO, 2008). A dificuldade crescente de comercialização com os Estados Unidos e a União Europeia forçou a abertura de novos mercados (Japão, Coreia do Sul, Europa Oriental e demais países da Ásia), fenômeno que demandou pesados investimentos em propaganda e contribuiu ainda mais para a concentração de capitais (MAZZALI, 2000).

Por outro lado, o surto expansionista do setor sucroenergético levou a rápida substitui-

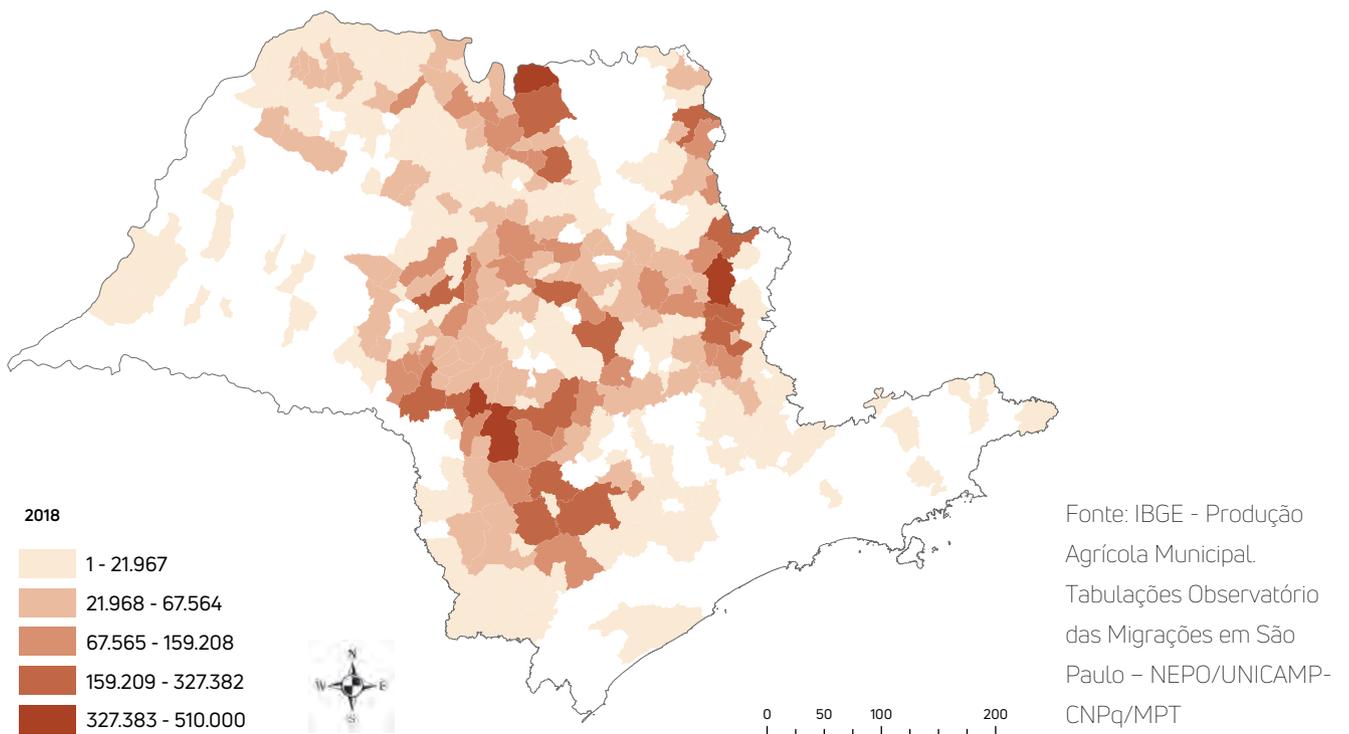
MAPA 11. Produção (em toneladas) de laranja. Estado de São Paulo, segundo municípios, 1995



MAPA 12. Produção (em toneladas) de laranja. Estado de São Paulo, segundo municípios, 2005



MAPA 13. Produção (em toneladas) de laranja. Estado de São Paulo, segundo municípios, 2018



ção dos laranjais por canaviais, sobretudo na região central e norte do estado (Mapas 12 e 13). A desagregação dos tradicionais espaços produtivos da citricultura em São Paulo ocorre simultaneamente à queda brusca da produção que, por quase duas décadas, tem se mantido na casa dos 20 milhões de toneladas: um quarto do total estimado nos anos 1990 (Gráfico 13).

As instabilidades que marcam o segmento nesse século XXI estão refletidas na oscilação de seus vínculos empregatícios (Gráfico 14). Em 2006, eram 56.524 postos de trabalho formais. Em 2009, passou para 71 mil. Declinou para 46 mil no ano seguinte, fechando a década com uma média de 50 mil registros (Gráfico 14).

Em 2018, dos 52 mil empregos estimados, 40 mil referiam-se aos trabalhos agropecuários (Tabela 28). Esse grupo ocupacional –

responsável por quase 80% dos vínculos empregatícios no setor – destaca-se ainda pelo seu maior encolhimento relativo: entre 2006 e 2018, os trabalhos agropecuários registraram uma diminuição de quase 6 mil contratos, o que perfaz uma taxa negativa de crescimento de -1,33% a.a. (Tabela 28). No extremo oposto, os técnicos de nível médio passaram de 783 registros para 1.372: um crescimento de 4,79% a.a. para o mesmo período. Profissionais das ciências e das artes também apresentaram acelerado ritmo de crescimento, seguidos de trabalhadores de bens e serviços industriais e de reparo e manutenção (Tabela 28).

As transformações na estrutura do emprego da citricultura paulista ocorrem simultaneamente a mudanças na composição por idade da população empregada (Gráficos 15 e 16). O

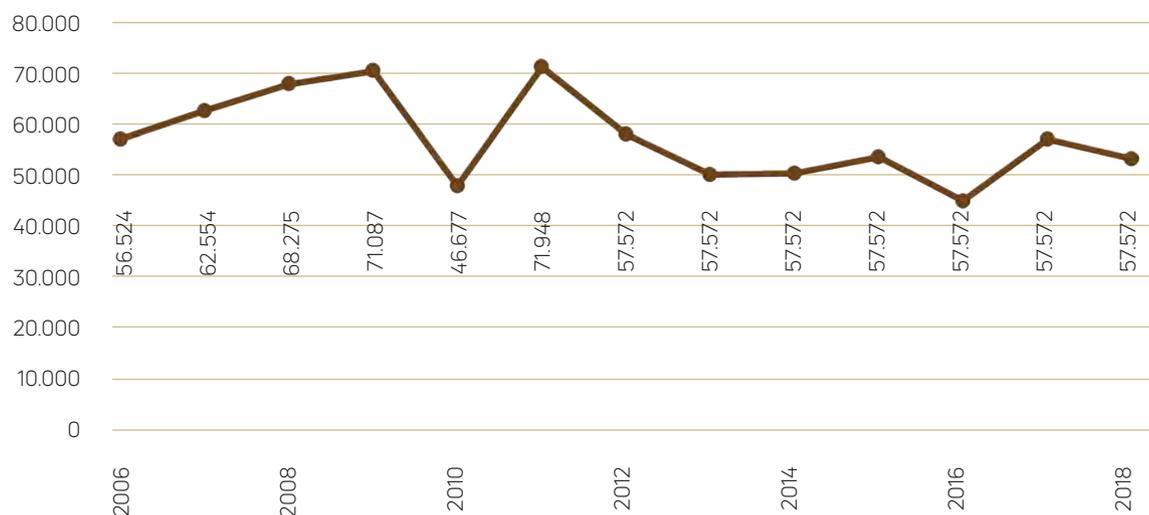
TABELA 28. Vínculos empregatícios formais, em 31 de dezembro, no setor citrícola, segundo grandes grupos ocupacionais.

	2006	2007	2008	2009	2010
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	475	540	516	538	525
Profissionais das ciências e das artes	424	485	516	554	588
Técnicos de nível médio	783	880	1.105	1.253	1.157
Trabalhadores de serviços administrativos	1.912	1.953	2.060	1.747	1.609
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	1.602	1.737	1.700	1.791	2.412
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	46.989	52.155	57.246	56.537	35.279
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	2.728	3.048	3.374	6.964	3.633
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (operadores de máquinas)	872	977	986	887	707
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	739	779	772	816	767
Ocupação não classificada	0	0	0	0	0
Total	56.524	62.554	68.275	71.087	46.677

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

GRÁFICO 14. Vínculos empregatícios formais, em 31 de dezembro, no setor citrícola.

Estado de São Paulo, 2006 a 2018



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

Estado de São Paulo, 2006 a 2018.

2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Taxa geométrica de crescimento anual (em % a.a.)
538	533	518	482	482	464	512	498	0,39
641	710	598	594	605	628	770	688	4,12
1.250	1.191	1.086	1.126	1.120	1.124	1.362	1.372	4,79
1.813	1.834	1.747	2.132	2.134	1.813	2.535	2.329	1,66
3.248	2.592	2.643	2.370	2.218	1.596	1.591	1.523	-0,42
58.168	44.279	36.620	37.073	40.386	32.303	42.717	40.002	-1,33
4.531	4.427	3.865	3.423	3.548	3.104	3.712	3.567	2,26
932	1.152	1.053	1.193	1.328	1.413	2.182	1.339	3,64
827	852	911	964	997	1.011	1.203	1.130	3,60
0	2	3	2	3	4	1	1	..
71.948	57.572	49.044	49.359	52.821	43.460	56.585	52.449	-0,62

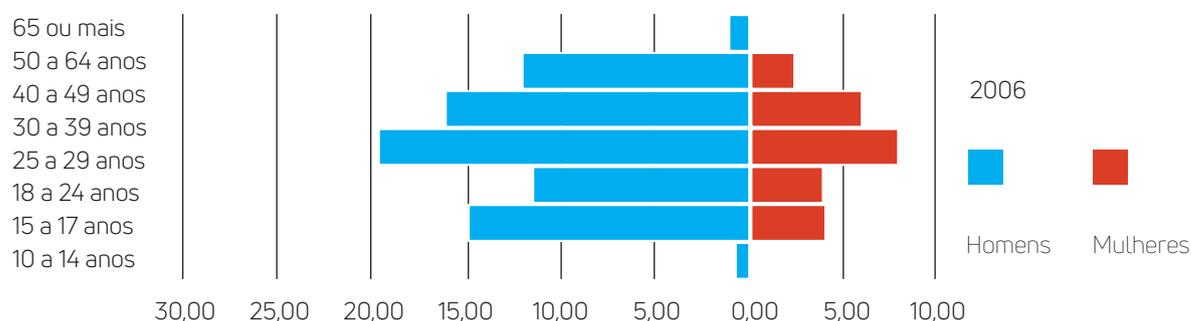
percentual de vínculos empregatícios de pessoas com mais de 50 anos passou de 15%, em 2006, para 23%, em 2018. Por outro lado, a proporção de pessoas com menos de 25 anos caiu de 19% para 14%. No entendimento desse processo, é importante considerar tanto os efeitos da mecanização no trabalho agropecuário (PIÑEROS, 2017), como o movimento mais amplo de envelhecimento da população brasileira (CGEE, 2008).

Em se tratando da composição por sexo, tem-se uma média de 26% dos vínculos em-

pregatícios de mulheres, patamar significativamente maior do que os 10% estimado para a cana (Tabelas 25 e 29). Nos anos em que o segmento citrícola apresentou um pico de contrações (2009 e 2011), o percentual de mulheres chegou a quase 30% do total de contratos de trabalho. Nas ocupações especificamente relacionadas ao cultivo de árvores frutíferas ⁶, essa proporção alcançou 39%, em

⁶ Essa categoria foi utilizada como proxy da ocupação no cultivo de laranja, ocupação não discriminada separadamente.

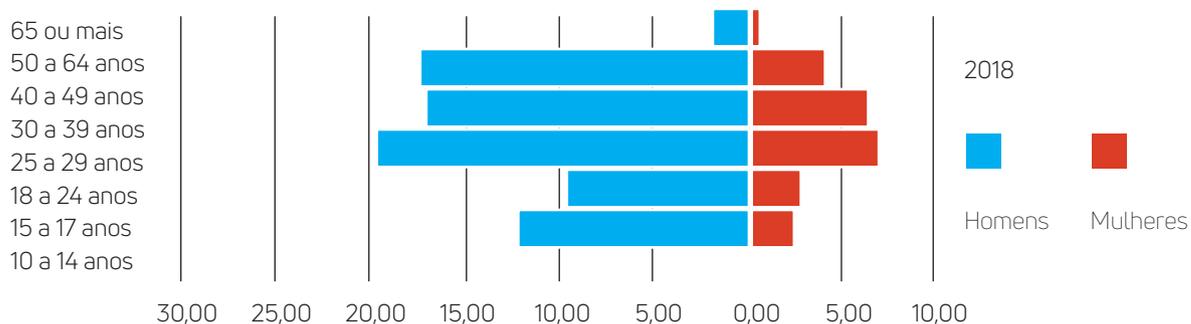
GRÁFICO 15. Vínculos empregatícios formais, em 31 de dezembro de 2006, no setor citrícola, segundo idade e sexo, no Estado de São Paulo.



Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

GRÁFICO 16. Vínculos empregatícios formais, em 31 de dezembro de 2018, no setor citrícola, segundo idade e sexo, no Estado de São Paulo



Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

TABELA 29. Vínculos empregatícios formais, em 31 de dezembro, no setor citrícola, segundo ocupação e sexo. Estado de São Paulo, 2006 a 2018.

ANO	TOTAL DE VÍNCULOS NO SETOR				VÍNCULOS DE TRABALHADORES NO CULTIVO DE ÁRVORES FRUTÍFERAS (CÓDIGO CBO 622505)			
	HOMENS	MULHERES	TOTAL	PROPORÇÃO DE MULHERES	HOMENS	MULHERES	TOTAL	PROPORÇÃO DE MULHERES
2006	42.982	13.542	56.524	23,96	16.383	8.079	24.462	33,0
2007	46.584	15.970	62.554	25,53	18.156	9.770	27.926	35,0
2008	49.242	19.033	68.275	27,88	20.000	12.019	32.019	37,5
2009	50.938	20.149	71.087	28,34	21.216	12.519	33.735	37,1
2010	34.682	11.995	46.677	25,70	8.798	5.485	14.283	38,4
2011	49.734	22.214	71.948	30,88	20.935	13.459	34.394	39,1
2012	40.955	16.617	57.572	28,86	14.381	8.662	23.043	37,6
2013	35.698	13.346	49.044	27,21	9.952	5.704	15.656	36,4
2014	35.998	13.361	49.359	27,07	11.209	6.293	17.502	36,0
2015	38.908	13.913	52.821	26,34	13.357	6.905	20.262	34,1
2016	33.178	10.282	43.460	23,66	9.227	4.208	13.435	31,3
2017	43.593	12.992	56.585	22,96	16.331	6.236	22.567	27,6
2018	40.755	11.694	52.449	22,30	14.707	5.847	20.554	28,4

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

2011 (Tabela 29). Esses indicadores reforçam a divisão sexual do trabalho no setor citrícola, perpassada por uma hierarquia ocupacional que expressa também relações de gênero hierarquizadas (SILVA; BUENO; MELO, 2015).

Quanto à distribuição dos postos de trabalho da citricultura nos municípios paulistas, Bebedouro desponta-se como a cidade com mais vínculos empregatícios do estado, em 2018, com 2.903 contratos (Mapa 14). Sobressaem ainda Colômbia, também na região de Barretos; Matão, Araraquara, Boa Esperança do Sul e Luís Antônio, na porção central do território paulista; Casa Branca, Mogi Guaçu e Araras, na região de Limeira; Capela do Alto, Botucatu

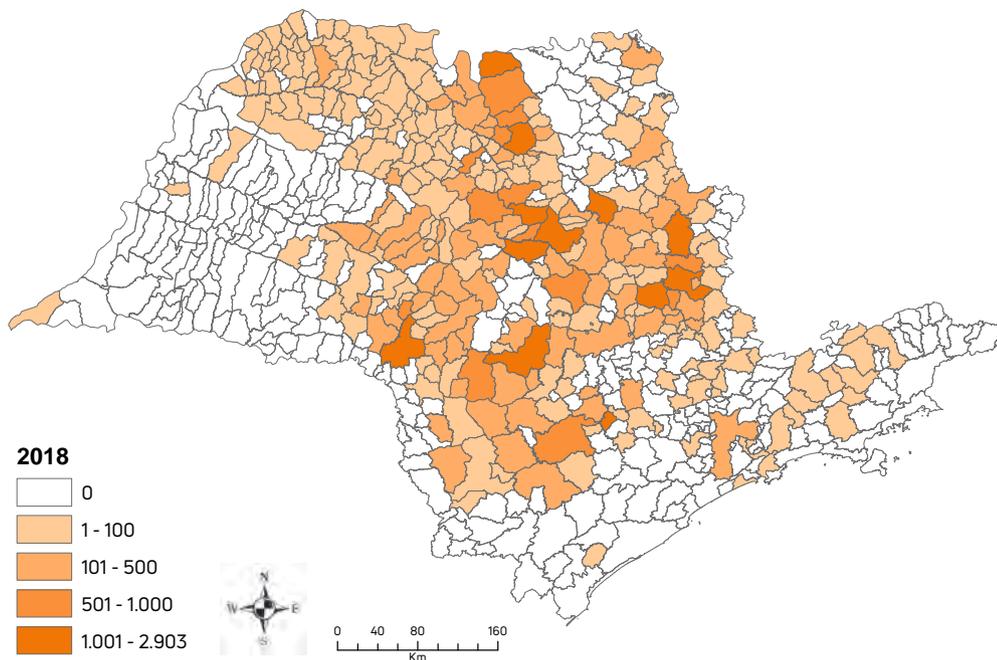
e Santa Cruz do Rio Pardo, no sudoeste paulista (Mapa 14).

A participação de imigrantes internacionais é pequena, porém crescente (Tabela 30). Em 2006, eram apenas 9 vínculos empregatícios no setor, 4 dos quais nos trabalhos agropecuários. Em 2015, dos 38 registros de não nacionais do Brasil, 25 estavam nos trabalhos agropecuário. Em 2018, essa relação é de 25 e 21, respectivamente. Entre dirigentes e profissionais das ciências e das artes, a presença de imigrantes internacionais foi nula nos últimos dois anos considerados (Tabela 30).

O aumento do número de contratos de trabalho de imigrantes está intimamente associado à contratação de bengaleses e de haitianos (Tabela 31). De Bangladesh, vieram 18

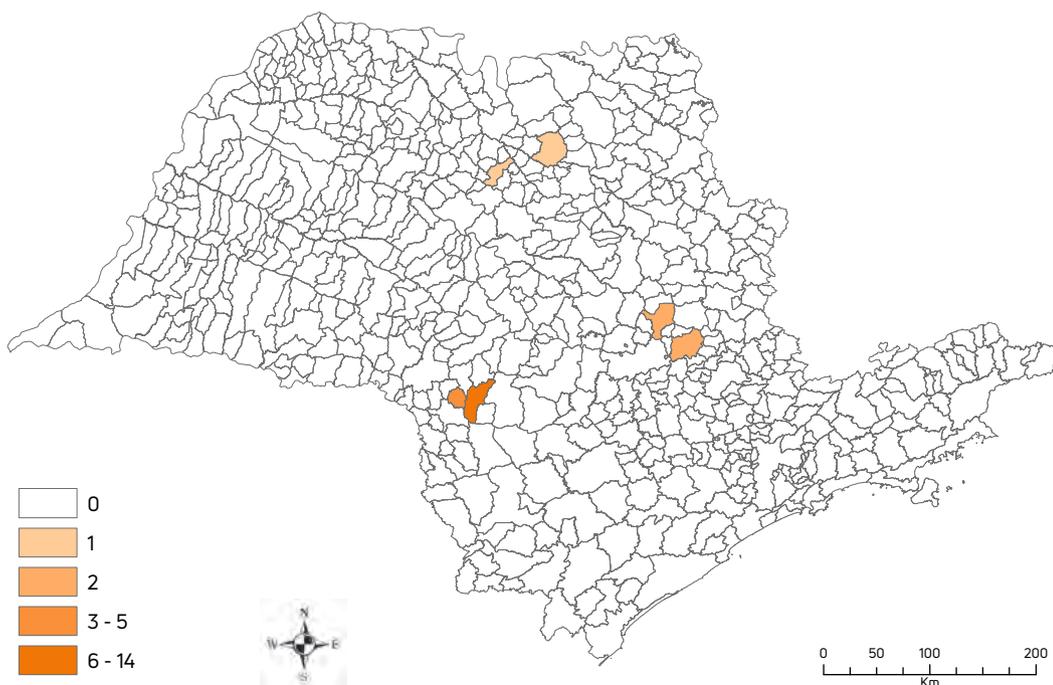
damente na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO).

MAPA 14. Vínculos empregatícios formais, no setor citrícola, ativos em 31/12/2018
Estado de São Paulo, segundo municípios



Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP –CNPq/MPT.

MAPA 15. Vínculos empregatícios formais, em 31 de dezembro de 2018, no setor citrícola, de imigrantes internacionais. Estado de São Paulo, segundo municípios



Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP –CNPq/MPT.

TABELA 30. Vínculos empregatícios formais de imigrantes internacionais, em 31 de dezembro, no setor citrícola, segundo ocupação. Estado de São Paulo, 2006 a 2018.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	1	1	0	0	0	1	0	1	1	2	1	0	0
Profissionais das ciências e das artes	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Técnicos de nível médio	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0
Trabalhadores de serviços administrativos	1	0	0	0	1	1	1	1	1	2	0	0	0
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	1	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	4	3	3	1	2	2	2	2	1	25	3	20	21
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	0	0	0	1	0	0	1	0	3	7	0	0	1
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (operadores de máquinas)	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	2
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total de vínculos	9	7	4	3	4	6	4	4	6	38	5	22	25

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

dos 38 registros de imigrantes internacionais discriminados em 2015. Do Haiti, são 22 dos 25 vínculos contabilizados em 2018. Essa evidência reforça a centralidade das migrações Sul-Sul e a presença de processos migratórios inéditos para o Brasil, elucidativos tanto das formas específicas de internacionalização do agronegócio brasileiro (MARÇA; PRATES, 2018; MANRIQUE, 2012; GRAS;

HERNÁNDEZ, 2013), como da posição que o país ocupa na geopolítica mundial (BAENINGER, 2014, 2016, 2017 e 2018).

No tocante ao mapeamento desses vínculos, os municípios de Cerqueira César e Manduri, próximos à divisa com o Paraná, destacam-se pela concentração de registros de imigrantes internacionais no trabalho formal associado ao setor citrícola (Mapa 15). Os registros admi-

TABELA 31. Vínculos empregatícios formais de imigrantes internacionais, em 31 de dezembro, no setor citrícola, segundo nacionalidade. Estado de São Paulo, 2006 a 2018.

NACIONALIDADE	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasileira	56.514	62.546	68.270	71.083	46.672	71.940	57.567	49.038	49.351	52.782	43.454	56.561	52.421
Naturalidade Brasileira	1	1	1	1	1	2	1	2	2	1	1	2	3
Total de vínculos de nacionais do Brasil	56.515	62.547	68.271	71.084	46.673	71.942	57.568	49.040	49.353	52.783	43.455	56.563	52.424
Total de vínculos de nacionais de outros países	9	7	4	3	4	6	4	4	6	38	5	22	25
Argentina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Colombiano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
Haitiano	0	0	0	0	0	0	0	0	3	11	1	16	22
Chilena	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0
Paraguaia	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	2	0
Uruguiaia	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Outras Latino-Americanas	0	0	0	0	1	2	1	1	1	1	0	0	0
Total América Latina	3	1	2	2	1	2	2	1	4	15	4	21	22
Alemã	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Espanhola	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Francesa	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Italiana	0	0	0	0	0	0	1	2	1	1	1	0	0
Portuguesa	1	2	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	2
Total Europa	3	4	1	0	1	2	1	2	1	1	1	0	2
Japonesa	3	2	1	1	2	2	1	1	1	0	0	0	0
Bengalesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18	0	0	1
Total Ásia	3	2	1	1	2	2	1	1	1	18	0	0	1
Outros Africanos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	1	0
Total África	0	3	0	1	0								
Outras nacionalidades (país não identificado)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Total de vínculos	56.524	62.554	68.275	71.087	46.677	71.948	57.572	49.044	49.359	52.821	43.460	56.585	52.449

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

nistrativos do Ministério da Economia acusam a presença imigrante também em Cosmópolis, Rio Claro, Bebedouro e Catanduva (Mapa 15).

Arranjo urbano-rural regional da carne bovina

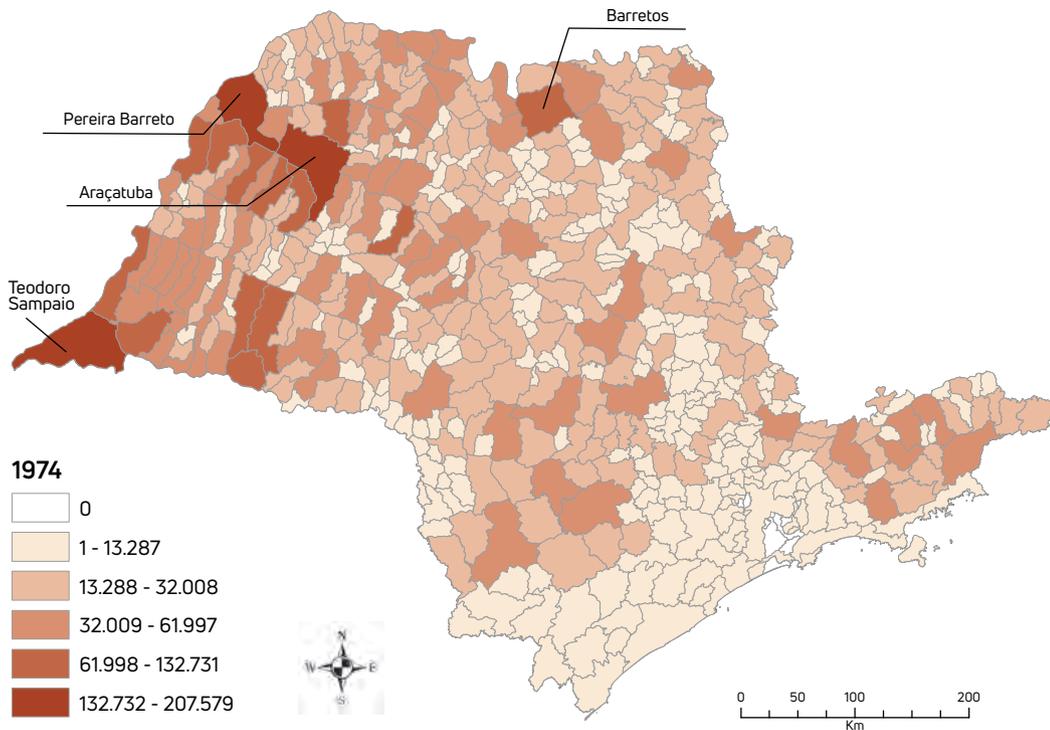
O histórico da pecuária em São Paulo no decorrer do século XX, aponta, de acordo com Mamigonian (1976), o Estado como a primeira grande área de pecuária estruturada no âmbito de uma sistemática divisão socioespacial do trabalho no setor, a partir da emergência de regiões especializadas na criação, na engorda e no abate de animais (MAMIGONIAN, 1976). Segundo o autor, Barretos “foi a primeira área exclusivamente de invernada do Brasil central, [...] recebendo todo o gado magro do Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso” (MAMIGONIAN, 1976, p.9). Em 1913, nesse município, foi inaugurado o primeiro frigorífico brasileiro: uma “iniciativa de A. Silva Prado, grande cafeicultor, industrial [...] e acionista da Cia Paulista de Estrada de Ferro, que atravessava importantes zonas de café e alcançava as invernadas do norte de São Paulo” (MAMIGONIAN, 1976, p.9).

Se o surgimento das primeiras unidades processadoras de carne bovina, no estado, foi financiado por capitais nacionais, como decorrência do complexo cafeeiro (GONÇALVES, 1998), seu processo de expansão, em décadas posteriores, ocorreu em função de investimentos estrangeiros, principalmente inglês e americano (MAMIGONIAN, 1976).

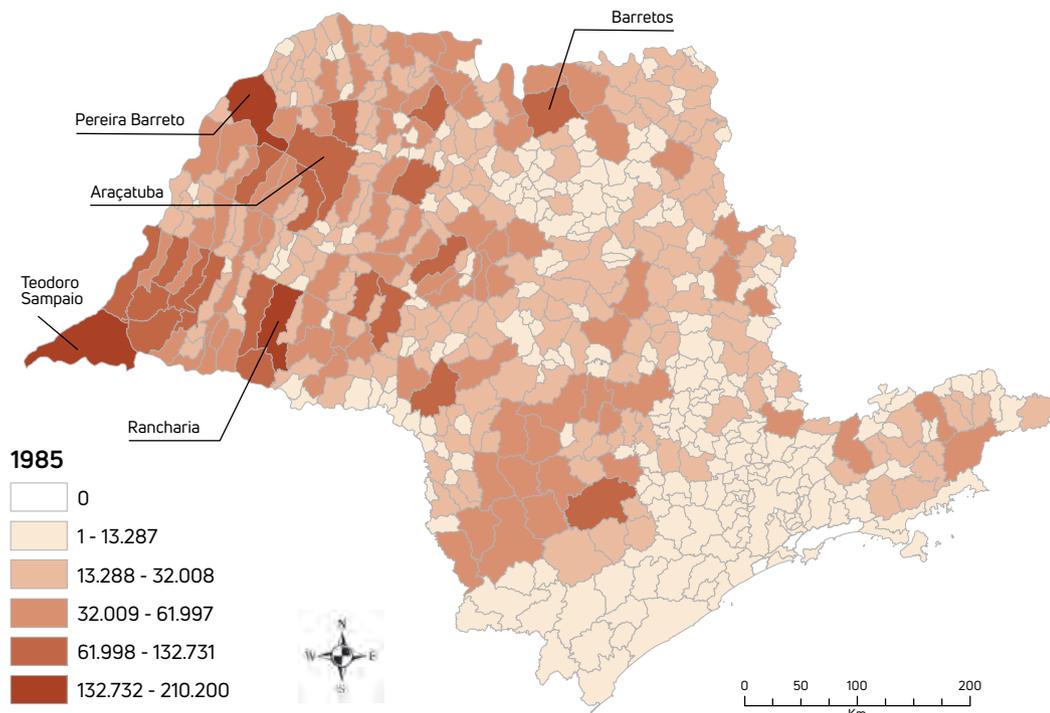
De acordo com Bini (2010), três questões influenciaram essa nova dinâmica no setor desde os anos 1920: o aumento no consumo de carnes nos Estados Unidos e Europa, o desenvolvimento de tecnologias de transporte refrigerado a longa distância e a crise do complexo cafeeiro. Esses fatores criaram o ambiente propício à entrada dos grupos internacionais, os quais compraram vários frigoríficos não somente em São Paulo, mas no resto do Brasil e da América do Sul (BINI, 2010; MAMIGONIAN, 1976).

Na década de 1920, o grupo britânico Anglo comprou o frigorífico de Barretos e todas as suas áreas de engorda: nada menos que 65 mil hectares a região da Alta Araraquarense (MAMIGONIAN, 1976). Por volta de 1930, a desnacionalização do mercado de carne bovina foi tão intensa que gerou, inclusive, desabastecimento no mercado interno. Em reação, Bini (2010) e Mamigonian (1976) relatam várias medidas tomadas pelo governo federal em prol da nacionalização no setor, ao longo dos anos 1940 e 1950. Já em 1941, o Estado impediu a ampliação do rebanho bovino de frigoríficos estrangeiros. Em 1943, as exportações de carne chegaram a ser proibidas, com seu preço tabulado até 1951. Ao mesmo tempo, expandiram-se as linhas de crédito subsidiado para a construção de frigoríficos no setor, estímulo prontamente respondido pelos invernistas de São Paulo e Mato Grosso, que passaram a montar diversas unidades processadoras nesses territórios (MAMIGONIAN, 1976).

MAPA 16. Rebanho de bovinos (em cabeças). Estado de São Paulo, segundo municípios, 1974



MAPA 17. Rebanho de bovinos (em cabeças). Estado de São Paulo, segundo municípios, 1985

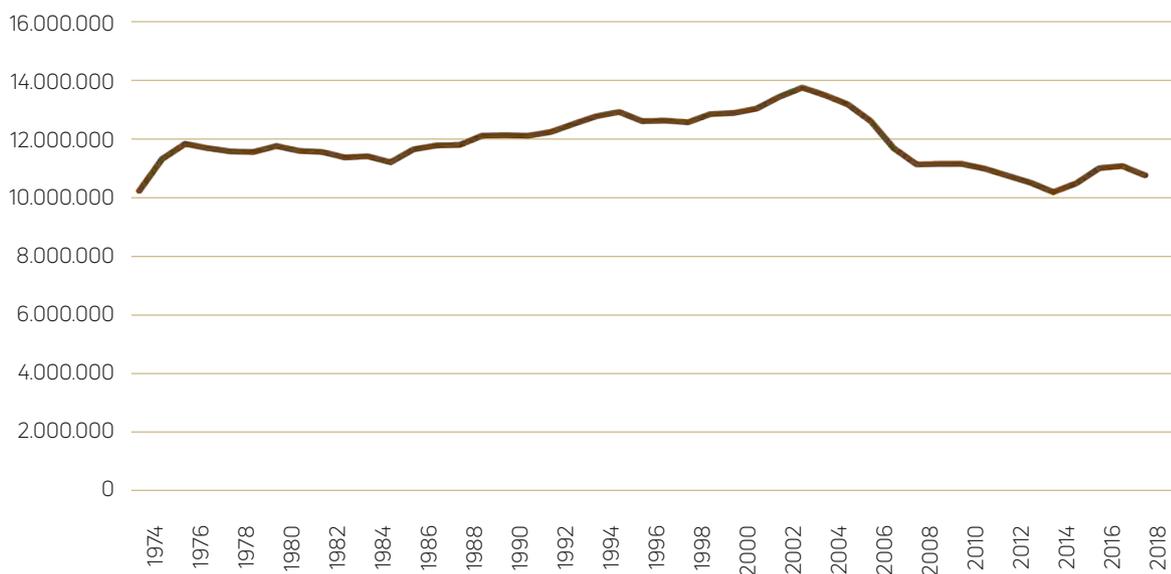


Nesse contexto o setor de carne bovina volta se consolidar como segmento comandado por capitais nacionais, com forte entrada na região central do país (MAMIGONIAN, 1976). Particularmente no estado de São Paulo, a partir de 1960, o avanço da cana-de-açúcar e da laranja nas regiões de influência da Anhanguera/Washington Luís tem empurrado a criação de bovinos para o oeste (ELIAS, 2003; BINI, 2010). A cidade de Barretos, uma centralidade histórica do circuito espacial produtivo da pecuária de corte, começou a enfrentar a concorrência com os novos frigoríficos, com vantagens competitivas associadas à proximi-

dade das áreas e engorda. Nessa conjuntura, surge uma nova localização polarizadora do setor: Araçatuba, a principal praça de comercialização de bovinos no país, na década de 1970, popularmente conhecida como a “capital do boi gordo” (BINI, 2010, p.29).

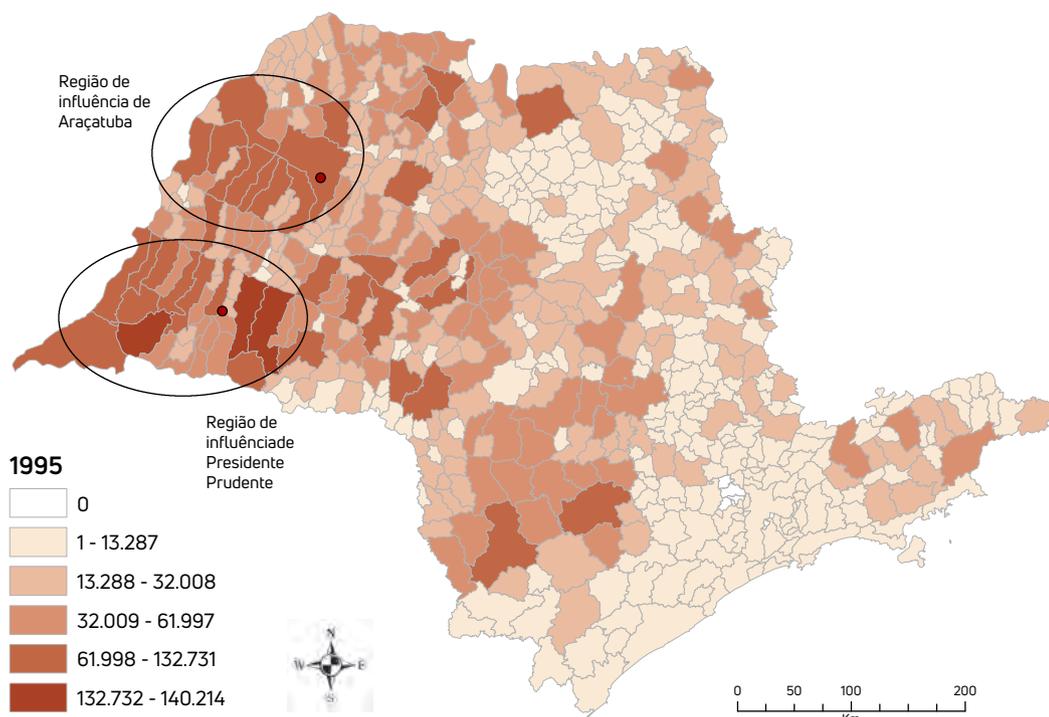
Já em 1974, esse município se destaca pelo tamanho de seu rebanho – 207.579 animais, o maior do estado – seguido de localidades como Pereira Barreto e Teodoro Sampaio, ambas na divisa com o Mato Grosso do Sul (Mapa 16). Em 1985, a pecuária de corte bovina se desponta em Rancharia, nas proximidades de Presidente Prudente, também no Oeste Paulista (Mapa 17).

GRÁFICO 17. Rebanho de bovinos (em cabeças). Estado de São Paulo, 1974 a 2017



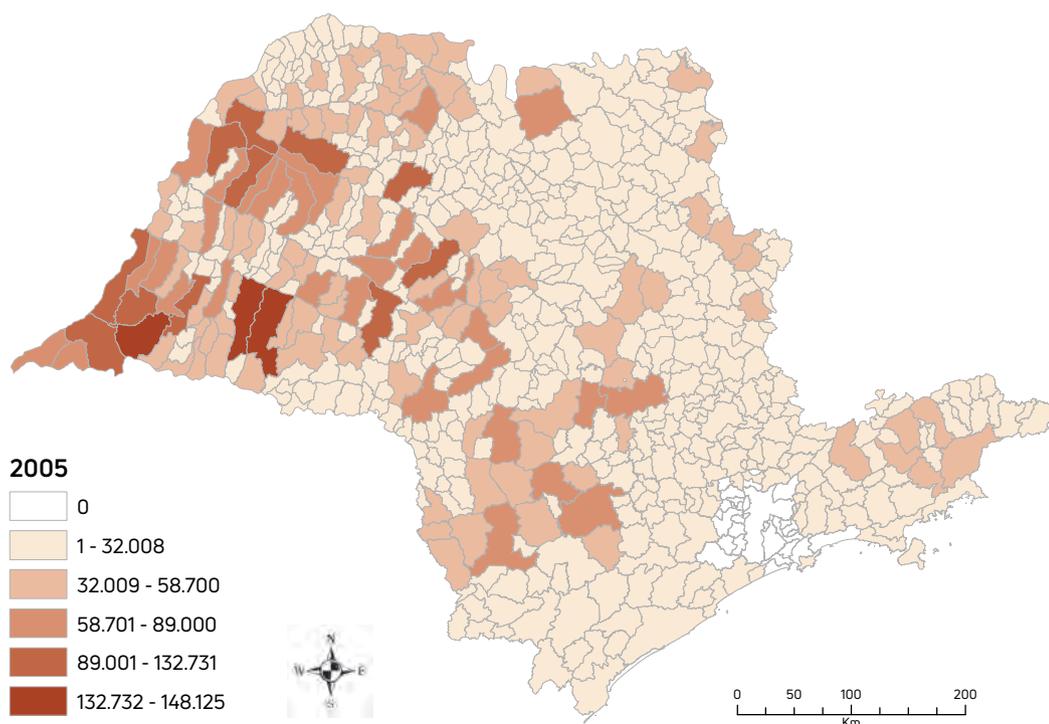
Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

MAPA 18. Rebanho de bovinos (em cabeças). Estado de São Paulo, segundo municípios, 1995



Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

MAPA 19. Rebanho de bovinos (em cabeças). Estado de São Paulo, segundo municípios, 2005



Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT



A última década do século XX e começo do XXI marcam profundas mudanças na dinâmica de reprodução do setor (CORRÊA, 2012; BINI, 2010). Segundo o autor, em primeiro lugar, ocorrem o impacto das reformas neoliberais, a desvalorização do real e o aumento do preço da carne no mercado internacional que alavancaram as exportações. Para Corrêa (2012), esses fatores levaram à expansão da criação de bovinos integrada às cadeias globais de valor, bem como à compra de uma série de pequenos frigoríficos pelos grandes grupos, marcando a ascensão das três multinacionais que hoje dominam o setor no país: JBS-Friboi, Marfrig e Minerva. Em segundo lugar, o encarecimento do preço da terra paulista e os ganhos crescentes com a produção canavieira impulsionaram o deslocamento da pecuária para as áreas de fronteira agrícola, que atualmente já alcança territórios no Pará e em Rondônia (CORRÊA, 2012). No bojo dessas transformações, no estado de São Paulo, o rebanho de bovinos diminuiu – passando de quase 14 milhões de cabeças, em 2002, para cerca de 10 milhões de animais, em 2014 (Gráfico 17) – ao mesmo tempo em que essa atividade se concentra ainda mais a oeste, especialmente no entorno das regiões de influência de Araçatuba e Presidente Prudente (Mapas 18 e 19).

A distribuição do rebanho bovino paulista por municípios, em 2018, possibilita a compreensão da divisão socioespacial da pecuária no estado, dentro da qual a parte norte especializou-se no corte e o sul na produção

de leite (MAMIGONIAN, 1976; Mapa 20). Em se tratando da criação de bovino para corte, o rebanho paulista cuja criação está integrada às cadeias globais de valor vem crescendo em sistema de confinamento (BINI, 2010). Para este autor, seja pela proximidade com o porto de Santos, seja pela existência de dezenas de frigoríficos espalhados em território estadual, São Paulo permanece como um importante processador de carne bovina¹⁷. No entanto, essa produção cada vez mais ocorre em um esquema no qual o gado criado nos estados vizinhos (sobretudo no Triângulo Mineiro e no Mato Grosso do Sul) passa seus últimos 120 dias em confinamentos – sobretudo no Oeste Paulista – “onde recebem uma alimentação diferenciada à base de sorgo, milho, polpa cítrica e bagaço de cana suplementada por uma mista de minerais específicos” (BINI, 2010, p.32). Conforma-se, assim, a definição de Bini (2010, p.33) do “sistema cana-boi: arrenda-se a maioria da propriedade ao cultivo da cultura canavieira e intensifica a parte restante da atividade pecuária em confinamentos e semi-confinamentos” (BINI, 2010, p.33).

7 Segundo as informações divulgadas pela Associação Brasileira dos Industriais Exportadores de Carne (ABIEC), em junho de 2020, havia 145 frigoríficos de carne bovina no Brasil habilitados para exportação, 28 dos quais no estado do São Paulo, localizados nos seguintes municípios: Barretos, Santo André, Cajamar, Sertãozinho, Itupeva, Valinhos, Barueri, Santana de Parnaíba, Santo Antônio de Posse, Bauru, Araraquara, Barueri, Lençóis Paulista, São Paulo, Itupeva, Lins, Andradina, José Bonifácio, Guaiçara, Pirapozinho, Guararapes, Promissão, Estrela d’Oeste e Presidente Prudente. Disponível em: <http://abiec.com.br/mapadasplantas/>. Acesso 04/06/2020.

MAPA 20. Rebanho de bovinos (em cabeças). Estado de São Paulo, segundo municípios, 2018

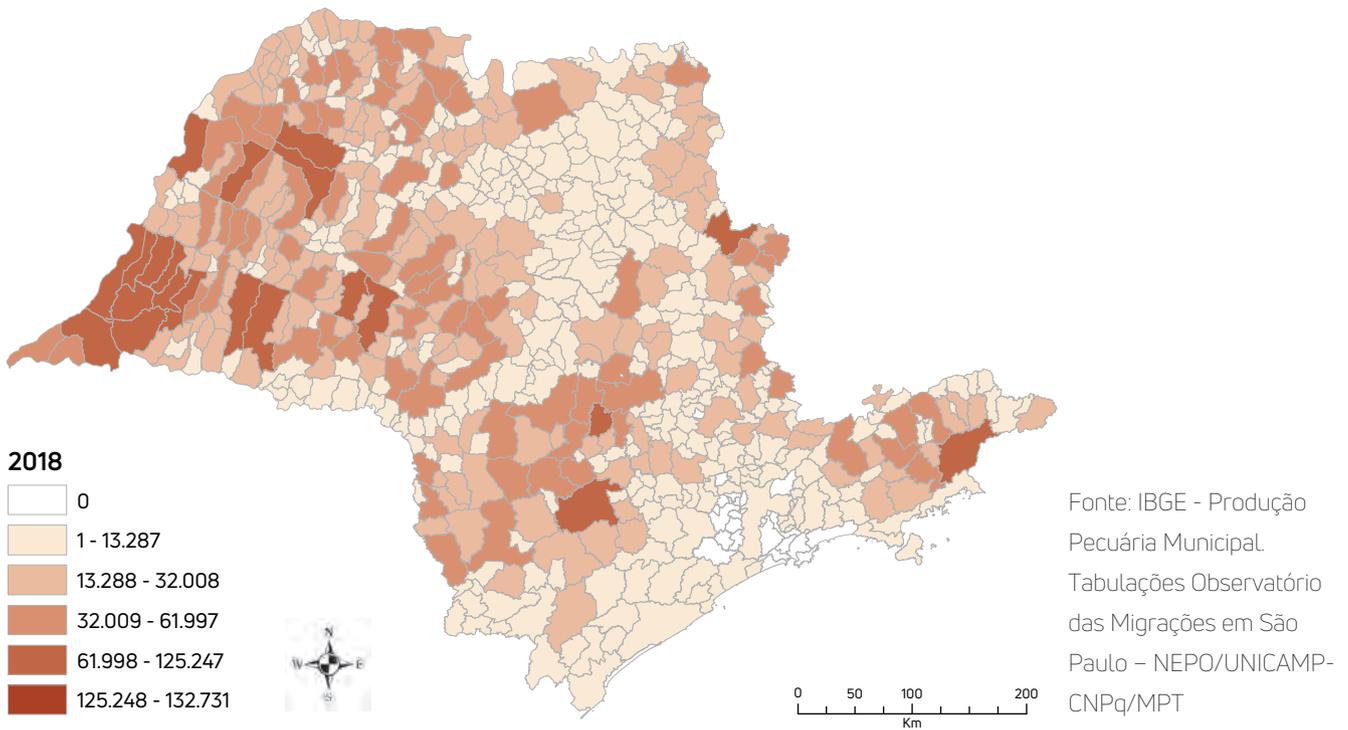
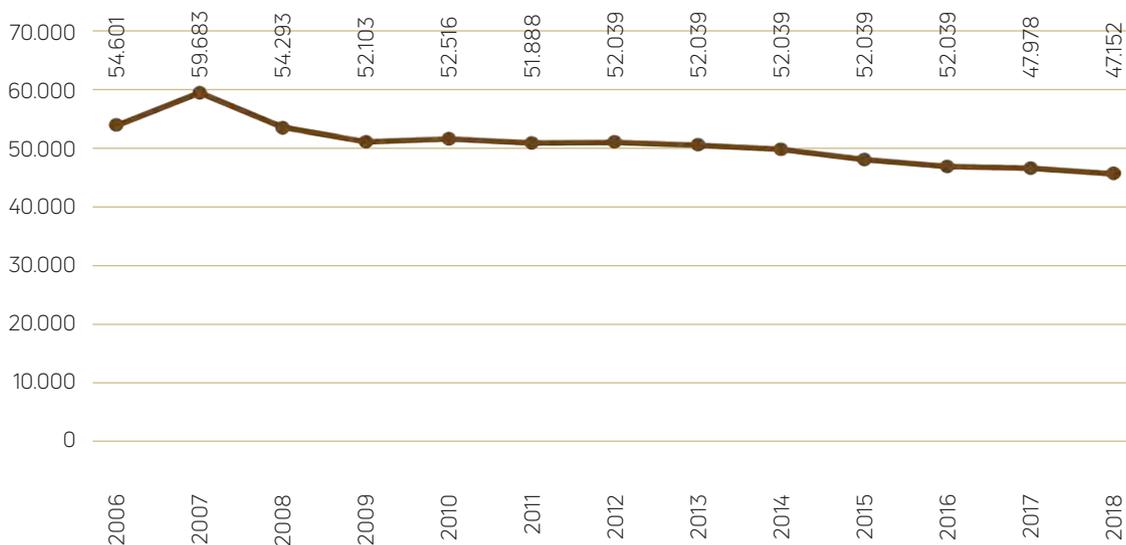


GRÁFICO 17. Rebanho de bovinos (em cabeças). Estado de São Paulo, 1974 a 2017



Fonte: Ministério da Economia – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
 Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

Bini (2010) também reitera a permanência importante da criação de bovinos, a partir de técnicas mais tradicionais de manejo, na dinamização de inúmeros municípios paulistas. À luz da interpretação do autor, é preciso compreender o arranjo da pecuária de corte em São Paulo (DEMÉTRIO, 2017) em seus circuitos: o circuito superior composto por grandes frigoríficos, com forte entrada nos mercados globais, grandes e médias redes atacadistas e varejistas; e o circuito inferior com açougues e mercados locais. Ambas as formas de

produção são centrais na explicação da presença ainda hoje forte da pecuária de corte bovina no estado de São Paulo, a despeito do deslocamento crescente dessa atividade para o Centro-Oeste e Norte do país (BINI, 2010).

No tocante à evolução do emprego, verificou-se gradual diminuição dos contratos de trabalhos desde 2007, ano em que havia quase 60 mil vínculos empregatícios formais no setor, no estado. Onze anos depois, eram 47.152: uma queima de 12.531 contratos (Gráfico 18).

A redução dos postos de trabalho ocorreu

TABELA 32. Vínculos empregatícios formais, em 31 de dezembro, no setor da pecuária de corte bovina, segundo grandes grupos ocupacionais. Estado de São Paulo, 2006 a 2018

Grandes Grupos Ocupacionais	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Taxa geométrica de crescimento anual (em % a.a.)
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	1.048	1.238	1.262	1.252	1.446	1.539	1.630	1.679	1.458	1.050	1.068	978	969	-0,65
Profissionais das ciências e das artes	1.165	1.423	1.381	1.369	1.550	1.569	1.726	1.644	1.788	1.248	1.194	1.013	1.012	-1,17
Técnicos de nível médio	1.973	2.272	1.998	2.033	1.710	1.695	1.699	1.560	1.366	1.068	1.095	1.011	970	-5,75
Trabalhadores de serviços administrativos	2.994	3.389	3.246	3.257	3.475	3.296	3.241	3.101	3.309	2.919	2.920	2.664	2.684	-0,91
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	2.311	2.062	2.192	1.997	1.942	2.249	2.361	2.628	2.118	2.195	2.258	2.275	2.418	0,38
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	31.110	30.339	30.591	29.800	29.140	28.302	27.815	27.670	27.329	27.418	27.249	27.047	26.160	-1,43
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	5.748	8.665	6.089	5.531	5.805	6.546	6.571	6.485	6.877	6.500	6.087	6.188	6.319	0,79
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (op. de máquinas)	7.623	9.233	6.986	6.315	6.854	6.162	6.509	6.276	6.113	6.388	5.937	6.193	6.098	-1,84
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	627	1.062	547	547	592	528	482	457	494	535	469	551	521	-1,53
Ocupação não classificada	2	0	1	2	2	2	5	71	65	6	2	58	1	-5,61
Total	54.601	59.683	54.293	52.103	52.516	51.888	52.039	51.571	50.917	49.327	48.279	47.978	47.152	-1,21

Fonte: Ministério da Economia – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

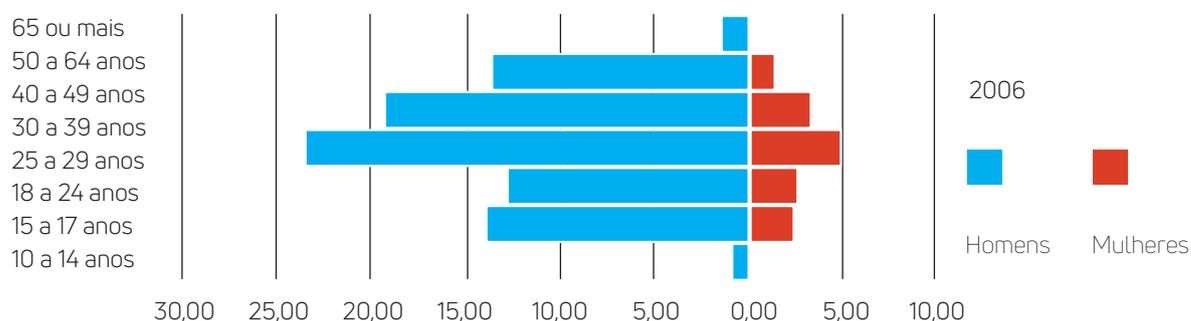
Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

sobretudo entre os técnicos de nível médio, grupo no qual total de vínculos caiu de 1.973 para 970: uma queda de -5,75% a.a. (Tabela 32). Entre os trabalhadores industriais de linhas de produção, esse declínio foi de -1,84% a.a. Entre os de serviços de manutenção, -1,53% a.a. Já entre os profissionais das ciências e das artes, foi de -1,17% a.a. (Tabela 32).

Por outro lado, os vínculos no comércio e na produção de bens industriais não associados às linhas de produção aumentaram em 0,38% a.a. e 0,79% a.a., respectivamente (Tabela 32).

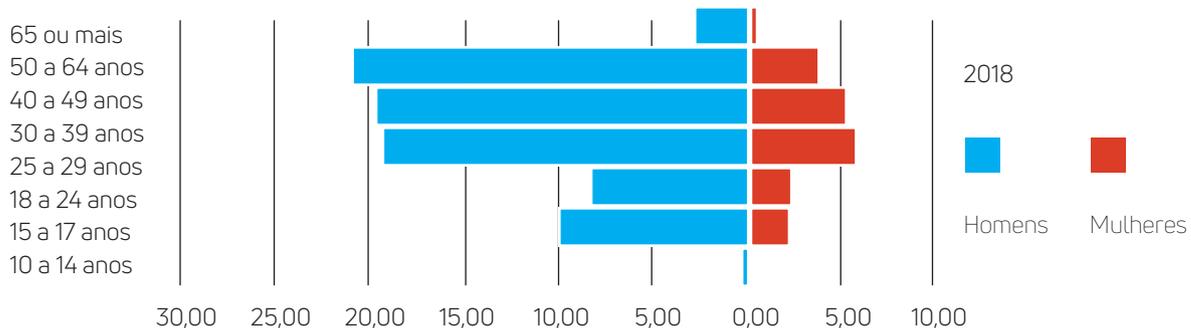
Essa evidência reforça duas questões importantes relacionadas às características do setor em São Paulo: a importância dos matadouros locais para abastecimento do consumo regional e a centralidade que o estado ocupa na venda e comercialização de carnes (BINI, 2010). Segundo este autor, a despeito do progressivo deslocamento da pecuária para o Centro-Oeste e Norte, os pecuaristas de Araçatuba e região permanecem cumprindo uma função política essencial. São dos escritórios localizados ainda hoje na "capital do boi gordo" que são tomadas

GRÁFICO 19. Vínculos empregatícios formais, em 31 de dezembro de 2006, no setor da pecuária de corte bovina, segundo idade e sexo, no Estado de São Paulo.



Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
 Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

GRÁFICO 20. Vínculos empregatícios formais, em 31 de dezembro de 2018, no setor da pecuária de corte bovina, segundo idade e sexo, no Estado de São Paulo.



Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
 Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

as decisões referentes ao “preço dos animais no mercado nacional” (BINI, 2010, p.33).

As mudanças assistidas pelo setor alteram a composição por idade e sexo de seus trabalhadores (Gráficos 19 e 20; Tabela 33). Junta à tendência de envelhecimento da população empregada, comum aos demais segmentos considerados, verifica-se crescimento da participação de mulheres, as quais chegaram a responder por 19% de todos os vínculos associados à pecuária de corte bovina, em 2018. Em 2006, esse percentual era de 14,8% (Gráficos 19 e 20; Tabela 33).

A análise da distribuição espacial dos vínculos empregatícios no setor evidencia as novas centralidades desse arranjo, bem como a importância dos frigoríficos menores, não associa-

dos às três grandes empresas que dominam o segmento: JBS, Minerva e Marfrig (BINI, 2010; CORRÊA, 2012). De fato, em Promissão, município com maior volume de contratos de trabalho no ramo - mais de 2 mil vínculos em 2018 - o grupo Marfrig detém dois frigoríficos (Mapa 21). Em José Bonifácio, com 625 contratos, também é sede de uma unidade do grupo Minerva. Todas as demais localidades destacadas no Mapa 21 referem-se a frigoríficos independentes dessas transnacionais (CORRÊA, 2012): Golden Imex, em Santa Fé do Sul; Frigoestrela, em Estrela d’Oeste; Barra Mansa, em Sertãozinho; Zanchetta, em Bauru; Better Beef, em Rancharia. É pela atuação desses grupos menores, os quais também contam com forte inserção do mercado global, que São Paulo permanece na liderança

TABELA 33. Vínculos empregatícios formais, em 31 de dezembro, no setor da pecuária de corte bovina, segundo ocupação e sexo. Estado de São Paulo, 2006 a 2018.

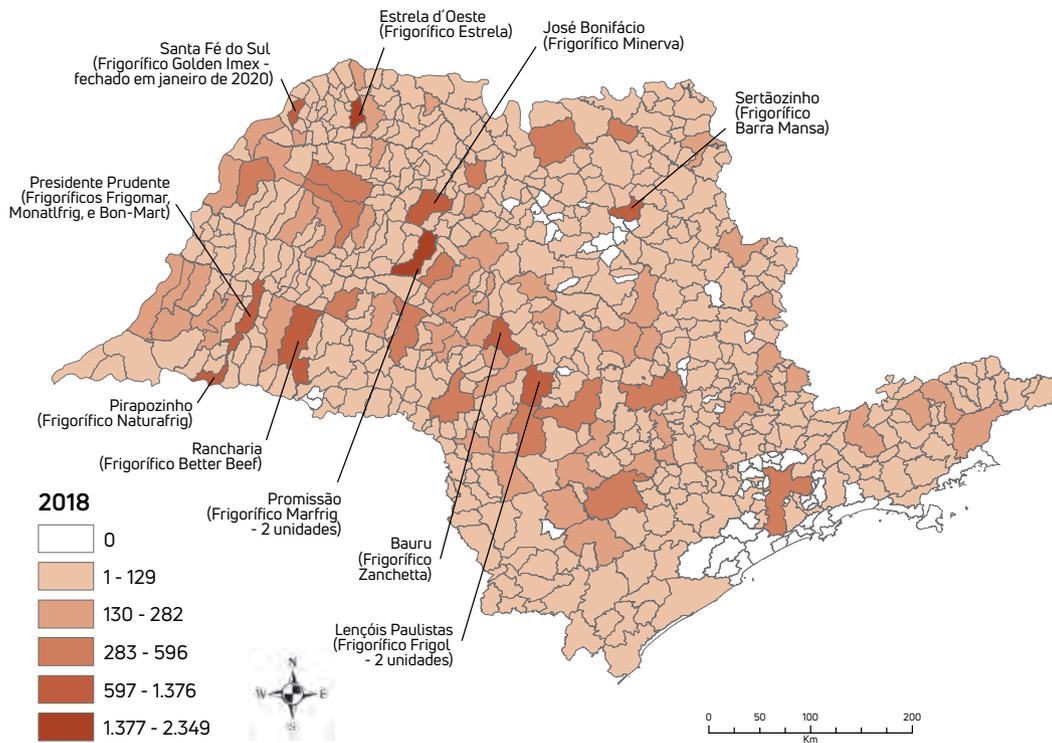
ANO	TOTAL DE VÍNCULOS NO SETOR				VÍNCULOS DE TRABALHADORES DA PECUÁRIA DE BOVINOS PARA CORTE (CÓDIGO CBO 623110)			
	HOMENS	MULHERES	TOTAL	PROPORÇÃO DE MULHERES	HOMENS	MULHERES	TOTAL	PROPORÇÃO DE MULHERES
2006	46.521	8.080	54.601	14,80	3.537	258	3.795	6,8
2007	48.699	10.984	59.683	18,40	3.467	256	3.723	6,9
2008	44.940	9.353	54.293	17,23	3.313	274	3.587	7,6
2009	43.114	8.989	52.103	17,25	3.140	289	3.429	8,4
2010	43.056	9.460	52.516	18,01	2.948	259	3.207	8,1
2011	42.086	9.802	51.888	18,89	2.931	290	3.221	9,0
2012	41.734	10.305	52.039	19,80	2.721	283	3.004	9,4
2013	40.704	10.867	51.571	21,07	2.650	289	2.939	9,8
2014	40.014	10.903	50.917	21,41	2.607	308	2.915	10,6
2015	39.544	9.783	49.327	19,83	2.600	280	2.880	9,7
2016	38.996	9.283	48.279	19,23	2.587	278	2.865	9,7
2017	38.893	9.085	47.978	18,94	2.438	259	2.697	9,6
2018	38.197	8.955	47.152	18,99	2.448	221	2.669	8,3

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

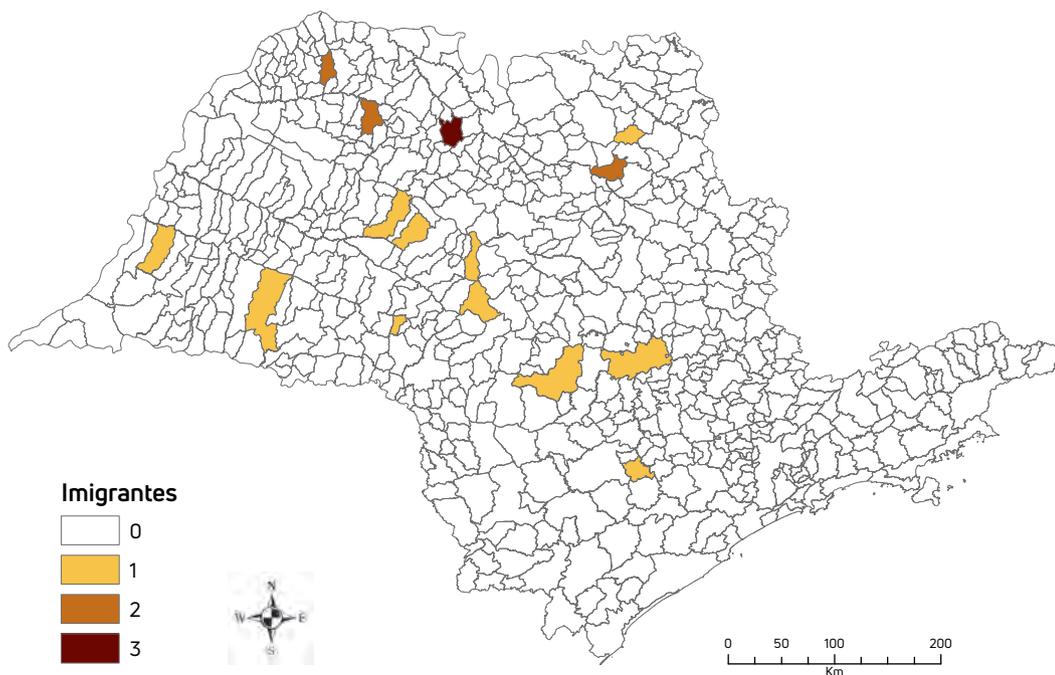
MAPA 21. Vínculos empregatícios formais, no setor da pecuária de corte bovina, ativos em 31/12/2018.

Estado de São Paulo, segundo municípios



Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); Associação Brasileira dos Industriais Exportadores de Carne (ABIEC). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/ UNICAMP-CNPq/MPT.

MAPA 22. Vínculos empregatícios formais, em 31 de dezembro de 2018, no setor da pecuária de corte bovina, de imigrantes internacionais. Estado de São Paulo, segundo municípios



Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/ UNICAMP -CNPq/MPT.

TABELA 34. Vínculos empregatícios formais de imigrantes internacionais, em 31 de dezembro, no setor da pecuária de corte bovina, segundo ocupação. Estado de São Paulo, 2006 a 2018.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	10	11	20	19	13	13	11	7	8	2	3	4	5
Profissionais das ciências e das artes	2	4	3	4	4	1	3	1	0	1	0	0	0
Técnicos de nível médio	4	2	1	1	2	0	1	2	4	2	3	2	0
Trabalhadores de serviços administrativos	4	5	1	1	3	2	2	3	5	1	6	4	3
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	1	1	2	1	2	2	0	1	1	2	2	2	1
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	5	5	4	6	4	3	3	3	4	4	8	8	6
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	0	0	2	2	1	0	0	2	1	6	10	10	0
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (operadores de máquinas)	0	0	0	0	0	2	2	1	1	3	2	1	5
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	0	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Total de vínculos	26	29	33	34	30	24	23	21	24	21	34	31	20

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

das exportações de carne bovina no país, segundo as estimativas da ABIEC⁸.

A presença de imigrantes internacionais era de 26 vínculos em 2006, chegou a 34 registros em 2009, fechando 2018 com 20 registros, dos quais 5 eram de dirigentes, 4 nos trabalhos administrativos e de comércio, e 11 nos trabalhos agropecuários e industriais (Tabela 34). Observa-se a expressiva diminuição de dirigentes não-nacionais (de 20, em 2008, para

5 em 2018), ao mesmo tempo em que a participação de imigrantes crescente nos trabalhos agroindustriais, sobretudo entre 2016 e 2017 (Tabela 34).

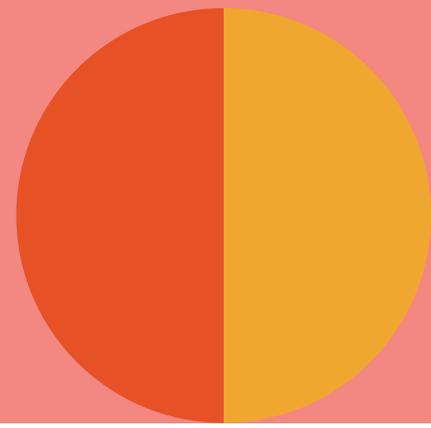
O declínio de dirigentes imigrantes é acompanhado pela diminuição de europeus contratados no setor, que até 2012 referia-se majoritariamente de portugueses e britânicos (Tabela 35). Dos 20 contratos de imigrantes internacionais em 2018, 11 eram de latino-americanos (com destaque aos haitianos, argentinos e paraguaios), 4 de europeus (metade dos quais de italianos) e 3 de africanos (Tabela 35).

⁸ Informações disponíveis em: <http://abiec.com.br/exportacoes/>. Acesso 05/06/2020.

TABELA 35. Vínculos empregatícios formais de imigrantes internacionais, em 31 de dezembro, no setor da pecuária de corte bovina, segundo nacionalidade. Estado de São Paulo, 2006 a 2018.

NACIONALIDADE	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasileira	54.573	59.651	54.258	52.068	52.485	51.862	52.016	51.549	50.892	49.305	48.244	47.946	47.127
Naturalidade Brasileira	2	3	2	1	1	2	0	1	1	1	1	1	5
Total de vínculos de nacionais do Brasil	54.575	59.654	54.260	52.069	52.486	51.864	52.016	51.550	50.893	49.306	48.245	47.947	47.132
Total de vínculos de nacionais de outros países	26	29	33	34	30	24	23	21	24	21	34	31	20
Argentina	1	2	3	3	3	3	3	3	3	3	2	3	2
Boliviana	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	1
Chilena	4	2	0	0	2	1	1	4	5	2	3	1	0
Paraguaia	0	1	1	2	2	1	1	1	1	3	3	3	2
Uruguaia	0	2	4	3	1	1	2	1	2	0	0	1	0
Venezuelano	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1
Colombiano	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0	0	0	0
Peruano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Haitiano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	15	13	3
Outras Latino-Americanas	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Total América Latina	6	8	8	8	10	7	11	12	12	15	24	23	11
Norte-Americana	0	0	1	1	1	2	2	0	1	1	3	2	0
Total América do Norte	0	0	1	1	1	2	2	0	1	1	3	2	0
Alemã	1	3	3	1	0	0	1	0	1	0	0	0	1
Belga	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Britânica	6	4	4	4	4	4	2	1	1	1	1	1	1
Espanhola	0	1	2	2	1	0	0	0	1	0	0	0	0
Francesa	0	2	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0
Italiana	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	2	2
Portuguesa	8	7	9	11	7	7	4	2	1	0	0	0	0
Total Europa	17	19	21	21	13	12	8	5	6	2	2	3	4
Japonesa	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0
Chinesa	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Asiáticas	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0
Total Ásia	1	0	0	0	1	2	0	1	2	0	0	0	0
Angolano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Outros Africanos	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	3	2	2
Total África	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	3	3	3
Outras nacionalidades (país não identificado)	2	2	3	4	5	0	2	3	3	2	2	0	2
Total de vínculos	54.601	59.683	54.293	52.103	52.516	51.888	52.039	51.571	50.917	49.327	48.279	47.978	47.152

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.



Entre os municípios paulistas com registros de imigrantes internacionais está São José do Rio Preto, Nhandeara e Estrela d'Oeste, no noroeste paulista, além de Sertãozinho e Sales Oliveira, na porção nordeste (Mapa 22). Destaca-se também Sarapuí, Piracicaba, Botucatu, Bauru, Reginópolis, Lupércio, Lins, Promissão, Rancharia e Presidente Venceslau (Mapa 22).

Arranjo urbano-rural regional do café

A formação capitalista do estado de São Paulo está intimamente associada à acumulação de riqueza gerada no âmbito do complexo agroexportador do café (GONÇALVES, 1998). Os altos preços desse produto no mercado internacional, ao longo de todo o século XIX, conduziu a ocupação sistemática do território estadual, articulando uma primeira divisão socioespacial do trabalho colada nos três tempos da dinâmica cafeeira de incorporação de terras, que “ia continuamente definindo uma velha zona, outra madura e uma nova zona” (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988, p.7).

No início do século XX, as sucessivas crises de superprodução do café transformaram o caráter de sua fronteira agrícola, com importante reconfiguração do papel do Estado na estruturação das condições necessárias para que a marcha de acumulação prossiga (GONÇALVES, 1998). Se nas zonas de ocupação antiga, o espraiamento dos cafezais acompanhou a cotação internacional dessa commodity, le-

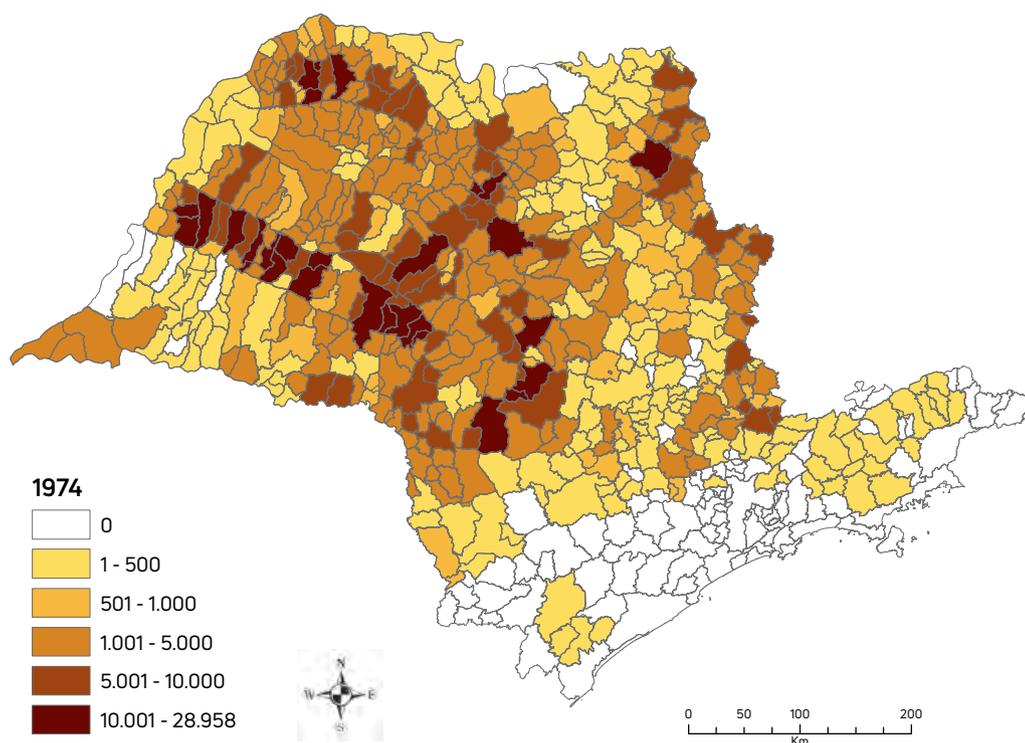
vando consigo o latifúndio e a monocultura¹⁹, a formação das novas zonas ocorreu sob forte intervenção do Estado, “que de liberal-ortodoxo passava a ser francamente intervencionista”, seja através da compra da produção de café excedente, seja pelo estabelecimento de preços mínimos ou de cotas de expansão das áreas de cultivo (GONÇALVES, 1998, p.267).

A despeito dos incentivos à diversificação da produção, o café permaneceu como atividade importante na constituição capitalista de todo o Oeste Paulista, característica que reflete tanto questões culturais, associada à tradição da cafeicultura praticada nas velhas zonas (SANTOS; SILVA, 2017; RODRIGUES, 2006), quanto o efeito das políticas públicas de sustentação de preços, vigentes durante quase todo o século XX (FREDERICO, 2013). Segundo esse autor, sobretudo a partir dos anos 1960, “com a criação da Organização Internacional do Café (OIC) e dos Acordos Internacionais do Café (AIC), as ações unilaterais do Estado brasileiro foram substituídas por uma política sistemática entre os principais Estados produtores e importadores” (FREDERICO, 2013, p.103).

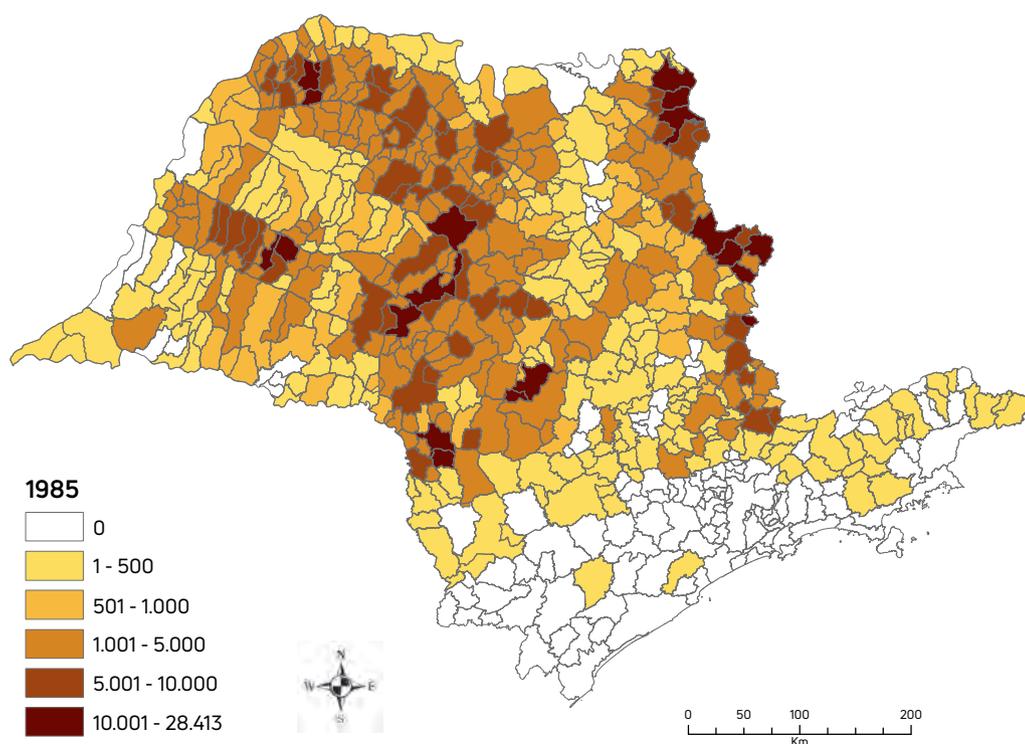
Sob a proteção dessa regulamentação internacional, a produção de café em território paulista, na década de 1970, espalhava-se por quase todo o oeste do estado, mas principal-

9 Vale ressaltar que o complexo cafeeiro tinha como base a “unidade produtora autossuficiente – o latifúndio que se bastava a si próprio”, com a produção hegemônica do café combinada à lavoura de subsistência (GONÇALVES, 1998, p.64).

MAPA 23. Produção (em toneladas) de café, segundo municípios. Estado de São Paulo, 1974



MAPA 24. Produção (em toneladas) de café segundo municípios. Estado de São Paulo, 1985



mente nas últimas áreas de expansão da fronteira agrícola em São Paulo: a Alta Paulista, no corredor da SP-294 (Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, interligando Marília ao Mato Grosso do Sul); e a Alta Araraquarense, no eixo da SP-320, que vai de São José do Rio Preto à Rubinéia, no extremo noroeste do estado (GONÇALVES, 1998; Mapa 23). Nas zonas de ocupação madura, estruturadas pelas vias Anhangueira e Bandeirantes, a expansão dos canaviais e laranjais empurraram a cafeicultura para a divisa com Minas Gerais, evidenciando importantes reconfigurações nos circuitos produtivos das principais commodities paulistas no auge da formação de seus complexos agroindustriais (DELGADO, 1987; ELIAS, 2003; Mapa 23).

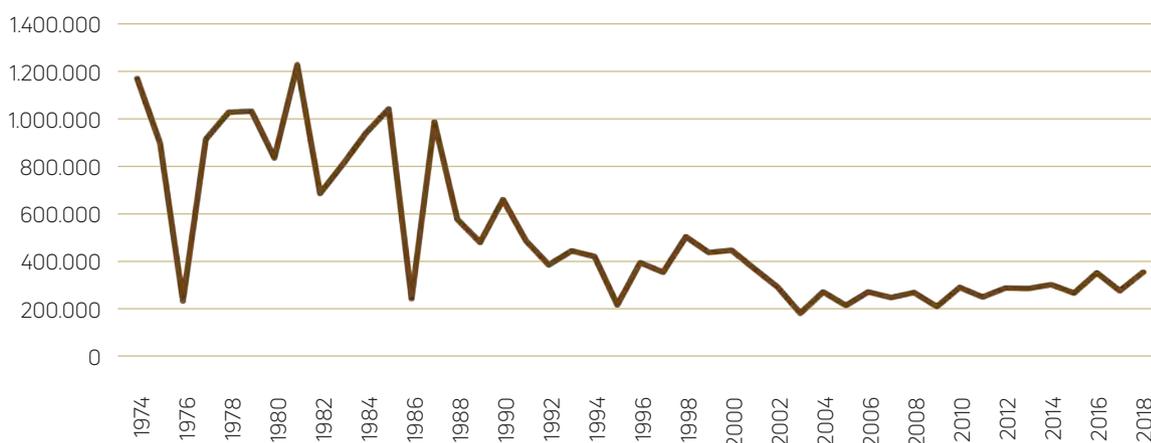
Na passagem para os anos 1980, a produção de café passou a se concentrar ainda mais em áreas específicas do território estadual: a leste, acompanhando a divisa com Minas Gerais; a oeste, na Alta Araraquarense; e na porção central do território estadual, que vai de Olímpia a Tejuπά, já próximo ao Paraná (Mapa 24). Na Alta Paulista, assim como nas regiões de

influência de Presidente Prudente e Araçatuba, verifica-se significação redução da produção, o que pode refletir o avanço do sistema cana-boi nessas especialidades (BINI, 2010; Mapa, 24).

Os anos 1990 marcam profundas alterações na cafeicultura paulista. De acordo com Frederico (2013, p.104), o fim dos Acordos Internacionais do Café, em 1989, inaugura “uma nova forma de regulação corporativa” nessa cadeia produtiva, com a participação cada vez mais proeminente das empresas torrefadoras e comercializadoras na definição de preços. Nas palavras do autor, “os Acordos Internacionais e as agências estatais do café serviam como um anteparo, protegendo os produtores da ‘política’ das grandes empresas torrefadoras e tradings” (FREDERICO, 2013, p.104). No entanto, o “receituário neoliberal” de fins da década de 1980 e início de 1990 “não deixou espaço para a renovação dos AIC’s, acabando com o período de regulação estatal da principal commodity agrícola negociada no mercado mundial” (FREDERICO, 2013, p.104-105).

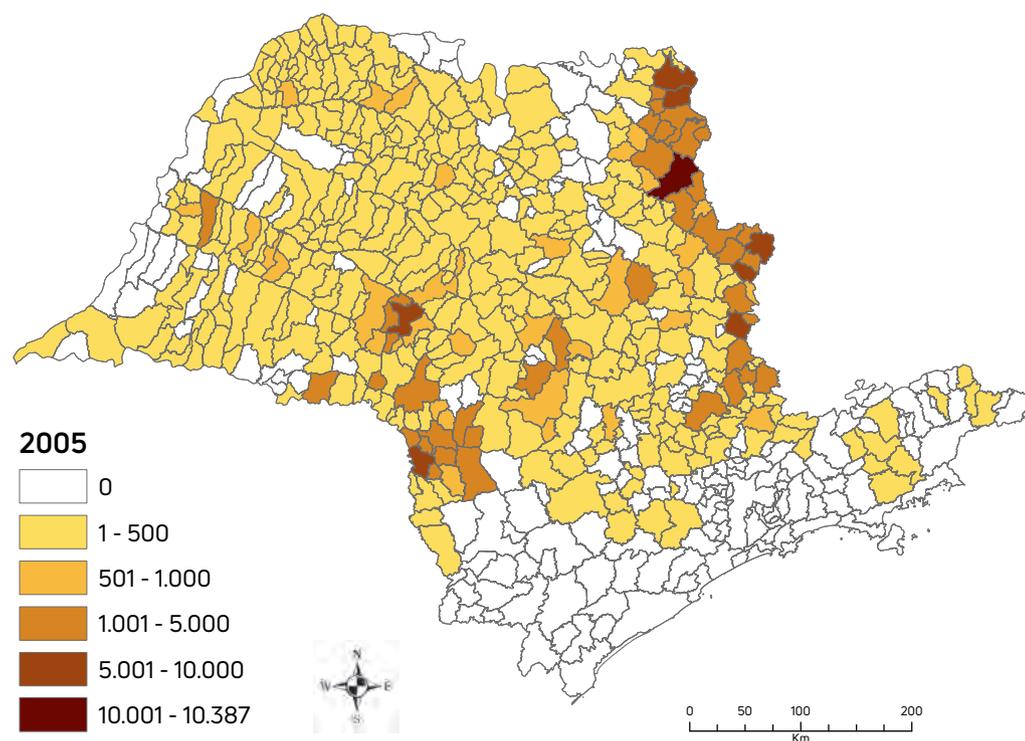
Sob o domínio das transnacionais, tem-se a “explosão dos negócios especulativos em bol-

GRÁFICO 21. Quantidade produzida de café (em toneladas). Estado de São Paulo, 1974 a 2017



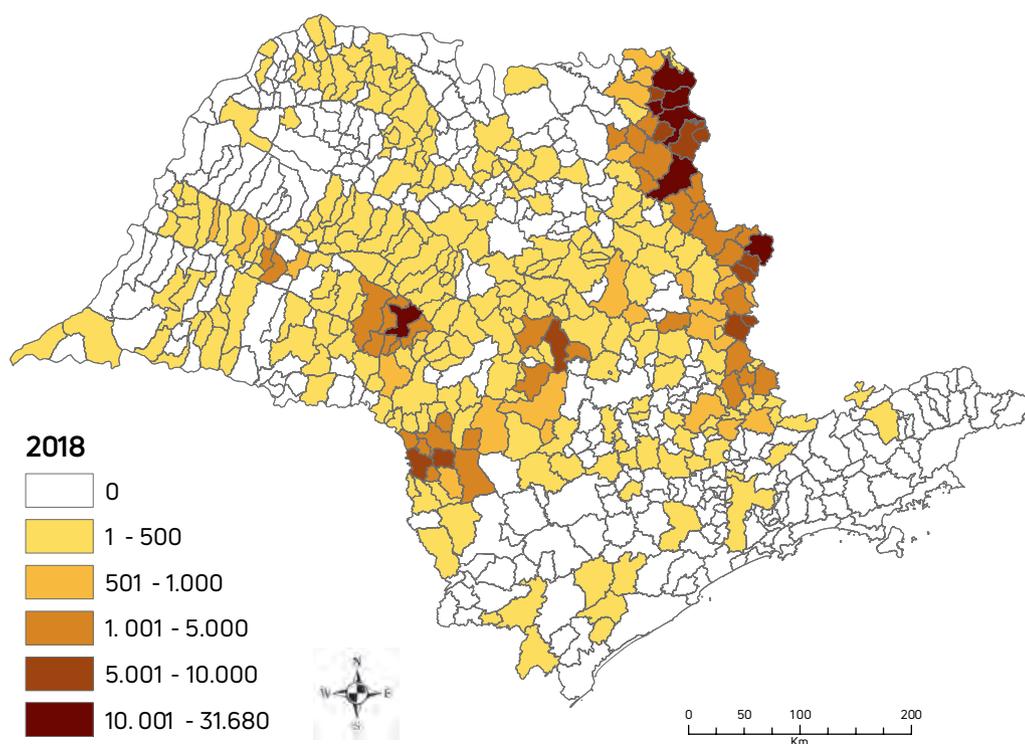
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

MAPA 26. Produção (em toneladas) de café. Estado de São Paulo, segundo municípios, 2005



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO/UNICAMP

MAPA 27. Produção (em toneladas) de café segundo municípios. Estado de São Paulo, 2018



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO/UNICAMP

sas de valores, ampliando a volatilidade dos preços do café” (FREDERICO, 2013, p.109). À atuação desses capitais, soma-se as características da própria cafeicultura, “bastante sensível às intempéries climáticas” (FREDERICO, 2013, p.110). Ambos os fatores contribuíram para a oscilação da produção, expressa no Gráfico 21, dentro de um contexto mais amplo de drástica diminuição da produção que, durante os primeiros vinte anos do século XXI, não passou das 400 mil toneladas/ano: um terço da produção estimada em 1974 (Gráfico 21).

A atuação oligopólica dessas companhias derrubaram os preços a nível do produtor (FREDERICO, 2013). Em quase todo o Oeste Paulista, os cafezais diminuem significativamente, concentrando-se ainda mais nas áreas limítrofes à Minas Gerais (Mapa 25).

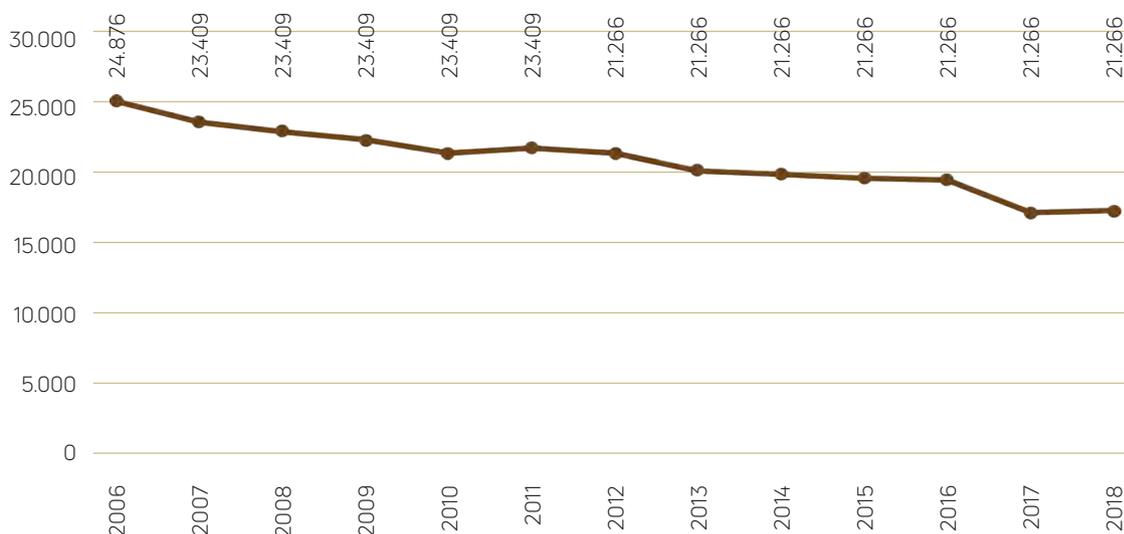
Com a desregulamentação do mercado cafeeiro, muitos produtores brasileiros buscaram inserção “no mercado de café especiais

como alternativa à produção de cafés convencionais” (BARONE, 2017, p.5). O foco na melhoria da qualidade dos grãos acentuou ainda mais os espaços selecionados (SASSEN, 1998) para a cafeicultura em São Paulo, fortemente concentrada em quatro áreas principais: a divisão com Minas Gerais e as proximidades de Garça, Dois Córregos e Tejuapá, na porção centro-sul do território estadual (Mapas 26 e 27).

Além das transformações espaciais, a reestruturação da produção cafeeira provocou intensas mudanças na estrutura do emprego no setor. Por um lado, verifica-se gradativa redução dos postos de trabalho gerados pela cafeicultura paulista que, entre 2006 e 2018, perdeu 7.561 vínculos empregatícios formais (Gráfico 22).

Essa redução está intimamente associada ao setor industrial ligado às linhas de produção e ao trabalho agropecuário, grupo ocupacional que respondeu por quase 6 mil dos contratos de trabalho perdidos nesses doze anos (Tabe-

GRÁFICO 22. Vínculos empregatícios formais, em 31 de dezembro, no setor do café. Estado de São Paulo, 2006 a 2018



Fonte: Ministério da Economia – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
 Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP

la 36). Por outro lado, entre trabalhadores da produção de bens e serviços industriais não ligados às linhas de produção, profissionais das ciências e das artes e, em especial, entre dirigentes, observa-se aumento dos registros (Tabela 36). Essa evidência reforça a hipótese de maior polarização da estrutura ocupacional em diferentes setores do agronegócio, com a mobilização de novas identidades profissionais (GRAS; HERNÁNDEZ, 2012).

Seguindo a tendência de envelhecimento da população brasileira, evidente também nos

demais setores considerados, tem-se a redução dos vínculos de trabalho de pessoas entre 18 e 29 anos, cuja proporção passou de 30%, em 2006, para 10% em 2018 (Gráficos 23 e 24). Ao mesmo tempo, o percentual de mulheres aumentou de 18% para 20% nesse mesmo período (Gráfico 23 e 24; Tabela 37).

Em se tratando especificamente das ocupações relativas ao cultivo de café, até 2014, observa-se aumento da participação relativa de mulheres (Tabela 37). Desde 2015, no entanto, esse percentual tem diminuído gra-

TABELA 36. Vínculos empregatícios formais, em 31 de dezembro, no setor do café, segundo grandes grupos ocupacionais. Estado de São Paulo, 2006 a 2018

Grandes Grupos Ocupacionais	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Taxa geométrica de crescimento anual (em % a.a.)
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	452	476	402	422	416	428	460	499	474	469	480	482	535	1,41
Profissionais das ciências e das artes	353	360	331	310	342	377	385	374	394	409	463	388	376	0,53
Técnicos de nível médio	646	619	624	621	662	645	654	725	703	671	693	610	572	-1,01
Trabalhadores de serviços administrativos	1.401	1.434	1.292	1.217	1.150	1.134	1.140	1.177	1.214	1.132	1.026	890	908	-3,55
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	1.506	1.547	1.144	1.181	1.186	1.216	1.229	1.439	1.518	1.444	1.258	1.143	1.223	-1,72
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	17.597	16.100	16.099	15.513	14.506	14.659	14.291	12.637	12.413	12.372	12.566	11.849	11.738	-3,32
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	1.325	1.238	1.357	1.446	1.553	1.621	1.587	1.687	1.629	1.641	1.706	1.291	1.400	0,46
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (operadores de máquinas)	1.281	1.333	1.254	1.244	1.197	1.266	1.202	1.166	1.129	1.041	897	345	367	-9,89
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	315	302	246	239	252	270	281	302	327	348	330	190	195	-3,92
Ocupação não classificada	0	0	0	0	0	0	37	40	29	26	8	1	1	...
Total	24.876	23.409	22.749	22.193	21.264	21.616	21.266	20.046	19.830	19.553	19.427	17.189	17.315	-2,97

Fonte: Ministério da Economia – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT

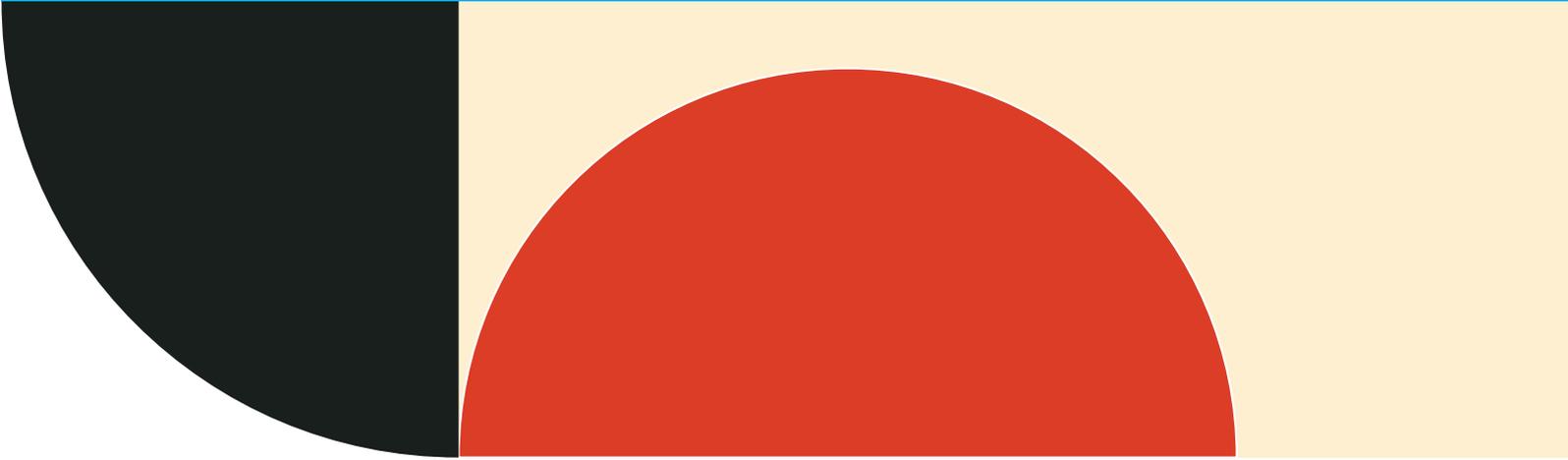
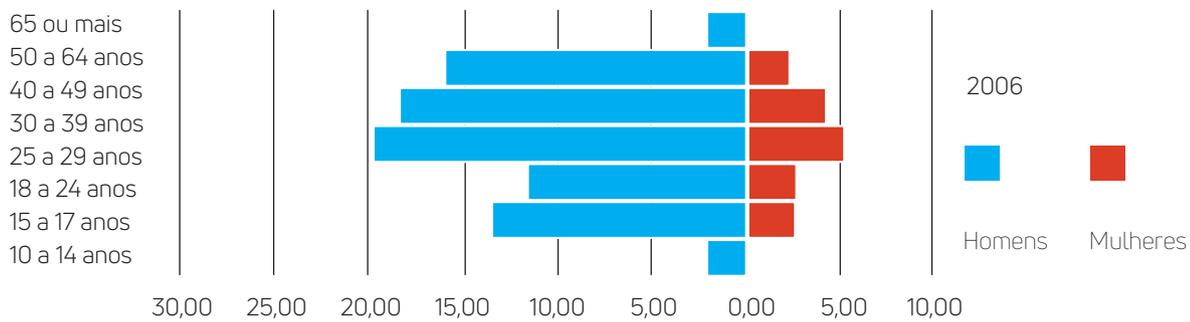
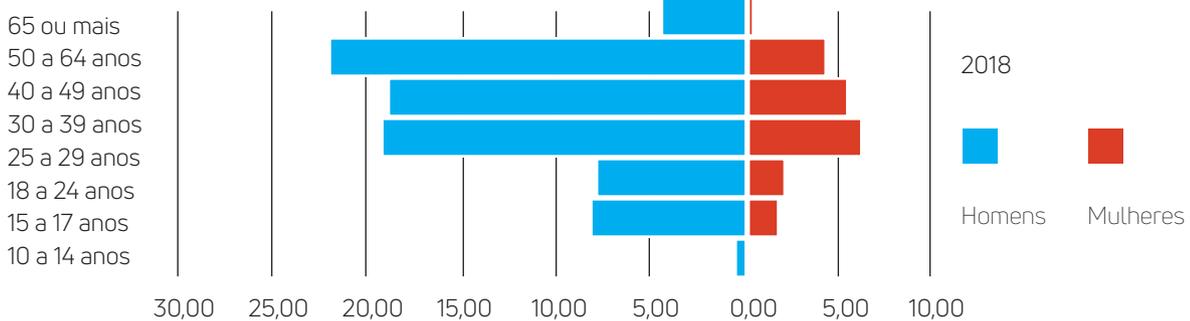


GRÁFICO 23. Vínculos empregatícios formais, em 31 de dezembro de 2006, no setor do café, segundo idade e sexo, no Estado de São Paulo.



Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
 Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

GRÁFICO 24. Vínculos empregatícios formais, em 31 de dezembro de 2018, no setor do café, segundo idade e sexo, no Estado de São Paulo.



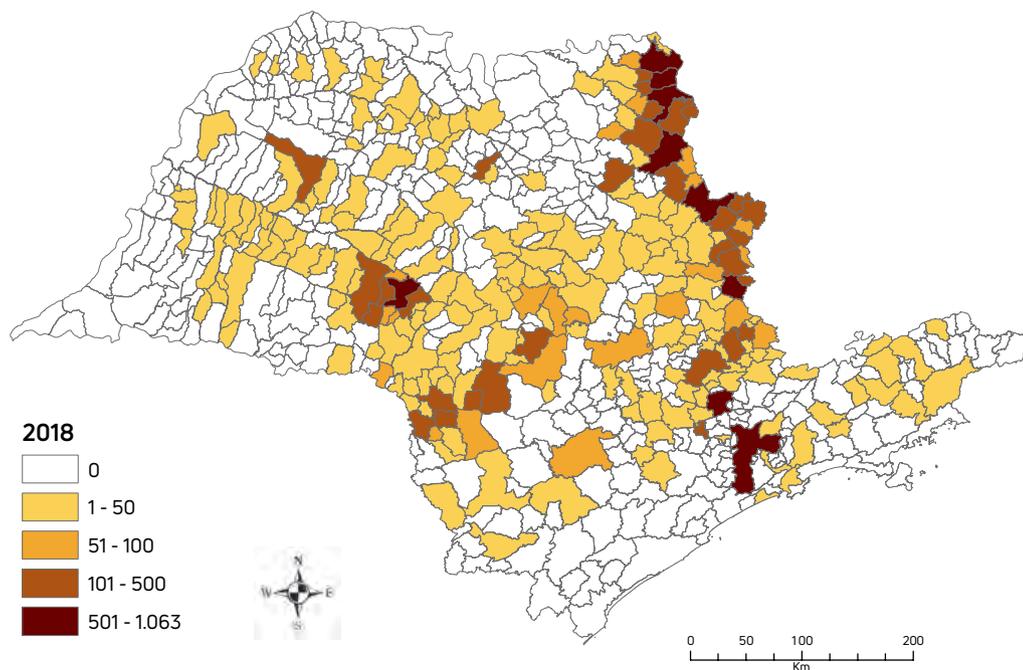
Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
 Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

TABELA 37. Vínculos empregatícios formais, em 31 de dezembro, no setor do café, segundo ocupação e sexo. Estado de São Paulo, 2006 a 2018.

ANO	TOTAL DE VÍNCULOS NO SETOR				VÍNCULOS DE TRABALHADORES NO CULTIVO DE CAFÉ (CÓDIGO CBO 622610)			
	HOMENS	MULHERES	TOTAL	PROPORÇÃO DE MULHERES	HOMENS	MULHERES	TOTAL	PROPORÇÃO DE MULHERES
2006	20.402	4.474	24.876	17,99	3.607	794	4.401	18,0
2007	19.018	4.391	23.409	18,76	3.195	785	3.980	19,7
2008	18.330	4.419	22.749	19,43	2.999	741	3.740	19,8
2009	17.860	4.333	22.193	19,52	2.774	690	3.464	19,9
2010	17.101	4.163	21.264	19,58	2.383	582	2.965	19,6
2011	17.038	4.578	21.616	21,18	2.279	600	2.879	20,8
2012	16.622	4.644	21.266	21,84	2.081	599	2.680	22,4
2013	15.782	4.264	20.046	21,27	1.851	472	2.323	20,3
2014	15.559	4.271	19.830	21,54	1.712	439	2.151	20,4
2015	15.438	4.115	19.553	21,05	1.741	394	2.135	18,5
2016	15.449	3.978	19.427	20,48	1.666	325	1.991	16,3
2017	13.710	3.479	17.189	20,24	1.421	315	1.736	18,1
2018	13.745	3.570	17.315	20,62	1.462	321	1.783	18,0

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

MAPA 28. Vínculos empregatícios formais, no setor do café, ativos em 31/12/2018. Estado de São Paulo, segundo municípios



Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

dativamente, fato que pode refletir as transformações desencadeadas pela maior mecanização no setor.

No tocante à distribuição dos vínculos empregatícios por municípios, em 2018, a centralidade da capital de São Paulo combina-se com a importância de outras cidades, a exemplo de Campinas, Jundiaí, Araçatuba, além das tradicionais zonas cafeeiras da divisa com Minas Gerais (Mapa 28). Esse fato instiga a reflexão sobre a relevância das raízes históricas na conformação desse circuito espacial produtivo, a separação entre as áreas do mandar

e do fazer, entre os espaços de administração e de produção (SANTOS, 2013).

A presença de imigrantes internacionais é pequena, porém crescente (Tabela 38). Em 2006, eram apenas 9 vínculos, três dos quais de dirigentes e somente 2 nos trabalhos agropecuários. Em 2018, o total de registros de não nacionais do Brasil saltou para 23, sendo 11 deles referiam-se ao setor agropecuário (Tabela 38).

No primeiro ano considerado, destacam-se chilenos e japoneses (Tabela 39). Doze anos depois, os haitianos são os grandes protagonistas: 13 dos 23 vínculos de imigrantes internacionais

TABELA 38. Vínculos empregatícios formais de imigrantes internacionais, em 31 de dezembro, no setor do café, segundo ocupação. Estado de São Paulo, 2006 a 2018.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	3	2	2	1	1	1	1	3	4	1	1	1	3
Profissionais das ciências e das artes	0	1	1	0	3	3	2	2	2	2	3	1	1
Técnicos de nível médio													
Trabalhadores de serviços administrativos	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	0	0	2
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	1	2	1	1	1	0	0	0	1	0	0	1	1
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	2	2	2	2	2	1	1	2	2	3	2	8	11
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (operadores de máquinas)	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	0	2
Total de vínculos	9	10	9	6	9	8	6	9	11	8	10	11	23

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP

TABELA 39. Vínculos empregatícios formais de imigrantes internacionais, em 31 de dezembro, no setor do café, segundo nacionalidade. Estado de São Paulo, 2006 a 2018.

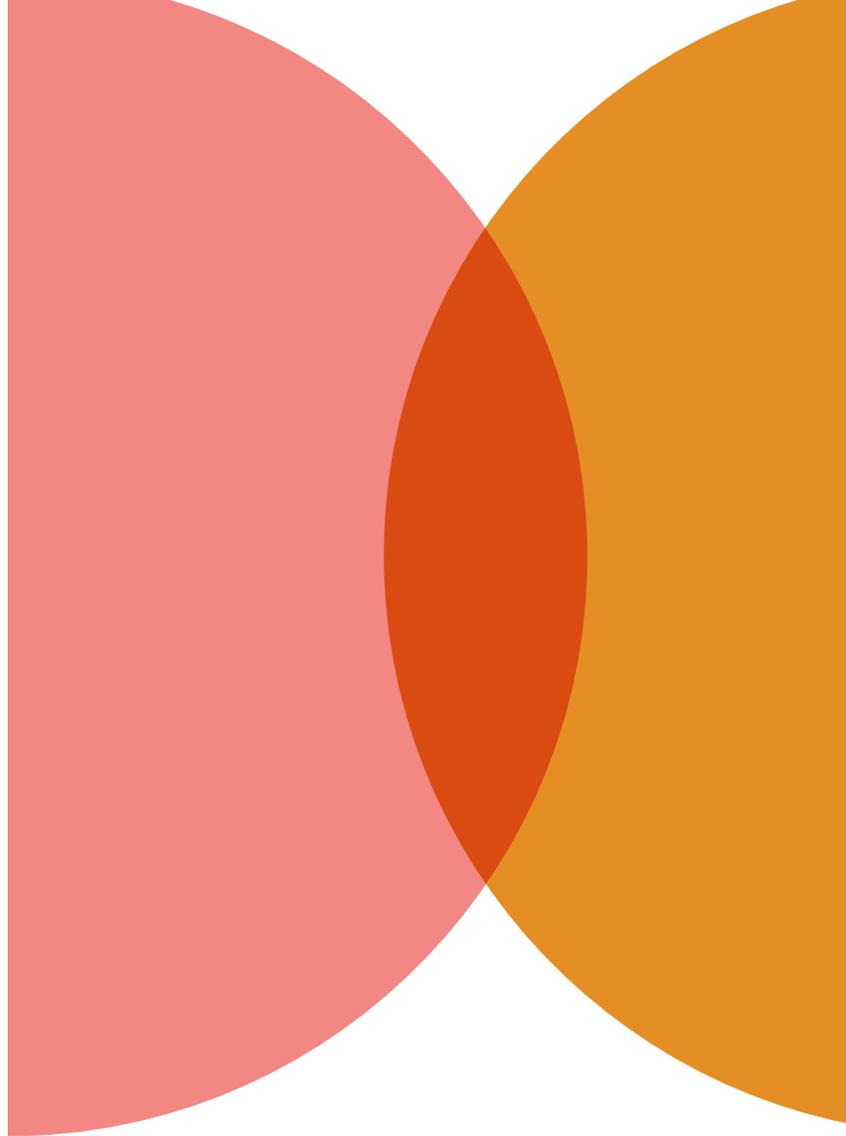
NACIONALIDADE	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Brasileira	24862	23394	22739	22186	21253	21606	21258	20036	19818	19544	19416	17176	17292
Naturalidade Brasileira	5	5	1	1	2	2	2	1	1	1	1	2	0
Total de vínculos de nacionais do Brasil	24.867	23.399	22.740	22.187	21.255	21.608	21.260	20.037	19.819	19.545	19.417	17.178	17.292
Total de vínculos de nacionais de outros países	9	10	9	6	9	8	6	9	11	8	10	11	23
Argentina	1	1	1	1	1	2	1	1	1	0	0	0	1
Chilena	2	3	4	2	3	2	2	3	3	2	1	1	2
Uruguaia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Peruano	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0
Haitiano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	6	13
Outras Latino-Americanas	1	1	1	1	1	0	0	2	1	0	1	0	2
Total América Latina	4	5	6	4	5	4	3	6	6	4	4	8	18
Norte-Americana	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total América do Norte	1	0											
Britânica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Espanhola	1	1	1	0	2	2	1	1	1	1	1	1	1
Suíça	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Italiana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Portuguesa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total Europa	1	1	1	0	3	3	2	2	1	1	3	3	4
Japonesa	2	2	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Bengalesa	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0
Outras Asiáticas	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0
Total Ásia	2	2	1	1	0	0	0	0	3	2	3	0	1
Outras nacionalidades (país não identificado)	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0
Total de vínculos	24.876	23.409	22.749	22.193	21.264	21.616	21.266	20.046	19.830	19.553	19.427	17.189	17.315

Fonte: Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
 Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

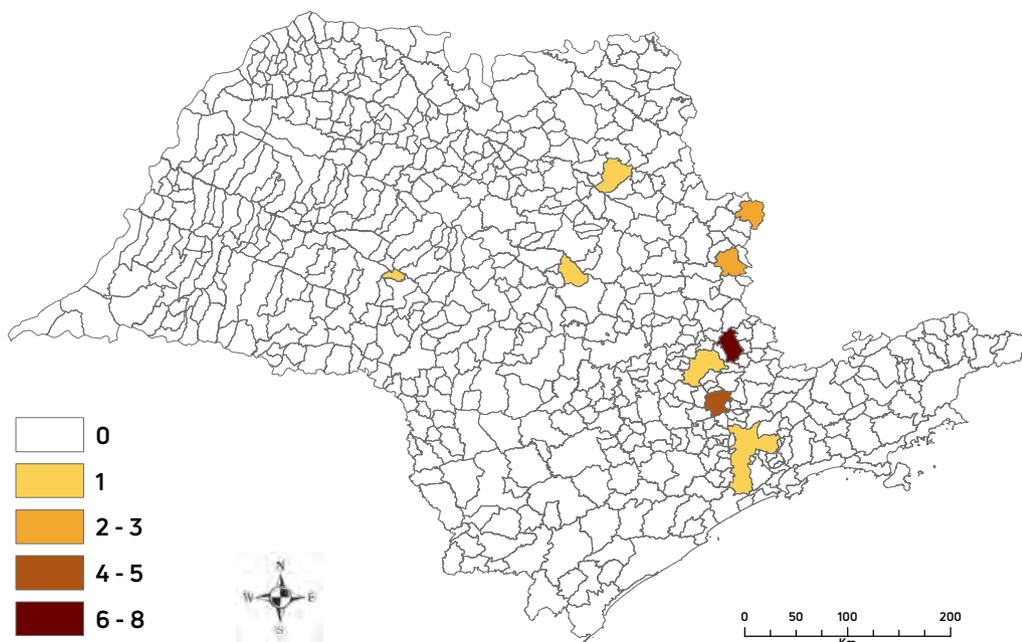
em 2018 são dessa nacionalidade (Tabela 39).

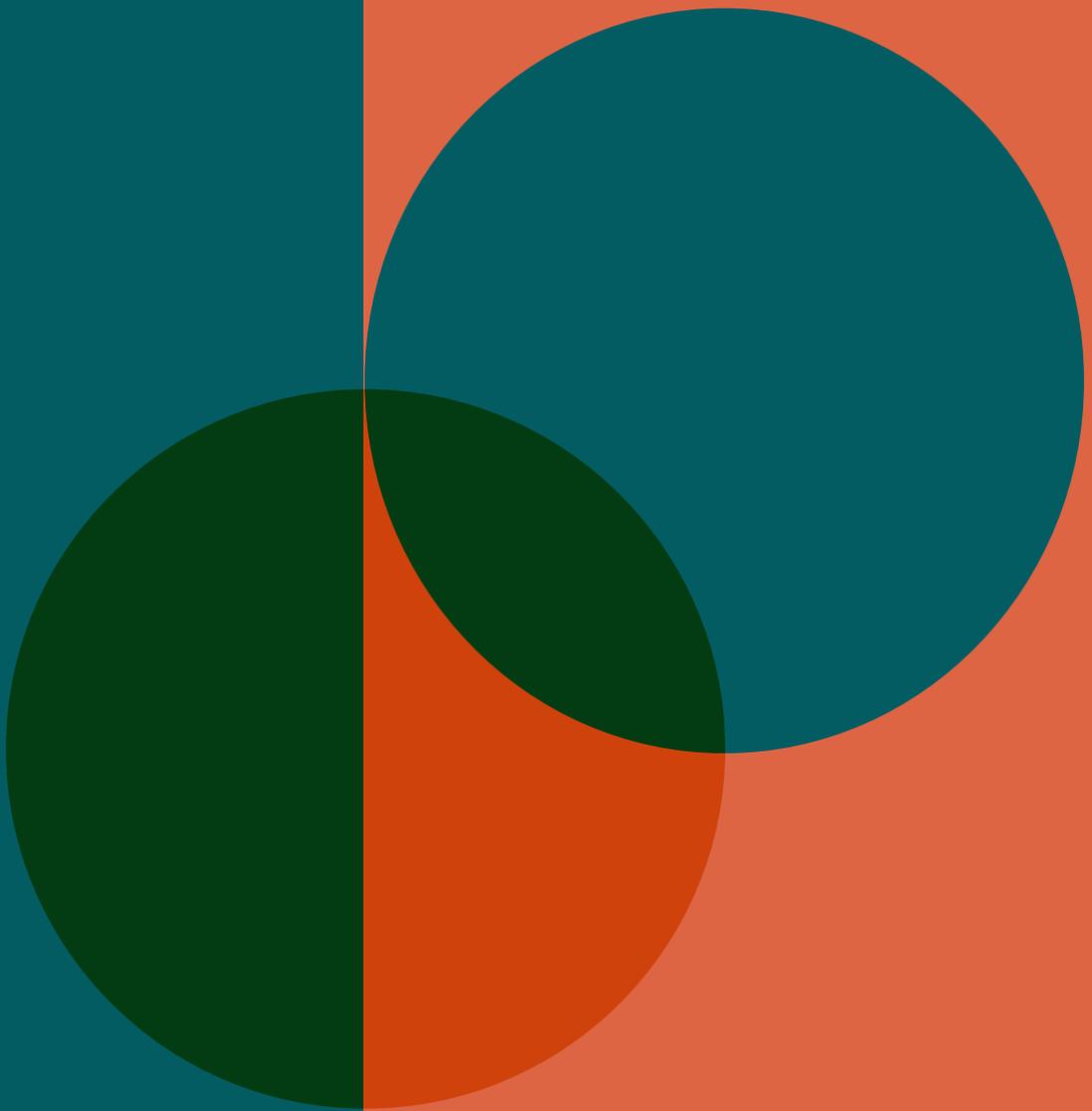
Desses 13 vínculos empregatícios de haitianos, 8 tinham como endereço do contrato de trabalho o município de Amparo, 3 em Jundiaí e 2 em São João da Boa Vista (Mapa 29). Outras cidades que também apresentaram imigrantes internacionais formalmente empregados na cafeicultura são: a capital (com 1 registro de italiano), Campinas (com 1 registro de japonês), além de Caconde, Ribeirão Preto, Ribeirão Bonito e Álvaro de Carvalho (Mapa 29).

As análises dos arranjos regionais dos diferentes setores do agronegócio em São Paulo, apresentadas neste capítulo, permitiram contextualizar a diversidade crescente dos respectivos setores bem como as heterogeneidades espaciais da globalização da agricultura paulista com a presença de novos trabalhadores rurais e também de imigrantes internacionais. A pesquisa qualitativa, a seguir, revela as faces destes trabalhadores no contexto de cidades médias e pequenas e a nova configuração do mundo do trabalho rural. ■



MAPA 29. Vínculos empregatícios formais, em 31 de dezembro de 2018, no setor do café, de imigrantes internacionais. Estado de São Paulo, segundo municípios





POPULAÇÃO, TRABALHO E DINÂMICAS REGIONAIS DO AGRONEGÓCIO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O NOROESTE PAULISTA

*Natália Belmonte Demétrio
Salvador Lou Vega*

Dinâmicas regionais do agronegócio no Noroeste Paulista

Enquanto as primeiras duas partes dessa pesquisa dedicaram-se à análise do emprego e da migração internacional nos principais setores do agronegócio brasileiro e paulista, o último capítulo desse estudo volta-se às transformações desencadeadas pelo avanço do modelo agrobusiness de produção (GRAS; HERNÁNDEZ, 2012) em localidades específicas do Noroeste Paulista. De ocupação capitalista tardia, baseada na produção de alimentos e matérias-primas para abastecimento local e nacional, essa região desponta-se, cada vez mais, como espaço privilegiado da produção de commodities para os mercados globais (TARTAGLIA; OLIVIERA, 1988; MELO, 2013; DEMÉTRIO, 2013).

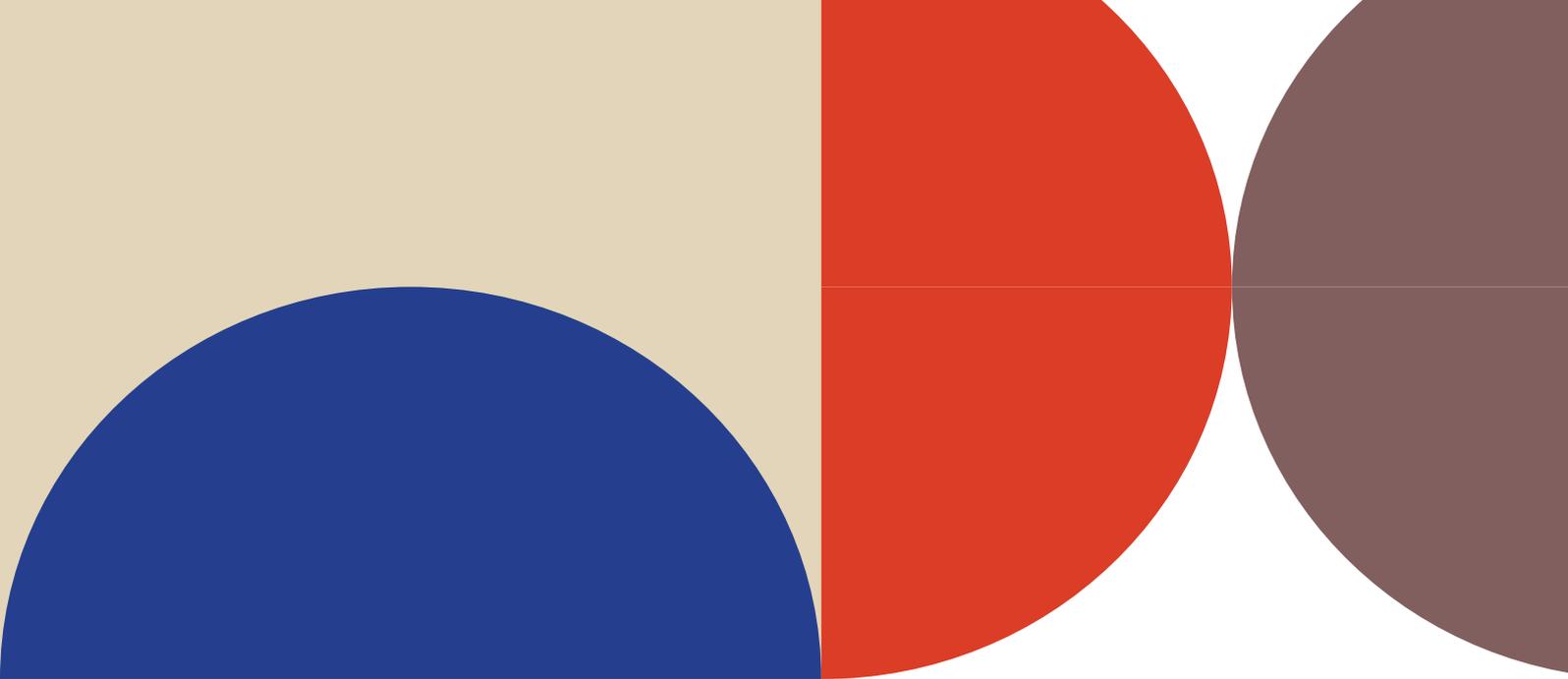
Dentre as principais vantagens competitivas (CASTILLO; FREDERICO, 2010) partilhadas pelo noroeste paulista está a abundância de recursos hídricos e de terras agricultáveis, relevo plano propício à mecanização, densa infraestrutura de transporte¹, incentivos fiscais e custos salariais (PERPÉTUA; THOMAZ JUNIOR, 2013). Todos esses fatores têm atraído vultuosos investimentos de grupos econômi-

cos ligados ao agronegócio, cuja atuação tanto alavanca novas atividades econômicas, como a piscicultura, quanto reconfigura segmentos existentes há mais tempo na região, a exemplo dos frigoríficos de carne bovina e das usinas de açúcar e etanol. Seja por consagrarem um modelo de produção voltado à exportação (GRAS; HERNÁNDEZ, 2012), seja por representarem capitais emblemáticos das relações Sul-Sul e da nova hierarquia internacional (MANRIQUE, 2012), a reestruturação produtiva trazida por esses atores redesenha a estrutura do mercado de trabalho local, com expansão do emprego de maior e de menor qualificação, envolvendo tanto a migração interna, como a internacional.

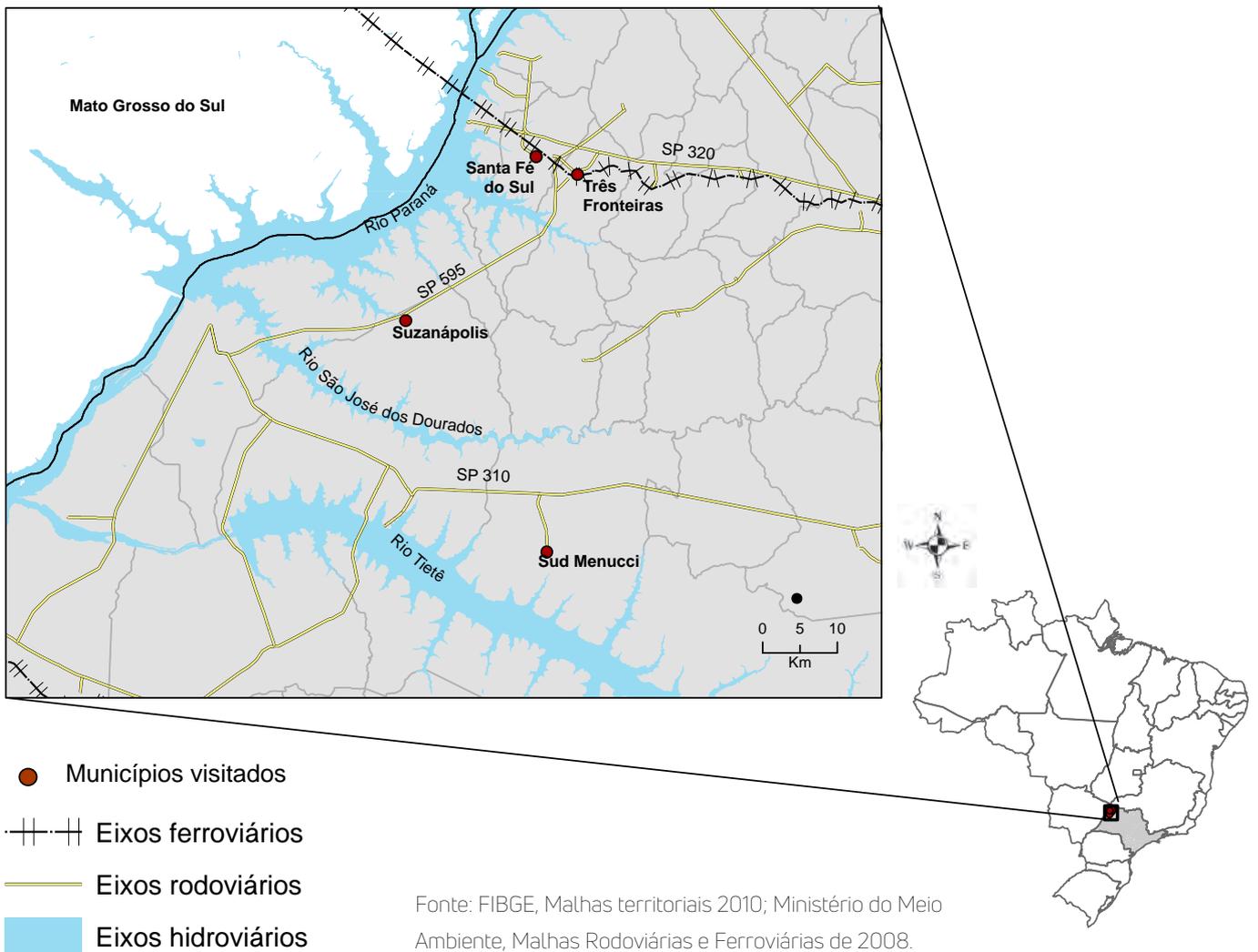
Em termos metodológicos, essa investigação apoiou-se em visitas exploratórias a quatro municípios do noroeste paulista (Mapa 30), onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com agentes institucionais locais e trabalhadores dos três segmentos analisados (piscicultura, sucroenergético e frigoríficos de carne bovina)². Em Suzanápolis, município com cerca de 4 mil habitantes, desmembrado de Pereira Barreto em 1993, a pesquisa pautou-se nas transformações trazidas pela inauguração da Usina Vale do Paraná, em 2008. Integrada à divisão socioespacial do trabalho em São Paulo pela expansão da pecuária de corte (TARTAGLIA; OLIVEIRA, 1988) e amplamente marginalizada pela mo-

1 A região está interconectada por transporte ferroviário (Ferro Norte, concedida à Rumo Logística, principal corredor de exportação agrícola do país, interligando a produção de grãos do Centro-Oeste ao porto de Santos), rodoviário (SP 320/Euclides da Cunha, eixo onde a indústria mais se fortalece no estado de São Paulo (KALEMKARIAN; APARICIO, 2013) e hidroviário (hidrovia Tietê-Paraná; BAENINGER, 2004).

2 Esse trabalho foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas da Unicamp. Número CAAE: 20340219.2.0000.8142.



MAPA 30. Localização dos municípios de Santa Fé do Sul, Três Fronteiras, Sud Menucci e Suzanópolis, Estado de São Paulo, 2020



dernização agrícola da década de 1970, a pequena cidade vivencia o fortalecimento de suas atividades agropecuárias integradas às cadeias globais de valor apenas no período recente, com o circuito espacial da pecuária em plena recomposição diante do avanço de outras atividades, sobretudo as associadas ao setor sucroenergético (BINI, 2014; DEMÉTRIO, 2013).

Por essa razão, Suzanápolis representa um lugar emblemático das transformações trazidas pelo avanço da agricultura científica e globalizada (ELIAS, 2003), sobretudo após a instalação da referida usina. Originalmente, a Vale do Paraná foi construída a partir da fusão entre capitais nacionais (grupo Unicalco) e internacionais (grupos Pantaleón, na Guatemala, e Manuelita, da Colômbia). Desde 2016, está sob comando exclusivo desses dois últimos grupos, configurando-se como uma empresa 100% estrangeira. Além de representar o processo de internacionalização do setor sucroenergético no país (CASTILLO, 2015), a usina também constitui um exemplo emblemática da nova ordem mundial, reconfigurada pelo fortalecimento das relações Sul-Sul (MANRIQUE, 2012).

Em contraposição, no município de Sud Menucci, a usina Pioneiros, do grupo brasileiro Santa Adélia, anunciou encerramento de suas atividades em 2020, após quatro décadas de existência. Na cidade - desmembrada de Pereira Barreto em 1959 e com população estimada em 7.435 habitantes pelo censo de 2010 - a situação é de estagnação e instabilidade. Esse cenário reflete as contradições da expansão do setor sucroenergético no período atual, bem como o protago-

nismo dos capitais transnacionais sob os grupos nacionais, sobreviventes das políticas nacionais desenvolvimentistas de meados do século passado (SAMPAIO, 2015; CASTILLO, 2015).

Conjuntura completamente diferente encontra-se em Santa Fé do Sul. A cidade de pouco mais de 29 mil habitantes foi ponta de trilhos da Estrada de Ferro Alto Araraquarense. Emancipada em 1953, fruto de um desmembramento do município de Jales, com vantagens locacionais e raízes históricas que conferem maior diversificação de suas atividades econômicas, além de estrutura fundiária pouco concentrada, a produção de cana-de-açúcar é relativamente pequena (DEMÉTRIO, 2013). Sua inserção nos mercados globais ocorre principalmente pelas atividades frigoríficas (BINI, 2014; CORRÊA, 2012) e localização privilegiada: o município está integrado às áreas de atuação da Rumo Logística, maior operadora ferroviária do Brasil, além de compor também a região de influência da Rodovia Euclides da Cunha (SP-320), que liga São José do Rio Preto ao Mato Grosso do Sul (Mapa 30).

Sem usinas de açúcar e álcool, as principais empresas com atuação em Santa Fé do Sul são: Yoga, no ramo de confecção de cintas modeladoras e roupas íntimas; Molas Santa Fé, com atuação na produção de molas, artefatos especiais de arame e estamparia metálica³; Flash Cover, fabricante de capotas marítimas;

3 Essa empresa, em 2013, passou a contratar profissionais haitianos, em intermediação com a Missão Paz: instituição ligada à Igreja Católica, situada no município de São Paulo, referência na hospitalidade a imigrantes internacionais no Brasil.

FIGURA 17. Entrada de Suzanápolis pela estrada que liga seu núcleo urbano à Usina Vale do Paraná



Fotografia: Suzanápolis/SP - Julho de 2019. Salvador Lou Vega. Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

FIGURA 18. Caminho entre a Usina Vale do Paraná e o centro urbano de Suzanápolis: os canaviais pós colheita mecanizada



Fotografia: Suzanápolis/SP - Julho de 2019. Salvador Lou Vega. Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.



laticínio Catupiry; o frigorífico de peixe Brasileiro Fish, do Grupo Ambar Amaral; e o frigorífico de carne bovina Golden Imex. Fundado em 1958 como empresa familiar, esse frigorífico originalmente recebeu o nome de Tatuibi. Ao final da primeira década do século XXI, é incorporado pelo grupo Rodopa Exportação de Alimentos e Logística. Poucos anos depois, em 2012, foi arrendado pelo JBS, grupo responsável pelo encerramento de suas atividades em 2017. Depois de um ano fechado, o grupo iraniano Golden Imex arrenda a planta do frigorífico, ainda sob propriedade da Rodopa, iniciando uma nova fase na história dessa indústria: a produção de carnes voltada basicamente para exportação.

Por fim, Três Fronteiras desponta-se como importante periferia migrante (PEREIRA; BAENINGER, 2016) da região, emergindo como núcleo urbano que absorve tanto os trabalhadores da usina Vale do Paraná, localizada no município vizinho de Suzanápolis, como residentes de Santa Fé do Sul que, diante do encarecimento do custo de vida nessa cidade, optam pelo deslocamento cotidiano entre casa e trabalho (DEMÉTRIO, 2013). A nova inserção regional dessa localidade, de 5.427 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2010, expressa não apenas a valorização imobiliária alavancada por investimentos ligados ao agronegócio, como também as facilidades de deslocamento que reconfiguram

a relação migração e desenvolvimento (BAENINGER, 2012) e reforçam o que Canales e Canales (2013) denominam de agropolização: a formação de uma ampla variedade de cidades agrárias em torno das quais são adensados os vínculos globais através da produção e processamento de commodities (CANALES; CANALES, 2013).

O processo de ocupação capitalista do Noroeste Paulista produz desigualdades regionais que hoje influenciam as formas diferenciadas de inserção de cada uma das localidades visitadas no circuito de acumulação do agronegócio. Antes mesmo da chegada da fronteira agrícola do café, nas décadas de 1930 e 1940, a região fazia parte das áreas de engorda dos principais frigoríficos paulistas, constituindo-se como importante fonte de carne e couro para o resto do estado (TARTAGLIA; OLIVEIRA, 1988; MAMIGONIAN, 1976). Essa ocupação embrionária foi fortalecida anos mais tarde, com as engrenagens da locomotiva do café (GONÇALVES, 1998), cujo processo sistemático de demarcação de terras privadas e devolutas selou em definitivo a integração da região à divisão socioespacial do trabalho em nível nacional (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988).

Já sob os marcos da desvalorização do café, da necessidade de produção de alimentos para abastecer a crescente população urbana estadual e das demandas geradas pela indústria que nascia nas zonas de ocupação mais

antigas, a fronteira agrícola do noroeste paulista combinou a produção comercial de gêneros alimentícios em pequenas propriedades familiares, com a produção de algodão, milho e pecuária, emergindo como fenômeno eminentemente híbrido e flexível (RODRIGUES, 2006). Em especial a partir de 1960, quando o avanço do processo de modernização agrícola conservadora desestruturou as condições de reprodução da agricultura familiar (MULLER, 1985) – protagonista na formação capitalista da região (MELO, 2013) – as companhias colonizadoras começaram a enfrentar dificuldades na revenda de seus lotes, sobretudo nas áreas mais distantes das estações de trem, com vias de acesso precárias (CHAIA, 1980). Esse é o caso de Suzanápolis e, principalmente, Sud Menucci, localizadas entre as estradas de ferro Alta Araraquarense e Noroeste do Brasil. Nessas localidades prevaleceu, desde o momento histórico de sua formação, uma estrutura fundiária mais concentrada, ocupada principalmente com pastagens e, atualmente, com a cana-de-açúcar (BINI, 2010).

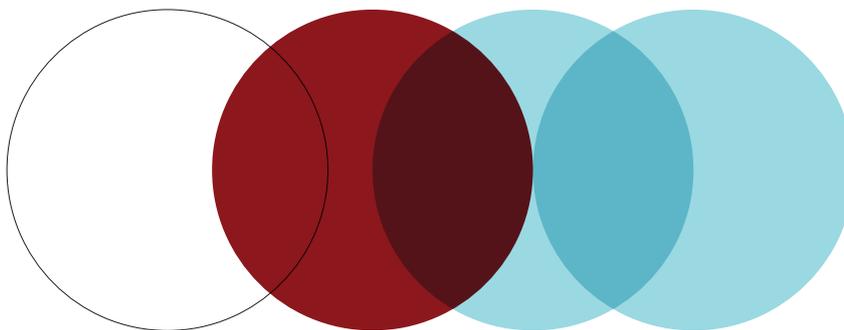
Levando-se em consideração essas raízes históricas, é possível compreender a seguinte fala, recortada de uma entrevista com agente institucional de Suzanápolis:

Eu não sou de Suzanápolis. Sou de Palmeira d'Oeste. Apesar de próximos, há uma distinção mui-

to grande na parte da agricultura. Lá [em Palmeira d'Oeste], são pequenas propriedades. De 2, 5, 10 alqueires [...]. Tem muita agricultura familiar. Tem uva, laranja, limão. Tem uma diversificação maior. Aqui [em Suzanápolis] não. Aqui é praticamente tudo fazenda. Quem não arrendou para a cana, tem pecuária ainda. Em Palmeira, tem mais de mil propriedades. Aqui, se tirar uma fazenda grande que virou assentamento para 155 famílias, ou seja 155 propriedades, não tem 200. Porque é tudo fazenda. Já era assim antes da usina (entrevista realizada com agente institucional de Suzanápolis, em julho de 2019).

Em outra conversa, com agente institucional de Santa Fé do Sul, a questão da estrutura fundiária também é reforçada:

Uma coisa que é característica de Santa Fé, mas não de toda a região, são as pequenas propriedades [...]. Então fica tudo agricultura familiar mesmo [...]. A usina não veio para cá porque nós não temos grandes propriedades, não temos área que acomodasse. E lá [em Suzaná-



polis], eles conseguiram comprar uma grande área [...]. O problema de Santa Fé é mesmo o perfil, é a característica das propriedades. Nós temos aqui, hoje, mais de 700 pequenas propriedades. A maioria de 5 a 20 hectares, o que para a cana não gera interesse. A usina não quer alugar de 500 pessoas. Quer alugar de 50 (entrevista realizada com agente institucional de Santa Fé do Sul, em julho de 2019).

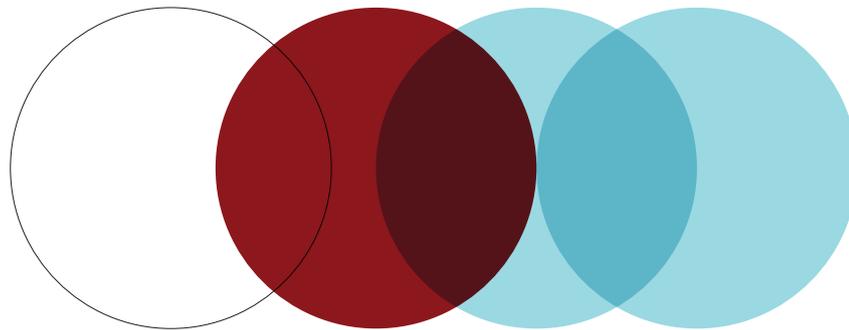
Essas informações ajudam a compreender como a globalização ocorre localmente (SANTOS, 2013), selecionando espaços (SASSEN, 1998) com raízes históricas específicas (GONÇALVES, 1998). Sem as características demandadas pelo monocultivo, Santa Fé do Sul, um dos principais centros urbanos da região, destaca-se pela maior diversificação de suas atividades econômicas, ao mesmo tempo em que apresenta uma trajetória inconstante de inserção nos grandes mercados:

Se for buscar as características do agro aqui [em Santa Fé do Sul], nós passamos por etapas. Tem a época do café, depois vem a época do leite, depois vem a época da fruticultura, da agricultura familiar e, agora, da piscicultura, que eu acho, realmente, a grande transformação que temos hoje [...]. Mas nós já tivemos a Nestlé, a Lecco, a Catupiry. Perdemos a Nestlé e a Lecco porque não

tinha mais leite. A Catupiry ficou, mas não com leite produzido aqui. Ela traz leite de outros estados vizinhos, principalmente de Minas [...]. Também temos o frigorífico, que é estratégico, porque nós estamos na divisa com Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas. Tanto é que os animais abatidos aqui, a grande maioria vem do Mato Grosso do Sul e Goiás [...]. E hoje temos a piscicultura e a aquicultura, que para mim é a atividade mais impactante, mais forte e mais inovadora (entrevista realizada com agente institucional de Santa Fé do Sul, em julho de 2019).

Distante a menos de 100 quilômetros, a situação em Sud Menucci é completamente outra:

Anos atrás existiam mais atividades, principalmente no setor do pequeno produtor rural. Nós tínhamos produção de leite, hortaliças, café, arroz. Tínhamos frigorífico, que empregava muita gente. E depois veio a usina, quem também empregava muita gente. Principalmente no começo, quando não existia colheita mecânica e era tudo manual [...]. O índice populacional do nosso município era, inclusive, maior. Chegou até a 11 mil pessoas, no pico de contratação, porque era uma população flutuante. Nessa época, veio muita gente de outros municípios e



até de outros estados. A qualidade de vida era melhor porque o dinheiro circulava mais [...]. Mas com a monocultura da cana, a agricultura ficou um pouco estática (entrevista realizada com agente institucional de Sud Menucci, em julho de 2019).

Em Suzanápolis, no meio do caminho entre Santa Fé do Sul e Sud Menucci, cenário semelhante foi retratado pelos entrevistados:

Desde quando eu comecei a trabalhar aqui, que foi em 2010, quase nada mudou. Não tem diversificação de cultura. É um ou outro produtor muito pequeno que planta alguma coisa, um cereal, um milho, um feijão [...]. As áreas daqui foram todas para a cana. E também está cada vez mais difícil obter roça sem irrigação. A maioria dos produtores teve muito prejuízo por causa da seca [...]. Está cada vez mais difícil plantar. O insumo está mais caro, o custo é elevado e o risco cada vez maior (entrevista realizada com agente institucional de Suzanápolis, em julho de 2019).

A agropecuária aqui era forte. Tinha muito gado. Tinha lavoura forte de milho também. Mas agora virou tudo cana. Porque, para o produtor, é muito mais fácil você arrendar seu pasto para a cana, que você tem uma segurança, do que ter

que investir e correr o risco de perder tudo (entrevista realizada com agente institucional de Suzanápolis, em julho de 2019).

Essas informações denotam o fortalecimento do arrendamento nas áreas de cultivo da cana-de-açúcar, prática vista como o melhor negócio para o médio e grande proprietário de terras. Tal como verificado por Santos (2019, p.169), no Triângulo Mineiro, o “engessamento do uso do território provocado pelo padrão espacial de ocupação da agroindústria sucroenergética resultou na diminuição da atividade produtiva no campo e no atrelamento quase exclusivo dos setores secundários e terciários ao funcionamento das usinas”. Segundo relato de um dos entrevistados:

Por mais que a prefeitura tente fazer um trabalho [de promover a agricultura familiar e de diversificação produtiva], há uma dificuldade muito grande. Nós não conseguimos os 30% que é obrigatório do PNAE⁴; por exemplo. A gente não encontra o produto aqui. Temos

⁴ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituído por lei federal em 2009, em seu artigo 18, estabelece que pelo menos 30% dos produtos utilizados na merenda escolar devem ser adquiridos da “Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas”. Informação disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3341-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-38-de-16-de-julho-de-2009>. Acesso 09/07/2020.



até um assentamento com cerca de 150 famílias, mas são poucos os que produzem (entrevista realizada com agente institucional de Suzanápolis, em julho de 2019).

Ao ser questionado sobre qual a fonte de renda dessas famílias assentadas, outro entrevistado complementa:

Muitos deles são beneficiários do Bolsa Família, tiram um pouco de leite, plantam alguma coisa. Alguns trabalham na usina e estão ali só para morar. A maioria não tem condição financeira de investir na propriedade e tirar dali o sustento da família. Muitos deles vendem, arrendam, trocam com carro ou alguma coisa. Da época que eu estou aqui, mais de 50% dos lotes já trocaram de dono (entrevista realizada com agente institucional de Suzanápolis, em julho de 2019).

Se Suzanápolis e Sud Menucci compartilham uma trajetória de especialização produtiva e engessamento do território, sem capacidade institucional de promover crescimento econômico heterogêneo, em Santa Fé do Sul, a importância histórica da agricultura família, da pequena propriedade e da diversidade produtiva emerge como pré-condição que sustenta seu papel de cabeça da rede urbana (CAIADO, 1995), isto é, de núcleo urbano centralizador

dos serviços oferecidos na rede de cidades em escala regional:

Santa Fé recebeu benefício indireto, eu diria. Como nós não tínhamos grandes áreas para plantio e nem tínhamos as características para ser a sede da usina, nós perdemos o ICMS e os investimento em si. Porém Santa Fé se tornou a principal referência da usina, tanto para moradores, quanto para a atividade financeira e comercial. Suzanápolis não é referência do escritório deles, é aqui (entrevista realizada com agente institucional de Santa Fé do Sul, em julho de 2019).

Nesse sentido, a inserção da região no circuito espacial produtivo do setor sucroenergético (CASTILLO, 2015) não apenas acentuou desigualdades regionais historicamente gestadas no território, como também fortaleceu novas complementaridades entre os municípios da região, compondo redes que rompem, inclusive, com as tradicionais divisões políticas e administrativas do espaço geográfico (DEMÉTRIO, 2017). De acordo com a regionalização adotada pelo estado de São Paulo, a usina de Suzanápolis está situada na Região de Governo de Andradina (Mapa 31). No entanto, segundo interpretação dos entrevistados, seus impactos concentraram-se nos municípios da Região de Jales (Mapa 31):

Hoje temos trabalhadores da usina que moram em Nova Canaã Paulista, Três Fronteiras e Santa Fé, principalmente. Eu diria que o impacto maior foi nessas três cidades, além de Suzanápolis. Então, eu diria que o impacto não foi para baixo, em direção à Ilha Solteira, Pereira Barreto, apesar de Suzanápolis pertencer a essa região. O olhar ficou para cá. Por aqui valorizou-se imóveis, aluguéis, o comércio ganhou muito [...]. Eu diria que 60% dos trabalhadores da usina consomem aqui, mesmo os que não moram aqui (entrevista realizada com agente institucional de Santa Fé do Sul, em julho de 2019).

Além de modificar a hierarquia regional do noroeste paulista, os investimentos canalizados pelo agronegócio alteraram a estrutura de arrecadação de impostos e a dinâmica do emprego, embora esses processos ocorram de maneira bastante desigual nas cidades da região. Segundo o interlocutor de Sud Menucci: “aqui só moram os trabalhadores que ganham menos. Os que ganham mais, cinco mil, sete mil, oito mil reais, que tem maior potencial de investir na cidade, esse profissional acabou não ficando aqui” (entrevista realizada com agente institucional de Sud Menucci, em julho de 2019). Em Suzanápolis, situação semelhante também foi constatada:

A usina hoje é a principal fonte de renda daqui. Aumentou muito a arrecadação do município, principalmente de ISS e ICMS. Ampliou o comércio, o aluguel de casas [...]. Mas antes tinha mais fluxo. Hoje não tem tanto mais. E muita gente preferiu morar em Santa Fé. Os gerentes, mesmo, todos foram para lá. E os trabalhadores estão distribuídos pelos municípios da região. A usina disponibiliza ônibus em Pereira Barreto, Santa Fé, Três Fronteiras, Ilha Solteira. Isso acaba dividindo as pessoas. Então, para Suzanápolis mesmo, acabou não vindo muita gente [...]. Só no começo que teve um aumento grande da população. Quando estavam construindo a usina e a colheita era manual. Mas hoje diminuiu bastante. Alguns até ficaram por aqui, mas foram poucos (entrevista realizada com agente institucional de Santa Fé do Sul, em julho de 2019).

Para outro entrevistado, a usina trouxe perspectiva de emprego antes inexistente na cidade: “Não posso falar que foi ruim [a abertura da usina], porque gerou empregos. Aqui, ou você trabalha na prefeitura ou na usina. Basicamente é isso” (entrevista realizada com agente institucional de Suzanápolis, em julho de 2019).

Se nos municípios sede desses investimen-

tos os impactos resumem-se aos empregos criados e aumento de impostos – os quais precisam ser compreendidos dentro de um processo maior de mecanização, com diminuição drástica dos postos de trabalho gerados, e de guerra fiscal (PERPÉTUA; THOMAZ JUNIOR, 2013) –, em Santa Fé do Sul, os efeitos multiplicadores desses capitais parecem ser maiores:

O comércio de Santa Fé é maior que a cidade [...]. Ele é mais do que a cidade precisa, porque tem esse fluxo sazonal ligado ao turismo ⁵ e tem também o interesse das cidades vizinhas e até do estado vizinho [...]. Esses investimentos da piscicultura, do frigorífico, da usina fazem de Santa Fé um polo de tudo isso. Hoje Santa Fé promove o maior evento da aquicultura do Brasil: a aquishow. Isso atraiu investimento, empresas do Brasil e também de fora. Tudo isso mudou a cara da cidade. Loteamentos e mais loteamentos saindo. Coloca para vender e vende tudo (entrevista realizada com agente institucional de Santa Fé do Sul, em julho de 2019).

Nesse cenário de redefinição da forma como cada localidade insere-se na divisão socioespacial do trabalho em nível local, nacional e internacional, o município de Três Fronteiras despontou-se como periferia migrante (PEREIRA; BAENINGER, 2016) resultado dos processos de reestruturação urbana que redesenham a região:

Aqui é muito próximo de Santa Fé e o aluguel é mais barato. Então muita gente prefere morar aqui [...]. E com o aumento da população, nós não temos recursos humanos para atender a demanda. Estamos com poucos funcionários na limpeza da cidade, na educação, na saúde [...]. No Censo de 2010, a população do município foi de 5 mil e pouco. Com essa migração, teve aumento de população. Mas a arrecadação do governo, do fundo de participação, não aumentou em nada. Hoje estamos estimando mais de 10 mil pessoas. Só na saúde, temos um cadastro de 8 mil habitantes, o que já é bem maior que o número do IBGE [...]. Com a vinda dessas pessoas, aumentou um pouco a despesa no comércio. A gente arrecada ICMS, essas coisas. Mas o ruim foi para a saúde e educação [...]. Também teve impacto na geração de resíduos [...]. Nosso aterro sanitário é pequeno e não suporta o aumento na geração de lixo (entrevista realizada com agente institucional de Três Fronteiras, em julho de 2019).

O exemplo de Três Fronteiras demonstra que, sem os encadeamentos necessários para a construção de uma política pública efetivamente transformadora, em especial no setor de habitação, infraestrutura e educação, a inserção do noroeste paulista nos mercados globais de commodities tem atraído investimentos incapazes de promover “um desenvolvimento local inclusivo, democrático, sustentável e dinâmico” (GARCIA, 2015, p.9). A intensa especialização funcional dos lugares tem alavancado a fragmentação da região, ao mesmo

⁵ No começo dos anos 2000, o município recebeu o título de Estância Turística do estado de São Paulo, uma política pública estadual para valorizar os patrimônios ambientais locais – que, em Santa Fé do Sul, estão muito associados ao rio Paraná – como forma de alavancar os mercados regionais (FAVARETTO, 2007).

tempo em que a expõe às instabilidades dos mercados globais, como relata um entrevistado de Suzanápolis:

Em 2012/2013 teve uma crise na usina. A arrecadação do município caiu muito. Foi complicado manter o equilíbrio financeiro da cidade. Teve até atraso de pagamentos aos fornecedores. Mas depois melhorou. Em 2016 já aumentamos novamente a arrecadação e conseguimos fechar o mandato no azul (entrevista realizada com agente institucional de Santa Fé do Sul, em julho de 2019).

Vale ressaltar que a Vale do Paraná representa uma nova geração de usinas no país (SAMPAIO, 2015), com grande capacidade em investimento em ciência e tecnologia e entrada privilegiada nos mercados globais, além de explorar uma área relativamente nova para cana (MELO, 2013; DEMÉTRIO, 2013). Nesse sentido, contrapõe-se à unidade agroindustrial de Sud Menucci, do grupo brasileiro Santa Adélia, que depois de quarenta anos de atuação no município, anunciou o encerramento de suas atividades nessa localidade.

Em 2020 está programado a paralisação das atividades industriais do setor sucroalcooleiro no nosso município. Só vai ficar o plantio, que vai abastecer a usina do grupo

Santa Adélia de Pereira Barreto [...]. Vai reduzir drasticamente a arrecadação de impostos do município. Eu não tenho os valores exatos do impacto, mas vai ser sentido. Não agora [...]. Provavelmente a gente sentirá isso lá para 2022 (entrevista realizada com agente institucional de Sud Menucci, em julho de 2019).

Isso [o fechamento da usina] vai ser uma bola de neve. O primeiro setor a ser atingido, obviamente, é o de emprego. O pessoal da usina acha que a unidade de Pereira vai absorver uma parte dos funcionários daqui. Mas 100% não vai ser [...]. Eles têm o compromisso de preparar o pessoal para o mercado de trabalho, mas isso não é garantia de emprego, né (entrevista realizada com agente institucional de Sud Menucci, em julho de 2019).

O vínculo de extrema dependência econômica não se restringe às contas públicas e ao mercado de trabalho. A usina também impulsionou a constituição de um grupo de proprietários de terras que vive de arrendamento. Sobre isso, um dos entrevistados relata:

A gente vai precisar incentivar o produtor rural voltar a produzir. Porque principalmente as terras mais distantes da usina de Pereira, o arrendamento tende a não

ser renovado. Aí tem que achar alternativa [...]. Então eu acho que o poder público também vai ter que investir nisso, apresentar alguma coisa para esse produtor rural [...]. Tem que ser despertado no produtor a ambição de querer produzir na terra dele (entrevista realizada com agente institucional de Sud Menucci, em julho de 2019).

Questionado sobre as razões pelas quais o fechamento da Pioneiros foi anunciado, as respostas foram:

Por uma questão de otimização de custo e processo operacional [...]. Dizem também que o setor sofreu uma grande avaliação nos últimos anos. Basicamente foi isso a alegação dos diretores, que estava inviável eles produzirem nas duas unidades [Pereira Barreto e Sud Menucci], sendo que apenas uma tinha condições de produzir tudo (entrevista realizada com agente institucional de Sud Menucci, em julho de 2019).

O grande problema da nossa usina aqui não é a planta [a unidade agroindustrial]. O problema é a matéria-prima mesmo, é a cana. Se tivesse um canavial sadio, que produzisse o que tem que ser produzido, com certeza viria alguém

para investir nisso. Dizem que a cana, aqui, já não está tendo rentabilidade boa. Então o custo operacional estava sendo muito alto (entrevista realizada com agente institucional de Sud Menucci, em julho de 2019).

Além das consequências econômicas e materiais, as entrevistas apontam dimensões simbólicas relacionadas às histórias de vida, com trajetórias familiares que cruzam com a trajetória da própria usina: “Tem funcionário aqui que o bisavô trabalhou [na usina], o avô trabalhou, o pai trabalhou e ele está trabalhando. São histórias de família” (entrevista realizada com agente institucional de Sud Menucci, em julho de 2019).

À espera do ônibus que os transportaria até os canaviais sob comando da Pioneiros, Ronaldo e Cassiano (nomes fictícios) compartilharam suas histórias de vida e suas expectativas para o futuro. Ronaldo nasceu em Guaimbê, no interior de São Paulo. Começou sua carreira no setor sucroenergético na usina de Marília. Depois, foi para usina de Promissão e há vinte anos está empregado na unidade de Sud Menucci, onde atua como motorista de caminhão. Tem esperanças que o conhecimento acumulado durante todos esses anos lhe renda uma vaga em alguma outra usina da região. Suzanápolis foi citada por ele como a primeira opção. Já Cassiano é nascido em Sud Menucci. Fez colégio agrícola em Andradina e sempre trabalhou no campo. Iniciou sua trajetória laboral em fazendas de confinamento de bovinos da região e há

sete anos está como operador de máquinas na Pioneiros. Sua expectativa é mudar-se para Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, onde tem familiares empregados em empresas de celulose⁶.

O agronegócio está no horizonte tanto de Ronaldo, como de Cassiano. Trabalhar nas tradicionais regiões metropolitanas do estado de São Paulo, outrora o principal destino migratório do país (BAENINGER, 2012), já não permeia o imaginário dessas pessoas. Para esse grupo, as luzes da cidade estão no agribusiness (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013). Esse modelo de produção vem se fortalecendo nos principais espaços produtivos do interior do Brasil, trazendo consigo degradação ambiental (SILVA; MARTINS, 2010), novas desigualdades regionais (SASSEN, 1998), outras hierarquias socioespaciais que impulsionam novas dinâmicas de redistribuição populacional (BAENINGER, 2012), especializações produtivas e vulnerabilidades territoriais das mais diversas ordens (SANTOS, 2019).

Considerando os três principais pilares do agronegócio no noroeste paulista (pecuária de corte bovina, cana-de-açúcar e piscicultura), conforme apontado pelos agentes institucionais entrevistados, as partes finais dessa investigação ressaltam as transformações que marcam essa nova fase do desenvolvimento capitalista na região, com destaque às mudanças nas relações de trabalho e nos processos migratórios desencadeados pela chegada desses grandes capitais.

6 O município de Três Lagoas tem se destacado como a capital mundial de celulose, recendo vultuosos investimentos de grupos nacionais e internacionais (PERPÉTTUA; THOMAZ JUNIOR, 2013).

Reestruturação produtiva do setor sucroenergético

O Noroeste Paulista está no coração do chamado Polígono do Agrohídronegócio no Brasil (THOMAZ JUNIOR, 2010), constituindo-se como lócus privilegiado de expansão do setor sucroenergético (SAMPAIO, 2015). Na região de Andradina, cuja estrutura fundiária concentrada facilitou a proliferação dos canaviais ainda na década de 1980, a produção anual de cana saltou de 10 milhões de toneladas em 2005, para mais de 30 milhões em 2018 (Figura 35; Gráfico 25). Já na região de Jales, o protagonismo da pequena propriedade familiar faz desse território uma área de recente crescimento desse segmento (MELO, 2013). Em 2005, a cana era quase inexistente nessa localidade. Em 2018, sua produção já ultrapassava a casa dos 12 milhões de toneladas (Figura 35; Gráfico 25).

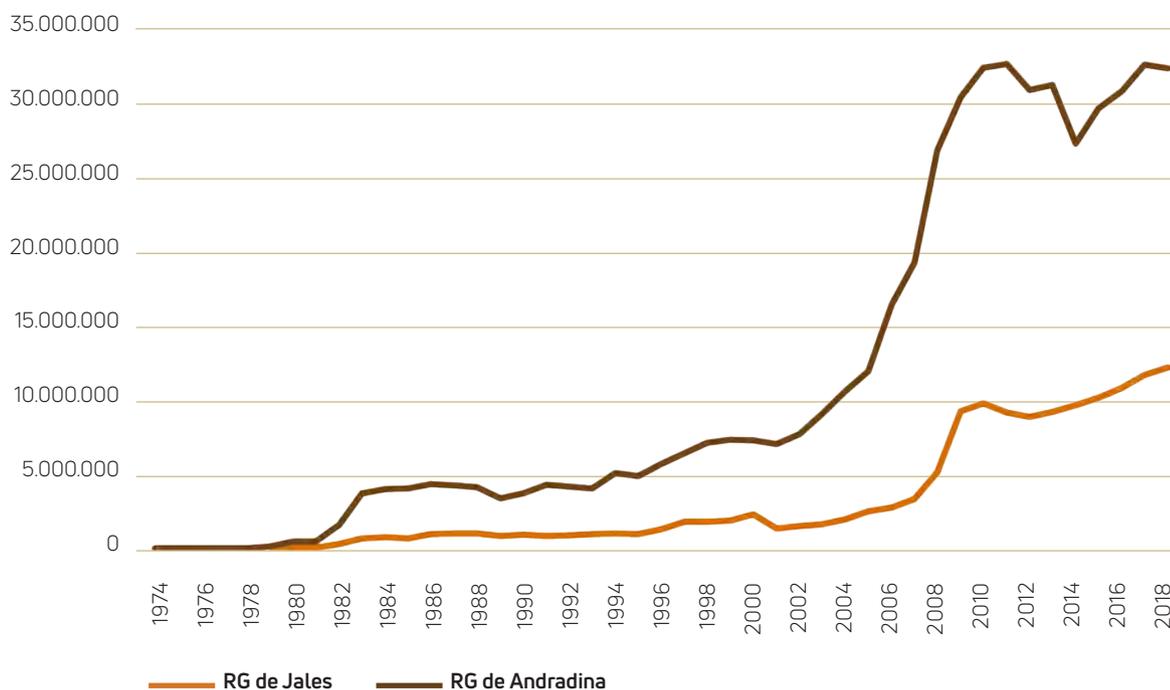
A inserção do Noroeste Paulista na rota de expansão canavieira, sobretudo na região de Jales, coincide com o processo de concentração produtiva e internacionalização do setor (SAMPAIO, 2015). Seja devido às reformas neoliberais que facilitaram a entrada das transnacionais no país, seja em função da alta cotação do açúcar e do etanol nos mercados interno e internacional, houve um “agigantamento dos grupos empresariais” no comando da produção, processamento e comercialização da cana-de-açúcar e seus derivados (SAMPAIO, 2015, p.739). Emblemática dessas transformações, está Vale do Paraná, em Suzanápolis. Construída em

2006, por ação de capitais nacionais (Unialco), a usina foi vendida aos grupos Pantaleón, da Guatemala, e Manuelita, da Colômbia, no começo de 2010.

A mudança de propriedade da usina marca um verdadeiro choque de gestão, conforme relatado de seus funcionários. Dentre as principais mudanças, estão os investimentos maciços em maquinário, com estabelecimento de rotinas mais estruturadas de trabalho. As

alterações radicais no processo de produção associam-se a reconfigurações nos processos de redistribuição da população, expressão das novas conexões estabelecidas entre os municípios da região com o resto do país e do mundo (BAENINGER, 2012). As informações obtidas nas entrevistas reforçam os processos migratórios desencadeados pela expansão do setor na região como fenômeno intimamente associado à hierarquia do emprego na usina:

GRÁFICO 25. Produção de cana-de-açúcar (em toneladas). Região de Governo de Jales e Andradina, Estado de São Paulo, 1975-2018.



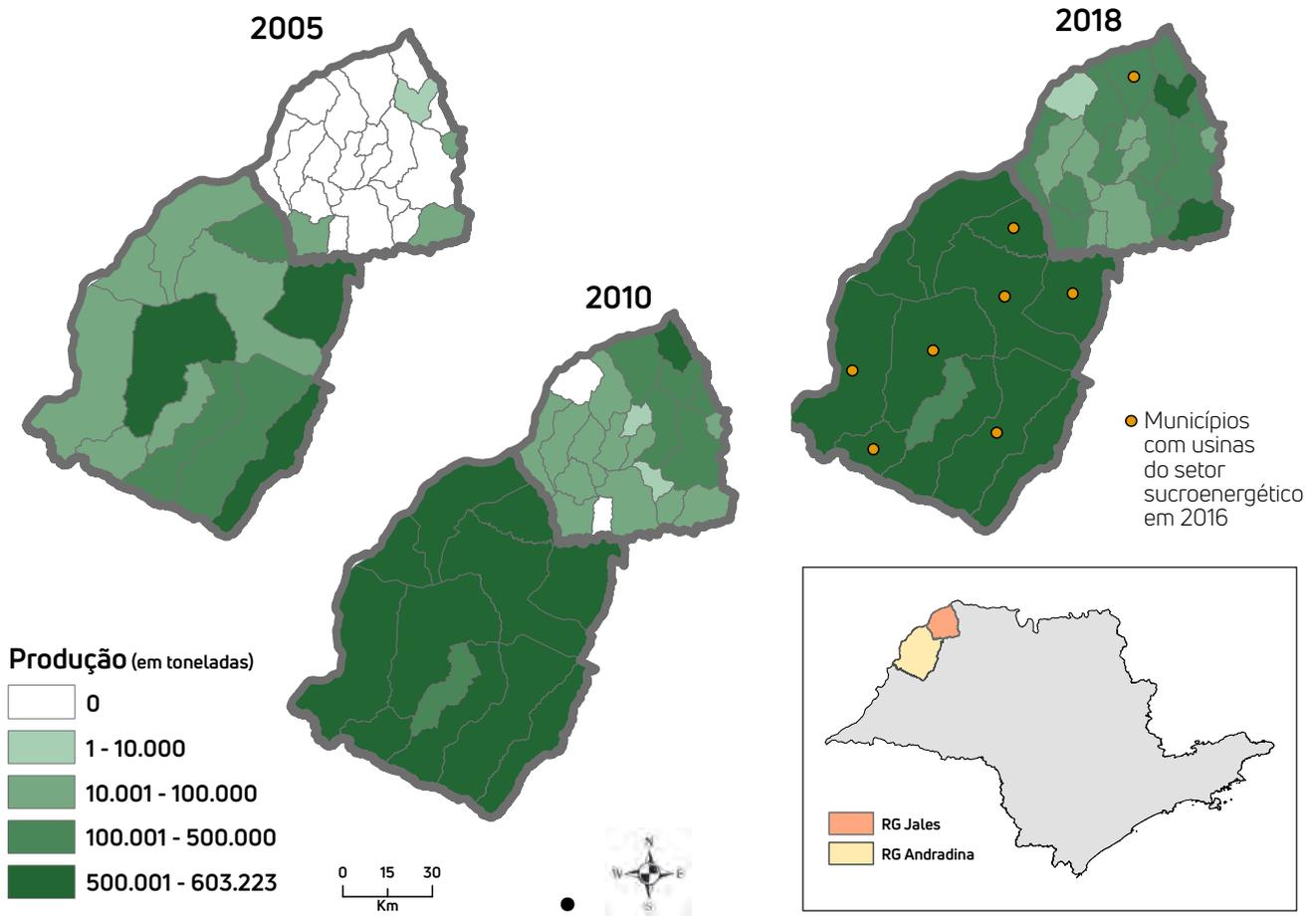
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Quando a usina veio, ainda tinha corte manual. Essa mão-de-obra veio do Nordeste. Alagoas e Bahia, principalmente [...]. O pessoal da indústria, o básico, veio daqui mesmo. Os gerentes, os encarregados, com conhecimento, eles trouxeram de outras usinas [...]. Como nós éramos uma região que não tinha muita história com a cana-de-açúcar, a gente não tinha esse tipo de mão-de-obra aqui (entrevista realizada com agente institucional de Santa Fé do Sul, em julho de 2019).

Na base da pirâmide ocupacional da empresa, a colheita manual demandava a contratação de quase 1.500 safristas: trabalhadores temporários, recrutados sobretudo na Bahia:

A usina tinha um funcionário que ficava na Bahia para selecionar o pessoal [...]. Quando ia contratar para a safra, o pessoal do RH [Recursos Humanos] daqui ia para lá. Faziam todos os exames admissionais lá e trazia o pessoal de ônibus para cá (entrevista realizada em julho de 2019, em Santa Fé do Sul, com funcionária da usina).

MAPA 35. Produção de cana-de-açúcar (em toneladas), segundo municípios. Região de Governo de Jales e Andradina, Estado de São Paulo, 2005, 2010 e 2018.



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal e SAPCana, 2016. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Tal como nas regiões canavieiras mais consolidadas, a contratação ocorria por intermediação dos chefes de turma ou gatos (SILVA; BUENO; MELO, 2015). Na Vale do Paraná, os turmeiros concentravam-se no centro-sul baiano:

Só lá da região nossa [Vila Real, na Bahia] vinham umas 500 pessoas [...]. Tinha três arregenciadores e cada um trazia quatro turmas. Cada turma tinha de 40 a 50 pessoas (entrevista realizada em julho de 2019, em Três Fronteiras, com funcionário da usina).

Essas pessoas passavam entre 7 e 8 meses nos municípios da região em casas alugadas pela própria usina, concentradas principalmente nos municípios de Santa Fé do Sul, Três Fronteiras, Nova Canaã Paulista e Suzanópolis:

A usina arrumava tudo. Pagava casa, almoço, janta, pagava tudo [...]. Era muita gente. Teve tempo de ficar 16 pessoas em uma casa de três quartos. Era lotado (entrevista realizada em julho de 2019, em Três Fronteiras, com funcionário da usina).

Por quase dez anos, as constantes idas e vindas desses trabalhadores fortaleceram as conexões entre o noroeste paulista e o Nordeste do Brasil, despontando-se como elemento fundamental para a reversão da tendência de esvaziamento populacional que, desde a década de 1950, caracterizava a dinâmica populacional da região (DEMÉTRIO, 2013). Esse fluxo foi profundamente alterado com os maciços investimentos em mecanização que marcaram a internacionalização da usina, processo contemporâneo às regulamentações estaduais responsáveis por coibir

a queima dos canaviais que precediam o corte manual (SILVA; MARTINS, 2010).

Seja por conta da legislação vigente (SILVA; MARTINS, 2010), seja pela capacidade de inversão financeira, desde 2014, a Vale do Paraná praticamente eliminou o plantio e a colheita manual:

Serviço braçal ainda tem, mas é pouco. Sempre tem uma cerca para fazer, para consertar. Existe o plantio manual também, mas é bem pouco, para área bem pequena. Porque o plantio mecanizado tem seis caminhões transbordo, um munk, um bombeiro, quatro plantadeiras, um trator reboque e três colhedoras. Dependendo da área, não dá para levar tudo isso. Aí a gente planta manual (entrevista realizada em julho de 2019, em Três Fronteiras, com funcionário da usina).

A transição da Unialco para a Pantaleón e Manuelita significou, assim, uma intensa reconfiguração da estrutura do emprego na usina, com desdobramentos nos processos migratórios que viabilizam a reprodução de seus capitais. Por um lado, o recrutamento de diretos, gerentes e outros cargos de chefia ocorreu no âmbito das redes estruturadas nos vários países onde esses dois grupos estão presentes:

Eu sou da Nicarágua e trabalhava na Pantaleón da Nicarágua. Cheguei aqui em 2015. Quando eles começaram a expandir a produção aqui no Brasil, eles começaram a trazer gente das empresas que fazem parte do grupo Pantaleón e Manuelita. Por exemplo, o gerente geral é da Colômbia (entrevista realizada em julho de 2019, em Santa Fé do Sul, com funcionário da usina).

Lá [na usina Vale do Paraná], os cargos maiores são de estrangeiros. O diretor é da Colômbia. O gerente administrativo também é da Colômbia. O gerente agrícola é da Guatemala. Os supervisores da mecânica, da colheita mecanizada, são tudo da Guatemala ou da Nicarágua. Também já veio gente do Peru e da Argentina (entrevista realizada em julho de 2019, em Santa Fé do Sul, com funcionário da usina).

Se no topo da hierarquia ocupacional da usina, as alianças por cima (GRÁS; HERNÁNDEZ, 2013) fomentaram uma migração internacional qualificada sem raízes históricas com a região, na base dessa estrutura, os processos migratórios internos que traziam os trabalhadores necessários para o plantio e colheita manual também foram alterados:

Agora, como tirou o corte manual, a usina fechou o escritório lá na Bahia [...]. Quando vai contratar safrista, a gente corre todas as cidades daqui da região. Não vai mais lá na Bahia. Não precisa mais. Acho que 2013 foi a última vez que foram pegar pessoal lá (entrevista realizada em julho de 2019, em Santa Fé do Sul, com funcionário da usina).

Com a mecanização, diminuiu muito a quantidade de emprego na lavoura. Muita gente ficou de fora. Aquela mão-de-obra pesada, manual, que tinha antes, não tem mais. Mas quem ficou, teve a oportunidade de crescer em outras funções (entrevista realizada em julho de 2019, em Três Fronteiras, com funcionário da usina).

Ainda tem safrista. Só que bem menos. A usina até fechou o escritório que tinha lá na Bahia para contratar gente. Agora eles fazem propaganda nas ruas das cidades próximas e nas redes sociais (entrevista realizada em julho de 2019, em Santa Fé do Sul, com funcionário da usina).

Segundo um dos entrevistados, o recrutamento dos trabalhadores temporários pós-mecanização

Funciona mais ou menos assim: eles ligam para a prefeitura, marcam um dia em cada município (Três Fronteiras, Pereira, Ilha Solteira, Santa Fé, Suzanápolis) e a gente cede um local para eles receberem os currículos. Mas a prefeitura não tem influência nenhuma. Eles vêm com a equipe deles. A gente só cede uma sala, com ar condiciona-

do e computador. Aí o pessoal deles que recebe os currículos e faz a seleção. Todo ano tem isso (entrevista realizada com agente institucional de Suzanápolis, em julho de 2019).

De fato, nas redes sociais da Vale do Paraná verificam-se diversos anúncios de emprego (Figura 36, 37 e 38). Em Santa Fé do Sul e Três Fronteiras, ofereciam vagas específicas para fiscais de campo com formação técnica (Figura 37). Em Suzanápolis e Nova Canaã Paulista, as vagas eram para auxiliar de serviços agrícolas (Figura 38), o que indica a forma desigual com que tais localidades são inseridas na divisão socioespacial do trabalho produzida pela usina.

A diminuição drástica do trabalho temporário para o corte da cana altera a composição dos fluxos migratórios estruturados pelo setor, antes compostos majoritariamente por homens jovens e solteiros.

Quem aprendeu a trabalhar com maquinário, ficou. Quem não aprendeu, voltou para a sua terra [...]. Os que ficaram, já estão aqui para morar. Estão com a família e trabalham com maquinário (entrevista realizada com agente institucional de Três Fronteiras, em julho de 2019).

Contudo, o fim do corte manual, o “fechamento de uma porta de trabalho, não deve necessariamente ser lido como o fim da bus-

ca de trabalho” (COVER; MENEZES, 2020, p.466). Nas palavras das autoras: “o corte da cana pode estar acabando, mas restaram contatos, redes sociais, sabedorias, conhecimentos, que são utilizados para acessar outros trabalhos e viabilizar outras rotas migratórias” (COVER; MENEZES, 2020, p.466-467). Sem estancar essa migração permanentemente temporária (SILVA, 1999) formadas para a colheita da cana, as transformações na estrutura do emprego da usina apenas redefiniram esse processo:

A maioria do pessoal que vem para cá hoje, vem procurar [emprego]. Hoje, em Três Fronteiras, tem muita gente que veio da Bahia. Então, a maioria tem um parente aqui e vem para cá. Mas vem sem nada em vista [...]. No começo, o pessoal vinha mais para trabalhar no corte da cana mesmo. Já vinha contratado. Agora, tem muita gente que vem sem nada em vista. Vem com a coragem. Vem porque lá paga muito pouco. Minha irmã trabalha numa pizzaria lá na minha cidade. Ganha R\$400. Trabalha todos os dias. Não tem fim de semana nem carteira assinada. Se você quer ganhar um pouco mais, tem que vir para cá. O único emprego lá que rende um salário inteiro é prefeitura. Só isso. Não tem outra coisa (entrevista realizada em julho de 2019, em Três Fronteiras, com funcionária da usina).

FIGURA 36. Propaganda de recrutamento de trabalhadores para a safra 2020 da usina Vale do Paraná.

RECRUTAMENTO EXTERNO

A Usina Vale do Paraná localizada no Município de Suzanápolis-SP, está recrutando currículos para a safra 2020. Os interessados deverão comparecer nos locais abaixo para a entrega de currículo.

22/01- 08h30 às 11h00- Centro Cultural - Palmeira D'Oeste/SP
 22/01- 13h30 às 16h00- Câmara dos Vereadores - Nova Canaã/SP

23/01- 08h00 às 11h00- Sindicato Rural - Santa Fé do Sul/SP
 23/01- 13h30 às 16h00- Centro Comunitário- Santa Rita D'Oeste/SP

24/01- 08h00 às 15h00- Centro Cultural - Ilha Solteira/SP

29/01- 08h00 às 11h00- Salão Paroquial - Suzanápolis/SP
 29/01- 13h30 às 16h00- Prefeitura - São Francisco/SP

30/01- 08h00 às 11h00- Centro de Eventos - Aparecida D'Oeste/SP
 30/01- 13h30 às 16h00- Prefeitura - Três Fronteiras /SP

31/01- 08h00 às 15h00- Legião Mim - Pereira Barreto/SP

Vale do Paraná

Temos vagas para pessoas com deficiência.

Antigamente, o pessoal vinha só para a usina mesmo. Mas agora não. Tem várias outras empresas. Vem para a piscicultura, vem para o frigorífico, vem para a laranja. Vem para outro setor. Para a usina mesmo, caiu bem (entrevista realizada em julho de 2019, em Três Fronteiras, com funcionário da usina).

Até 2014 vinha muita gente de Vila Real para cá trabalhar na usina. Mas agora acabou. Aí muita gente foi para o Paraná. Mas agora parece que no Paraná cortou também. Mecanizou tudo. Não estão levando mais pessoas para lá. Agora é correr atrás de outras maneiras para substituir o corte da cana (entrevista realizada em julho de 2019, em Três Fronteiras, com funcionário da usina).

RECRUTAMENTO

Estamos com oportunidades de emprego para:

FISCAL DE CAMPO

Fiscalizar e realizar avaliações do processo agrícola. Organizar a logística das estruturas nas operações; Preencher apontamentos de mecanização e manuais da operação e Coordenar normas e procedimentos da empresa e equipe.

Formação em Técnico Agrícola, Agropecuário, Agronegócio ou Curso de Agronomia.

Residir em Santa Fé do Sul ou Três Fronteiras

Os interessados deverão enviar currículo para [redacted] e escrever o título da vaga no campo assunto do e-mail. Prazo até 10/10/2019.

Vale do Paraná

Temos vagas para deficientes.

RECRUTAMENTO

Estamos com oportunidades de emprego para:

AUXILIAR DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS (catação química)

Os candidatos interessados deverão comparecer na Usina Vale do Paraná no dia 07 de Outubro de 2019 às 08h30 para entrega de currículo e entrevista. Favor comparecer com a carteira de trabalho e os documentos pessoais.

Residir nas cidades de Suzanápolis e Nova Canaã Paulista

Vale do Paraná

Temos vagas para deficientes.

Levando-se em consideração essas informações, os tradicionais “corredores de migração” (SILVA; MENEZES, 2009, p.7) constituídos a partir das principais cidades canavieiras paulistas são desestabilizados. Alteram-se as estratégias de circulação que os conformam, ao mesmo tempo em que se diversificam os trabalhos realizados (COVER, MENEZES, 2020).

A despeito das condições completamente distintas de mobilidade, entre os imigrantes internacionais empregados nos cargos de gerência, comando e chefia da usina, as idas e vindas também são intensas:

Fonte: <https://www.facebook.com/>. Acesso 17/07/2020.

Em 2015, quando eu cheguei aqui, viemos em quatro pessoas da Nicarágua. Depois, em 2017, três voltaram. Da Nicarágua mesmo só ficou eu e duas outras famílias, que já estavam há mais tempo aqui [...]. Para ficar mesmo, já não vem mais. Agora, para fazer visita, vistoria, acompanhamento, sempre estão vindo. Mas ficam aqui temporariamente (entrevista realizada em julho de 2019, em Santa Fé do Sul, com funcionário da usina).

Dessa forma, a internacionalização da Vale do Paraná não apenas produziu uma migração internacional qualificada (DOMENICONI, 2017) para o noroeste paulista, marcada por intensa rotatividade migratória (BAENINGER, 2012), como também impulsionou a circulação regional de pessoas, associada ou não com as migrações de longa distância que outrora perpassavam o trabalho manual na colheita da cana. Ou seja, a transformação de espaços selecionados (SASSEN, 1998) do noroeste paulista em áreas da produção globalizada de commodities alterou a dinâmica das migrações internas e internacionais nessa região, alimentando também seus deslocamentos pendulares e outras formas de deslocamento, os quais, em conjunto, precisam ser compreendidos no âmbito de um mesmo processo de mudança social (RENNER; PATTARRA, 1980).

Arranjo urbano-rural regional dos Frigoríficos

A formação capitalista de todo o Oeste Paulista deita raízes na criação de bovinos (TARTAGLIA; OLIVEIRA, 1988; MAMIGONIAN, 1976). As antigas estradas boiadeiras, estruturadas nas trilhas dos bandeirantes, constituíram os principais veios de penetração das relações de mercado na região, servindo como base para o traçado das ferrovias e, posteriormente, das rodovias (GONÇALVES, 1998). Ao longo desses caminhos, foram plantadas cidades e indústrias de diferentes perfis, fomentando uma divisão socioespacial do trabalho que se redefine na medida em que novos capitais entram e saem de cada localidade (GONÇALVES, 1998).

No contexto dessas transformações, o noroeste paulista deixa de ser parte de uma grande área de engorda de bovinos, tal como se apresentava no começo do século XX (MAMIGONIAN, 1976), para se consolidar como importante fonte de carne e couro, em meados desse século (TARTAGLIA; OLIVEIRA, 1988). Atualmente, com o deslocamento do circuito espacial produtivo da pecuária para o Centro-Oeste do Brasil, as mais notórias zonas de pecuária da região reconfiguram-se em importantes praças de comercialização de gado, fazendo de todo o Oeste Paulista um entreposto comercial estratégico na cadeia de carne bovina (BINI, 2010).

Esse percurso sintetiza as diferentes funções que Santa Fé do Sul tem assumido nesse segmento. Até 1920, todo o noroeste paulista com-

punha as zonas de engorda do frigorífico de Barretos, uma propriedade do grupo britânico Anglo (MAMIGONIAN, 1976). No auge das políticas públicas de nacionalização do setor, amplos incentivos fiscais foram concedidos para a construção de diversas unidades de abate nas principais áreas de invernadas do país (MAMIGONIAN, 1976). Sob o amparo dos planos nacionais de desenvolvimento de meados do século passado, inaugurou-se, em 1958, o Frigorífico Tatuibi nesse município (CORRÊA, 2012). Por cerca de 50 anos, essa indústria permaneceu como empresa familiar, constituindo-se como uma das principais fontes de emprego e renda da cidade.

Esse cenário é radicalmente alterado na primeira década do século XXI. Por um lado, o aumento do consumo interno e internacional de carnes alavancou o crescimento do setor, ao mesmo tempo em que impulsionou o processo de fusão e aquisição dentro do qual foram forjadas as quatro transnacionais brasileiras que dominam o segmento: JBS, BRF, Minerva e Marfrig (CORRÊA, 2012; AURÉLIO NETO, 2019). Nesse contexto, o Tatuibi é vendido para a Rodopa Exportação de Alimentos e Logística, sendo arrendado para o JBS, em 2013. Após cinco anos de funcionamento sob comando desse grande grupo, o frigorífico fecha suas portas em 2017, causando enormes impactos locais, seja pela demissão de 600 funcionários, seja em função da perspectiva de queda nas arrecadações de impostos para o município ⁷.

Por outro lado, a venda crescente de carne brasileira para países asiáticos e africanos (Egito, Arábia Saudita, Irã, China e Hong Kong, em especial) atraiu novos investimentos do Sul Global, a exemplo da empresa iraniana

Golden Imex Eireli. Inicialmente voltada à comercialização de carnes e derivados, em 2018 passou também a atuar no ramo de abate, arrendando o frigorífico de Santa Fé do Sul. A retomada de suas atividades inaugura uma nova fase na trajetória dessa indústria: a produção de carnes voltada quase que exclusivamente para exportação:

Até com a JBS, o peso do mercado interno era muito grande, embora eles também exportassem bastante. Com a Golden é um frigorífico de exportação mesmo (entrevista realizada em janeiro de 2020, em Santa Fé do Sul, com ex-funcionária do frigorífico).

A forte inserção dessa localidade nos mercados globais de carne bovina reconfigura os processos migratórios do, para e no noroeste paulista. Em primeiro lugar, as entrevistas realizadas com agentes institucionais locais e funcionários do frigorífico relatam a presença na cidade de iranianos gerentes, diretores e degoladores iranianos especializados no abate halal. Junto à essa imigração internacional inédita na história de Santa Fé do Sul, a transformação do Tatuibi em JBS também origina uma emigração internacional completamente nova na localidade, constituída por magarefes. Por fim, a transformação da região em importante praça de comercialização de carne, com amplas conexões internacionais, propicia o surgimento de um nicho de trabalho especializado, que também tem relações com a dinâmica local de redistribuição de população.

Esse é o caso de Maria [nome fictício], ex-funcionária do frigorífico que hoje está empregada em uma trading especializada na exportação de carnes. Nascida em Santa Fé do Sul, Maria nunca residiu em outro lugar. Aos

7 Informação disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2017/02/fechamento-de-frigorifico-ira-impactar-economia-de-santa-fe-do-sul.html>. Acesso 30/07/2020.

21 anos, quando ainda estudava Letras na faculdade do município, começou a trabalhar no frigorífico. Nessa conquista, ela destaca seus conhecimentos de inglês:

Fiz inglês por cinco anos [...], o que me fez entrar no frigorífico. Antes, trabalhei em sorveteria, em posto de gasolina e numa indústria de ferramentas. Eu estava no posto quando soube que o frigorífico precisava de uma pessoa que soubesse inglês. Fiz a prova lá e passei. Entrei na parte de exportação (entrevista realizada em janeiro de 2020, em Santa Fé do Sul, com ex-funcionária do frigorífico).

Ao explicar suas atribuições dentro da empresa, Maria continua:

Quando eu entrei, eu trabalhava na parte de logística da exportação. Contratar container, frete, controlar carregamento. Era isso que eu fazia no começo. Aí a exportação cresceu e precisou de alguém na parte de documentação [...]. Toda vez que a gente encontra um lugar para exportar, tem que fazer uma pesquisa sobre o tipo de certificado exigido pelo país. O Ministério da Agricultura só libera o container com esse certificado. Tem a lista geral, que é o tipo de certificado mais simples, e tem certificados específicos. Eu fazia essa pesquisa. Tinha que lidar com fiscal federal, com o SIF [Serviço de Inspeção Federal], fazer certificado sanitário no sistema (en-

trevista realizada em janeiro de 2020, em Santa Fé do Sul, com ex-funcionária do frigorífico).

Em 2017, quando o frigorífico já era do grupo JBS, Maria decidiu mudar de emprego:

Eu recebi uma proposta de emprego do meu atual chefe. Ele era cliente do Tatuíbi. Me conheceu na época que eu fazia documento lá. Ele me fez uma proposta de trabalho nessa área de exportação como home office [...]. Como eu já sabia que a situação do frigorífico era delicada, porque a conversa era que o JBS tinha comprado os frigoríficos de Cassilândia e de Santa Fé para fechar, eu achei melhor sair [...]. Hoje eu trabalho numa trading que compra do frigorífico e revende [...]. Eu pego a documentação pronta do frigorífico, confiro e repasso para o cliente [...]. Na trading que eu trabalho, vendemos para Hong Kong e China. Nosso mercado é esse. Carne bovina para Hong Kong e China. E os fornecedores são todos os frigoríficos do Brasil. Meu gerente trabalha com todos. Eu sei que ele comprava do Golden, aqui em Santa Fé, do Frigosul, em Aparecida do Taboado, do Mataboi, do Plena, são vários (entrevista realizada em janeiro de 2020, em Santa Fé do Sul, com ex-funcionária do frigorífico).

A internacionalização do frigorífico de Santa Fé do Sul não apenas criou um nicho de trabalho especializado na comercialização e exportação de carnes, como também inseriu

o município dentro de uma cadeia global de circulação de desossadores: uma ocupação marcada por altíssimas taxas de acidente de trabalho (VASCONCELOS; PIGNATTI; PIGNATTI, 2009) e cada vez mais difícil de encontrar pessoas dispostas a executá-la nos países do Norte Global, onde a JBS e outras transnacionais do setor mantêm unidades de abate. De modo a garantir a força de trabalho necessária à sua reprodução, junto à aquisição de frigoríficos ao redor do mundo (AURÉLIO NETO, 2019; CORRÊA, 2012), o grupo criou o programa “JBS Sem Fronteiras”: uma iniciativa para levar “mão-de-obra brasileira, altamente especializada, à operação da Companhia em outros países”⁸. No âmbito desse projeto, iniciou-se a exportação organizada (SASSEN, 2010) de magarefes brasileiros para o trabalho em frigoríficos americanos, canadenses, australianos e europeus.

Esse é o processo que levou José [nome fictício] a trabalhar como desossador na Irlanda. Nascido no interior de Pernambuco, passou por inúmeras cidades e ofícios antes de entrar no frigorífico de Santa Fé do Sul, em 2001. Foi vendedor de pães em sua região de origem, depois metalúrgico e pedreiro em São Paulo. Mudou-se para o noroeste paulista em fins da década de 1990 por influência de seu pai, que chegara na região anos antes para trabalhar na construção da ponte rodoferroviária do rio Paraná⁹. Por quatro anos, José também atuou na

construção civil. Começou no frigorífico como ajudante na parte de embalagens. A princípio, relutou ao cargo de desossador. Além do contato direto com o sangue e a gordura dos animais, o peso das carcaças e a cadência das linhas de produção o fizeram preferir outro setor. No entanto, logo sucumbiu a essa função quando viu seus colegas magarefes emigrarem:

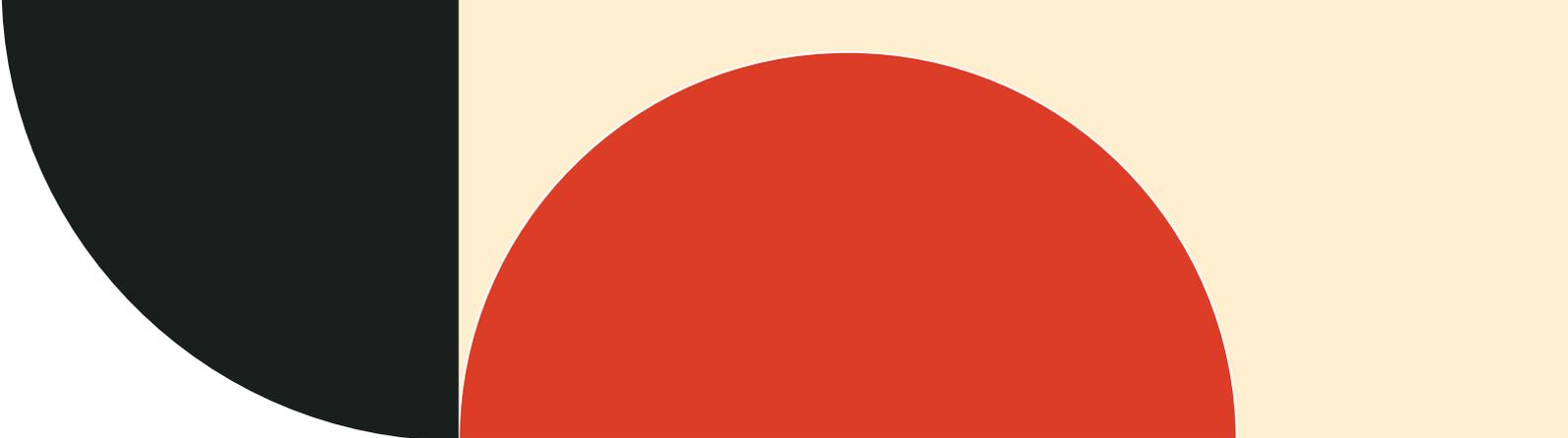
Lá no frigorífico eu conheci um rapaz que foi para a Irlanda. Mas só ia desossador [...]. Eu queria ir também. Então fui para a desossa. Trabalhar na desossa é pesado. Tem que carregar osso de 45, 50 quilos na cabeça [...]. Dói, chega em casa tem que tomar dorflex [...]. O serviço é ritmo. Na desossa, você tem obrigação de ficar bom. Se você não ficar, você sai da linha [...]. Eram 500, 600 bois por dia. Mas eu fiquei ali porque eu queria ir para a Irlanda, para Portugal, para a Austrália, para onde fosse. Eu queria conhecer esses lugares (entrevista realizada em julho de 2019, em Santa Fé do Sul, com ex-funcionário do frigorífico).

Para realizar seu sonho, José passou por vários testes nos quais sua destreza de desossador era avaliada. Foram anos planejando sua viagem e aperfeiçoando sua prática até conseguir entrar no seleto grupo de brasileiros aptos a trabalhar nos frigoríficos do Norte Global:

Já fazia uns dois meses que eu trabalhava na desossa quando o pessoal levou mais uma remessa de gente. Só que dessa vez eles foram para a Austrália. Cinco caras da desossa lá do frigorífico foram para a Austrália. Eu não fui porque ainda

8 Informação disponível em: <https://jbs.com.br/imprensa/releases/jbs-exporta-mao-de-obra-de-ms-para-o-canada/>. Acesso 29/07/2020. Outras reportagens que abordam a emigração de magarefes brasileiros são: <https://www.beefpoint.com.br/os-100-hellos-que-movem-as-operacoes-da-jbs-no-canada/>. Acesso 30/07/2020.

9 Essa ponte interliga a cidade sul-matogrossense de Aparecida do Taboado à cidade paulista de Rubinéia, servindo de travessia para motocicletas, automóveis e trens, dentro dos quais são escoados grande parte da produção de grãos do Centro-Oeste ao porto de Santo.



não tinha prática [...]. Depois de dois anos que eu estava no frigorífico como desossador, surgiu outro teste para a Irlanda. Mas o teste pedia cinco anos de carteira. E eu só tinha dois de desossa [...]. Eu cheguei a ir para Maringá, no Paraná, fazer um teste para ir para a Austrália. Mas não deu certo. Só que eu continuei correndo atrás (entrevista realizada em julho de 2019, em Santa Fé do Sul, com ex-funcionário do frigorífico).

Eu entrei em contato com a agência Mega Brasil [...]. O pessoal dessa agência, lá de Goiânia, vinha para cá e marcava um dia numa casa de carne daqui para avaliar a prática do cara [...]. Nessa época, tinha um grupo de 35 pessoas daqui que queria ir para a Irlanda. Mas tinha que pagar uma taxa de R\$120 para fazer o teste. Só 8 pagaram. Quando a gente teve que fazer outro teste lá em Goiânia, dos 8, só foram 5. E no dia da viagem, só apareceu 3: eu e mais dois (entrevista realizada em julho de 2019, em Santa Fé do Sul, com ex-funcionário do frigorífico).

Eu fui até Goiânia fazer o teste por minha conta [...]. Cheguei lá, tinha 180 pessoas. Tinha gente do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Goiás. Aí eu fi-

quei desanimado [...]. E tinha que pagar mais R\$200 para fazer esse segundo teste. A gente não sabia disso. Ficamos sabendo lá na hora. Eu paguei porque estava decidido a ir, mas umas 60 pessoas desistiram (entrevista realizada em julho de 2019, em Santa Fé do Sul, com ex-funcionário do frigorífico).

Depois de todos esses filtros, em julho de 2009, José finalmente desembarcou na Irlanda junto com outros 39 brasileiros: todos recrutados pela mesma agência para trabalhar como magarefes. Foi para Limerick, com um contrato de trabalho de dois anos. Passou por vários frigoríficos e cidades antes de retornar ao Brasil, em 2012:

Na Irlanda, cheguei a ganhar 540 euros por semana [...]. Descontando todas as taxas, cheguei a tirar 6 mil reais por mês [...]. Eu resolvi voltar porque o país entrou em crise. Fiquei dois anos lá com o salário caindo. Porque lá, a gente recebe por peça. Não é igual aqui, que o salário é fechado [...]. Aí eu desanimei e resolvi voltar (entrevista realizada em julho de 2019, em Santa Fé do Sul, com ex-funcionário do frigorífico).

Se o primeiro capítulo deste livro evidenciou a importância de imigrantes internacionais, na reprodução do arranjo da carne

de frango e bovina em território nacional, a trajetória de José aponta para a inserção do Brasil no mercado global de desossadores também como país de origem desses trabalhadores. Tem-se, assim, entradas e saídas, de migrantes internos e internacionais, dando novos contornos à tradicional rotatividade característica desse segmento (VASCONCELOS; PIGNATTI; PIGNATI, 2009).

Ao que tudo indica, o trânsito internacional de magarefes será fortemente reconfigurado nessa terceira década do século XXI. Em primeiro lugar, a pandemia de Covid-19 paralisou as cadeias globais de produção, com impactos em todos os segmentos do agronegócio brasileiro (NEVES, 2020). Em segundo lugar, as medidas de fechamento de fronteiras bloquearam o mercado global de trabalho imigrante (BAENINGER, 2020). Inicialmente colocada como reação temporária, necessária à contenção do contágio, a autora prevê a permanência prolongada dessas ações, reforçando a politização e a securitização das migrações internacionais em todo o mundo, com delineamento de “um novo panorama para a mobilidade global da população” (BAENINGER, 2020, p.212).

Em se tratando especificamente do setor de frigoríficos, a pandemia de Covid-19 trouxe ainda mais um risco à saúde desse trabalhador: a contaminação em massa dentro dos frigoríficos, seja pela proximidade dos funcionários ao longo das esteiras de produção, seja pela falta de ventilação nesses ambientes¹⁰. Ao mesmo tempo, intensificou-se as instabilidades no comércio internacional de carnes, fenômeno que desde 2019 já colocava sob tensão a dinâmica do setor. Conforme relata Maria:

A China começou a absorver muita carne por conta daquele problema na carne suína deles. Teve uma epidemia lá, uma doença. Então a China começou a comprar muita carne do Brasil, inclusive bovina. E o preço do boi subiu. E começou a faltar boi no mercado, o que afetou muito os frigoríficos aqui. A gente teve contrato com a China que atrasou quase um ano. Contrato fechado em abril [de 2019] que ainda nem carregou. A China está demandando demais. O preço está muito alto, os clientes também não estão conseguindo absorver. O mercado do boi está oscilando demais. Teve um cliente nosso que fechou um contrato com um valor. Depois, o frigorífico quis renegociar, porque o preço do boi já era outro, já tinha subido. Agora, o preço caiu um pouco e o cliente quer renegociar outra vez. Mas o frigorífico não quer não. Então está uma loucura, uma baderna (entrevista realizada em janeiro de 2020, em Santa Fé do Sul, com ex-funcionária do frigorífico).

Está ruim para todo mundo agora. Na empresa que eu trabalho, as vendas estão péssimas. Os contratos atrasados. Está faltando boi. Tem frigorífico por aqui que deu férias coletivas, porque não tinha o que abater. O Golden fechou. Seiscentas pessoas na rua [...]. Acho que eles fecharam porque eles tinham um lugar muito específico para exportar, o Irã. E agora tem toda essa dificuldade de vender para lá [...]. E Hong Kong, que comprava os miúdos deles, já saiu do mercado há algum tem-

10 Informação disponível em: encurtador.com.br/dqtLP. Acesso 12/06/2020; encurtador.com.br/sxDOS; encurtador.com.br/gjABL. Acesso 12/06/2020.

po. Isso prejudicou a empresa que eu trabalho também. Teve aquelas crises lá, questão civil, conflitos de rua. Parece que o transporte lá parou. As vendas para Hong Kong ficaram muito prejudicadas. E todos os miúdos do frigorífico iam para lá. Toda semana tinha carregamento para Hong Kong. Agora parou tudo (entrevista realizada em janeiro de 2020, em Santa Fé do Sul, com ex-funcionária do frigorífico).

O Covid-19, declarado como pandemia em março de 2020, ou seja, depois da realização dessa entrevista, veio a agravar esse cenário. As vendas para a China foram suspensas entre janeiro, fevereiro e março (NEVES, 2020). Logo em seguida, a partir de abril, a retomada das importações chinesas provocou uma brusca elevação dos preços. Nesse contexto, o frigorífico Golden, de Santa Fé do Sul, que havia encerrado suas atividades em janeiro de 2020, reabre em maio. No entanto, é realocado para o município de Paranaíba, no Mato Grosso do Sul, a cerca de 80Km da unidade de abate original do grupo. Em sua antiga localidade, restou apenas o escritório responsável pela administração dos frigoríficos pertencentes a essa empresa.

Além da maior proximidade com as fontes de matéria-prima, entrevistas com agentes institucionais do noroeste paulista já apontavam os efeitos da guerra fiscal na alocação de investimentos na região:

O ideal seria que tivéssemos uma política estadual de atração de investimentos. Porque o maior tributo não é municipal, é estadual. E, às vezes, federal. Mas nós não temos isso. O que temos, na verdade, é só o incentivo municipal, a isenção do ISS

[Imposto Sobre Serviços]. Todos os municípios daqui dão isso [...]. Então, a guerra fiscal acaba acontecendo mais entre os estados [...]. O Mato Grosso do Sul está criando um ambiente e São Paulo precisa criar alguma coisa também. Se não, a gente só vai perder [...]. O Mato Grosso do Sul dá incentivo fiscal, São Paulo não dá [...]. Enquanto não for aprovada a reforma tributária, enquanto a gente não ter uma condição de equilíbrio com outros estados, a gente só vai perder [...]. Lá [Mato Grosso do Sul], empresa não paga ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços]. Quando ela manda o produto para cá, ele entra com um crédito de 12%, sem ter recolhido um centavo. Então ele entra com um produto mais barato em 12% do que o de São Paulo [...] (entrevista realizada com agente institucional de Santa Fé do Sul, em julho de 2019).

O conjunto dessas informações reforçam as reconfigurações do setor de frigoríficos no estado de São Paulo, as novas conexões estabelecidas entre o noroeste paulista, o território nacional e o resto do mundo, os impactos de mudanças globais em âmbito local, as contradições envolvendo uma produção cada vez mais voltada para a exportação, bem como as instabilidades envolvendo as regiões competitivas agroindustriais (CASTILLO; FREDERICO, 2010). Todas essas dimensões dão novos contornos aos processos de redistribuição de população em nível local, nacional e global, expressão tanto das mudanças na estrutura do emprego que marcam esse setor, quanto das complementaridades expandidas tecidas no bojo de seu circuito espacial produtivo (CASTILLO; FREDERICO, 2010).



O Noroeste Paulista no mercado global da tilápia

Amparados no discurso sobre crescimento populacional, segurança alimentar e sustentabilidade ambiental, organismos internacionais como Banco Mundial e FAO (Food and Agriculture Organization of the World) têm incentivado amplamente a piscicultura no mundo (SCHULTER; VIEIRA FILHO, 2017). O Brasil, por seu clima tropical e abundância de recursos hídricos, foi eleito como um dos carros-chefes da chamada Revolução Azul, atribuindo-lhe uma produção esperada de pescado na casa de 20 milhões de toneladas ao ano, até 2030 (SCHULTER; VIEIRA FILHO, 2017).

Segundo apontado nesse estudo, haja vista as “condições de boa adaptação a diferentes ambientes, a produção brasileira vem se especializando na criação e na exploração de tilápia, transformando-a na principal espécie aquícola do país” (SCHULTER; VIEIRA FILHO, 2017, p.12). Para os autores, “a opção brasileira pelo uso de energia hidroelétrica foi determinante” nessa escolha, na medida em que os primeiros empreendimentos aquícolas dedicados à produção de tilápia ocorreram justamente nos reservatórios das grandes hidroelétricas do país (SCHULTER; VIEIRA FILHO, 2017, p.18). Por essa razão, “a história desse peixe quase que se confunde com a própria história da piscicultura nacional” (NOGUEIRA, 2008, p.23).

Tendo em vista esse projeto, a partir de 2013, a aquicultura passou a compor um módulo

específico dentro da Pesquisa Pecuária Municipal, realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (SCHULTER; VIEIRA FILHO, 2017). De acordo com esse levantamento, o total da produção aquícola brasileira cresceu 3,99% a.a. entre 2013 e 2018, passando de 477 mil para 580 mil toneladas (Tabela 40). Considerando-se apenas a tilápia, responsável por mais da metade da produção de pescados no país, o montante produzido passou 169 mil para 311 mil toneladas, nesse mesmo período, perfazendo um crescimento de 12,97 % a.a. (Tabela 40).

As pesquisas de Nogueira (2008) apontam que as primeiras experiências com o cultivo de tilápia para fins de piscicultura foram no Ceará, na década de 1970: uma iniciativa do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) para repovoar os reservatórios públicos e oferecer “fonte de proteína barata às populações ribeirinhas de baixa renda existentes na região”. Coube, contudo, ao Paraná “o pioneirismo na criação comercial de tilápias” (NOGUEIRA, 2008, p.24), “estado que iniciou a tilapicultura com foco industrial”, já nos anos 1990 (SCHULTER; VIEIRA FILHO, 2017, p.15).

Na interpretação de Nogueira (2008), o protagonismo paranaense deve-se às políticas públicas, especialmente as inovações tecnológicas produzidas no âmbito da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural paranaense, instituição responsável por oferecer não apenas máquinas e equipamentos para a construção de viveiros, como também ensino técnico e fomento à pesquisa. Esse pacote

tecnológico proporcionou enormes ganhos em produtividade e qualidade, subsidiando a abertura dos primeiros frigoríficos dedicados exclusivamente ao processamento de tilápia, nos municípios de Toledo e Assis Chateaubriand, no extremo oeste do estado (NOGUEIRA, 2008; SCHULTER; VIEIRA FILHO, 2017).

Nos anos 2000, o crescimento da demanda por pescado alavancou outros polos produtores, como a região entre Bahia, Pernambuco e Alagoas, com uma produção concentrada nos reservatórios do rio São Francisco; Minas Gerais, mais precisamente no município de Morada Nova de Minas, às margens da represa de Três Marias; além do polo emergente do noro-

este paulista e Mato Grosso do Sul, nos reservatórios dos rios Paraná, Grande e Baixo Tietê (NOGUEIRA, 2008; SCHULTER; VIEIRA FILHO, 2017; Mapa 32).

Nessa grande zona piscicultora do noroeste paulista/Mato Grosso do Sul, a quantidade e qualidade da água, conjugada ao clima quente, ideal para o ciclo reprodutivo da tilápia, chamaram grandes investimentos no setor, tanto na parte de produção de alevinos, como no segmento de engorda e processamento do peixe (NOGUEIRA, 2008). Na pesquisa de campo, foi possível identificar cinco principais empresas do ramo com atuação na região:

TABELA 40. Produção total da aquicultura e de tilápia (em toneladas), por ano. Brasil, 2013 a 2015

ANO	TOTAL DA PRODUÇÃO DA AQUICULTURA	PRODUÇÃO DE TILÁPIA	% DA PRODUÇÃO DE TILÁPIA NO TOTAL DA PRODUÇÃO AQUÍCOLA
2013	477.340	169.306	35,47
2014	563.909	199.948	35,46
2015	578.231	218.799	37,84
2016	543.022	241.385	44,45
2017	565.254	281.235	49,75
2018	580.521	311.540	53,67
Taxa geométrica de crescimento da produção (em % a.a.)	3,99	12,97	

Nota: Nessa tabela, não foram consideradas as produções de sementes de moluscos, larvas e pós-larvas de camarão.

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal (Tabela 3940).

1) Royal Fish¹¹, empresa de origem nacional, com estações de engorda em Santa Clara d'Oeste e Suzanópolis, frigorífico em Buritama, centro de genética e reprodução de alevinos em Itupeva e escritório administrativo em Jundiá;

2) Marfrig Global Foods¹², uma aliança entre capitais nacionais e britânicos, com atuação no segmento de alimentos

à base de proteína animal e presença em mais de cem países. Inseriu-se na região por meio da compra da Zippy Alimentos, fechada em 2015 e reaberta em 2019 por essa transnacional. Possui unidades de produção de alevinos, engorda e processamento de tilápia, além de fábrica de ração própria, no município de Santa Clara d'Oeste;

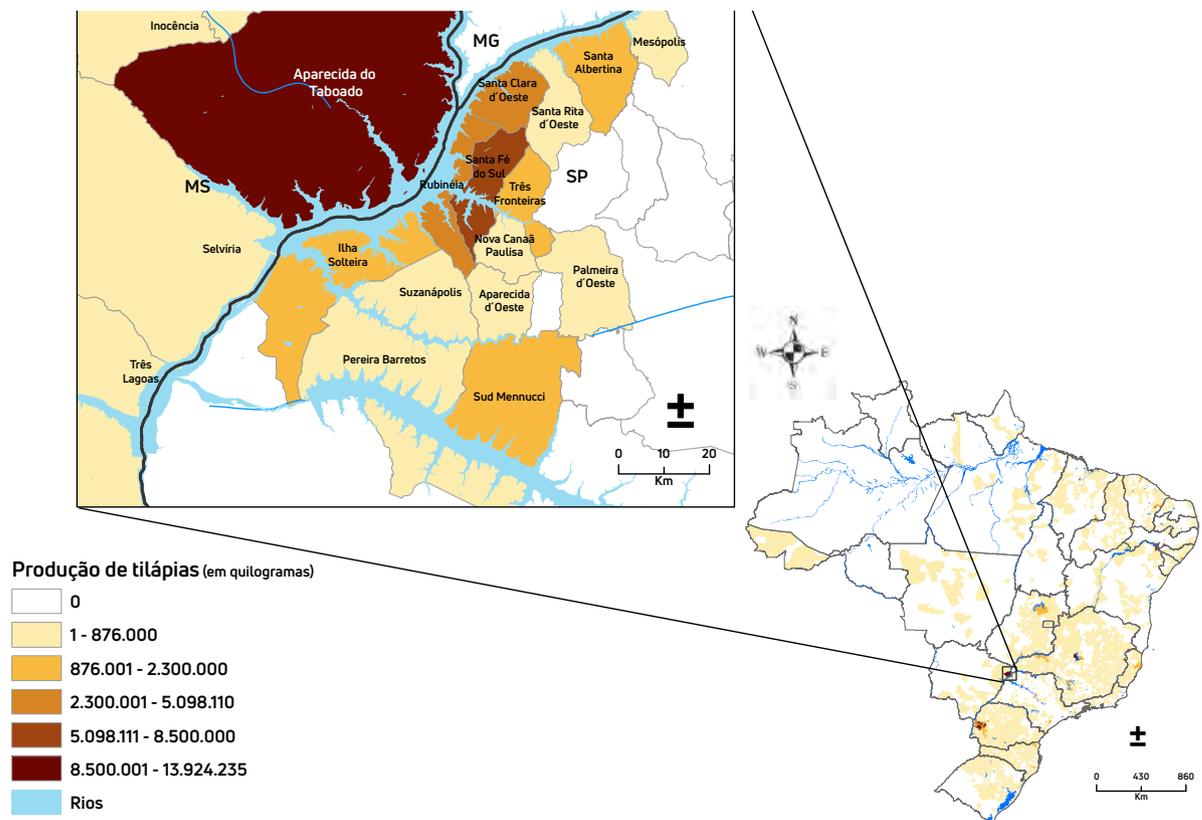
3) Brazilian Fish¹³, empresa familiar do grupo brasileiro Ambar Amaral, também proprietário de centros de pro-

11 Informações obtidas no trabalho de campo e em consultas no site oficial da empresa, disponível em: <http://royalfish.net.br/pt/home/>. Acesso 07/02/2020.

12 Informações obtidas no trabalho de campo e em consultas no site oficial da empresa, disponível em: <https://www.marfrig.com.br/>. Acesso 07/02/2020.

13 Informações obtidas no trabalho de campo e em consultas no site oficial da empresa, disponível em: <http://www.grupoambaramaral.com.br/>. Acesso 07/02/2020.

MAPA 32. Produção (em quilogramas) de tilápia nos municípios brasileiros, em 2018, com destaque ao noroeste paulista e nordeste do Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal 2018 (Tabela 3940).

dução de alevinos, engorda, processamento de tilápia e fabricação de ração, com atuação concentrada no município de Santa Fé do Sul;

4) GeneSeas¹⁴, empresa brasileira pioneira na exportação de peixes na região, com pisciculturas em Promissão, Ilha Solteira e Aparecida do Taboado/MS, onde também detém um frigorífico de peixe; e

5) Tilabrás¹⁵, da transnacional Regal Springs, “maior produtora mundial de tilápia, com atividades no México, em Honduras e na Indonésia” (SCHULTER; VIEIRA FILHO, 2017, p.21). Anunciou sua entrada no mercado brasileiro em 2015, com instalação de um megaprojeto em Selvíria/MS, divisa com o noroeste paulista, onde estima produzir 100 mil toneladas anuais de tilápia (SCHULTER; VIEIRA FILHO, 2017).

Tanto Nogueira (2008), como Schulter e Vieira Filho (2017) destacam a tendência de concentração dos diferentes elos da cadeia produtiva da tilápia sob comando das empresas processadoras do peixe. Seja pelos altos custos da ração (que chega a compor de 50% a 70% do preço final), seja pela perecibilidade e dificuldade de transportes dos peixes vivos, ou ainda devido à necessidade de seleção genética de alevinos (com uso de tecnologias não acessíveis a grande parte dos produtores), os frigoríficos de peixe tendem a controlar todas

as etapas do processo produtivo, induzindo a criação de sistemas agroindustriais (NOGUEIRA, 2008) ou polos produtores (SCHULTER; VIEIRA FILHO, 2017) altamente coordenados e aglomerados no espaços.

Apesar da piscicultura no noroeste paulista ter se consolidado como empreendido protagonizado pela ação desses grandes grupos, sua origem remonta à centralidade da pequena produção (NOGUEIRA, 2008), com forte apoio do poder público local. Tal como informado por um dos entrevistados:

[...] a piscicultura e a aquicultura que, para mim, é a atividade mais impactante, mais forte e mais inovadora, na região, começou com uma cooperativa de criadores de peixes [...]. Fizemos uma pesquisa sobre a qualidade da água, aqui em Santa Fé, e foi identificado que o reservatório daqui, do Rio Paraná, tem a melhor água do Brasil para a criação de tilápias em tanques-redes [...]. A gente acabou oportunizando que muitos produtores rurais passassem também a criar peixes, até que atraíssem outras empresas [...]. As prefeituras de toda a comarca fizeram um consórcio. Criamos uma cooperativa que, na época, capacitou 400 produtores para a criação de peixes. Mas aí carecia de um investimento que não tínhamos condições. Ajudou a despertar, mas os investimentos acabaram saindo de quem tinha capital. Aqui em Santa Fé, foram os Ambar Amaral (entrevista realizada com agente institucional de Santa Fé do Sul, em julho de 2019).

¹⁴ Informações obtidas no trabalho de campo e em consultas no site oficial da empresa, disponível em: <https://www.geneseas.com.br/>. Acesso 07/02/2020.

¹⁵ Informações obtidas em Schulter e Vieira Filho (2017), no trabalho de campo e em consultas no site oficial da empresa, disponível em: <https://www.regalsprings.com/>. Acesso 07/02/2020.

De acordo com Nogueira (2008), as primeiras iniciativas de piscicultura empresarial, no estado de São Paulo, surgiram em 2001, no

Baixo Tietê, reservatório da Usina Hidrelétrica de Nova Avanhandava, entre os municípios de Zacarias e Buritama (Mapa 33). Entre 2004 e 2005, a produção de tilápias expandiu-se também para o rio São José dos Dourados, nos reservatórios de Ilha Solteira e Três Irmãos. Apenas em 2007 é que foram construídos os primeiros tanques-redes no Rio Paraná, próximos à cidade de Santa Fé do Sul (Mapa 33; NOGUEIRA, 2008).

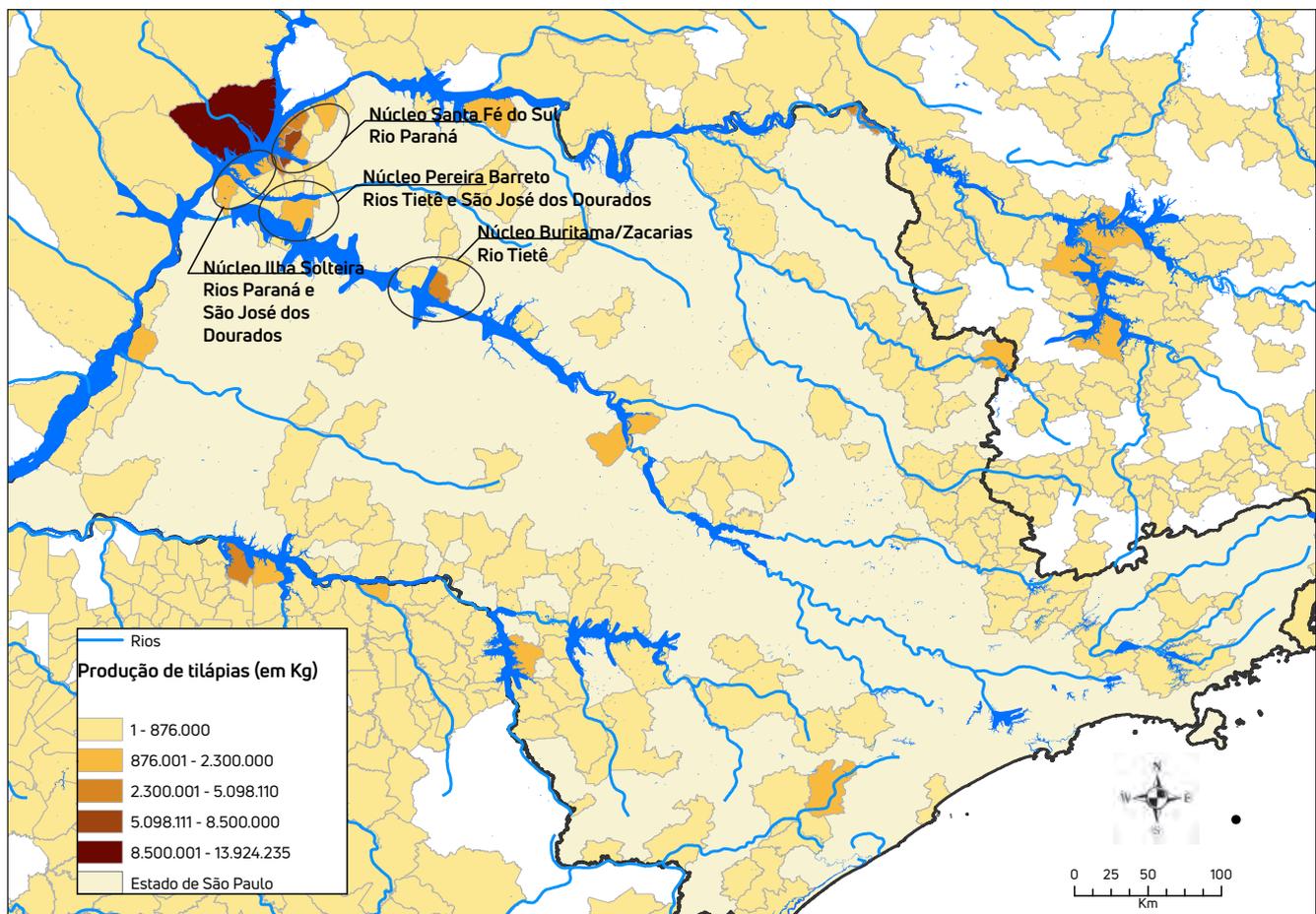
Nesse último polo, conforme informações adquiridas no trabalho de campo ¹⁶, o Programa

de Incentivo à Piscicultura – organizado juntamente com os demais municípios da comarca de Santa Fé do Sul (Rubinéia, Santa Rita d’Oeste, Santa Clara d’Oeste e Nova Canaã Paulista), por meio do Consórcio Intermunicipal de Piscicultura (Cimdespi) e apoio financeiro da então Secretaria de Agricultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) – levantou o montante de R\$500.000 para capacitação de produtores rurais associados ao programa desenvolverem

dentro do projeto “Interação entre o rural e o urbano: uma análise de Santa Fé do Sul/SP”, como parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq), sob orientação da Profª Drª Rosana Baeninger.

16 Essas informações também foram coletadas em visitas à campo realizadas pela autora, em janeiro de 2009,

MAPA 33. Principais polos produtores de tilápia (em quilogramas), no Estado de São Paulo, em 2018.



Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal 2018 (Tabela 3940).

atividades de piscicultura (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO SUL, 2005). Esse incentivo deu base para que empresários da região montassem os dois primeiros frigoríficos de peixe do noroeste paulista: Brazilian Fish, do grupo Ambar Amaral, em Santa Fé do Sul; e Zippy Alimentos (posteriormente comprada pela Marfrig Global Foods), em Santa Clara d'Oeste. Em paralelo a essa iniciativa, também foi articulada transformações no arranjo político-institucional (SINGER, 1980), fundamental na viabilização desse parque aquícola:

Nós fizemos um trabalho político forte aqui na região para que o estado [de São Paulo] fizesse alguma coisa. E o estado passou a incluir a aquicultura na referência dos incentivos estaduais. Conseguimos, por exemplo, que o ICMS tenha um tratamento que iguale a alíquota com os demais estados. Isso chama diferencial, eu acho, e fez com que a gente fosse competitivo nesse sentido. Outra coisa que nós conseguimos também é que São Paulo tinha uma burocracia muito grande no licenciamento ambiental para criação de peixes. Porque a CETESB [Companhia Ambiental do Estado de São Paulo] criava empecilho. Se você concentrar muito peixe no mesmo lugar, a razão pode mudar a água [...]. Conseguimos comprovar, com uma resolução do IBAMA, inclusive, que isso podia ser ampliado. E aí conseguimos simplificar o licenciamento. Então hoje, em São Paulo, o licenciamento é simplificado. Agora está bem melhor, desburocratizado, para você criar e licenciar sua atividade (entrevista realizada com agente institucional de Santa Fé do Sul, em julho de 2019).

Esse relato ilumina um dos principais gargalos que freiam a expansão do setor: as restrições legais. Para Schuller e Vieira Filho (2017), a despeito do significativo aumento da produção de pescado no Brasil, o desempenho dessa indústria está bastante aquém das metas colocadas pelos organismos internacionais, com a oferta de tilápia não acompanhando as perspectivas de crescimento da demanda. Segundo Nogueira (2008), o marco regulatório das atividades de pesca no país inicia-se na década de 1960, com a criação da SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca). Na interpretação da autora, as políticas desenvolvidas por essa instituição levaram “à sobre-pesca e à diminuição dos estoques pesqueiros no país” (NOGUEIRA, 2008, p.26). Os impactos ambientais gerados – somados à “extinção da SUDEPE, em 1989, e a passagem da pesca e aquicultura para as atribuições do IBAMA” – fortaleceram uma visão mais protecionista do tema, ao longo dos anos 1990 (NOGUEIRA, 2008, p.26).

Nesse período, as leis e decretos voltados à regulação da piscicultura no Brasil foram mais “de controle e de monitoramento do que de estímulo ao desenvolvimento” dessa atividade (NOGUEIRA, 2008, p.26). Uma das legislações mais criticadas por empresários do setor, inclusive, refere-se à “Portaria nº 145-N, de 29 de outubro de 1998, editada pelo IBAMA”, na qual se proíbe a criação de tilápias em “bacias hidrográficas onde esses animais não existem” (NOGUEIRA, 2008, p.26). Introduzida no reservatório de Ilha Solteira ainda nos anos 1970, esse peixe encontrou as condições políticas, institucionais e ambientais ideais à sua produção em moldes empresariais. Nas palavras de um dos entrevistados:

Em 2005, 2006, o consumo de tilápia estava em plena expansão. Os maiores produtores, o Ceará e o Pa-



Paraná, não davam conta de abastecer o mercado. O Ceará enfrentava uma seca muito forte e sua produção caiu muito. Até hoje falta peixe lá. E o pessoal já desenvolveu o hábito de comer tilápia. Tem tilápia saindo daqui para ser vendida lá. Já o Paraná não tinha mais para onde crescer. Então abriram o mapa e essa região era a que tinha todas as condições necessárias para a produção de tilápias em tanques-redes. No Pantanal e na Amazônia, a legislação ainda não permite a introdução de peixe exótico. Mas acho que é questão de tempo para mudar. Está faltando peixe no mercado (entrevista realizada em janeiro de 2020, em Santa Fé do Sul, com trabalhador do setor, grifo nosso).

Em menos de dez anos, o conjunto dessas iniciativas fizeram do noroeste paulista um polo emergente na criação de tilápias no Brasil (NOGUEIRA, 2008; SCHULTER; VIEIRA FILHO, 2017), redefinindo o mercado de trabalho regional e a dinâmica de sua população. Como síntese e expressão dessas transformações está a trajetória de João (nome fictício), cujos percursos confunde-se com a própria história da piscicultura nessa localidade. Natural de Santa Fé do Sul, João fez de seu hobby uma profissão e hoje atua como engenheiro de pesca na região:

Sempre gostei muito de pescar. Desde criança pesco com meus pais.

Quando estava no colegial, decidi fazer engenharia de pesca. Ninguém nem sabia que existia esse curso. Aqui, ainda não tinha nada da estrutura de hoje. Tinha uma cooperativa com uma produção bem pequena só. Mas não tinha frigoríficos, indústria de ração, nada disso. Mas já se falava do potencial da região [...]. Em 2005 eu passei no vestibular na Universidade Federal do Ceará e fui morar em Fortaleza. Fiquei seis anos lá. Durante a faculdade, fiz estágio em várias pisciculturas, tanto na capital, com produção de camarão, quanto no interior, com produção de tilápia [...]. Resolvi voltar para Santa Fé porque meu pai, tapeceiro, prestou um serviço na casa do doutor Aires da Cunha, dono da Zippy. Meu pai falou de mim e eu o doutor Aires começamos a conversar por e-mail. Já estava tudo encaminhado para fazer mestrado lá na UFC [...], mas quando eu vim para cá e vi a estrutura que eles estavam montando, larguei tudo em Fortaleza e voltei. Isso era 2011. Fiquei na Zippy uns sete ou oito meses. Depois eu fui para o Ambar Amaral. Fiquei lá mais uns sete ou oito meses trabalhando na fábrica de ração deles. Aí eu decidi montar minha própria piscicultura em Santa Clara [...]. Lá eu criava alevinos de tucunaré, porquinho, pacú e vendia para os pesca-

dores da região toda. Não era uma produção integrada aos frigoríficos. Fiquei três anos com a piscicultura. Mas aí veio a seca de 2013. Quase 60% dos meus tanques ficaram parados. Foi muito difícil. Em 2015 veio a crise e ficou mais difícil ainda. Então resolvi parar e trabalhar na Royal Fish. Era encarregado de montar a piscicultura deles lá em Suzanápolis. Agora estou na Aquacultura Peixe Forte, em Três Fronteiras. Os donos são do Paraná. Produzem alevinos e engordam peixe para pesca esportiva (entrevista realizada em janeiro de 2020, em Santa Fé do Sul, com trabalhador do setor).

Sobre o surgimento, maturação e consolidação do parque aquícola de Santa Fé do Sul, João reflete:

Quando começou a piscicultura aqui, numa fase ainda experimental, tinha muito pequeno produtor. Chegaram até a montar uma cooperativa, que existe até hoje, mas é coisa pequena [...]. A maioria das pequenas pisciculturas fecharam. Teve a seca de 2013. Depois a crise de 2015, 2016. Em 2018 teve a greve dos caminhoneiros e faltou ração para os peixes. Muita gente perdeu tudo. A Zippy fechou. Os Ambar Amaral sofreram menos porque eles não dependem

só da piscicultura. Eles fecharam toda a cadeia, todo o ciclo. Produzem sua própria ração e ainda vendem para os produtores da região. Produzem alevinos, engordam e também têm o frigorífico. O grupo ainda tem fazenda de gado no Mato Grosso. Então eles conseguiram sobreviver à crise e hoje são os maiores daqui (entrevista realizada em janeiro de 2020, em Santa Fé do Sul, com trabalhador do setor).

Questionado sobre os principais empreendimentos pesqueiros na região, João declara:

Além dos Ambar Amaral, tinha a Zippy, que foi comprada pela Global Foods, da Marfrig. Tem a Royal Fish. Tem ainda a Geneseas e a Tilabrás lá no Mato Grosso do Sul [...]. Em 2017, 2018, eu contei 67 pisciculturas só aqui na região. A capacidade de produção do reservatório de Ilha Solteira já está no limite. Não tem mais como expandir. Só se for por tanque escavado (entrevista realizada em janeiro de 2020, em Santa Fé do Sul, com trabalhador do setor).

A conversa com João abordou ainda o desenvolvimento tecnológico da piscicultura na região, com a introdução de tanques circulares fundamentais no desenvolvimento de um “sistema super-intensivo” de produção de tilápias, marcado pela “alta produtividade para

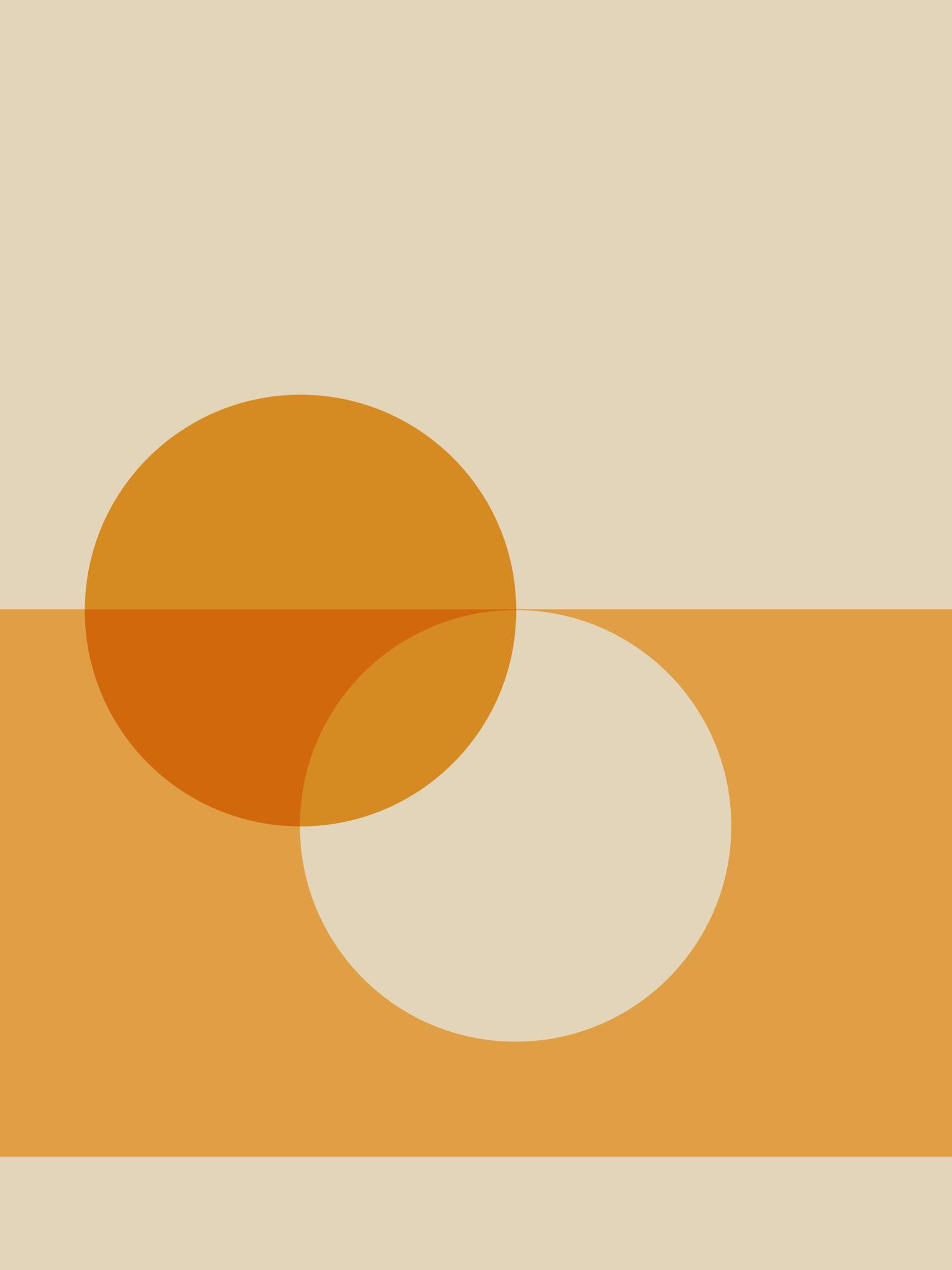


se obter grandes volumes de processamento" (NOGUEIRA, 2008, p.88); a demanda por mão-de-obra qualificada, proveniente sobretudo do Paraná, estado com larga experiência nesse setor; os impactos ambientais gerados, com mudanças na qualidade da água do Rio Paraná e seus afluentes (CICIGLIANO, 2009; ROSINI et al, 2019); e a precariedade dos órgãos de fiscalização: "De vez em quando vem a Marinha. Mas só olha se o pessoal está de coleto, usam EPI, essas coisas" (entrevista realizada em janeiro de 2020, em Santa Fé do Sul, com trabalhador do setor).

A análise da piscicultura no noroeste paulista evidencia novas articulações locais, nacionais e globais protagonizadas pela re-

gião. No escopo dessas conexões, emergem novos processos migratórios, a exemplo da trajetória de João. O desenvolvimento desse setor também reforça o caráter oligopólico e excludente desse mercado, além da centralidade das alianças locais – a exemplo do Consórcio Intermunicipal de Piscicultura – na viabilização de projetos construídos em nível global. Para Araújo (2000), na ausência de um plano nacional de desenvolvimento, são essas articulações que conferem competitividade nos mercados globais, fortalecendo a especialização do território (SANTOS, 2013) e a constituição de arranjos espaciais cada vez mais fragmentados e multiescalares (MOURA, 2009). ■





CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fotos registradas no trabalho de campo nessas quatro localidades e têm por objetivo retratar a dinâmica urbana e rural desses municípios. Mostram o alastramento dos canais no entorno das usinas, a intensa circulação de carros, ônibus, caminhonetes e caminhões nas bucólicas estradas rurais que tangenciam essas pequenas localidades, o transporte de trabalhadores, prédios públicos relevantes para a vida social local, assim como as principais avenidas e ruas comerciais dos

municípios visitados. O avanço do agronegócio na região convive e compete com outras dinâmicas de produção agropecuária, historicamente construídas no território (MELO, 2013), com a produção familiar de alimentos voltada para os mercados regionais. Essa forma de produção é essencial para o dinamismo do comércio local, como retrata a feira do produtor de Santa Fé do Sul, além de compor parte importante nas interações sociais desse município, a exemplo da comunidade rural da Estiva.

Funcionários da usina Vale do Paraná, residentes em Três Fronteiras, pegando o ônibus oferecido pela empresa para transportar seus trabalhadores (a van sai de Santa Fé do Sul, atravessa Três Fronteiras e segue até as plantações de cana controladas pela usina). Três Fronteiras.



Fotografia: Três Fronteiras, Julho de 2019. Salvador Lou Vega. Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

A prefeitura de Três Fronteiras. Julho de 2019



Fotografia: Três Fronteiras, Julho de 2019. Salvador Lou Vega. Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Intenso fluxo de ônibus nas estradas rurais de Suzanápolis



Fotografia: Suzanápolis. Julho de 2019. Salvador Lou Vega. Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Intenso fluxo de carros e caminhões nas proximidades da Usina Vale do Paraná



Fotografia: Suzanápolis, Julho de 2019. Salvador Lou Vega. Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Prefeitura municipal de Suzanápolis. Julho de 2019



Fotografia: Suzanápolis. Julho de 2019. Salvador Lou Vega. Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Secretaria de agricultura do município de Suzanápolis. Julho de 2019



Fotografia: Suzanápolis. Julho de 2019. Salvador Lou Vega. Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Uma rua na região central do município de Suzanápolis. Julho de 2019



Fotografia: Suzanápolis. Julho de 2019. Salvador Lou Vega. Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Avenida principal de Suzanápolis. Julho de 2019



Fotografia: Suzanápolis. Julho de 2019. Salvador Lou Vega. Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Entrada do município de Sud Menucci: a principal fonte de renda e emprego da cidade



Fotografia: Sud Menucci Julho de 2019. Salvador Lou Vega. Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Principal rua de comércio em Sud Menucci



Fotografia: Sud Menucci Julho de 2019. Salvador Lou Vega. Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Igreja Matriz de Sud Menucci



Fotografia: Sud Menucci Julho de 2019. Salvador Lou Vega. Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Prefeitura municipal de Sud Menucci



Fotografia: Sud Menucci Julho de 2019. Salvador Lou Vega. Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Vista do centro urbano de Santa Fé do Sul. Março de 2020.



Fotografia: Santa Fé do Sul. Março de 2020. Evanilde Belmonte. Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Rua comercial no centro de Santa Fé do Sul



Fotografia: Santa Fé do Sul. Janeiro de 2020. Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul.

Feira do Produtor Rural em Santa Fé do Sul. Janeiro de 2020.



Fotografia: Santa Fé do Sul. Janeiro de 2020. Salvador Lou Vega. Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Estiva: bairro rural de Santa Fé do Sul. Janeiro de 2020.



Fotografia: Santa Fé do Sul. Janeiro de 2020. Salvador Lou Vega. Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP. ■



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, T. B. de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

ASSIS, G. de O. Nova Lei de Migração no Brasil: Avanços e Desafios. In: BAENINGER, R. et al. **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição).

AURÉLIO NETO, O. A Estratégia Espacial de Internacionalização de Empresas Brasileiras do Setor Frigorífico: Os Casos da JBS e da Minerva. **Boletim Goiano de Geografia**, 2019, v.39, p.1-25.

BAENINGER, R. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do polo industrial paulista**. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.

BAENINGER, R. Deslocamentos populacio-

nais, urbanização e regionalização. In: **Anais do I Encontro Nacional sobre Migração**. Curitiba, 12 a 14 de novembro de 1997.

BAENINGER, R. **Região, MetrÓpole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil – 1980/1996**. (Tese de Doutorado) – Campinas-SP, IFCH – UNICAMP, 1999.

BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP, 2012.

BAENINGER, R. Migrações Internacionais no século 21: desafios para uma agenda de pesquisa. **Trabajo presentado en el VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población**, realizado em Lima- Perú, del 12 al 15 de agosto de 2014.

BAENINGER, R. Migração transnacional: elementos teóricos para o debate. In: BAENINGER, R.; PERES, R.; FERNANDES, D.; SILVA, S. A. da; ASSIS, G. de O.; CASTRO, M. da C. G.; CO-TINGUIBA, M. P. (Org.) **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BAENINGER, R. Cenários das Migrações Internacionais no Brasil. In: BERQUÓ, E. (Org.) **Demografia na Unicamp: um olhar sobre a produção do Nepo**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2017.

BAENINGER, R. **Governança das Migrações: Migrações Dirigidas de Venezuelanos e Venezuelanas no Brasil**. In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord). Migrações Venezuelanas. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, 2018.

BAENINGER, R. **Migrações Internacionais e a Pandemia de Covid-19**: Mudanças na Era das Migrações? In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (Coord.), Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020, p.211-222.

BAENINGER, R.; FERNANDES, D.; PERES, R. G.; DEMÉTRIO, N. B.; DOMENICONI, J. **Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo** – Migrações Internacionais. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2017.

BALÁN, J. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.5, 1973.

BARONE, M. Café especiais e salto de escala: análise do circuito espacial produtivo e dos círculos de cooperação dos cafés especiais do Sul de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2017.

BASSANEZI, M. S. Migrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. L. (coord.) Emigração e Imigração internacionais no Brasil Contemporâneo. FNUAP, 1995

BERNARDES, J. A. Modernização agrícola e trabalho no Cerrado brasileiro. **Scripta Nova**, v. XI, n.245, 2007.

BINI, D. L. de C. Mudanças na pecuária de corte e algumas implicações sócio-espaciais na Região de Araçatuba (SP). **Revista Formação**, n.16, v.2, 2010.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.

BRANDÃO, C. A. Mudanças produtivas e econômicas e reconfiguração territorial no Brasil no início do Século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. São Paulo, v.21, n.2, p.258-279, maio-agosto, 2019.

BREDOW, S. M. S.; LÉLIS, M. T. C.; CUNHA, A. M. O ciclo de alta nos preços das commodities e a economia brasileira: uma análise dos mecanismos externos de transmissão entre 2002 e 2014. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.25, n.3 (58), p.695-731, dez.2016.

BRITO, F.; CARVALHO, J. A. M. de; TURRA, C., M.; QUEIRÓZ, B. L. A Transição Demográfica e

as Políticas Sociais no Brasil. In: **Populações e polícias sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008.

CAIADO, A. S. C. Dinâmica socioespacial e a rede urbana paulista. In: **São Paulo em Perspectiva**, v.9, n.3, p.46-53, 1995.

CANALES, A.; CANALES, M. De La metropolización a las agrópolis: el nuevo poblamiento urbano em el Chile actual. **Polis**, julio 2013.

CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. Texto para Discussão. Campinas: IE/UNICAMP, n.193, p.1-36, julho 2011.

CARMO, R. L.; SILVA, C. C. da; CAMARGO, K. C. M.; FURTADO, S. C. Urbanização e expansão da soja no cerrado: o caso de Lucas do Rio Verde (MT). **Textos Nepo 84**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" / Unicamp, 2018.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2006

CASTILLO, R. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o Bioma Cerrado. **GE-Ographia** – Ano 17 – Nº35 – Dossiê, 2015.

CASTILLO, R.; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22 (3): 461-474, dez. 2010.

CHAIA, Vera Lúcia Michalany (1980). **Os con-**

flitos de arrendatários em Santa Fé do Sul – SP (1959-1969). São Paulo. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH/USP.

CGEE. **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/18demografia_livro_2008_6418.pdf/80852175-0ebe-4e-53-a623-d7c1852a7e7d?version=1.0.

CICIGLIANO, G. D. **Avaliação da Qualidade da Água em Piscicultura com Sistema de Cultivo em Tanques-Rede no Município de Santa Fé do Sul - SP**. 2009. 81 f. Dissertação (Mestrado Engenharia Civil) – Faculdade de Engenharia, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2009.

CÔRREA, D. S. **Fusões e Aquisições nos Segmentos Carne Bovina, Óleo de Soja e Sucroalcooleiro**. (Tese de Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 2012.

COVER, M.; MENEZES, M. A. Estratégias de renda de trabalhadores migrantes e a mecanização da colheita de cana-de-açúcar: um olhar desde o Sertão Paraibano. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 8 (2) · 458-475 · jun. a set. 2020.

DELGADO, G. Mudança técnica na agricultura, constituição do complexo agroindustrial e

política tecnológica recente. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, 2(1): 79-97, jan. / abr., 1985.

DEMÉTRIO, N. B. População e dinâmica economia da Região de Governo de Jales: o outro rural do Oeste Paulista. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UNICAMP, 2013.

DEMÉTRIO, N. B. **Arranjos urbanos-rurais regionais: o rural paulista no século 21**. Tese de doutorado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UNICAMP, 2017.

DEMÉTRIO, N. B. Globalização da agricultura e imigração internacional no estado de São Paulo. In: BAENINGER, R. et al. **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2018 (2a edição).

DEMÉTRIO, N. B. Espaços regionais da agricultura globalizada e as novas migrações do agronegócio no Brasil. **Textos Nepo 89**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” / Unicamp, 2020 (no prelo).

DOMENICONI, J. de O. S. **Migração internacional qualificada: trabalhadores do conhecimento em São Paulo no início do século XXI**. 2017. 1 recurso online (173 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/322377>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

ELIAS, D. **A pesquisa, os mecanismos de interação e a coletânea**. In: ELIAS, Denise;

PEQUENO, Renato (Org.). Tendências da urbanização brasileira: novas dinâmicas de estruturação urbano-regional. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, p.9-24. ELIAS, D. **Globalização e Agricultura**. São Paulo: EdUSP, 2003.

ELIAS, D. Agricultura científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, M. A. A. de (org.) **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003b.

ELIAS, D. Agronegócio globalizado e (re)estruturação urbano-regional. In: **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. São Paulo, 22 a 26 de maio de 2017.

ESPÍNDOLA, C. J. Trajetórias do progresso técnico na cadeia produtiva de carne de frango do Brasil. **Geosul**, Florianópolis, v. 27, n. 53, p 89-113, jan./jun. 2012.

ESPÍNDOLA, C. J.; CUNHA, R. C. C. A dinâmica geoeconômica recente da cadeia produtiva da soja no Brasil e no mundo. **GeoTextos**, vol. 11, n. 1, julho 2015, p.217-238.

FALCÃO, F. L. **O Circuito Espacial Produtivo de Celulose no Território Brasileiro: a centralidade de Três Lagoas – MS**. 2017. 64 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia - Bacharelado) Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

FAVARETO, A. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

- FERNANDES, D.; FARIA, A. V. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**. vol.34, n.1, pp.145-161, 2017.
- FLEURY, R. C. Prefácio. In: KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. dos. Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil. Campinas, sP : Curt Nimuendajú, 2018.
- FREDERICO, S. Lógica das commodities, finanças e cafeicultura. Boletim Campineiro de Geografia, v. 3, n.1, 2013
- FREDERICO, S. Circuito Espacial Produtivo do Café e o Jogo de Escalas. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 37-48, jan./abr. 2014.
- GARCIA, R. C. Prefácio. In: DEMARCO, D. J. (Org). Gestão Pública, município e federação. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015.
- GIELOW, I. **Pandemia remodela papel de cadeias globais de produção**. Jornal Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/pandemia-remodela-papel-de-cadeias-globais-de-producao.shtml>. Acesso: 16/6/2020.
- GLICK-SCHILLER, N. **Beyond the Nation-State and Its Units of Analysis: Towards a New Research Agenda for Migration Studies - Essentials of Migration Theory**. In: Center on Migration, Citizenship and Development, Arbeitspapiere - Working Papers, n. 33, 2007.
- GONÇALVES, M. F. **As engrenagens da locomotiva: ensaio sobre a formação urbana paulista**. Tese de doutorado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/ UNICAMP, 1998.
- GORENSTIEN, S.; RICARDO, O. La conquista de las transnacionales. **Nueva Sociedad** No 262, marzo-abril de 2016.
- GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. El agro como negocio: producción, sociedad y territorios em la globalización. Buenos Aires: Biblos, 2013.
- GUARNIZO, L. E.; SMITH, M. P. The Locations of Transnationalis. In: GUARNIZO, L. E.; SMITH, M. P. (eds.). Transnationalism from below – comparative urban and community research. New Brunswick: Transaction Publishers, 1998.
- HAGE, F. A. S.; PEIXOTO, M.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Aquisição de Terras por Estrangeiros no Brasil: uma Avaliação Jurídica e Econômica. **Texto para Discussão**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília/Rio de Janeiro, novembro de 2012.
- HALL, M. M.. Os fazendeiros paulistas e a imigração. In: Fernando Teixeira da Silva et al. (Org.). **República, Liberalismo, Cidadania**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e economia do 'agronegócio' no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.25, n.74, 2010.
- KALAKI, R. B.; NEVES, M. F. Plano estratégico para o sistema agroindustrial citrícola brasileiro

ro. Gest. Prod., São Carlos, v. 24, n. 2, p. 338-354, 2017

KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M. Prefácio. In: KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. dos. **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas, sP : Curt Nimuendajú, 2018.

LEITE, S. P. Estado, padrão de desenvolvimento e agricultura: o caso brasileiro. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 13, no. 2, 2005: 280-332.

LIMONAD, E. **Novidades na urbanização brasileira?** In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Org.). Tendências da urbanização brasileira: novas dinâmicas de estruturação urbano-regional. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, p.25-58.

MACIEL, L. M. **Entre o rural e o urbano: processos migratórios de trabalhadores rurais do Alto Médio Canindé piauiense para região central do Estado de São Paulo**. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UNICAMP, 2016.

MAGALHÃES, L. F. A. **A imigração haitiana em Santa Catarina**: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. 2017. 1 recurso online (355 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

MAMIGONIAN, A. Notas sobre os frigoríficos do Brasil Central Pecuário. **Boletim Paulista**

de Geografia, n.51, p. 7-14, jun.1976.

MANRIQUE, L. E. El emergente eje 'Sur-Sur' global. **Política Exterior**, marzo/abril de 2012.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização 'em rede'**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MELO, B. M. de. **História e memória na contramão da expansão canavieira: um estudo das formas de resistência dos sítiantes do extremo noroeste paulista**. Tese de Doutorado. São Carlos: UFSCAR, 2013.

MESQUITA, F.; CASTILLO, R.; LUNA, I.; SANTOS, H. F. dos. Hierarquias regionais no agronegócio canavieiro: movimentos da fronteira e centralidade de São Paulo. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.21, n.2, p.329-350, maio-ago, 2019.

MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. Tese de doutorado. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná, 2009.

MÜLLER, G. **A dinâmica da agricultura paulista**. São Paulo: Fundação SEADE, 1985.

NEGRI, B., GONÇALVES, M. F. e CANO, W. O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980). In: CANO, W. (Org.). **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: SEADE, 1988, p.5-93.

NEVES, M. F. O Agronegócio nos tempos de

coronavírus. **AgriForum**. Disponível em: <http://agriforum.agr.br/o-agronegocio-nos-tempos-de-coronavirus/>. Acesso maio de 2020.

NOGUEIRA, Solange da Costa. **O Sistema Agroindustrial de Tilápias na Região Noroeste do Estado de São Paulo: Características das Transações e Formas de Coordenação**. 2008. 126p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, Desenvolvimento e Agricultura). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

OLIVEIRA, R. A. D. de. **Mobilidade circular de cortadores de cana e divisão espacial do trabalho: expressões regionais na década de 2000**. Tese de doutorado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UNICAMP, 2012.

PACHECO, C. A. Fragmentação da Nação. Campinas, SP: Unicamp, IE, 1999.

PEREIRA, G. G. **Entre o partir e o chegar: os trabalhadores rurais migrantes em Matão/SP**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH/UNICAMP, 2015.

PEREIRA, G. G. **Migrações e agronegócio: espaços na citricultura paulista**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2019.

PEREIRA, G.; BAENINGER, R. Periferias Migrantes: Trabalhadores Rurais do Agronegócio Citrícola em São Paulo (Brasil). **Anais do VIII Congresso Latinoamericano de Estudos do Trabalho**. Buenos Aires, 3 a 5 de agosto de 2016.

PERPETUA, G. M.; THOMAZ JUNIOR, A. Dinâmica Geográfica da Mobilidade do Capital na Produção de Celulose e Papel em Três Lagoas (MS). **Revista da ANPEGE**, v. 9, n. 12, p. 55-69, jul./dez. 2013.

PHELPS, E. D. South-South Migration: Why

it's bigger than we think, and why we should care. In: **The Migrationist**, 2014.

PIÑEROS, R. **Caña de azúcar y palma de aceite: cultivos flexibles y explotación Laboral de jóvenes rurales en Brasil y Colombia**. Trabalho apresentado no XXI Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia, realizada em Montevideo/Uruguai, entre 3 e 8 de dezembro de 2017.

PORTES, A.; GUARNIZO, L.; DANDOLT, P. **La Globalización desde abajo: transnacionalismo inmigrante y desarrollo**. México: FLASCO: Miguel Angel Porrúa, 2003.

PRATES, D.; MARÇAL, E.F. O Papel do Ciclo de Preços das Commodities no Desempenho Recente das Exportações Brasileiras. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 26, n.49, p.163-191, março de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO SUL. **Plano Estratégico 2005/2008 para Agricultura e Meio Ambiente**, 2005.

RENNER, C. R.; PATARRA, N. L. Migrações. In: SANTOS; LEYY; SZMRECSÁNYI (org). *Dinâmica da População*. São Paulo: T. A. Queiróz Editora, 1980.

RIELLA, A.; MASCHERONI, P. **Introducción**. In: RIELLA, A.; MASCHERONI, P. (Org). *Asalariados Rurales em América Latina*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales e Departamento de Sociología-FCS-UDELAR, 2015.

RODRIGUES, F. Por onde vão as 'Brisas Suaves' do Sertão Paulista – População e estruturação urbana na constituição da cidade (im)possível – Votuporanga, um estudo de caso. **Textos NEPO 51**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

ROSINI, E. F.; TUCCI, A.; CARMO, C. F. do; BARROS, H. P. de. Water quality in Ponte Preta Aquaculture Park, Solteira Island Reservoir, SP, Brazil, where fish are cultivated under great-volume cage system. **Revista Ambiente & Água**, vol.14, n.4, Taubaté, 2019.

SALLES, M. R. R.; PAIVA, O. C.; BASTOS, S.

- R. Profissão e destino dos imigrantes italianos entrados em São Paulo no Pós-Segunda Guerra Mundial. In: BAENINGER, R.; DEDECCA, C. S. **Processos Migratórios no Estado de São Paulo**: Estudos Temáticos. Campinas: Nepo/Unicamp, 2013.
- SÁNCHEZ, R. L. **Las trayectorias en los estudios de migración**: una herramienta para el análisis longitudinal cualitativo. In: ARIZA, M. e VELASCO, L. (org) Metodología Qualitativa para el estudio de las migraciones internacionales. UNAM, México, 2012, p.455-494.
- SAMPAIO JÚNIOR, P. de. **Globalização e reversão neocolonial**: o impasse brasileiro. In: HOYOS VÁSQUEZ, G. (Org.). Filosofia y teorías políticas entre la crítica y la utopía. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007.
- SAMPAIO, M. de A. P. **360° - O Périplo do Açúcar em Direção à Macrorregião Canavieira do Centro-Sul do Brasil**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2015.
- SANTOS, H. F. dos. Especialização regional produtiva e vulnerabilidade territorial dos municípios sucroenergéticos no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. **Caminhos de Geografia**: Uberlândia, v. 20, n. 72 Dez/2019, p.169-188.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013 (5a ed.).
- SANTOS, A. L. dos; GIMENEZ, D. M. Desenvolvimento, competitividade e a reforma trabalhista. In: KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. dos. **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas, SP : Curt Ni-muendajú, 2018.
- SANTOS, T. R. S.; SILVA, R. G. da C. Cafeicultura em Rondônia: Circuito Espacial de Produção, Modernização e Subordinação. *Geografia (Londrina)* v. 26. nº. 2. p. 145 – 163, jul/dez, 2017.
- SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SASSEN, S. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre. Editora Artmed. 2010.
- SASSEN, S. **Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.
- SCHULTER, E. P.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Evolução da piscicultura no Brasil: diagnóstico e desenvolvimento da cadeia produtiva de tilápia. **Texto para discussão 2328** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília/ Rio de Janeiro: Ipea, 2017.
- SESSA, Celso Bissoli; SIMONATO, Thiago Cavalcante; DOMINGUES, Edson Paulo; "O Ciclo das Commodities e Crescimento Regional Desigual no Brasil: uma aplicação de Equilíbrio Geral Computável (EGC)", p.224-242. In: São Paulo: Blucher, 2017.
- SEYGERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.53, p.117-149, março/maio de 2002.
- SILVA, J. G. da. **Agora, defender-se do vírus...E depois?. Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, v.27, p.1-4, 2020.
- SILVA, J. G. da. Complejos agroindustriales y otros complejos. **Agricultura y Sociedad**, nº 72, Julio-Septiembre, 1994.
- SILVA, M. A. M. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- SILVA, M. A. de M.; MARTINS, R. C. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, no 24, mai./ago. 2010, p. 196-240
- SILVA, M. A. M.; BUENO, J. D.; MELO, B. M. La simbiosis perversa: las máquinas y la degradación del trabalho en el estado de San Pablo, Brasil. In: RIELLA, A.; MASCHERONI, P. (Org). **Asalariados Rurales em América Latina**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales e De-

partamento de Sociologia-FCS-UDELAR, 2015.

SILVA, M. A. M.; MENEZES, M. A. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões: **Revista Eletrônica do Nead**, Brasília/DF, 2006.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

SPEROTTO, F. Q. Um panorama da matriz produtiva de celulose no Cone Sul: caracterização, configuração e produção. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 129-144, 2012.

TARTAGLIA, J.C.; OLIVEIRA, O. L. Agricultura Paulista e sua Dinâmica Regional (1920-1980). In: CANO, W. (Org.). **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: SEADE, 1988, p.5-93.

THOMAZ JUNIOR, A. **O pior está porvírus**: em defesa da classe trabalhadora para além da pandemia da COVID-19. Disponível em: <http://otim.fct.unesp.br/o-pior-esta-porvirus-em-defesa-da-classe-trabalhadora-para-alem-da-pandemia-da-covid-19/>. Acesso 16/06/2020

THOMAZ JUNIOR, A. O Agrohidronegócio no Centro das Disputas Territoriais e de Classe no Brasil do Século XXI. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010.

TOLEDO, M.; CASTILLO, R. Grandes empresas e uso corporativo do território: o caso do circuito espacial produtivo da laranja. **Geosul, Florianópolis**, v. 23, n. 46, p 79-93, jul./dez. 2008.

TRUZZI, O. M. S. Redes em processos migra-

tórios. *Tempo Social*, v. 20, p. 199-218, 2008.

VAINER, C. B. Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados... As novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias. In: CASTRO, M. G. (Coord.). **Migrações Internacionais**: contribuições para políticas. Brasília, CNPD, 2001.

VAINER, Carlos B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.9, n.1, maio de 2007.

VALADRES, A.; GALIZA, M.; OLIVEIRA, T. A reforma trabalhista e o Trabalho no campo. Mercado de trabalho | 63 | out. 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8131/1/bmt_63_reforma.pdf

VASCONCELOS; M. de C.; PIGNATTI, M. G.; PIGNATI, W. A. Emprego e Acidentes de Trabalho na Indústria Frigorífica em Áreas de Expansão do Agronegócio, Mato Grosso, Brasil. **Saúde Soc. São Paulo**, v.18, n.4, p.662-672, 2009.

VISENTINI, P. G. F. **Cooperação Sul-Sul, Diplomacia de Prestígio ou Imperialismo 'soft'?** As relações Brasil-África do Governo Lula. In: Século XXI - Revista de Relações Internacionais, v. 1, p. 65-84, 2010.

WALLACE, R. **Pandemia e Agronegócio**: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. São Paulo: Elefante Editora, 2020.

WANDERLEY, M. N. B. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.



